



UNIVERSIDADE FEDERAL DE MINAS GERAIS  
FACULDADE DE CIÊNCIAS ECONÔMICAS  
DEPARTAMENTO DE CIÊNCIAS ADMINISTRATIVAS  
CENTRO DE PÓS-GRADUAÇÃO E PESQUISAS EM ADMINISTRAÇÃO

MATHEUS ARCELO FERNANDES SILVA

**“A CARNE MAIS BARATA DO MERCADO É A CARNE NEGRA”:  
Um estudo com histórias de vida de trabalhadores industriais negros**

Belo Horizonte  
2018

Matheus Arcelo Fernandes Silva

**“A CARNE MAIS BARATA DO MERCADO É A CARNE NEGRA”:  
Um estudo com histórias de vida de trabalhadores industriais negros**

Dissertação apresentada como requisito à obtenção do título de Mestre em Administração pelo Centro de Pós Graduação e Pesquisas em Administração da Faculdade de Ciências Econômicas da Universidade Federal de Minas Gerais.

Linha de Pesquisa: Estudos Organizacionais e Sociedade.

Orientador: Prof. Luiz Alex Silva Saraiva, Dr.

Belo Horizonte

2018

## AGRADECIMENTOS

Chegar ao fim de um trabalho de dissertação representa também uma série de trocas de experiências que marcam sua construção. Deste modo, não poderia perder a oportunidade de deixar registrados alguns agradecimentos que muitas vezes não explicitamos. Com a certeza que as palavras aqui descritas não irão fazer jus às pessoas que ao longo desses dois anos passaram pela minha vida e contribuíram com essa construção, começo agradecendo imensamente aos meus pais, Paulo e Beatriz, à Flávia e à Fernanda pelo apoio incondicional e pela força que me dão a cada dia.

Agradeço também ao professor Luiz Alex Silva Saraiva, por compartilhar comigo todos os momentos desse trabalho e por toda dedicação ao longo desses dois anos de orientação. Não poderia deixar de agradecer as professoras Alessandra de Sá Mello da Costa, Fernanda Tarabal Lopes e Josiane Silva de Oliveira, que aceitaram avaliar meu projeto, bem como, fizeram parte da banca final de avaliação da dissertação e fizeram contribuições precisas para o avanço do trabalho. Também faço um agradecimento especial à Leila e Clóvis, que optei por não escrever seus nomes reais para preservar suas identidades, mas que certamente se enxergarão nas páginas que seguem, esse trabalho também é deles. Agradeço também à Nathália que foi parte fundamental desse trabalho, participando de todas as entrevistas e contribuindo ativamente com a pesquisa.

Além disso, agradeço ao professor Alexandre Carrieri, à professora Deise Ferraz e Rafael Pereira, pelos conhecimentos compartilhados em suas disciplinas ao longo da minha formação, que com certeza se refletem nas páginas que virão a seguir. Agradeço também ao professor Cristiano Rodrigues, pela disponibilidade em debater o tema e pela inspiração em seu trabalho, que mesmo de longe acompanho, pelo mesmo motivo também agradeço a professora Juliana Teixeira.

Não poderia deixar de citar as pessoas que conheci ao longo desse período de mestrado, Henrique e Rossi, pela amizade incondicional. Felipe, Camila, Clara, Alice, Andressa, Daniel, Romário, Bárbara, Fernanda por compartilharem as angústias que se apresentam em diversos momentos do processo.

Também agradeço ao Vandeli, Ana Lúcia, Cleide Hilda, Márcio, Antônio, Adonides, Alexandre, Luís, Emanuel, Marcel, Lucas. Colegas de trabalho que compreenderam meu

momento e apoiaram da melhor forma para que conseguisse seguir essa caminhada. Não poderia esquecer também meus queridos amigos Pedro, Gabriel, Hugo, André, Samuel, Leon, Renan e Raphael, que também representaram um grande apoio. Um agradecimento especial à Larissa, Guilherme, Júlia e Victor, por toda amizade e apoio.

Também dedico um espaço ao alunos da disciplina ministrada como parte do estágio docente: “Relações Raciais e Administração”, com certeza uma das melhores experiências que tive no mestrado, não apenas pelas discussões empreendidas que foram muito ricas para o aprofundamento no tema, mas também por me mostrarem o como é bom estar em sala de aula, demonstrando que estou no caminho certo.

## RESUMO

Essa dissertação teve como objetivo compreender e analisar como as relações raciais se manifestam e são vivenciadas por trabalhadores industriais negros, a partir de suas histórias de vida. Utilizando uma abordagem qualitativa, o estudo se valeu de histórias de vida narradas por dois trabalhadores metalúrgicos negros, Leila e Clóvis. A perspectiva adotada para as histórias de vida foi a da psicossociologia, não se trata de uma teoria individualizante, pois considera aspectos sociais que permeiam as relações entre os indivíduos e marcam suas vidas a partir de mediações realizadas de forma dialética. Sendo assim, tampouco é possível dizer que se trata de uma perspectiva estrutural, na medida em que o indivíduo também altera a estrutura, assim como é possível que a estrutura o influencie (BARROS; LOPES, 2013). Como uma forma complementar, essas histórias foram categorizadas e analisadas a partir da análise de discurso da vertente francesa que não deixa de considerar as condições sociais de produção dos discursos nem mesmo os aspectos ideológicos presentes (FIORIN, 2005). Defende-se a ideia de que o racismo é um elemento estrutural, que não representa apenas uma disfunção moral e individualizante, mas se apresenta de forma distinta na vida das pessoas negras, que fazem suas mediações em relação ao tema. Assim como aponta Gonzalez (1984), ao indagar sobre como chegamos a esse cenário de discriminação racial, apontamos que em realidade nunca saímos dele, por isso, é importante compreendermos os elementos sócio-históricos que marcaram a construção das relações raciais no Brasil. Ademais, compreender as especificidades do racismo no Brasil demonstra seu caráter muitas vezes perverso a partir da negação de um cenário de desigualdades raciais, em especial a partir do mito da democracia racial. Os resultados da pesquisa reforçam a necessidade cada vez mais crescente do debate racial no Brasil e a necessidade de pensar elementos de discriminação articulados, além das possibilidades que a utilização das histórias de vida podem representar.

**Palavras-chave:** Relações Raciais; História de Vida; Trabalhadores Industriais.

## **ABSTRACT**

This dissertation aimed the analysis and comprehension of how racial relations are manifested and experienced by black industrial workers, based on their life histories. Using a qualitative approach, the study relied on life histories narrated by two black workers, Leila and Clovis. The perspective adopted for the life histories was the psycho-sociology, which is not an individualizing theory, because it considers social aspects that permeate relations between individuals and mark their lives from dialectical mediations. Thus, it is not possible to say that it is a structural perspective, insofar as the individual also changes the structure, just as it is possible that the structure influences it (BARROS; LOPES, 2013). As a complementary form, these narratives were categorized and analyzed with the french approach of discourse analysis which does not fail to consider the social conditions of production nor the ideological aspects presents in the discourses (FIORIN, 2005). The idea defended is that racism is a structural element, which does not only represent a moral and individualistic dysfunction, but presents itself in a distinct way in the life of the black people, who mediate in relation to the theme. As Gonzalez (1984) points out, when inquiring about how we arrived at this scenario of racial discrimination, its stand out that we never really left it, so it is important to understand the socio-historical elements that marked the construction of race relations in Brazil. In addition, understanding the specificities of racism in Brazil demonstrates its often perverse character from the denial of a scenario of racial inequalities, especially from the myth of racial democracy. The research results reinforce the growing need for racial debate in Brazil and the need to think about articulated discrimination elements, as well as the possibilities that the use of life histories could represent.

Key words: Racial Relations; Life History; Industrial Workers

## LISTA DE ILUSTRAÇÕES

### Lista de Figuras

Figura 1 – Mãos .....	11
Figura 2 – Pessoa branca de terno .....	23
Figura 3 – Pessoa negra de terno .....	23
Figura 4 - A Redenção de Cam .....	37

### Lista de Quadros

Quadro 1 – Saberes Políticos, Identitários e Estéticos .....	73
Quadro 2 - Fatores contingenciais e percepções sobre raça e racismo no Brasil .....	79
Quadro 3 - Principais características e distinções entre História Oral; Biografia; Autobiografia; e História de Vida .....	94

### Lista de Tabelas

Tabela 1 – Proporção do rendimento médio dos grupos de ocupações de acordo com o grupo “Diretores e gerentes” – Minas Gerais, 2010 .....	61
Tabela 2 – Proporção entre negros e brancos dentro dos 10 grandes grupos de ocupação propostos – Minas Gerais, 2010 .....	62

### Lista de Gráficos

Gráfico 1 - Proporção entre negros e brancos em cada um dos níveis de instrução – Minas Gerais, 2010 .....	59
Gráfico 2 - Distribuição dos(as) metalúrgicos(as) segundo raça/cor - Brasil dez/2014.....	63
Gráfico 3 - Distribuição dos(as) metalúrgicos(as) segundo raça/cor – SP e MG dez/2014 .....	63
Gráfico 4 - Distribuição dos(as) metalúrgicos(as) segundo raça/cor – Setores industriais dez/2014 .....	64
Gráfico 5 - Rendimento médio mensal dos negros em relação ao obtido pelos brancos em um mesmo nível educacional – Minas Gerais, 2010 .....	65

## SUMÁRIO

PRÓLOGO .....	10
1 INTRODUÇÃO .....	14
1.1 De onde falo (e escuto)? .....	14
1.2 Apresentação do Trabalho .....	16
1.3 Objetivos .....	26
2 CONSTRUÇÃO DAS RELAÇÕES RACIAIS E TRABALHO NO BRASIL .....	28
2.1 O Trabalho Escravo .....	28
2.2 O “Trabalho Livre” .....	43
2.3 Alguns Dados: O trabalhador metalúrgico negro e as desigualdades raciais no mercado de trabalho .....	58
3 CONSTRUÇÃO DAS IDENTIDADES NEGRAS .....	68
3.1 “Não Existem Raças”: Mito da democracia racial e o não dito racista .....	68
3.2 Aspectos que marcam a construção das identidades negras .....	74
3.3 As Mulheres Negras: “enegrecendo o feminismo” .....	83
4 A CONSTRUÇÃO DA PESQUISA .....	89
4.1 Alinhamento Epistemológico .....	89
4.2 O “Contar Histórias”: Sua Historicidade e “Ponte” Entre Individual e Coletivo .....	92
4.3 Escolhas metodológicas .....	99
5 AS HISTÓRIAS DE CLÓVIS E LEILA .....	105
5.1 História de vida de Clóvis .....	105
5.1.1 Entre a “vida privada” e a “vida pública”: As relações familiares .....	109
5.1.1.1 <i>Entre brincadeiras e castigos: A infância e relações com seus pais</i> .....	109
5.1.1.2 <i>Entre o sonho e a estabilidade: A Relação com os filhos</i> .....	115
5.1.2 Histórias de trabalho, histórias de vida .....	122
5.1.2.1 <i>Entre o trabalho e o estudo: A formação educacional</i> .....	123
5.1.2.2 <i>Iniciando a trajetória profissional: Os primeiros empregos</i> .....	127
5.1.2.3 <i>Trabalho industrial</i> .....	129
5.1.3 Raça .....	134
5.1.3.1 <i>“ Só um sarrozinho ”: A infância e o racismo que incomodavam, mas não entendia</i> .....	134

5.1.3.2 “A dor mais profunda que carrego na minha vida”: Vivenciando o racismo .....	136
5.1.3.3 “O que vivi me dá parâmetro para suportar” .....	138
5.2 História de Vida de Leila .....	140
5.2.1 Relações familiares .....	142
5.2.1.1 “Você já tem 12 anos, dá pra você fazer comida”: Infância e relação com os pais .....	142
5.2.1.2 “Eu sou a chefe da família”: Relação e cuidado com os filhos .....	148
5.2.2 Trajetória de trabalho .....	151
5.2.1.3 “Serviço de casa não é trabalho” .....	151
5.2.2.1 Primeiros empregos.....	152
5.2.2.2 “Serviço de mulher”?.....	154
5.2.3 Raça.....	159
5.2.3.1 “Pardo? Que cor é essa? ” Entendendo-se negra.....	160
5.2.3.2 “Levanta essa cabeça” : As discriminações observadas .....	164
6 CONSIDERAÇÕES FINAIS .....	169
6.1 Discussão .....	175
6.1.1 Infância e Origem Familiar .....	176
6.1.2 Educação e Primeiros Empregos.....	178
6.1.3 Trabalho Industrial .....	180
6.1.4 Entender-se Negro.....	181
6.1.5 Gênero .....	183
6.2 Encerramento .....	185
REFERÊNCIAS .....	187
ANEXOS .....	201
Anexo A – Termo de consentimento livre e esclarecido .....	201

## PRÓLOGO

*Em um dia comum abro a janela, os primeiros raios de sol entram e iluminam a cama ainda quente. Sonolento, olho para fora. Vejo a rua começando a acordar, um prédio na esquina se levanta lentamente, dia após dia, por meio de diversos braços fatigados, porém incansáveis, em uma luta diária de subsistência. Uma senhora caminha levando uma criança, com as mãos entrelaçadas. O carinho transborda, mesmo tendo deixado o convívio dos seus para estar ali. Mãos negras que também se entrelaçam em gestos de fé, que marcam uma vida de luta, de resistências. Vejo, nestas mãos negras já castigadas pelo tempo, marcas que não se apagam, esperanças que não se diluem, desigualdades que persistem.*

*E olho tudo isso pela janela. Não posso dizer que construí o prédio ou mesmo que minhas mãos tenham todas estas marcas. Esta janela marca para mim minha condição de privilégios. Dali minha condição de homem, branco, heterossexual, de classe média, reverbera. Mantê-la aberta poderia me permitir bater panelas, mas prefiro gritar, buscando um grito que não silencie, mas que também se entrelace com aquelas mãos.*

*Essa condição será sempre um desafio, mas uma vez aberta a janela, prefiro não fechá-la. A noite chega, com ela se vão os raios de sol. A cama já fria é um convite para me deitar, vejo o prédio que se levantava se silenciando. A senhora que lentamente caminha até perder de vista, com as mãos agora cerradas em torno das alças de algumas pesadas sacolas, e mais algumas pesadas desigualdades sob suas costas. Tudo isso gera em mim um turbilhão de sentimentos, e sei que além da janela posso abrir a porta, e mesmo que seja pouco, escutar, narrar estas histórias muitas vezes silenciadas, aprender com elas e me valer de cada arma que tenho, que agora é um trabalho acadêmico, em toda a sua limitação de mudança concreta na vida destes trabalhadores, desta senhora e outros milhares de pessoas que são discriminados e silenciados por sua raça e sua classe.*

*Desejando, assim como o sonho que agora tenho, de que algum dia os gritos silenciem as panelas que ressoam das janelas e que estas não tenham que ser limpas na manhã seguinte pelas mãos de quem luta.*

**Figura 1 - Mãos**

Fonte: Foto do autor

Durante algum tempo, eu me perguntei se poderia iniciar este trabalho falando sobre mim, utilizando a primeira pessoa e contando parte da minha história e sobre como cheguei a este tema. Pouco tempo depois, percebi que tinha a obrigação de fazer isso. Para escutar as histórias de vida que serão contadas, tenho que me conhecer primeiro, conhecer o motivo pelo qual escolhi este tema e me inserir no contexto da pesquisa, para assim ter a possibilidade de criar vínculos de confiança com aquelas pessoas que se disponibilizarem a me contar suas histórias. Barros e Lopes (2014, p. 54), ao retomarem Ferrarotti, destacam elementos para a construção desta confiança:

1) o pesquisador transformar-se, ele mesmo, em sujeito e objeto de pesquisa, o que significa que ele deve estar apto, deve estar pronto a refletir igualmente sobre ele mesmo. A investigação transforma-se, assim, em uma ocasião de autodesenvolvimento para o próprio pesquisador, que não pode compreender a situação de classe de uma pessoa ou de um grupo familiar se ele não se interroga primeiro sobre sua própria posição de classe; e 2) se a relação entre o pesquisador e o sujeito situar-se no mesmo nível, no mesmo pé de igualdade, em que os entrevistados não são informadores, mas participantes engajados na pesquisa.

Sendo assim, mesmo que de forma breve, faço aqui minhas primeiras reflexões, neste processo de construção que constituirá esta pesquisa. Não raro, quando comecei a compartilhar a ideia de escrever sobre o tema, ainda antes de entrar no mestrado, a primeira pergunta que surgia era sobre o motivo de eu, enquanto homem, branco, de classe média, ter interesse por este tema. Certa vez, escutei uma frase que me marcou: “está na moda ser negro, desde que você não seja”, que me fez refletir, e surgiram daí diversos

questionamentos, porque eu realmente falo de um lugar muito cômodo, com um tema que chama atenção, é atualmente aceito e considerado necessário, mas sem vivê-lo de forma direta. Meu lugar de branquitude, meu lugar de homem, é marcado. Falo a partir dele, falo de um lugar de poder, falo também a partir dos meus privilégios. Porém, um dos pontos mais importantes neste sentido é que este lugar não me impossibilita de ser empático, nem tampouco sensível ao tema. E onde se iniciou essa vontade de tratar deste assunto, mesmo falando deste lugar tão cômodo em relação ao tema?

Foi preciso remontar um pouco da minha própria história para compreender este processo e perceber o quanto me tocava. É uma história que muitas vezes não contava por achar que seria irrelevante, mas que de alguma forma permeia toda a dissertação que segue. Esta história se inicia com questões relativas à minha avó paterna. Ela faleceu antes do meu nascimento, e por isso suas lembranças ficaram marcadas por alguns raros registros fotográficos, que me mostravam sua pele negra, um olhar muitas vezes cansado e histórias que me foram contadas, sempre de forma lacônica, mas que me marcaram de uma forma única.

Dentre estas histórias, meu pai me conta que não conheceu seu pai ou mesmo qualquer outro membro de sua família “de sangue”, que foi sempre apenas ele e “dona Arminda”. Quando ele nasceu, ela já trabalhava e morava em uma casa como empregada doméstica. Em trabalhos do colégio, ainda muito pequeno, quando tínhamos que contar as histórias de nossos avós, já percebia nos colegas e, até em professores, o estranhamento com este fato, já que estudava em um colégio particular de classe média. Isso me fazia ter vontade de silenciar esta história, pelo receio da reação dos colegas, pelo diferente, sem a dimensão do que significava esse silêncio e todas as suas implicações.

Até que um dia, já mais velho, provavelmente entrando na adolescência, sem perceber a razão exata, vi-me contando esta história, sem o mesmo receio, nos momentos em que todos os colegas compartilhavam histórias de suas famílias, e, sempre, ao olhar a minha volta e percebia que não havia negros, não havia negras. O silêncio passava então a ter um novo significado nesta relação. Meu sentimento começou a se alterar em um primeiro momento, não por perceber as discriminações de forma direta, mas pela percepção da ausência de diversidade, em especial no âmbito escolar.

Porém, ao chegar a minha casa, via Maria, outra pessoa fundamental neste processo, que assim como a minha avó é empregada doméstica e que, mesmo deixando seu lar e o cuidado

de seus próprios filhos, despendia um carinho imenso e incontável. Sempre a apresentava como minha “segunda mãe”. Percebi mais tarde que, para além da romantização desta questão, existia uma grande perversidade, já que, enquanto eu sonhava com a faculdade, com um dia estar escrevendo esta dissertação, que ela escutava com um grande orgulho, seus filhos já tinham que trabalhar.

Via em Maria e nas histórias de minha avó Arminda que não conheci a beleza e o amor, um afeto único e muitas vezes impensável em uma sociedade que discrimina, que marca lugares, porque somente em uma sociedade racista é possível imaginar que todas estas desigualdades sejam naturalizadas.

Perceber o racismo que estava presente no meu dia-a-dia, nos lugares, nas ausências, foi um primeiro passo, mas uma questão que foi (e em grande medida ainda é) difícil, foi admitir meu próprio racismo, admitir o que meu silêncio significava depois de compreender que, por mais empatia que tenha, jamais vou saber o que é ser negro nesta sociedade, ou o que é ser mulher. Percebi, então, o quão importante é seguir tendo esta reflexão, desnaturalizar meu racismo diariamente, lutar e entender que tudo isso significa dar o lugar, o protagonismo, como espero conseguir fazer neste estudo ao trabalhar com histórias de vida. No entanto, isso jamais deve significar silêncio ou que esta não é uma questão que também devo tratar, pelo contrário.

Nesse sentido, era a hora de romper o silêncio; este trabalho se torna assim mais que uma simples dissertação necessária à titulação de Mestre em Administração. Minha monografia na graduação também foi sobre o tema, tal qual foi a disciplina que cumpri no estágio docente. Em todas as oportunidades que tiver, mesmo que apenas no âmbito acadêmico, vou aproveitar para tratar, debater e romper os silêncios: um processo contínuo de (re)construção. E claro, ainda olho tudo isso pela janela, não posso falar pela Maria, pela “vó” Arminda ou qualquer outra pessoa negra. Mas sinto que não posso me calar e ousar dizer que, por elas, com elas, escuto as histórias de trabalho e de vida, narradas por quem de fato faz esse trabalho e para quem escrevo as páginas que seguem.

## 1 INTRODUÇÃO

Para estruturar a introdução deste trabalho, subdividi essa seção em três principais tópicos: “de onde falo (e escuto)”, “apresentação do trabalho” e “objetivos”. Com isso, pretendo tocar nos principais pontos introdutórios dessa dissertação. Optei por iniciar com uma discussão do lugar de fala, de modo a complementar o prefácio apresentado, no qual, de forma mais livre destaco algumas questões referentes à minha aproximação com o tema. Contudo, não trato de forma mais detida sobre o conceito do lugar de fala, elemento que considero central para o desenvolvimento da dissertação. Para desenvolver essa discussão me baseio em grande medida em Ribeiro (2017).

O segundo tópico trata da apresentação do trabalho, apontando os elementos centrais que serão tratados, buscando apresentar as justificativas e problematizar o objeto deste trabalho. Por fim, o terceiro tópico apresenta os objetivos que serão desenvolvidos ao longo dessa dissertação.

### 1.1 De onde falo (e escuto)?

Você deve tá pensando  
o que você tem a ver com isso?  
Desde o início,  
por ouro e prata,  
olha quem morre,  
então veja você quem mata (...)  
*Nego Drama – Racionais MC's*

É necessário escutar por parte de  
quem sempre foi autorizado a falar  
(RIBEIRO, 2017, p. 78)

Neste tópico, gostaria de aprofundar uma questão que se iniciou no prefácio, a partir de uma narrativa que buscou reconstruir um pouco da minha aproximação com o tema. Sendo assim, acredito que seja interessante apresentar uma compreensão sobre o conceito de “lugar de fala”, com base na discussão empreendida por Ribeiro (2017). Esse conceito

carrega em si diversas questões que se fazem fundamentais para esse trabalho. Enquanto homem branco, precisava compreender qual era o meu lugar de fala e escuta nessa dinâmica das relações raciais. Nesse sentido, um primeiro ponto que me chama atenção é a necessidade de desconstrução da raça branca como neutra e universal.

Ao falarmos sobre o lugar de fala, Ribeiro (2017) nos lembra que se trata também de um debate estrutural, pois falamos sobre e a partir de nossas localizações sociais. Jaime (2011) também destaca que uma pessoa branca pensa sua identidade a partir de outros lugares, seja nação, classe, gênero, mas nunca raça. Esse é em geral um aspecto silenciado, de modo que muitas vezes é taxado racista aquele que marca as diferenças raciais. Essa operação diz muito à respeito das especificidades das relações raciais no Brasil.

Não quer dizer que com isso sejam negadas as experiências individuais, mas compartilhar um mesmo lugar social significa compartilhar as mesmas experiências nas relações de poder que se apresentam, como é o caso do racismo. Essa compreensão nos ajuda a perceber que pessoas negras não precisam necessariamente agir e saber se posicionar de forma crítica em relação ao racismo e podem inclusive apontar que nunca o sentiram, o que não significa que não foram privadas de oportunidades em certos momentos, devido ao seu lugar social. É nesse sentido que Ribeiro (2017, p. 68) destaca que não se nega “a perspectiva individual, mas se dá ênfase no lugar social que se ocupa a partir da matriz de dominação”.

As experiências individuais são próprias do humano, contudo, ocupar esse lugar social não significa dizer que apenas pessoas negras possam escrever sobre o racismo:

Quando falamos de direito à existência digna, à voz, estamos falando de um *locus* social, de como esse lugar imposto dificulta a possibilidade de transcendência. Absolutamente não tem a ver com uma visão essencialista de que somente o negro pode falar sobre o racismo (RIBEIRO, 2017, p. 64)

Existe nesse ponto, em especial pelo debate que cresce a cada dia nas redes sociais, uma confusão entre lugar de fala e representatividade. Como exemplo, Ribeiro (2017) aponta que uma travesti negra pode não se sentir representada por um homem branco *cis*, mas esse homem branco *cis* pode teorizar sobre a realidade das pessoas *trans* e travestis a partir do lugar que ele ocupa. Acredita-se com isso que não pode haver essa desresponsabilização do sujeito de poder:

Fundamental é que os indivíduos pertencentes ao grupo privilegiado em termos de locus social consigam enxergar as hierarquias produzidas a partir desse lugar e como esse lugar impacta diretamente na constituição de lugares dos grupos subalternizados” (RIBEIRO, 2017, p. 86).

Sendo assim, pessoas brancas vão experimentar o racismo a partir do lugar de quem se beneficia das opressões em relação às pessoas negras, que experimentam o racismo a partir do lugar de quem é objeto de opressão. Essa é a principal percepção que eu devo ter, além de considerar que é importante escutar, uma vez que nunca vou saber de fato o que é ser negro no Brasil e vivenciar o racismo. Uma escuta que traspasse uma ideia meramente burocrática e metodológica da pesquisa, mas que de fato demonstre que os sujeitos que irão narrar suas histórias têm muito a nos falar e ensinar.

## 1.2 Apresentação do Trabalho

Na face do velho  
as rugas são letras,  
palavras escritas na carne,  
abecedário do viver.

Na face do jovem  
o frescor da pele  
e o brilho dos olhos  
são dúvidas.

Nas mãos entrelaçadas  
de ambos,  
o velho tempo  
funde-se ao novo,  
e as falas silenciadas  
explodem.

O que os livros escondem,  
as palavras ditas libertam.  
E não há quem ponha  
um ponto final na história  
infinitas são as personagens...  
(...)

EVARISTO (2008)

Nesses infinitos personagens de uma história (ainda) sem fim que é a luta contra o racismo no Brasil, Leila e Clóvis<sup>1</sup> nos brindam nessa dissertação com suas histórias de vida, para que eu possa concretizar o objetivo geral de **compreender e analisar como as relações raciais se manifestam e são vivenciadas por trabalhadores industriais negros, a partir de suas histórias de vida**. A possibilidade de escutar essas histórias, apresentá-las e analisá-las representa a grande força desse trabalho.

Porém, antes de conhecer Leila ou Clóvis, muitas questões marcaram a construção dessa pesquisa. Em um primeiro momento, o interesse pelo tema se deve ao questionamento de uma imagem das organizações muitas vezes tidas como neutras, desconsiderando aspectos culturais e sociais fundamentais relacionados ao contexto no qual a organização está inserida e que permeiam as relações (PRESTES MOTTA *et al.*, 2001). Por mais que no nível abstrato do planejamento, considere-se a organização um ambiente sem distinções, este cenário de fato não existe, e a carga simbólica que carrega um indivíduo é parte integrante do cotidiano organizacional (SARAIVA; CARRIERI, 2008).

Adotar essa perspectiva significa também desconstruir a imagem reificada da organização, compreendendo que as organizações existem apenas por e para o homem (SARAIVA 2009). Este ponto é fundamental, pois assim podemos compreender que, além de sua função econômica, as organizações possuem uma dinâmica social da qual não se pode abrir mão enquanto objeto de análise, havendo inúmeras possibilidades de significação do ambiente da história da organização ao se ouvir o que os trabalhadores têm a dizer. Deste modo, as histórias de vida se apresentam como um caminho possível, pois permitem contar histórias muitas vezes silenciadas nas organizações (BARROS; LOPES, 2014). Quando falo desses silêncios, são muitos os âmbitos em que isso ocorre, quando tratamos de vidas negras, e a produção acadêmica não é diferente. Ao longo do desenvolvimento dessa dissertação, deparei-me com muitos trabalhos de pesquisadores negros e pesquisadoras negras que ficaram por muito tempo relegados a um segundo plano.

---

<sup>1</sup> Leila e Clóvis são as pessoas que se dispuseram a contar suas histórias de vida para a realização desta dissertação. Leila se autodeclara negra, possui 48 anos, é mãe de dois filhos e trabalha atualmente com atividades sindicais, tendo experiência no ramo metalúrgico. Clóvis também se autodeclara negro, possui 54 anos, tem dois filhos e teve larga experiência no ramo da metalurgia.

Falar de histórias de vida de trabalhadores negros significa falar também das relações raciais<sup>2</sup> que se constituíram e se constituem em suas vidas. É uma relação dialética que contribui para nutrir a subjetividade inscrita na experiência social (GAULEJAC, 2004/2005). Para além de um simples método de pesquisa, ressalto o caráter terapêutico das histórias de vida, poder refletir acerca de sua própria vida é um momento importante para a atribuição de sentido e a tomada de consciência acerca de várias questões. Colomby *et al* (2016) apontam ainda que o contar das histórias de vida se funda na “experiência da reflexão” apontada por Habermas, que só ocorre por meio da própria reflexão do sujeito sobre si.

Esse processo não ocorre apenas com quem narra as histórias, foi necessário que eu também me envolvesse com essas histórias de vida que foram contadas, sendo um momento de reflexão e construção em relação ao tema. Uma das especificidades ao se trabalhar com as histórias de vida é exatamente o vínculo e a empatia que devem ser criadas entre o pesquisador e quem narra suas histórias de vida. Gaulejac (2004/2005) destaca que as pessoas contam suas vidas de forma mais fluida quando encontram uma escuta receptiva, sendo um meio efetivo da pessoa desenvolver capacidades de historicidade, ou seja, ser sujeito de sua própria história.

Essa reflexão se mostra especialmente importante quando pensamos as relações raciais no Brasil. Uma construção sócio-histórica de caráter complexo silenciou em grande medida o debate acerca das desigualdades raciais, levando a uma naturalização da situação (SILVA, 2012). Essa construção se iniciou com a escravidão e se alterou, ou melhor, adaptou-se ao longo da história do país. Inicialmente, a justificativa da inferiorização da raça negra como algo natural se desenvolveu com justificativas religiosas que marcavam a essência dos africanos como “herdeiros de Cam” e, por isso, condenados à condição que lhes apresentavam. A humanidade parece não ser uma questão colocada aos negros; a própria ideia da “raça negra” enquanto unicidade se deu a partir da dissolução de uma grande diversidade encontrada no continente africano (BARROS, 2009).

Nesse contexto, é iniciado o processo de construção do discurso que naturalizava as desigualdades observadas e marcadas por uma diferença de cor. Quando a escravidão não

---

<sup>2</sup> Importante ressaltar que no âmbito desse estudo tratamos as relações raciais como uma construção sócio-histórica que retrata desigualdades entre brancos e negros, em diversos níveis, econômico, social, cultural, educacional, dentre outros. Considero, portanto, apenas as relações vivenciadas por negros e brancos, porém, existem outras formas de relações raciais que podem ser consideradas.

mais se sustentava<sup>3</sup>, a manutenção do “lugar” do negro na sociedade e no trabalho ganhava novos contornos. O racismo científico surgiu para justificar a relação entre a cor da pele, elementos morais e capacidades intelectuais dos negros, não mais com argumentos religiosos, mas se valendo da biologia (TELLES, 2003; HASENBALG, 1979; BARROS, 2009).

A preocupação com a possibilidade de inserção dos negros na sociedade e a propagação de sua condição “degenerada” era grande. Com um discurso de auxiliar o avanço do país com as técnicas aprendidas na Europa, os imigrantes brancos europeus começaram a aportar em terras brasileiras, trazendo consigo o apoio do Estado e também a esperança de “branqueamento” da população. A vivência da raça nesse período trazia elementos diretos de inferiorização, o lugar do negro no trabalho era muito bem delimitado (MARTINS, 2012).

Com o avançar do tempo, o discurso em relação à raça se alterou fortemente, com a ideia de que viveríamos em uma “democracia racial”, especialmente a partir de estudos de Gilberto Freyre na década de 1930. Isso quer dizer, as raças no Brasil conviveriam harmoniosamente, em especial quando comparado com outros países como os Estados Unidos e a África do Sul, que nesse mesmo período possuíam sistemas de segregação racial legal (GUIMARÃES, 2001; TELLES, 2003).

Essa ideia de democracia racial não foi aceita passivamente, e diversos autores trataram de desconstruir essa questão, como Fernandes (2008). Esse é um tema que até hoje gera discussões, com o envolvimento direto dos movimentos negros na desconstrução desse mito e também com a adoção de políticas de ações afirmativas que, para além de seus efeitos legais, promovem a discussão sobre o assunto e evidenciam o problema relacionado às questões raciais no Brasil. Esses avanços institucionais e lutas do movimento negro fizeram com que o racismo se tornasse uma prática cada vez menos aceita, e sua expressão se dá muitas vezes de forma velada (LINS; LIMA-NUNES; CAMINO, 2014; PEREIRA; TORRES; ALMEIDA, 2003).

A complexidade das relações raciais no Brasil é apontada por Rosa (2014), que destaca a identidade negra no país como sendo fluida, já que se institui por meio do fenótipo do

---

<sup>3</sup> Não apenas no período da abolição, mas também antes, quando alguns negros já se viam em condições de liberdade, mas as condições impostas ao se inserir na lógica do trabalho assalariado não se diferenciavam de forma substantiva em relação aos escravos, exercendo praticamente as mesmas funções (OLIVEIRA, 1979).

indivíduo, que está ligado à sua cor e também a diversas variações de aparência física, como a textura do cabelo, o formato do nariz e dos lábios, dentre outras. Não é, portanto, uma questão biológica. Nos termos de Barros (2009, p. 11), estamos tratando de uma “construção social da cor”, que se insere em um contexto sócio-histórico de complexas questões: “Em torno da percepção social daquelas pequenas diferenças que se expressam no nível biológico sob a forma de distintas tonalidades de pele humana, existem centenas de anos de história a serem considerados”.

Nesse sentido, é importante destacar o motivo pelo qual consideramos utilizar o termo “raça”, mesmo que consideremos que as relações raciais no Brasil operem a partir das diferenças de cor. Responder a esta questão não é uma tarefa simples e remete às primeiras formas como a ciência se apropriou do termo, em seu sentido biológico. Tal fato se deu no período em que a escravidão estava em vias de ser abolida. A raça então passou a ser utilizada não apenas para descrever a origem do indivíduo, mas como um conceito que tinha por intuito justificar uma hierarquia de tipos biológicos. Antes do racismo científico, negros e índios eram subjugados por justificativas religiosas e morais, e não por meio da ciência (TELLES, 2003).

Durante este período, o conceito de raça passou a ser utilizado largamente como uma forma de dominação. Deste modo, a partir da década de 1930, em especial com o marco da aparição de “Casa Grande e Senzala” de Gilberto Freyre em 1933, foi iniciada uma mudança acerca da forma como a ciência e o pensamento social e político brasileiros se relacionavam com os negros e com a miscigenação, vendo a herança cultural africana como positiva (GUIMARÃES, 1999). Moura (1988) complementa essa visão, apontando:

O mito do bom senhor de Freyre é uma tentativa sistemática e deliberadamente bem montada e inteligentemente arquitetada para interpretar as contradições estruturais do escravismo como simples episódio epidêmico, sem importância, e que não chegaram a desmentir a existência dessa harmonia entre exploradores e explorados durante aquele período (MOURA, 1988, p. 20)

Calculado no que, posteriormente, ficou conhecido como o mito da democracia racial, a utilização do termo “raça” nos estudos científicos brasileiros passou a denotar uma postura racista dos pesquisadores, não sendo este um problema a ser debatido, já que as diferenças

raciais não existiam, portanto, o que importaria em termos de oportunidades de vida seriam as classes sociais (GUIMARÃES, 1999).

Esta discussão, que tinha objetivos antirracistas, acabou por desarticular o debate acerca das desigualdades que incidiam sobre os negros no Brasil. Não se pode negar que o rompimento com a ideia de diferenciações biológicas raciais foi um avanço, porém, também são inegáveis no âmbito econômico, social e político as desigualdades raciais que se apresentam. Portanto, se a raça foi desconstruída em seu sentido biológico, ela ainda se constitui socialmente (TEIXEIRA, 2015). É essa dimensão que interessa a este estudo, sendo também uma escolha política, no sentido de problematizar as desigualdades sócio-históricas que se constituíram em relação à questão racial. Usar o termo “raça” neste estudo significa marcar as desigualdades que se apresentam aos negros no bojo das relações raciais vivenciadas no Brasil, não deixando de considerar outro lado dessa relação de poder e os privilégios da branquitude.

Quando comecei a perceber estas desigualdades, já em meu dia-a-dia, veio a vontade de me aprofundar nestas questões, com a inquietação de buscar compreensão sobre essas desigualdades e os elementos que as constituem. Comecei a entender então que ser branco também faz parte desta dinâmica, que não é uma raça neutra, trata-se de uma posição que carrega em si uma série de privilégios, inclusive de estar aqui podendo escrever esta dissertação, em uma instituição de ensino pública. Também entendi que nunca vou conseguir sentir o que é ser negro na sociedade brasileira. Nesse sentido, compreendo a minha empatia em relação ao tema e que jamais deveria silenciar ou falar por aqueles que são os verdadeiros protagonistas nesta questão.

Observar esse cenário de desigualdade racial que se apresenta aos negros é um ponto inicial para compreendermos o motivo pelo qual é importante a realização de uma dissertação de mestrado que tenha como foco trabalhadores negros. A partir desse ponto, parece-me importante fazer o questionamento apresentado por Rosa (2014, p. 255): “Não pesquisamos as relações raciais nas organizações porque acreditamos serem espaços racialmente neutros ou esses espaços são vistos como racialmente neutros porque não são pesquisados? ”.

Esta questão é muito importante, pois estudos como Conceição (2009), Nkomo (2011), Rosa (2014) Teixeira (2015) e Nascimento *et al* (2015) apontam para a necessidade de mais estudos no campo dos Estudos Organizacionais que abordem a questão racial. Conceição (2009) destaca que a ainda incipiente movimentação no âmbito dos estudos organizacionais

em torno da questão racial pode advir de uma possível naturalização da situação e, também, pelo fato de que muito dificilmente são observadas cenas explícitas de discriminação racial nas organizações. Contudo, estes fatos não implicam a inexistência do racismo. É importante ponderar que o racismo tratado neste trabalho não se refere apenas a relações interindividuais, mas também às relações socialmente construídas, que marcam “lugares” e naturalizam desigualdades.

A despeito do número ainda reduzido de estudos que abordem as relações raciais nos Estudos Organizacionais, devido à dimensão do tema, não se pode negar que o interesse em debater a questão tem se desenvolvido nos últimos anos, havendo inclusive espaços como o “Grupo de Trabalho 04: Sobre Desigualdades e Interseccionalidades: Discutindo Raça, Gênero, Sexualidade e Classe Social nos Estudos Organizacionais”, que fez parte do IV Congresso Brasileiro de Estudos Organizacionais – CBEO, e contou com trabalhos que debatiam a questão racial. Também são debatidas essas questões em congressos da Associação Nacional de Pós-Graduação e Pesquisa em Administração – Anpad. Tais avanços só reforçam a relevância e a urgência do debate deste tema.

Esse crescente interesse pelas relações raciais não se demonstra apenas na academia. Como exemplo, no ano de 2016, o Governo Estadual do Paraná lançou uma propaganda, em face à comemoração do mês da consciência negra, que chamou muita atenção. No vídeo, foram divididos dois grupos. Ao primeiro grupo, foram mostradas fotos de pessoas brancas em diversas situações (correndo, limpando a casa, no trabalho, dentre outras). A Imagem 2 retrata um exemplo de situação apresentada na propaganda, na qual foi mostrado um homem branco de terno em um ambiente organizacional. Já para o segundo grupo, foi mostrada uma foto em circunstâncias similares, porém, com um homem negro (Imagem 3). As reações foram distintas, com o primeiro sendo considerado um “executivo”, já o segundo um “motorista particular”.

**Figura 2 – Pessoa branca de terno**



**Fonte:** Governo do Estado do Paraná (2016)

**Figura 3 – Pessoa negra de terno**



**Fonte:** Governo do Estado do Paraná (2016)

Esse é apenas um dos exemplos que poderia citar para retratar a relevância de um tema que vem sendo cada vez mais debatido, contando com a participação dos movimentos negros. Essa luta e essa participação não se apresentam apenas em relação ao mercado de trabalho, aspectos culturais também são cada vez mais debatidos. Um exemplo claro é a discussão que se formou em torno da utilização de turbantes por parte de mulheres brancas (OLIVEIRA, 2017). Essa discussão trouxe para reflexão a questão da apropriação cultural e vem gerando um debate intenso, que coloca em foco as relações raciais no Brasil e sua construção social, buscando desconstruir o mito da democracia racial que silencia e naturaliza as desigualdades e a discriminação racial.

Como aponte, a área dos Estudos Organizacionais não tem fugido desses debates, contestando uma suposta neutralidade das organizações no que diz respeito às relações raciais. Nesse aspecto, o fato de ter escolhido trabalhadores industriais já remonta um certo silenciamento em relação aos padrões hierárquicos que consideram capazes de falar apenas aqueles que ocupam cargos mais altos na escala organizacional.

O foco nos trabalhadores também se dá pela constatação feita por Sansone (1996) de que o trabalho é uma “área dura” das relações raciais no Brasil, isso quer dizer, é um espaço no qual as discriminações se apresentam de forma mais explícita, no sentido da demarcação de “lugares”. A escolha específica pelo trabalho industrial se dá por ser uma área pouco explorada no que diz respeito a relações raciais. Além disso, complementa estudos como o de Jaime (2011), que se propôs trabalhar com executivos negros, assim como Teixeira (2015), ao trabalhar com empregadas domésticas, ou mesmo Pena (2017) que tratou do espaço da cozinha, uma vez que se tratam de trabalhos que contribuem para a desconstrução da imagem de um contexto organizacional neutro, sejam em ocupações tradicionalmente ligadas às mulheres negras, como o trabalho doméstico, seja em casos que ainda são consideradas exceções, como é o caso de executivos negros.

Nesse contexto, as indústrias se apresentam como exemplo de organizações consideradas “tradicionais” e muito estudadas no campo da administração para pensar na melhoria da gestão e da produção, a partir muitas vezes de discursos que pregam a neutralidade e a meritocracia, por isso a credito que trazer histórias de vidas de pessoas ligadas à esse contexto, narrando suas experiências e a forma como vivenciam a questão racial seja interessante, para cada vez mais romper com o mito da democracia racial.

Esse ambiente da indústria e do trabalho é permeado por diversas outras dimensões da vida dessas pessoas, por isso, acredito que seja enriquecedor utilizar as histórias de vida nesse estudo. O uso das histórias de vida também se tornou uma via fundamental, uma vez que, enquanto branco, não acredito que seria interessante me colocar como protagonista desse trabalho, bem como não teria condições de tratar da vivência das relações raciais. Além disso, compreendo que uma das bases de se utilizar História de Vida é a dimensão do “fazer refletir”, sendo também uma forma de intervenção social (COLOMBY *et al*, 2016). Esse fato se torna mais uma justificativa para a execução deste trabalho.

A partir da constatação do cenário de desigualdade racial e da complexidade destas relações, Teixeira (2015, p. 65) destaca três pontos que devem ser levados em consideração para iniciarmos a reflexão acerca das relações raciais no Brasil:

- 1) a manutenção da desigualdade de cunho particularmente racial no País; 2) o passado escravocrata e a maneira como os negros africanos foram aqui introduzidos; 3) a continuidade de um imaginário social que inferioriza os negros.

Concordando com todos esses pontos apresentados por Teixeira (2015), a estrutura que segui para o referencial teórico dessa dissertação conta com duas principais questões. O primeiro tópico trata dos elementos que compõem a construção social e histórica das relações raciais no Brasil, iniciando com o trabalho escravo, passando por elementos referentes ao “trabalho livre” e apresentando dados específicos sobre os trabalhadores metalúrgicos negros. Já o segundo trata da construção das identidades negras, abordando a continuidade do imaginário que inferioriza os negros, examinado por Teixeira (2015), além de tratar questões específicas, como elementos que marcam o debate do feminismo negro.

Finalizada essa seção, será feita a apresentação dos apontamentos metodológicos da pesquisa, destacando o alinhamento epistemológico deste trabalho, além de uma articulação com a utilização das histórias de vida e a Análise de Discurso da linha francesa. Feitas essas considerações, são apresentadas as histórias de vida de Leila e Clóvis, finalizando com as considerações finais. Além disso, é apresentado como anexo o “termo livre e esclarecido” que foi entregue aos participantes da pesquisa.

Quando falamos em “questão racial”, nos “lugares” ocupados pelos negros nas organizações, e mesmo em racismo, estamos falando em resistências diárias por parte dos negros. Estamos falando também de percepções das mais diversas, de mediações variadas em relação ao cenário apresentado. Todas estas questões e a percepção do cenário de

desigualdade racial levaram à seguinte pergunta: **Como as relações raciais se manifestam e são vivenciadas nas histórias de vida de trabalhadores industriais negros?**

Ao pensar a vivência e as mediações realizadas por estes trabalhadores, o que desejo é compreendê-los em sua singularidade e também na sua relação com os aspectos sociais que se apresentam em suas histórias de vida. Para auxiliar a resposta a essa questão, foram desenvolvidos alguns objetivos que nortearam essa pesquisa, que serão apresentados a seguir.

### **1.3 Objetivos**

Esse trabalho tem como objetivo geral: **compreender e analisar como as relações raciais se manifestam e são vivenciadas por trabalhadores industriais negros, a partir de suas histórias de vida.**

Para auxiliar na consecução deste objetivo, são propostos os seguintes objetivos específicos:

**A) compreender elementos sócio-históricos que permeiam as relações raciais no Brasil,** a partir de um levantamento teórico que contemple os principais fatores que marcaram a inserção do negro na sociedade brasileira e seus desdobramentos, em especial a partir da perspectiva de autoras e autores negros;

**B) analisar as histórias de vida em um contexto mais amplo, não considerando apenas o aspecto racial, mas outros elementos de discriminação, sejam de gênero, classe, dentre outros, que se juntam a este e fazem parte das narrativas;** por meio das histórias de vida contadas pelos indivíduos, considerando também aspectos silenciados, com o auxílio da análise de discurso francesa;

**C) apreender como as relações raciais vivenciadas pelos indivíduos entrevistados se apresentam na dinâmica organizacional do trabalho industrial que se inserem,** analisando as histórias de vida que serão narradas, com foco especial na trajetória de trabalho dos entrevistados.

Além de apresentar uma breve introdução, essa dissertação está dividida em outras quatro seções, que se iniciam com um debate acerca da questão racial, inicialmente focando na

construção social das relações raciais, passando pela construção das identidades negras e tratando também especificamente da questão da mulher negra. Um segundo momento do trabalho aponta para a construção do percurso metodológico. Apresentadas essas questões, iniciam-se as análises das histórias de vida de Leila e Clóvis, seguidas das considerações finais.

## **2 CONSTRUÇÃO DAS RELAÇÕES RACIAIS E TRABALHO NO BRASIL**

Como primeiro elemento do referencial teórico deste trabalho, apresento um debate racial, por meio do qual pretendo desenvolver elementos que considero importantes para o desenvolvimento dos objetivos desse trabalho, em especial, quando tratarmos das histórias de vida de Clóvis e Leila. Para iniciar esse debate, optei por apresentar um breve panorama histórico no que diz respeito ao processo de escravidão de pessoas negras, seguido pelo debate pós-abolição. Compreender esse processo histórico nos permite questionar e promover uma reflexão crítica acerca de diversas questões que se colocam no debate racial no Brasil, como o discurso da Democracia Racial, ou mesmo a ideia de uma raça branca vista como neutra e universal, além de outros elementos que marcam a construção das identidades negras no Brasil.

Por fim, serão apresentados nessa seção dados referentes às desigualdades raciais no mercado de trabalho em Minas Gerais, de uma forma mais ampla, bem como no que se refere ao setor metalúrgico, discutindo também algumas especificidades do trabalho industrial no que se refere aos ditos “serviços de homem” e “serviços de mulher”

### **2.1 O Trabalho Escravo**

Em uma seção que busca trazer elementos do trabalho no Brasil que se relacionem com a dinâmica racial, torna-se fundamental contextualizar o trabalho escravo, não com o intuito de demonstrar um caráter determinista nas desigualdades hoje enfrentadas, mas de posicionar estas desigualdades no contexto sócio-histórico que as constitui.

É nesse sentido que Moura (1992) nos mostra que a história do negro no Brasil se confunde com a formação da própria nação brasileira, acompanhando sua evolução histórica e social. Trazidos como escravos, os negros africanos e seus descendentes contribuíram para a dinamização da economia brasileira em diversas regiões, estando sumariamente excluídos de qualquer possibilidade de acesso a esta riqueza.

Não é uma tarefa fácil tratar da dinâmica de trabalho que se deu ao longo do período em que os negros foram escravizados no Brasil. Portanto, não pretendo trazer todos os elementos que constituíram esta fase, tratando a questão de forma apenas introdutória. Para iniciar esta discussão, compreender que a escravidão foi um processo que durou mais de três séculos é fundamental, iniciando-se em meados do século XVI e sendo abolida apenas em 1888<sup>4</sup>. Deste modo, os portugueses chegaram ao Brasil em 1500 e, inicialmente, começaram a escravizar a população indígena<sup>5</sup>, mas logo se voltaram para a África em busca de mão de obra negra. Alguns trabalhos apontam que, por volta de 1549, o primeiro contingente de negros escravizados desembarcou em São Vicente. Porém, outros historiadores apontam uma data anterior, afirmando que em 1511 a nau “Bretoa”, enviada por Fernando de Noronha, já estava embarcada com negros a bordo (MOURA, 1992).

Hasenbalg (1979) apresentou estimativas de que, desde o início do tráfico de escravos até 1870, 3.646.000 cativos chegaram aos portos brasileiros, representando um percentual de 38% do fluxo do tráfico de escravos no Atlântico. Estes números não são exatos, e, conforme Moura (1992) pondera, a apuração da realidade racial do Brasil neste período poderia excluir o negro como representativo do “homem brasileiro”, o que pode ter levado a uma subestimativa destes registros.

A especificidade e a contribuição dos europeus para o sistema escravocrata que se desenvolveu no Brasil foi sua introdução “em um comércio transoceânico de âmbito mundial” (BARROS, 2010, p. 41), que o converteu em peça-chave dos sistemas econômicos coloniais<sup>6</sup>. Evidência dessa conversão é o fato de que a concentração de escravos se dava nas regiões com maior dinamismo econômico (MOURA, 1992). É isso que Hasenbalg (1979) sinaliza, apontando que, em um primeiro momento, os escravos foram alocados na indústria açucareira, ficando concentrados na região entre o Maranhão e

---

<sup>4</sup>Importante ressaltar que o Brasil foi o último país do hemisfério ocidental a abolir a escravidão (TELLES, 2003).

<sup>5</sup> A mão de obra empregada na montagem dos primeiros engenhos no Brasil foi predominantemente indígena. Alguns trabalhavam sob o regime assalariado, mas a maioria era submetida ao regime de escravidão, com os escravos negros sendo alocados em atividades especializadas. Nesse sentido, é estimado que um escravo negro custasse três vezes mais que um escravo índio na segunda metade do século XVI. Com a pressão dos jesuítas, a Coroa portuguesa promulgou leis que coibiram parcialmente a escravidão indígena, o que coincidiu com o aprimoramento do tráfico de escravos vindo da África (MARQUESE, 2006).

<sup>6</sup>Também é importante destacar que a escravidão existiu em outros momentos da história, porém a chamada escravidão antiga se dava principalmente por questões bélicas, isto é, a captura de um homem livre a partir de uma batalha ou mesmo por questões relativas a dívidas (BARROS, 2010).

a Bahia, até meados do século XVII, quando o declínio da economia açucareira causou uma forte recessão no Nordeste, levando a economia local a um caráter de subsistência.

É importante ressaltar que a arrancada da indústria açucareira se deu entre 1580 e 1690, período no qual a produção brasileira superou todas as outras regiões abastecedoras do mercado europeu. Marquese (2006) apresenta como “segredos” da produção da cana de açúcar três principais elementos: as técnicas do processamento; as técnicas de administração dos escravos e a organização do tráfico negreiro transatlântico.

No século XVIII, os negros foram deslocados para as regiões mineiras e alocados na mineração e pecuária. A mineração também atraiu imigrantes portugueses, fazendo com que, dos 100 mil portugueses registrados em 1700, esse número se alterasse para cerca de um milhão em 1800 (FURTADO, 1958). As características do ouro de aluvião faziam com que coexistissem grandes e pequenos empreendimentos, ao contrário da produção de açúcar, que era acessível somente para quem tivesse grandes recursos financeiros. Com isso, aumenta a proporção de brancos na população e a propriedade de escravos se dá de forma menos concentrada.

Com este deslocamento, os negros não levaram apenas seu trabalho, mas também sua cultura e técnicas que, aperfeiçoadas, proporcionavam ainda mais riqueza para a Coroa Portuguesa. Foram os negros que extraíram, por meio de seu trabalho, os metais que eram enviados a Portugal para pagar sua dívida com a Inglaterra, por exemplo (MOURA 1992).

Ao ver esse número de escravos que foram trazidos ao Brasil e as situações às quais foram submetidos, não poderíamos deixar de pensar, mesmo que de forma breve, as relações que ocorriam nas regiões africanas das quais se originavam estas pessoas que chegavam ao país, pois este fato também marca as relações raciais que se apresentavam no período. Na África, as diferenças tribais eram muito evidentes e geravam padrões de solidariedade e hostilidade entre as diversas tribos, o que interessava aos europeus (BARROS, 2010).

Compreender a diversidade étnica dos grupos de africanos que chegavam ao Brasil é essencial, pois a percepção de que os escravizados não eram seres passivos ao longo do processo de escravidão nos faz refletir também sobre o processo de apropriação que faziam desta nova situação que lhes impunham, sem deixar de lado a influência do que fora vivido anteriormente por eles (SLENES, 1999). Este processo se liga com a busca de uma homogeneização de todos os negros que se encontravam no país, levando em consideração

apenas a cor da pele. É nesse sentido que a própria noção de “negro” no Brasil se torna uma construção social.

Somada a essa desconstrução da diversidade étnica africana, era observada a inferiorização de todos os negros, considerando o continente africano como “exterior” à civilização (BARROS, 2010). São inúmeros os relatos apresentados por Slanes (1999) que retratam a forma como os negros eram vistos, a partir de preconceitos culturais relativos à cultura africana, além de estereótipos negativos no que se referia ao “caráter negro”, que repercutia em sua capacidade para o trabalho, para a civilização e até mesmo para “constituir família”. Isso leva a “correlações rígidas entre patrimônio genético, aptidões intelectuais e inclinações morais” (CONCEIÇÃO, 2009, p. 4).

Neste ponto, é importante citar que a diversidade humana é algo natural, em que se pesem as diferenças relativas às características pessoais de cada ser humano. São raros os projetos políticos que visam erradicar estas diferenças. Como caso extremo, podemos citar o projeto de eugenia nazista (BARROS, 2009). As lutas sociais são, portanto, pela redução das desigualdades referentes às diferenças sociais.

É neste aspecto que acredito ser importante a compreensão do período relativo à escravidão, pois foram marcados lugares e desigualdades fundamentais entre pessoas, com base em sua cor da pele, que não se extinguiram por completo com o fim da escravidão. Faziam parte do processo de inferiorização da raça negra elementos que justificassem sua escravização, tratando esta questão não como um processo momentâneo, mas como um aspecto essencial e imutável. Neste sentido:

A estratificação social no Brasil Colonial fundou-se precisamente no deslocamento imaginário da noção desigualadora de “Escravo” para uma coordenada de contrários fundada sob a perspectiva da Diferença entre homens livres e escravos. Nesta nova perspectiva, um indivíduo não está escravo, ele é escravo (BARROS, 2010, p. 38).

Essa diferenciação essencial denota uma relação de poder, que se baseia na cor da pele dos indivíduos, e não é apenas a raça negra que se torna inferiorizada; os brancos passam a possuir privilégios, não sendo uma raça neutra como muitas vezes é tratada por aqueles que pertencem à raça branca. É sobre este “capital suplementar” da raça branca que Depreste (1980, p. 11) irá tratar:

Além da posse dos meios e dos instrumentos de produção e de trabalho, além do capital, a escravidão dos africanos forneceu aos proprietários europeus um "capital" suplementar: a cor (branca) da pele, máscara e sinal da propriedade e do poder político-cultural e que configuraria a classe dos colonos.

Essas relações de poder podem ser observadas também nas relações de miscigenação que ocorriam no período. Esse é um aspecto importante para a desconstrução de leituras que levaram a interpretações de um racismo mais brando e de um posterior cenário de democracia racial<sup>7</sup> vivido no Brasil. Como exemplo, as mulheres negras eram sexualmente exploradas pelos homens brancos, enquanto as mulheres brancas eram “poupadas para o casamento e a criação de herdeiros legítimos” (HASENBALG, 1979, p. 140).

As relações sexuais entre negros e brancos, por mais que existissem, eram desiguais e, inclusive, condenadas pela Igreja Católica (TELLES, 2003). Barros (2009) aponta a inexistência de uma definição clara acerca da assertiva de que a condição de mestiço representaria uma amenização da negritude, enquanto fator de discriminação, uma vez que, além dessa visão, os mestiços também poderiam ser vistos como aqueles que eram “contaminados” pela “raça africana”.

Como exemplo do argumento religioso ligado à escravidão, que a justificava condicionando o negro como um ser naturalmente inferior, apresentamos um relato de Charles Ribeyrolles (1980), que nasceu na França em 1812, veio ao Brasil em 1855 e publicou seu livro “Brasil Pitoresco”, em 1859 (SOUZA, 2010). No trecho, o autor destaca o papel que a religião dava aos negros, como uma raça condenada:

Que pregam aos escravos esses pastores d’almas? A obediência absoluta, a humildade, o trabalho, a resignação. Alguns vão a ponto de dizer que os negros são filhos do Cam – filhos do maldito – e que para a sua raça condenada não há reabilitação possível. Dupla excomunhão: a de Adão e a do filho de Noé, a da alma e a da pele (RIBEYROLLES, 1980, p. 48).

Ainda na visão dos brancos europeus à época, de acordo com relatos apreendidos por Slanes (1999), a imagem de família que tinham os portugueses era considerada impossível aos escravos. O autor destaca que um dos principais fatores que se acreditava para essa indisposição dos negros à constituição de uma família, nos moldes que por eles se apresentava, era (acreditavam) a impossibilidade do homem escravo de impor sua

---

<sup>7</sup> Essa questão será tratada de forma mais detida na próxima seção, pois esse ideário se deu em um momento posterior à abolição da escravidão. Porém, destaco que o mito da democracia racial representou (e em certa medida ainda representa) um importante aspecto formador das relações raciais no Brasil.

“autoridade” perante seus filhos e esposa, além de considerarem a propriedade privada de bens materiais como elemento fundamental para a constituição e o desenvolvimento de uma família<sup>8</sup>.

A preocupação sobre esse aspecto familiar dos negros voltou a ser debatida ao longo do século XIX. Sob a influência de um projeto disciplinar que associava a estabilidade da família e uma vida sexual controlada ao sucesso no trabalho, o processo em que se deu a “transição” entre o trabalho escravo e o trabalho livre foi marcado pela preocupação com as famílias negras. É neste sentido também que a “vadiagem” do negro liberto se tornou uma preocupação constante nos debates políticos e jornais à época. Com a exposição de inúmeros fatores negativos, entre eles a falta de um núcleo familiar estável (SLANES, 1999).

Ao relatar essas questões, podemos observar como realmente foi construída uma imagem do negro que ia além de simples desigualdades, mas que marcavam diferenças, nos termos de Barros (2009). A correlação entre a pigmentação da pele e uma essência de inferiorização se construía das mais diversas formas e nas mais diversas instâncias: cultura, família, trabalho, entre outras. Ainda assim, é fundamental pensar que “o escravo, enquanto escravo e apesar da escravidão, não deixou de ser um sujeito histórico como outro qualquer, definindo e definindo-se no bojo das relações sociais” (LARA, 1998, p. 33).

É nesse sentido, que tendo em vista a relação com o trabalho, o trabalho escravo representava uma coerção extrema, na qual o trabalhador é destituído de todo e qualquer direito<sup>9</sup>, mas isso não imputa dizer que não eram sujeitos históricos e muito menos que o trabalho escravo não faz parte da História do trabalho no Brasil.

---

<sup>8</sup> Essa era a visão apresentada por relatos de viajantes à época da escravidão, que foram revisitados por Slanes (1999). Porém, é importante ressaltar que estes não eram relatos neutros, e a própria condição da construção das relações raciais e da escravidão e trabalho livre como essências estava presente na visão desses narradores, ao se depararem e descreverem os escravos e suas relações. Esses relatos também apresentam o forte caráter patriarcal das relações que se esperavam entre homens e mulheres, que no caso das mulheres negras se somava à sua relação racial.

<sup>9</sup> A despeito dessa ser a forma mais comum de se tratar a escravidão, é importante ressaltar que, ao longo desse processo e, em especial, em períodos em que os ciclos produtivos em determinadas regiões entravam em declínio e nos anos próximos à abolição, existiram gradações nestas relações de trabalho escravo, com possibilidades de maior “liberdade”. Essas gradações também se deram pela pressão exercida pelos escravos, em seus mais diversos movimentos de resistência, como exemplo da fuga para o mato e a criação de quilombos (BARROS, 2009).

Se hoje temos essa consciência, da humanidade dos então escravos, à época essa dimensão não estava clara, por isso apresentamos outro trecho de Ribeyrolles (1980), que descreve, a partir de sua visão, a condição dos trabalhadores que observou:

Interesse nenhum o liga à terra, nem proveitos lhe advêm da colheita. [...] É a escravidão. Por que se desvelaria a mãe em manter limpos os filhos e a morada? Os filhos lhe podem ser arrebatados, de uma hora para outra, como pintos ou cabritos da fazenda, e ele mesmo não passa de um simples objeto (RIBEYROLLES, 1980, v. 2, p. 47).

Esse primeiro trecho remete a uma imagem de pura anomia, um processo de sujeição do escravo ao contexto que a ele se apresentava. Poderíamos tecer críticas a essa visão, pois não foram ouvidos os escravos para que se pudesse perceber a forma como realizavam mediações em relação à condição que lhes apresentava. Porém, interessa-nos analisar nessa citação, exatamente, a imagem criada em torno do trabalho escravo, uma visão coisificada, ao ponto que o sujeito na condição de escravo não era considerado trabalhador.

Esse trecho nos mostra uma visão acerca dos trabalhadores escravizados<sup>10</sup>, que se mostram importantes como exemplo dos aspectos sócio-históricos que emergiam na construção das relações raciais, tendo na ciência um aspecto central nessa construção, em especial no período em que a escravidão estava em vias de ser abolida, no século XIX. Nesse período, a preocupação com a “integração” dos ex-escravos à sociedade brasileira era grande<sup>11</sup>.

No Brasil, em especial durante o século XIX e início do século XX, houve um avanço das teorias eugenistas e do chamado racismo científico. Mesmo quando a liberdade formal era dada aos escravos recém-libertos, diversos mecanismos foram utilizados para a manutenção do *status quo*, apresentando aos negros barreiras para acessar determinados lugares na sociedade.

Deste modo, quando a escravidão estava em vias de ser abolida, no século XIX, a ciência foi a arma utilizada para revalidar a dominação racial sobre os negros. A raça passou a ser

---

<sup>10</sup> Importante ressaltar que não são imagens *dos* trabalhadores e sim *sobre* eles, pois em nenhum momento houve a intenção de ouvir os próprios escravos.

<sup>11</sup> A despeito de tratarmos a abolição como um período importante de ser demarcado no complexo processo de construção das relações raciais no Brasil, é importante destacar que já existia um grande contingente de negros “livres”, mesmo antes de 1888, com a abolição oficial do tráfico de escravos. Portanto, o racismo científico atuou também em um período anterior, sobre esses negros que já não estavam condicionados ao cativeiro.

utilizada não apenas para descrever a origem do indivíduo, mas era um conceito que tinha por intuito justificar uma hierarquia de tipos biológicos (TELLES, 2003). Os autores que tratavam do tema buscavam, nesse sentido, justificativas para a manutenção da imagem que se formou em torno do negro ao longo do processo de escravidão.

Essas questões tiveram grande influência quando pensamos nas relações raciais e no trabalho atualmente, pois a formatação de uma condição inferior dos negros leva à demarcação de lugares que devem e que não devem ser por eles ocupados<sup>12</sup>. Nos termos de Barros (2009), a ciência buscava revalidar a condição de diferença para a desigualdade da escravidão. Ou melhor, tratava de reafirmar as diferenças dos negros, com o alinhamento entre a cor da pele e as capacidades intelectuais e morais dos indivíduos.

Uma das principais preocupações presentes no pensamento social e científico brasileiro do século XIX era o efeito da miscigenação racial na sociedade brasileira. Neste contexto, as ciências biológicas trouxeram suas explicações por meio das teorias eugênicas. Campo científico emergente, a eugenia propunha enquanto objeto entender a “utilidade social do aproveitamento do conhecimento sobre a hereditariedade para fins de procriação” (TELLES, 2003, p. 43). Os eugenistas acreditavam que os negros eram inferiores, os mulatos degenerados e que o clima tropical não contribuía para a integridade biológica e mental dos seres humanos. Seguindo esta linha de raciocínio, a sociedade brasileira estava fadada ao insucesso. Outros intelectuais brasileiros bem como campos do conhecimento contribuíram para este debate acerca da condição do negro na sociedade brasileira à época. Segundo José Carlos Reis, a principal questão levantada pelos estudiosos durante os anos 1850-1920 foi: “teria sido a miscigenação o mal que condenaria definitivamente a raça brasileira?” (REIS, 2007, p. 64).

Francisco Adolfo de Varnhagen<sup>13</sup> (1816-78) foi um destes pensadores que trataram da questão da presença negra no Brasil. Varnhagen acreditava que a colonização latifundiária e escravocrata fora prejudicial. No entanto, ele não aceitava a escravidão porque não concordava com a presença negra no Brasil, o que levava à miscigenação e ao desprestígio da raça brasileira, a qual ele desejava que fosse “branca e pura”. Ainda segundo o autor, a

---

<sup>12</sup> Os desdobramentos desta questão na atualidade serão desenvolvidos mais à frente, a partir da formulação das relações entre “áreas duras” e “áreas moles”, realizada por Sansone (1996). Neste momento, ressalto a construção sócio-histórica dessa questão.

<sup>13</sup> José Carlos Reis define Francisco Adolfo de Varnhagen como o “Heródoto brasileiro” e, portanto, o “fundador” da história do Brasil (REIS, 2007).

escravidão e o latifúndio seriam mais toleráveis se os escravos fossem os índios, o que os jesuítas proibiram. Segundo Reis (2007), o que ele não aceitava, portanto, era “a negreiria que enche as cidades e os engenhos brasileiros” (REIS, 2007, p. 56).

Por volta de 1880, Raimundo Nina Rodrigues (1862-1906)<sup>14</sup> também deu voz à essa discussão, trazendo aspectos da criminologia ao debate. Seguidor de Lombroso, italiano que ficou famoso por medir a inteligência a partir do tamanho cranial dos seres humanos, Rodrigues temia que a miscigenação pudesse levar à degeneração do povo brasileiro. Próximo à sua morte, o autor defendia que deveríamos adotar dois códigos penais separados, retirando o livre arbítrio dos negros, uma vez que estes não poderiam ser livres para escolher, dada sua incapacidade para se civilizar. Quanto aos mulatos, Nina Rodrigues não tinha tanta certeza da sua condição, por isso propunha uma subdivisão das raças em três categorias: superior (branca), ordinária (parda) e degenerada (negra) (TELLES, 2003).

Assim como Nina Rodrigues, muitos eugenistas e intelectuais brasileiros tinham dúvidas com relação às capacidades dos mulatos, que eram claramente vistos como superiores aos negros. Havia uma visão otimista sobre eles, aceitando o fato de que se assemelhavam em parte aos brancos. Aceitar tal afirmação poupou muitos membros influentes das elites brasileiras que eram claramente mulatos. Como exemplos, Telles (2003) cita: José Patrocínio, Luiz Gama, Lima Barreto, André Rebouças, Tobias Barreto e Machado de Assis. Tais exemplos apenas explicitam o fato de que eram comuns os procedimentos de discriminação racial e a atribuição de grande importância à raça como critério de colocação social e econômica (HASENBALG, 1979).

O eugenismo no Brasil se desenvolveu na virada e início do século XX, seguindo a linha neo-lamarckiana, defendida pelos franceses, que se diferenciava dos primeiros eugenistas, anteriormente citados. Segundo esta linha de pensamento, as deficiências genéticas poderiam ser superadas em uma única geração. A miscigenação entre brancos e não-brancos seria, portanto, a solução para a sociedade brasileira. No ano de 1912, João Batista Lacerda, por exemplo, previu que a população brasileira seria composta por 80% de brancos, 3% de mestiços, 17% de índios e nenhum negro, em 2012.

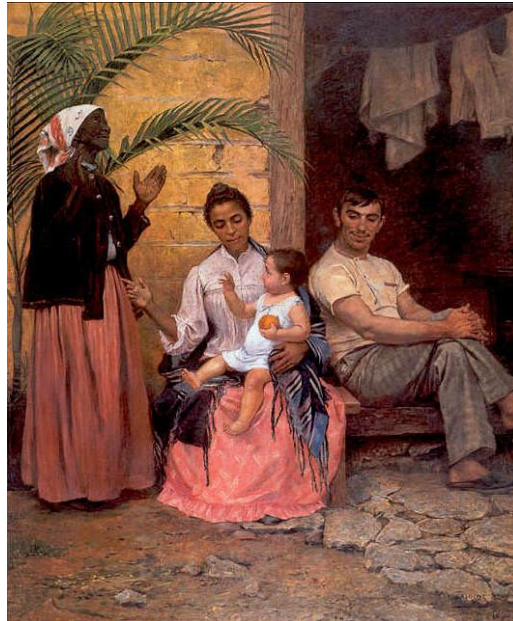
João Batista Lacerda, ao apresentar sua teoria de branqueamento da população, no “I Congresso Internacional das Raças” realizado em julho de 1911, citou o quadro “A

---

<sup>14</sup> Nina Rodrigues era professor na respeitada Escola de Medicina da Bahia.

Redenção de Cam”<sup>15</sup> de Modesto Brocos. Este quadro é representativo deste momento histórico, pois retrata o ideal de branqueamento da população e da ideia da raça negra até mesmo como uma “maldição”. Como se observa no quadro retratado pela Figura 4, uma avó agradece por seu neto que possui a pele clara.

**Figura 4: A Redenção de Cam**



**Fonte:** Modesto Brocos y Gomez, Óleo sobre tela, 199cm x 166cm. Rio de Janeiro: Museu Nacional de Belas Artes.

Outro ponto que esses intelectuais brasileiros trataram de refutar foi o fato de que o clima tropical era degenerativo para os brancos: deste modo, estavam criadas as bases científicas para o incentivo estatal à chegada de trabalhadores brancos europeus ao Brasil (TELLES, 2003).

Tratando agora de forma mais detida acerca do processo de abolição, um dos projetos para esse período foi apresentado por André Rebouças, mulato e filho de um membro proeminente da elite política colonial. O projeto de Rebouças era um dos mais radicais, entendia a abolição como um primeiro passo a ser dado, ao qual se seguiria o fim do monopólio da terra pelos grandes latifundiários. Isto acarretou diversas propostas, como o imposto territorial progressivo. No entanto, como muitos outros em seu tempo, temia que a

<sup>15</sup> Neste ponto, tenho que explicar o título, e é bastante “interessante”, por ser uma explicação religiosa, que inclusive fundamentou por algum período a escravidão dos negros, pois estes seriam “sucessores de Cam”, filho de Noé amaldiçoado e condenado a ser “servo dos servos”.

reforma agrária e popular resultasse em guerra civil; viu, assim, seu projeto de refundação nacional perder força (CARVALHO, 2009).

Albuquerque (2009) aponta que o movimento abolicionista não foi algo comandado e encaminhado apenas pelas elites brancas e doutores do império, mas que houve uma participação direta dos negros neste processo. Como personagens negros que tinham como principal foco o fim da escravidão, podem ser citados Luís Gama, José do Patrocínio e Manoel Querino. Estes são os mais conhecidos, mas a participação dos negros se deu, principalmente, por meio da pressão exercida por revoltas e fugas coletivas, que ao fim do período evidenciavam a crise do escravismo<sup>16</sup>.

As pressões exercidas pelos negros foram, de fato, fundamentais para a abolição, mas quando este processo já era aceito por parcelas das elites brancas, que inclusive acreditavam que “só o fim do cativo libertaria o homem branco, visto como refém da resistência de seus escravos” (ALBUQUERQUE, 2009, p. 93), estas elites tomaram a frente do processo e deixaram de lado qualquer proposta de integração do negro a este novo modelo de sociedade que lhes apresentava.

Esta é a face do movimento abolicionista exposta por Hasenbalg (1979), buscando demonstrar que, sob o argumento de que o regime escravocrata era tido como um entrave ao desenvolvimento da economia brasileira, a abolição fora um movimento impulsionado por uma parcela da elite branca. Emília Viotti da Costa corroborou este pensamento. Ela acreditava que o abolicionismo teria sido inicialmente promovido por brancos:

A adesão dos escravos viera depois. Nascera mais do desejo de libertar a nação dos malefícios da escravatura, dos entraves que esta representava para a economia em desenvolvimento, do que propriamente do desejo de libertar a raça escravizada em benefício dela própria, para integrá-la à sociedade de homens

---

<sup>16</sup> Ao fazer a revisão deste trabalho, não poderia deixar de destacar a importante contribuição da prof<sup>a</sup> dr<sup>a</sup>, Josiane Silva de Oliveira. No momento da defesa desta dissertação, ela pontuou que mesmo com um tópico destinado ao feminismo negro, eu silencieei inúmeras abolicionistas negras, que não foram citadas neste trabalho. A despeito de não ser capaz de esgotar essa discussão, não poderia deixar de citar ao menos os nomes dessas abolicionistas e também inserir essa nota destacando a importância dessa reflexão e a necessidade contínua de desconstrução da “história oficial” e da compreensão do meu lugar de privilégio, que por fim, poderia contribuir para reforçar este cenário. Como alguns destes nomes, destaco: Dandara dos Palmares; Tereza de Benguela; Maria Felipa de Oliveira; Maria Firmina dos Reis; Adelina Charuteira; Eva Maria de Bonsucesso; Rainha Tereza do Quariterê; dentre muitas outras mulheres que lutaram e participaram ativamente da construção desta história.

livres. Alcançando o ato emancipador, abandonou-se a população de ex-escravos à sua própria sorte (COSTA, 1966, p. 450).

Complementando esta visão e aprofundando um pouco mais sobre como se deu este processo de transição do negro, da escravidão para o novo regime de trabalho livre que lhes apresentava, Fernandes (2008) chamou atenção para o fato de que a desagregação do regime escravocrata se operou no Brasil “sem que cercasse a destituição dos antigos agentes do trabalho escravo da assistência e garantias que os protegessem na transição para o sistema de trabalho livre”:

Os senhores foram eximidos da responsabilidade pela manutenção e segurança dos libertos, sem que o Estado, a Igreja ou outra qualquer instituição assumissem encargos especiais, que tivessem por objeto prepará-los para o novo regime de organização da vida e do trabalho. O liberto viu-se convertido, sumária e abruptamente, em senhor de si mesmo, tornando-se responsável por sua pessoa e por seus dependentes, embora não dispusesse de meios materiais e morais para realizar essa proeza nos quadros de uma economia competitiva (FERNANDES, 2008, p. 29)

Segundo Fernandes (2008), neste contexto de transição da escravidão para o trabalho livre, o Brasil começou a alterar a maneira como enxergava o trabalho, constituindo uma nova forma de desenvolvimento e modernização econômica e social. Contudo, neste movimento, o trabalho escravo passou a ser sinônimo de atraso, de latifúndio, de monocultura e de baixa produtividade. O trabalhador negro também era percebido de forma similar, como indisciplinado e tendo baixo conhecimento técnico. Somado a isso, existia ainda a ideia, sustentada pela ciência, de que tais características eram intrínsecas, e que não poderiam ser alteradas (SILVA, 2013).

Para resolver este problema, a imigração europeia passou a ser estimulada pelos governos estaduais, e seu período se confundiu com o da abolição da escravidão não por coincidência, mas por conta de uma política clara e explícita de embranquecimento da sociedade (FERNANDES, 2008), bem como com o período da unificação dos estados nacionais alemão e italiano. Entre 1888 e 1930, segundo dados expostos por Hasenbalg (1979), 3.762.000 estrangeiros chegaram ao Brasil, sendo que 2.822.000 fixaram-se no país. Este fato, somado aos expostos por Fernandes (2008), Costa (1966) e por Silva (2013), acirraram

ainda mais a situação vulnerável e degradante em que se encontravam não só os negros recém libertos, como a grande massa de negros livres e mulatos que já existiam no Brasil, como aponta Balán (1974, p. 122):

Tanto na economia agrícola de exportação mais dinâmica, o café, quanto na economia urbana em expansão, durante os últimos anos do século passado [século XIX] e a primeira década deste século [século XX], a massa imigratória europeia relegou a um segundo plano a mão de obra nacional e, por assim dizer, a um terceiro plano os ex-escravos.

Essas explicações trazidas por Fernandes (2008), Costa (1966) e Balán (1974) foram inseridas neste estudo devido à reflexão que trazem. Porém, há nelas um caráter muito determinista, tratando os negros como sujeitos passivos neste processo, sem considerar que, ao mesmo tempo que eram impostas estratégias para a manutenção dos lugares dos negros, resistências ocorriam. Sendo assim, todos estes processos ocorreram e fizeram parte da construção das desigualdades que hoje observamos, mas de forma alguma os negros aceitaram esta condição como um fato dado.

Outro processo importante pelo qual passava o Brasil neste período era a formação da República, que se deu em 1889. Guimarães (2011) chama a atenção para o fato de que, durante o processo de abolição, e nos períodos que se seguiram, os negros se mobilizaram em torno de uma ideia de liberdade, que dizia respeito à negação do cativo. No entanto, a ideia republicana de liberdade se esgotava na criação de um aparato legal comum a todos, independentemente de sua raça ou origem social. Sendo assim, para este autor, o advento da República de 1889 nada tinha a acrescentar a este ideário, o que, em certa medida, explica o modo como esta foi recebida pelos negros e também pelos setores populares.

Isso porque nos anos em que se seguiram à abolição, havia uma certa veneração à Princesa Isabel e uma forte corrente em defesa de um futuro Terceiro Reinado. Como exemplos de episódios de resistência aos republicanos, Guimarães (2011) cita as refregas da Guarda Negra no Rio de Janeiro e em Salvador, assim como a resistência à República em São Luís. O autor busca argumentar de modo diverso ao do senso comum, segundo o qual a resistência à República ocorrera devido à ignorância e o despreparo cívico das populações pobres, que teriam sido manipuladas por políticos monarquistas ou pelo próprio trono.

Neste sentido, em setembro de 1888, poucos meses após a abolição, alguns ex-escravos se uniram e criaram a Guarda Negra, com o objetivo de defender a liberdade recém-conquistada, temendo que os republicanos pudessem lhes impor algum tipo de cerceamento, até mesmo uma reescravização. Sendo assim, a Guarda passou a atuar de modo a desfazer manifestações republicanas. Segundo analisado por Guimarães (2011), este temor não era infundado. Mas, para além disso, a Guarda representaria para a elite política e social brasileira um perigo real de que os setores populares, assim como os ex-escravos, pudessem participar ativamente da vida política brasileira, temor que já vinha desde a campanha abolicionista.

A despeito de estar no período no qual possuía maior apoio popular, a monarquia ruiu devido à falta de apoio por parte das classes produtoras, insatisfeitas com o fim da escravidão e a consequente falha no fornecimento de mão de obra. A Primeira República, portanto, foi instituída e já demonstrava uma trajetória autoritária e antipopular. Após dissolver a guarda popular, buscaram recriar a nação a partir de seus ideais iluministas, civilizatórios e positivistas, “domesticando à força a plebe urbana e rural, que resistia por meio de revoltas como a da Vacina e a de Canudos” (GUIMARÃES, 2011, p. 21). Sevcenko (1998) conseguiu captar bem a tentativa de modernização imposta com a Primeira República:

No afã do esforço modernizador, as novas elites se empenhavam em reduzir a complexa realidade social brasileira, singularizada pelas mazelas herdada do colonialismo e da escravidão, a ajustamento em conformidade com padrões abstratos de gestão social hauridos de modelos europeus ou norte-americanos. (SEVCENKO, 1998, p. 27).

Rui Barbosa encarnou este afã modernizador. Em uma das suas investidas contra a Guarda Negra, ele disse: “Ao manipanso grotesco da senzala, próprio para gente d’África, sucedia o feiticismo da idolatria áulica, digna de uma nação de libertos inconscientes” (BARBOSA, [data desconhecida] *apud* GUIMARÃES, 2011, p. 22). A imprensa seguiria tal pensamento, por exemplo, na cobertura da Guerra de Canudos, apresentando seus participantes como fanáticos e o conflito como a resistência de uma sub-raça à civilização.

Guimarães (2011) interpreta a República e os ideais republicanos como apropriados por uma elite de fazendeiros e intelectuais, que associavam cada vez mais seus valores aos da

civilização europeia, fazendo do positivismo e da ditadura republicana suas armas ideológicas para moldar uma política de reconstrução nacional.

Tal reconstrução passava pela reurbanização e sanitização das principais capitais provinciais, federalismo político, e incentivo à imigração de camponeses europeus para substituir a mão de obra negra e mestiça. Principalmente, tal reconstrução representava pôr um fim à continuada mobilização social das massas urbanas, que começara nos 1880 com a campanha abolicionista. Significava, sobretudo, atualizar em novas linguagens as formas de subordinação e inferiorização da massa trabalhadora de origem mestiça e escrava (GUIMARÃES, 2011, p. 23).

Não era de se estranhar, portanto, que um movimento liderado por militares positivistas e elites fazendeiras pudesse gerar certo receio por parte dos negros, que haviam recém-conquistado seu direito à liberdade e igualdade, mesmo que em um paradigma político e legal restrito (GUIMARÃES, 2011).

Busquei trazer, de forma breve, com o panorama traçado até aqui, pontos importantes para a trajetória do negro na sociedade brasileira, desde a chegada dos primeiros escravos africanos ao país, até o processo de formação da Primeira República. Para concluir esta seção, devo ressaltar que o poder explicativo da escravidão como justificativa da posição social ocupada pelos negros decresce com o passar do tempo. Isso porque a estrutura que se configura a partir da escravidão até os dias atuais é resultado de uma operação contínua de princípios racistas de seleção social, que vão se modificando e se adaptando (HASENBALG, 1979). É fundamental destacar ainda que as mudanças ocorridas no cenário escravocrata não seriam possíveis se os próprios negros não tivessem lutado também por sua liberdade (BARROS, 2009).

Sendo assim, ressalto que, em todo esse período, o negro não foi um agente passivo da história, muito pelo contrário, pois as relações com os brancos eram muito desiguais; primeiramente devido às relações de escravidão e em um segundo momento, com o esforço de manutenção desta estrutura por meio dos diversos mecanismos apresentados.

Ao concluir esta seção, destaco o peso que mais de três séculos de trabalho escravo, somados aos elementos do racismo científico, produziram para o desenvolvimento da imagem do negro na sociedade brasileira e em especial sua relação com o trabalho, iniciando, assim, uma construção da cor enquanto elemento de diferenciação moral e

intelectual. A próxima seção irá trazer elementos que marcaram a construção das relações raciais no Brasil a partir de questões que surgiram à medida que os negros foram se libertando, ao menos formalmente, da condição de escravos, inserindo-se no “trabalho livre”.

## 2.2 O “Trabalho Livre”

O trabalho escravo foi o núcleo do sistema produtivo brasileiro por muitos anos. Tratados os aspectos que constituíram a construção social das relações raciais no Brasil ao longo desse período no qual pessoas negras foram escravizadas, é importante destacar que a opção por iniciar uma nova seção nessa dissertação não marca uma ruptura com esses aspectos, com questões introdutórias ao tema sendo apresentadas na seção anterior, como a constituição da República e a chegada dos imigrantes brancos europeus. O que vamos chamar de “trabalho livre”<sup>17</sup> marcou apenas um novo cenário no qual as relações raciais continuaram se desenvolvendo a partir de novos mecanismos que se apresentavam.

Esse novo cenário se intensificou ao longo do século XIX, com foco especial na abolição, em 1888. Porém, vários elementos se apresentaram ao longo desse século, sendo marcado por transformações políticas e econômicas no Brasil. Em sua primeira metade, a força de trabalho nos núcleos urbanos era composta, em grande medida, por trabalhadores escravos. Tomando como base o Rio de Janeiro, Theodoro (2008) ressalta que a maioria da mão de obra nesse período era composta por cativos que realizavam tarefas domésticas, além daqueles que se apresentavam para oferecer a venda de seus serviços de forma diversa no mercado<sup>18</sup>. Eram negros e negras que desempenhavam diferentes funções, desde artesãos, cozinheiras, carregadores, vendedores, até trabalhos ligados à prostituição e pedintes. Esses trabalhos realizados garantiam a renda e o sustento de muitas famílias cariocas.

Porém, também havia os trabalhadores chamados livres ou libertos, geralmente negros ou mulatos que exerciam serviços de toda natureza, que, em sua maioria, possuíam alguma

---

<sup>17</sup> A utilização das aspas para se referir ao trabalho livre remonta à ideia de que este na verdade se refere ao trabalho assalariado. Portanto, tratamos aqui do período em que o negro se viu livre para vender a força de seu trabalho em troca de um salário (CHALHOUB, 1990)

<sup>18</sup> Esses eram os chamados “negros de ganho”, geralmente pertencentes a famílias de classe média. Esse tipo de “função” atrelada aos negros passou a crescer com o avanço dos núcleos urbanos (THEODORO, 2008)

especialização. Esse grupo vai ganhando corpo com o avanço dos anos (THEODORO, 2008). Oliveira (1979) aponta que as principais formas de libertação durante esse período eram leis especiais do Estado ou Cartas de Alforria. Ainda a autora destaca que o primeiro caso era mais raro, pois o Estado se mostrava um grande aliado dos senhores que detinham escravos, e, muitas vezes, as leis não se faziam cumprir. Ademais, algumas leis que eram instituídas tratavam de forma excludente as oportunidades que eram dadas a negros e brancos, como é o caso da Lei de Terras de 1850, que acabou por legalizar a apropriação desigual da terra entre os diferentes grupos raciais (THEODORO, 2008).

A Lei de Terras (Lei nº 601/1850) foi promulgada no mesmo ano da Lei Eusébio de Queiroz, que determinava a proibição do tráfico de escravos, o que, por consequência declarava livres todos os negros que ingressassem no país em data posterior à lei, fato que não era plenamente assegurado pelo Estado (OLIVEIRA, 1979). Contudo, esse foi um marco na possibilidade de liberdade. Retomando a Lei de Terras, conforme aponta Theodoro (2008), ao mesmo tempo que se vislumbrava o fim da escravidão, essa lei definia como única forma de possuir terras a sua compra, o que dificultou o acesso à terra por aqueles que se libertavam, colocando fim ao reconhecimento de posse que havia se instituído com a resolução feita em 17 de julho de 1822<sup>19</sup>.

Mecanismos como esse faziam com que ex-escravos que estavam dedicados a atividades rurais sequer conseguissem se incluir em um regime de trabalho assalariado, pois se viam reféns das grandes propriedades, afastando-se dos setores mais dinâmicos da economia. Outra forma de libertação a partir de lei era a possibilidade de alistamento militar. Nesse caso, a necessidade de cumprimento do contingente militar falava mais alto, uma vez que os brancos não queriam servir ao exército brasileiro. Contudo, essa forma de libertação também não era sinônimo de uma vida melhor para os escravos, pois eram submetidos a tratamentos semelhantes aos vividos ao longo do processo de escravidão (OLIVEIRA, 1979).

Outras leis libertavam parcelas da população escrava, como a Lei do “Ventre Livre”, de 1871, e a Lei dos Sexagenários, de 1885. No caso da primeira lei, chama atenção a forma como a abolição era tratada de forma gradativa, pois, ao nascerem, os filhos de escravos deviam ficar sob a posse dos senhores até os oito anos, após esse período, os senhores

---

<sup>19</sup> Foram consideradas apenas as posses estabelecidas que tivessem registro em cartórios ou paróquias dos municípios (THEODORO, 2008).

poderiam receber uma indenização do Estado e entregá-lo ou usufruir de seus serviços até os 21 anos (SILVA, 2013).

A despeito dessas leis, Oliveira (1979) destaca que a forma mais comum do escravo conseguir sua liberdade, mesmo antes do período no qual elas começaram a ser promulgadas, era por meio de Carta de Alforria, que deveria ser firmada pelo proprietário enquanto vivo. Além disso, essa carta deveria ser registrada em cartório para ter sua validade comprovada, e o escravo deveria mantê-la em sua posse, caso surgissem dúvidas.

Ainda segundo Oliveira (1979), essas alforrias poderiam ser gratuitas ou onerosas, e dependiam em grande medida da vontade do senhor, da cotação da mão de obra escrava e das condições de renovação do contingente escravo. Outra questão para a qual a autora chama atenção com relação às possibilidades de libertação dos escravos é o fato de que mesmo aos libertos eram impostas grandes limitações de acesso ao trabalho, oferecendo como oportunidades basicamente as mesmas funções que exerciam anteriormente. Essa é uma tônica que marcou todas as possibilidades que tentei elencar no início dessa seção; por mais que a liberdade formal fosse concedida, a dinâmica do trabalho não se alterava substancialmente. Complementando, Theodoro (2008, p. 15) destaca que os elementos apresentados ao longo desse período “forjaram um cenário no qual a mão-de-obra negra passa a uma condição de força de trabalho excedente, sobrevivendo, em sua maioria, dos pequenos serviços ou da agricultura de subsistência”.

Elementos que citei ao longo da última seção também devem ser considerados nesse sentido, como o racismo científico, que contribuía para a construção de uma imagem do negro ligado à inferioridade e incapacidade de adaptação ao novo sistema de “trabalho livre”, ligando cor do indivíduo a questões morais e intelectuais. O branqueamento da população se apresentava como uma solução para um Brasil que se “desenvolvia”. Mizubuti (2001) aponta como período que se inicia o processo de industrialização no Brasil, as décadas entre 1880 e 1900<sup>20</sup>. A autora destaca ainda a chegada da mão de obra estrangeira, como um fator positivo que alavancou o desenvolvimento industrial do país devido à experiência que essas pessoas desenvolveram em seus países de origem<sup>21</sup>. Essa análise

---

<sup>20</sup> Faz-se a ressalva de que nesse período a indústria têxtil já se mostrava com um certo nível de expressão e mecanização da produção. Também é importante ponderar que alguns autores consideram que a industrialização no país se iniciou, de fato, apenas na década de 1930.

<sup>21</sup> Segundo a autora, a abolição da escravidão e a chegada de trabalhadores brancos europeus foram fatores importantes para a formação de mercados internos e para a construção de uma mão de obra que pudesse ser aproveitada na indústria.

remonta o estímulo à chegada de imigrantes brancos europeus como um simples “elemento de fortalecimento técnico”.

É importante destacar que Theodoro (2008) aponta que, até a década de 1850, o trabalho escravo era maioria nessa nascente indústria. Porém, com a lei que instituiu o fim do tráfico de escravos, o preço dos negros escravizados cresceu muito, o que fez com que os escravos fossem absorvidos pelas regiões mais dinâmicas da produção de café. A partir daí, a mão de obra estrangeira passa a ser mais utilizada.

Ainda Theodoro (2008) destaca que na primeira metade do século XIX, nas cidades, eram observados dois principais tipos de prestadores de serviços: os trabalhadores livres e os escravos, que podiam ser “de ganho” e aqueles alocados na indústria, além dos domésticos. O cenário se altera a partir da segunda metade do século XIX, com o aumento do número de libertos nas ruas e o aumento da chegada dos imigrantes europeus.

Se pensarmos que os escravos já se inseriam de alguma forma na dinâmica do trabalho industrial e também na produção de café, não foi um simples aspecto técnico que justificava a escolha dos imigrantes europeus, fazendo com que os negros que eram liberados se inserissem em uma dinâmica econômica de subsistência e ramos ligados aos pequenos serviços urbanos, atividades em geral mal remuneradas (THEODORO, 2008).

Assim como Mizubuti (2001), Furtado (1959) corrobora com a visão de que a chegada dos imigrantes europeus contribuía com o desenvolvimento do país. As razões para sua chegada em “substituição” ao trabalho escravo se dava pelo “despreparo” dos ex-escravos em relação à atuação no trabalho regular assalariado, além de estarem muito dispersos pelo território brasileiro, em setores de subsistência. Um homem formado em um sistema social como a escravidão não poderia, portanto, estar preparado para responder a estímulos econômicos, sendo destacado inclusive seu hábito de vida familiar. A burguesia nascente não via nos negros aspectos que pudessem se encaixar nos padrões que emergiam. O “trabalho livre” era assim um lugar que não “pertencia” aos negros.

Cabe especial destaque o fato de que, a partir de 1870, o Estado brasileiro passa também a financiar a chegada de imigrantes europeus ao país, o que reduziu os custos para os empresários e donos de terra (THEODORO, 2008).

Retomando o processo de industrialização, em 1889, um ano após a abolição, Carone (1978) afirma que havia 903 estabelecimentos industriais no Brasil, apontando que esse número

creceu para 3.120 em 1907 e para 13.336 em 1920. Como explicação para esse crescimento, Mizubuti (2001) destaca a iminência da Primeira Guerra Mundial (1914 -18), período no qual os países ditos centrais não conseguiam exportar seus produtos. Além disso, a autora ressalta o fortalecimento do mercado interno. Há também a visão de que grande parte da população de ex-escravos e seus descendentes passaram a se constituir excedente para as necessidades médias do capital agrário (POCHMANN, 2008).

Essa formação da mão de obra industrial no Brasil se deu com forte participação de imigrantes brancos europeus. Para que se tenha a dimensão dessa participação, “dos 10.241 trabalhadores classificados como artesãos, 85,5% nasceram no exterior. Na manufatura, 79% eram imigrantes; nos transportes e setores afins, 81%; no comércio, 71,6%. Excluindo as pesquisas no setor agrícola, os estrangeiros constituíam 71,2% da força de trabalho total da cidade” (MARAN, 1979, p. 15-16).

Em sua análise, Mizubuti (2001, p. 4) diz que “o negro liberto não se deixou atrair por esses novos empregos”, ao se referir ao trabalho industrial, complementando que “frequentemente o negro optou pela negação ao trabalho, sinônimo de afirmação da sua liberdade”. Ainda a autora, cita que, no Rio de Janeiro, os negros se concentraram nas atividades portuárias. Mais uma vez, a análise desconsidera a construção social das relações raciais que vinham se operando no país nesse período, relegando aos negros os problemas de sua inserção no mercado de trabalho. Essa foi e, em certa medida, ainda é a tônica quando se tratam das relações raciais inseridas em um contexto de trabalho “livre”, considerando as colocações nos postos de trabalho resultado direto das “qualidades” dos indivíduos.

Martins (2012), por sua vez, aponta a década de 1930 como aquela em que se inicia de fato a industrialização no Brasil, passando por um processo de fortalecimento a partir de 1956. A autora destaca que, a despeito da maior absorção de negros na indústria durante esse período, os negros ainda faziam parte do “exército de desocupados” e estavam alocados, em sua maioria, em posições degradantes. A liberdade formal concedida aos negros não representou, portanto, uma liberdade plena e tampouco a igualdade nas possibilidades de acesso à qualificação, sendo assim, a manutenção dos “lugares” relegados aos negros foi se construindo com base nas relações raciais.

Muito disso se deve ao fato da concepção hegemônica que se tem acerca da forma como o mercado de trabalho opera, considerando muitas vezes apenas que “a natureza produtiva é a natureza maximadamente fértil num dado ciclo de produção, enquanto trabalho produtivo

é o trabalho que maximiza a geração de lucros igualmente num dado ciclo de produção” (COUTINHO; COSTA; CARVALHO, 2009, p. 32).

Tendo em vista essa visão, o trabalho, em seu sentido clássico, é um produto decorrente de uma relação na qual os trabalhadores são vendedores, os empregadores representam os compradores, os salários são considerados os preços e o mercado de trabalho, o local onde ocorrem estas transações. Adam Smith foi um destes economistas clássicos e fez as primeiras referências ao mercado de trabalho no final do século XVII, apontando que o funcionamento do mercado de trabalho era igual aos dos demais mercados (OLIVEIRA; PICCININI, 2011).

Segundo Lima, a teoria econômica tradicional entende a determinação de salários do mesmo modo como ocorre a determinação do preço de qualquer outro bem. O salário (preço que se contrata a mão de obra) é determinado pela interação entre a oferta e a demanda de trabalho. Deste modo, pressupõe-se que existia uma homogeneidade na mão de obra disponível (LIMA, 1980).

Por outro lado, conforme destaca Lima (1980), quando se considera o âmbito macroeconômico, as limitações desta abordagem se tornam muito evidentes<sup>22</sup>. Apesar disso, muitas análises seguem sendo feitas com base na perspectiva clássica, via de regra, a partir de análise microeconômica, sempre considerando a determinação dos salários como resultado da interação de uma curva de demanda agregada (derivada de uma função de produção agregada e da hipótese de maximização do lucro na concorrência perfeita) e de uma curva de oferta, também agregada, de mão de obra.

Similarmente, segundo a perspectiva neoclássica, em especial, a teoria do capital humano, quanto maior o nível de atributos produtivos de um indivíduo, como treinamento, qualificação e educação formal, mais produtivo ele se torna, e maior tende a ser sua remuneração no mercado de trabalho. Deste modo, as diferenças de rendimentos são geradas devido ao fato de que o mercado remunera conforme a produtividade dos

---

<sup>22</sup>Na vertente da econômica crítica, esta utilização da força de trabalho como mercadoria explicita a exploração dos trabalhadores. Os capitalistas, ao serem os detentores dos meios de produção e do desenvolvimento tecnológico acabam mantendo uma parcela dos trabalhadores desempregados. Este “exército de reserva” permite que os capitalistas preservem os salários a níveis próximos aos de subsistência. Deste modo, segundo esta teoria, o mercado é marcado por uma grande desigualdade, fazendo com que o lado da oferta (ou dos trabalhadores), sobretudo, não tenha tanto poder para determinar os salários.

trabalhadores. Um dos expoentes desta teoria foi Theodore W. Schultz, ao demonstrar que os recursos humanos também devem ser considerados uma forma de capital (SAUL, 2004).

Essas visões funcionalistas dos elementos relacionados ao trabalho fizeram e, em certa medida, ainda fazem parte da forma como são vistas essas relações, tratando esses espaços como neutros e as colocações dos indivíduos como uma questão de habilidade pessoal e qualificação. Fato que contribuiu para a naturalização do racismo e para a ideia de que as organizações são espaços racialmente neutros. Desse modo, considero válida a crítica à “mão invisível”, buscando ações que gerem “uma medida justa entre eficácia e equidade, lucros e dividendos dos assalariados, respeito ao indivíduo e ao bem-estar coletivo” (LIPOVETSKY, 2005, p. 35). Os movimentos negros têm exercido forte papel nessa luta, pressionando também o Estado para agir.

Jaime (2011) corrobora essa questão destacando que pelo menos dois consensos discursivos sobre as relações raciais no Brasil tiveram que ser superados para que reivindicações sobre a implementação de ações afirmativas pudessem ser realizadas. A primeira, diz respeito à narrativa oficial da formação da sociedade brasileira, que trataria de um encontro harmonioso entre povos indígenas que aqui se encontravam, os colonizadores europeus e os então escravos que chegavam da África, a “fábula das três raças”, como aponta DaMatta (1991). Tal percepção desconsidera que os portugueses foram os colonizadores e todas as relações de poder que envolvem essa questão.

Já a segunda questão levantada por Jaime (2011) aponta para a chegada dos imigrantes europeus, vista como estritamente positiva e não considerando todos os fatores que envolveram seu incentivo, inclusive por parte do Estado e o discurso do branqueamento que permeou essa chegada. Outra questão que precisou ser superada foi a ideia de que o racismo só seria resolvido a partir da superação da sociedade de classes.

Em seu trabalho, Jaime (2011) aponta duas gerações de executivos negros, sendo a primeira situada cronologicamente nos anos 1970, já a segunda surgindo a partir do início do século XXI. Essa chamada primeira geração sofria com um contexto societal desfavorável, sendo observadas posturas defensivas para a superação das barreiras inerentes ao racismo que se apresenta a uma pessoa negra que alcança um cargo de chefia e, com isso, não se viam alinhados ao contexto dos movimentos negros à época, que também tinham pouca mobilização pelo contexto político do país, que sofria com uma ditadura militar.

A segunda geração já conta com um contexto societal favorável, em especial desde os anos 1990 e pela articulação dos movimentos negros a partir da redemocratização do país 1990 (JAIME, 2011). Gomes (2011) também trata dessa mobilização dos movimentos negros e da mudança de estratégia, visando a uma maior articulação entre as pessoas negras. Foram esses avanços institucionais que permitiram um contexto mais favorável à segunda geração, que passa a ser marcada por um “conjunto de trajetórias individuais, mas como resultado da ação coletiva” (JAIME, 2011, p. 527). Deste modo, essas pessoas passaram a ser racializadas como sujeitos “eu sou negro!” e não mais “olha lá o negro!” no mundo corporativo (JAIME, 2011, p. 528).

Esses avanços institucionais que permitiram uma maior articulação das pessoas negras serão apresentados a seguir. Ao iniciar a apresentação desses avanços, não poderia deixar de pontuar questões relativas ao movimento negro, que surgiu e se difundiu durante o período republicano<sup>23</sup>, assumindo feições e orientações múltiplas. A Frente Negra Brasileira- FNB representa o primeiro movimento político negro de caráter nacional, no período republicano, já que, após o abolicionismo e a proclamação da República, a mobilização da população negra diminuiu consideravelmente. Além disso, deve ser levado em consideração que algumas das agitações políticas dos negros foram feitas em torno de ideias por vezes contraditórias, negando os costumes africanos, ainda que houvesse na imprensa negra da época quem exaltasse a importância dessa herança cultural (GUIMARÃES, 2008).

Domingues (2008) destaca que em 1937 a FNB foi extinta, com a ascensão do período ditatorial conhecido como “Estado Novo” (1937 – 1945), o qual se caracterizava por uma violenta repressão política, fato que inviabilizava a existência de movimentos contestatórios. Ainda o autor aponta que, já em 1944, no Rio de Janeiro, é formado por Abdias do Nascimento o Teatro Experimental do Negro (TEN). Em 1945, com apoio da União Nacional dos Estudantes (UNE), é formado o Comitê Democrático Afro-Brasileiro, que tinha como objetivo defender e lutar pela anistia política dos presos políticos do “Estado Novo”.

Em novembro de 1945, ocorreu em São Paulo a Convenção Nacional do Negro, reunindo ativistas de São Paulo e do Distrito Federal, voltando a ocorrer em maio de 1946, no Rio de Janeiro. O objetivo era pensar sobre a forma de agir do novo ativismo negro, o que mais

---

<sup>23</sup> Conforme já foi observado, nas primeiras décadas imediatamente posteriores à abolição, houve grande desmobilização, e a reorganização dos movimentos sociais negros ocorrem principalmente a partir da década de 30.

tarde levaria ao Manifesto à Nação Brasileira, que consolidou as reivindicações dos ativistas presentes, colocando-as como propostas a serem debatidas na Assembleia Nacional Constituinte. No entanto, a ditadura viria a desorganizar novamente o movimento negro, pautando as relações raciais no Brasil como “democráticas”, silenciando e desarticulado a luta política dos movimentos negros (GUIMARÃES, 2011; DOMINGUES, 2008).

O Brasil retornaria formalmente à democracia apenas em 1988. Antes deste período, desde 1978, algumas garantias constitucionais foram reestabelecidas, e o movimento negro estava se modernizando e crescendo. Um grande exemplo desta reorganização, ainda no período ditatorial, foi a formação do Movimento Negro Unido (MNU), que, em julho de 1978, realizou um protesto com cerca de 2.000 manifestantes, que se reuniram em frente ao teatro municipal de São Paulo para protestar contra a discriminação racial no Brasil, que consideravam generalizada (TELLES, 2003). Guimarães (2011) ressalta que, mesmo o MNU, acreditava que a democracia racial poderia ser uma forma superior de fraternidade nacional, como demonstra a palavra de ordem em seu manifesto de novembro de 1978: “por uma verdadeira democracia racial!”. Sendo assim, havia uma tentativa de convencimento de que o racismo era um mal para toda a sociedade, buscando medidas de caráter argumentativo para “convencer” a sociedade de que este era um problema de todos.

Mendes (2012) destaca que a conjuntura que se apresentava no fim dos anos 1980 e início dos anos 1990 apontava para um esgotamento do modelo de militância negra de caráter “universalista”, como o exemplo do MNU. Isso se deve à pouca adesão por parte dos brancos a essa perspectiva, bem como ao silêncio do Estado em relação ao tema. Jaccoud (2008) também ressalta que esse período foi marcado pela promoção da cultura negra. Como exemplo, em 13 de maio de 1988, em comemoração ao centenário da abolição da escravidão, o então Presidente José Sarney anunciou a criação do Instituto Fundação Cultural Palmares, que foi efetivamente fundado no dia 22 de agosto deste mesmo ano com o intuito de tornar possível a presença negra em todas as instâncias de liderança do país.

Em seu *site* oficial, a Fundação Cultural Palmares declara seu “trabalho por uma política cultural igualitária e inclusiva, que busca contribuir para a valorização das manifestações culturais e artísticas negras brasileiras como patrimônios nacionais” (APRESENTAÇÃO, 2010). Apesar de ser fundamental a valorização da cultura afro-brasileira, segundo Telles (2003), este foco dado à cultura na política estatal permitiu que se secundarizasse,

novamente, o foco sobre as necessidades socioeconômicas dos negros, que deveriam ter sido traduzidas em políticas de saúde, educação e emprego, entre outras.

Outro elemento que marcou os movimentos negros nesse período é destacado por Domingues (2008, p. 103) ao apontar que, na década de 1980, o movimento negro passou por um processo de criação de centenas de grupos, levando a uma “atomização”, havendo apenas na cidade de São Paulo noventa entidades negras organizadas em 1988.

Como um segundo momento que caracterizou a reorganização dos movimentos negros, indo além da valorização da cultura negra, Jaccoud (2008) destaca o movimento de busca por direitos, com destaque para a criminalização do racismo. A Constituição da República Federativa do Brasil de 1988 (BRASIL, 1988) representou um marco nesse sentido, em especial, pode ser citado seu artigo 5º, inciso XLII, que tornou a prática de racismo um crime inafiançável: “a prática do racismo constitui crime inafiançável e imprescritível, sujeito à pena de reclusão, nos termos da lei”<sup>24</sup> (BRASIL, 1988). A Lei Afonso Arinos, criada durante o período Vargas, tratava o racismo apenas como contravenção penal.

Esse foi um avanço, como indica Carneiro (2000), porém Jaccoud (2008) ressalta que a luta contra a discriminação no campo jurídico vem sendo pouco utilizada no Brasil, sendo que, nos casos em que isso ocorre, os resultados não são satisfatórios em termos de punição. Ainda a autora destaca que as dificuldades decorrem da dificuldade do recolhimento de provas e testemunhos, além da resistência de membros da polícia e do judiciário em darem encaminhamento aos casos.

Cabe destacar que nem sempre o racismo se apresenta de forma direta, podendo também operar de maneira difusa. É o caso do chamado racismo institucional, que atua no nível das instituições sociais por meio de procedimentos muitas vezes considerados normais, pautados em valores sociais legitimados, contribuindo para a naturalização e a reprodução de hierarquias raciais; portanto, “influenciando o cotidiano das instituições e organizações, e promovendo a operação diferenciada de serviços, benefícios e oportunidades aos distintos grupos raciais” (JACCOUD, 2008, p. 136).

A compreensão desse conceito foi fundamental para a alteração das demandas dos movimentos negros, uma vez que foi possível a compreensão do racismo em seu conceito

---

<sup>24</sup> Este dispositivo constitucional foi regulamentado pela Lei Federal 7716, de 5 de janeiro de 1989 (BRASIL, 1989).

mais amplo, como apresentado por Munanga (2000) no início dessa seção. Tal fato contribuiu para a identificação do racismo não apenas no plano das relações interindividuais, mas também no cotidiano das organizações, bem como no acesso às políticas públicas.

Theodoro (2008) aponta que as décadas de 1980 e 1990 foram marcadas pela discussão da existência ou não existência do racismo no Brasil, com a necessidade do questionamento da democracia racial, mesmo no âmbito das políticas públicas. Ainda o autor ressalta que, em meados dos anos 1990, essa discussão vai se alterando e passam a ser debatidas formas de enfrentamento de uma desigualdade racial que se apresentou evidente, destacando também que não é possível dissociar os avanços que começaram a ser sentidos, a partir desse período, e as atuações dos movimentos negros.

É nesse período que Jaccoud (2008) destaca o que ela chamou de terceira fase dentro dos avanços institucionais, que teria como objetivo o combate à discriminação racial por meio de políticas públicas. Um exemplo que marca essa mudança é que, no dia 20 de novembro de 1995, mais de 30 mil pessoas marcharam em homenagem aos 300 anos da morte de Zumbi dos Palmares. Essa marcha culminou em uma reunião de ativistas dos movimentos negros com o então Presidente Fernando Henrique Cardoso - FHC, quando exigiram medidas concretas de combate à discriminação racial ao lhe entregarem o Documento da Marcha.

Nesse mesmo dia, FHC anunciou a criação do Grupo de Trabalho Interministerial – GTI, para o desenvolvimento de Políticas Públicas de Valorização da Cultura Negra, sendo essa a primeira vez que um líder do governo brasileiro reconhecia o racismo como existente no país e acenava possíveis mudanças. Esta ação do GTI culminou em um documento de 72 páginas que nunca foi posto em prática, por não ter sido criado nenhum grupo ou mecanismo que buscasse viabilizar as ideias contidas no documento (TELLES, 2003).

O Documento da Marcha, por sua vez, foi formulado com base em dados do censo de 1990, apresentando uma longa lista de desigualdades de oportunidades vividas entre brancos e negros. O documento chamou atenção para as desigualdades educacionais, uma vez que 30% dos negros eram analfabetos, enquanto este percentual era de 18% na sociedade brasileira. Além disso, tais desigualdades se refletiam também no mercado de trabalho, uma vez que os retornos obtidos por um maior nível de escolaridade por parte dos negros eram inferiores àqueles obtidos pelos brancos. O documento também evidenciava as diferenças de rendimentos entre brancos e negros, mesmo estes ocupando as mesmas funções, além

dos negros serem minoria no mercado de trabalho formal. A relação com a ação policial também foi tema deste documento, apontando que os negros eram as maiores vítimas da violência policial (DAMASCENO, 2010).

É interessante notar que, além deste diagnóstico que demonstrava a situação de desigualdade entre brancos e negros no Brasil, o Documento da Marcha elencava algumas ações que deveriam ser tomadas para que se diminuíssem estas desigualdades. Dentre elas, encontravam-se propostas de ação afirmativa, como o estabelecimento de incentivos fiscais às empresas que adotassem programas de promoção da igualdade racial, o desenvolvimento de ações afirmativas para acesso às universidades e cursos profissionalizantes, além da promoção de uma representação proporcional dos diversos grupos raciais nas diversas campanhas de comunicação governamental (DAMASCENO, 2010). Munanga (1996) destaca que o discurso empregado nesse documento e na organização da marcha exigia do governo que essas medidas fossem concretizadas a partir de programas governamentais.

Em 1996, foi financiado pelo Ministério da Justiça e sancionado por Fernando Henrique Cardoso o Seminário Internacional sobre Multiculturalismo e Racismo, no qual foi debatida a possibilidade de criação de políticas de ação afirmativa. Guimarães (2005 *apud* DAMASCENO, 2010) declarou ser esta a primeira vez que eram promovidas discussões por parte do governo brasileiro acerca da promoção de políticas públicas voltadas para a ascensão dos negros. Ainda em 1996, o Ipea também realizou o Seminário Internacional “Ações Afirmativas: estratégias discriminatórias?”. Mais tarde, neste mesmo ano, fora criado o I Programa Nacional de Direitos Humanos – PNDH, em 13 de maio, por meio do Decreto 1904 (BRASIL, 1996). Este instrumento continha objetivos para mulheres, pessoas com deficiências físicas, povos indígenas e pessoas negras.

Damasceno (2010) destaca que, em seu tópico destinado à população negra, o documento estabelecia, em curto prazo, o estudo de políticas públicas que valorizassem os negros. Em médio prazo, buscava desenvolver ações afirmativas que assegurassem o acesso dos negros aos cursos profissionalizantes, universidades e áreas de tecnologia de ponta. Já em longo prazo, a proposta seria cancelar todas as leis discriminatórias, desenvolver políticas que buscassem combater a discriminação racial e formular políticas compensatórias com vistas à promoção social e econômica da comunidade negra. Sendo assim, as metas estipuladas estimulavam a criação e instalação de Conselhos da Comunidade Negra, bem como propor

à Secretaria de Segurança Pública cursos de reciclagem acerca da discriminação racial e a reafirmação da prática do racismo como crime.

Segundo Telles (2003), o período marcado pelo Governo do Fernando Henrique Cardoso representou alguns ganhos no âmbito do debate das relações raciais. Contudo, ainda permanecia a ideia de que traçar políticas para uma raça específica contribuiria para solidificar as fronteiras raciais, perpetuando a concepção de diferença racial, o que se acreditava que poderia acirrar a discriminação. Além disso, a cultura popular brasileira celebraria a ambiguidade e a miscigenação, não havendo a separação conceitual necessária para que se fizessem políticas de ação afirmativa. Deste modo, o governo brasileiro à época hesitou na concretização dos objetivos colocados anteriormente (TELLES, 2003). Claramente havia nessa época, uma valorização da ideia da democracia racial, que era combatida pelos movimentos negros.

Além das pressões dos movimentos negros, Damasceno (2010) destaca que a entrada da questão racial na agenda política se deu também por uma forte pressão externa, em função do destaque do tema no âmbito internacional. Ao mesmo tempo que o Estado se abriu para as pressões da sociedade civil, havia um regime internacional de promoção e proteção de direitos humanos, ao qual este se viu estimulado a aderir.

Um evento marcante neste sentido, e também para que fossem destacados os problemas decorrentes das desigualdades raciais, foi a III Conferência Mundial Contra o Racismo, a Discriminação Racial, Xenofobia e Formas Correlatas de Intolerância, que ocorreu em 2001, em Durban, na África do Sul. Damasceno (2010) destaca que estes eventos evidenciaram uma aliança entre o Movimento Negro, acadêmicos e agência de pesquisas neste processo de destacar o debate acerca da questão racial. O Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada (Ipea) foi um importante ator neste processo, ao divulgar sistematicamente uma série de dados que revelavam as dimensões das desigualdades raciais.

Dentre os resultados da Conferência de Durban, Damasceno (2010) elenca: o Decreto 3912, de 10 de setembro de 2001 (BRASIL, 2001), que reconhece as comunidades quilombolas; a criação do Ministério da Justiça do Conselho Nacional de Combate à Discriminação (CNCD); o II Plano Nacional de Direitos Humanos, por meio do Decreto 4229, de 13 de maio de 2002 (BRASIL, 2002a); e a Lei 10558, de 13 de novembro de 2002 (BRASIL, 2002b), criando o Programa Diversidade na Universidade (DAMASCENO, 2010, p. 73)

O II Plano Nacional de Desenvolvimento Humano (II PNDH) fixou metas que ampliaram aquelas definidas pelo I PNDH, definindo o termo afrodescendente para designar este segmento da sociedade brasileira. As medidas compensatórias foram apresentadas como necessárias para reverter os efeitos da escravidão e da desigualdade racial.

Em 21 de março de 2003, é criada a Secretaria Especial de Promoção da Igualdade Racial (Seppir), por intermédio da Medida Provisória 111/2003, que posteriormente foi convertida na Lei 10678, de 23 de maio de 2003 (BRASIL, 2003a). Cabe à Seppir a articulação, junto aos demais ministérios, para que sejam desenvolvidas ações que visem combater as desigualdades apresentadas entre negros e brancos na sociedade brasileira. Ainda neste ano, por meio do Decreto 4886, de 20 de novembro de 2003 (BRASIL, 2003b), foi lançada a Política Nacional de Promoção da Igualdade Racial, com o objetivo de reduzir as desigualdades raciais, tendo como princípios norteadores a transversalidade, a descentralização e a gestão democrática. Além disso, o Plano Plurianual, importante instrumento de planejamento, dos anos de 2004-2007, incluiu o desafio de “Promover a redução das desigualdades raciais no Brasil” (DAMASCENO, 2010, p. 87). Jaccoud (2008) também destaca a criação da Seppir como um elemento da construção de um projeto mais estruturado de combate ao racismo.

Em 2010, foi aprovado o Estatuto da Igualdade Racial, por meio da Lei 12288 de 20 de julho de 2010 (BRASIL, 2010), sendo uma das iniciativas mais ousadas de toda a história brasileira na luta contra a discriminação racial e as desigualdades sofridas pelos negros. Porém, sua tramitação não foi simples, e foram várias as barreiras impostas ao longo da sua passagem pelo Poder Legislativo, na medida em que as propostas originais consideradas mais incisivas foram suprimidas do texto do estatuto (JESUS, 2013).

Uma das questões que surgiu ao longo dos anos 2000 e se destacou no longo processo de tramitação do Estatuto da Igualdade Racial foi a utilização da expressão “afrodescendente” para se referir aos negros. Isso acaba gerando mais dúvidas do que certezas, uma vez que esta expressão pode se referir aos descendentes de africanos, grupo que ultrapassa a população a qual se quer delimitar e que sofre com o racismo, que são os negros. Com isso, a Lei 12288/ 2010 já passou a utilizar o termo “população negra”, que é considerado mais adequado, uma vez que gera uma valorização da identidade negra.

Outra discussão relevante é o aparecimento da palavra “etnia” no Estatuto, o que revela certa confusão com o conceito de raça. A ideia de etnia se refere mais ao contexto cultural,

ao passo que, em primeiro lugar, as pessoas sofrem com o racismo devido às suas características fenotípicas, ou seja, a discriminação decorre do conceito político-social da raça.

Com relação ao trabalho, o Estatuto traz um capítulo específico, no qual não estão previstas as cotas, conforme estava contido no Projeto e fora apresentado anteriormente (JESUS, 2013). Além disso, este capítulo justifica as medidas apresentadas com base em compromissos internacionais assumidos pelo Brasil. Um importante dispositivo trazido neste capítulo foi o Art. 42, que possibilita a implementação de mecanismos para aumentar a participação dos negros nos cargos em comissão e em funções de confiança. Apesar da operacionalização de muitas dessas ações não estar definida, acredito que esse Estatuto representou um marco nos avanços iniciados pelos movimentos negros ainda no período de redemocratização.

Jesus (2013) ressalta que, mesmo antes da aprovação do Estatuto, algumas das questões tratadas em seu texto original já haviam sido implementadas, como a Seppir, citada anteriormente, e o estabelecimento da obrigatoriedade do ensino da matéria “História Geral da África e do Negro no Brasil”, por meio da Lei 10639 de 9 de janeiro de 2003 (BRASIL 2003c). Este foi um grande passo na busca pela construção de uma sociedade sem discriminação racial, pois, até então, quando as escolas ensinavam as origens de nossa história, remetiam à história branca europeia. Porém, ainda existem ressalvas quanto à forma como a história africana é ensinada nas escolas.

Como um possível motivo para essa ainda incipiente implantação do ensino da cultura africana nas escolas, Jaccoud (2008) aponta o número reduzido de especialistas no assunto no Brasil, além do fato de que muitos cursos superiores de História não abordavam de forma aprofundada a temática. Ademais, existia e existe certa resistência de escolas, tanto públicas quanto privadas em adotarem essa questão em seus currículos, o que fez com que os movimentos negros se articulassem e cobrassem do Ministério Público medidas para exigir o cumprimento da Lei.

Cabe ressaltar que dois anos depois da publicação do Estatuto da Igualdade Racial foi aprovada a Lei 12711 de 29 de agosto de 2012 (BRASIL 2012), que estabeleceu a adoção de cotas sociais e raciais para as vagas oferecidas por Instituições de Ensino Superior - IES federais, seguindo a diretriz de que metade das vagas devem ser preenchidas com estudantes que cursaram integralmente o ensino médio na rede pública de ensino. Destas, 50% das

vagas ficam reservadas para alunos cuja família recebe até um salário mínimo e meio, *per capita*. O restante das vagas para alunos oriundos de escolas públicas deve ser preenchido observando a proporção mínima de pretos, pardos e indígenas na população do estado onde está localizada a IES. Jaccoud (2008) ressalta que, desde 1930, a necessidade de garantir o acesso à educação da população negra é uma pauta dos movimentos negros.

Todos esses avanços institucionais e as discussões relativas ao movimento negro se somam aos aspectos apresentados anteriormente, contribuindo para a construção social das relações raciais, que irão se apresentar aos indivíduos. O próximo tópico irá tratar de forma específica de dados que representam a situação dos negros no mercado de trabalho, e mais especificamente, dos trabalhadores metalúrgicos, também destacando elementos característicos do trabalho industrial, no que diz respeito à divisão sexual do trabalho.

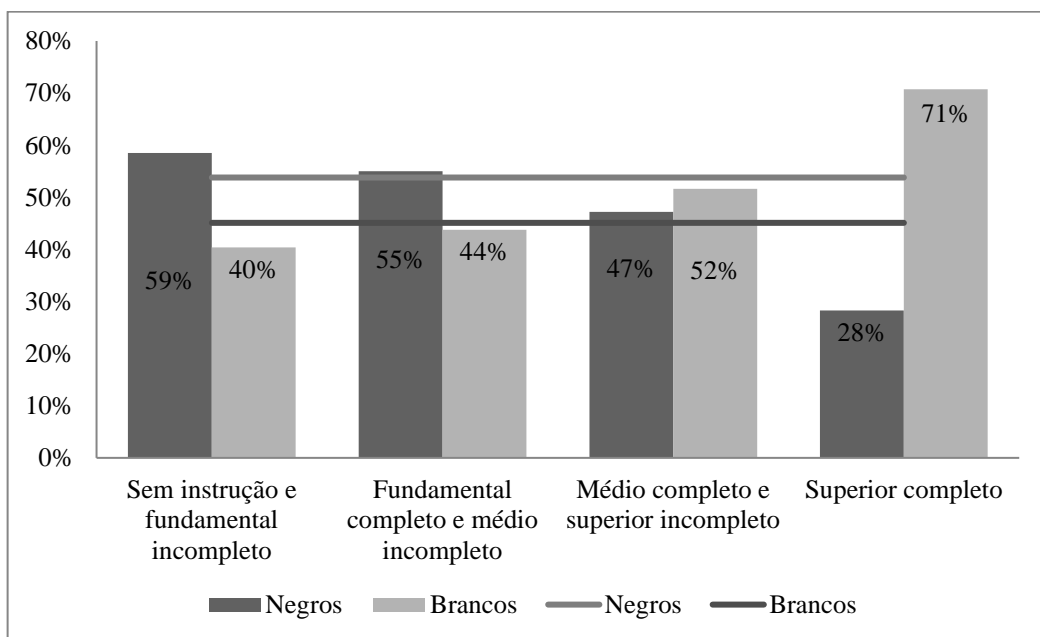
### **2.3 Alguns Dados: O trabalhador metalúrgico negro e as desigualdades raciais no mercado de trabalho**

O verso da música “A carne” eternizada na voz de Elza Soares como título do trabalho não é ocasional. Na música, o refrão é precedido e seguido por diversos versos que denunciam as desigualdades enfrentadas por negros no Brasil. Essas questões serão corroboradas pelos dados que serão apresentados a seguir, mas são visíveis em nosso dia-a-dia, com a quantidade de negros ocupando cargos de chefia nas organizações que trabalhamos, a quantidade de professores negros que tivemos, a quantidade de negros nas faculdades e universidades, a quantidade de jovens negros mortos todos os dias, a hipersexualização da mulher negra, dentre muitas outras questões que fazem parte da construção social que se opera levando em conta as relações raciais no Brasil.

Tratando especificamente das desigualdades observadas no mercado de trabalho, compreendo, assim como Carneiro (2011), que o acesso ao emprego é uma condição fundamental para a reprodução da vida, assim como sua exclusão representa uma primeira forma de negação desse direito básico de cidadania. Ainda segundo a autora, o preenchimento de novas vagas de emprego recaem sobre aqueles que têm no mínimo onze anos de estudos, o que afasta os negros, visto que reconhecidamente compõem o segmento social que experimenta as maiores desigualdades educacionais.

Essa desigualdade nos níveis educacionais fica ainda mais clara quando observamos alguns dados retirados do Censo Demográfico de 2010 do IBGE<sup>25</sup>, como o Gráfico 01, que representa a proporção de negros<sup>26</sup> e brancos nos níveis de instrução definidos pelo IBGE. Fica claro o modo como nos níveis mais elevados a maioria é branca, e essa proporção vai se invertendo quanto mais baixo o nível de instrução. Observados apenas os níveis de educação formal mais baixo e mais alto, que neste gráfico são, respectivamente, “sem instrução e fundamental incompleto” e “superior completo”, temos que no primeiro nível a proporção entre brancos e negros é de 40% e 59%, enquanto no segundo nível a proporção passa para 71 e 28%. Dado esse cenário, Segundo Carneiro (2011), as atuais exigências educacionais para a alocação da mão de obra no mercado de trabalho opera como um filtro de natureza racial, fazendo uma seleção daqueles que serão preferencialmente alocados.

**Gráfico 1 - Proporção entre negros e brancos em cada um dos níveis de instrução – Minas Gerais, 2010<sup>27</sup>**



<sup>25</sup>É importante destacar que o Censo Demográfico de 2010 do IBGE apontou que a maioria da população brasileira se autodeclara negra<sup>25</sup>. Segundo dados desse Censo, em Minas Gerais, estado em que será realizada a pesquisa, os negros representam 53,8%. Os brancos, por sua vez, representam 45,1 % da população total do estado de Minas Gerais.

<sup>26</sup>O IBGE não considera a categoria “negro” em suas pesquisas. No entanto, no âmbito desta dissertação, considero esta categoria como a soma entre “pretos” e “pardos”, já que esta junção passou a ser aceita pelos formuladores de políticas públicas e acadêmicos, uma vez que a vasta literatura que trata da questão racial aponta uma proximidade entre os indicadores de ambos os grupos. Ademais, os pardos, assim como os pretos, são discriminados pela sociedade, estando sujeitos às mesmas barreiras que são impostas para sua realização socioeconômica. As diferenças nos dados podem ser consideradas insignificantes quando observadas estatisticamente (PAIXÃO et al., 2010; SANTOS, 2002).

<sup>27</sup>A linha pontilhada representa a proporção da população branca e negra na composição da população geral do estado.

**Fonte:** Elaboração própria a partir dos microdados do Censo Demográfico de 2010 – IBGE

Essa desigualdade educacional ilustrada pelo Gráfico 1 deve ser combatida, mas sabemos que os níveis de instrução ou os anos de estudo não representam a única explicação para as desigualdades observadas entre brancos e negros no mercado de trabalho, como observado na Tabela 2. Neste sentido, Carneiro (2011) destaca que “negros com as mesmas habilitações que os brancos são preteridos em processos de seleção e, quando igualmente empregados, ganham menos pelo exercício das mesmas funções” (p. 1097).

Quando pensamos em um recorte específico para o trabalho metalúrgico, esse cenário não se altera. Neste sentido, à medida em que se aumenta o grau de escolaridade, a proporção de pessoas negras trabalhando no setor diminui, partindo de uma participação de 39,2% para os trabalhadores classificados como analfabetos até uma participação de 15,3% para os trabalhadores com algum tipo de pós-graduação (mestrado ou doutorado), segundo dados de 2014 (DIEESE).

Essa questão remete diretamente à posição ocupada pelas pessoas dentro do setor da metalurgia, uma vez que o chamado “chão de fábrica”, que trabalha com a operação das máquinas, e trata de um trabalho manual, conta com maioria negra. Como nos lembram Teixeira; Saraiva e Carrieri (2015), os trabalhos manuais, dentro de uma hierarquização das profissões, são menos valorizados, na medida em que não estão ligados ao “pensar”. Deste modo, essa redução na proporção de pessoas negras, com o avanço dos níveis educacionais, leva-nos à reflexão de que os cargos gerenciais, para os quais são exigidos maiores qualificações educacionais, são majoritariamente ocupados por pessoas brancas.

**Tabela 1 – Proporção do rendimento médio dos grupos de ocupações de acordo com o grupo “Diretores e gerentes” – Minas Gerais, 2010**

Ocupação	Rendimento em relação ao obtido em média por diretores e gerentes (%)
Membros das Forças Armadas, policiais e bombeiros militares	85
Profissionais das ciências e intelectuais	79
Técnicos e profissionais de nível médio	50
Operadores de instalações e máquinas e montadores	33
Trabalhadores qualificados, operários e artesãos da construção, das artes mecânicas e outros ofícios	30
Trabalhadores de apoio administrativo	30
Trabalhadores dos serviços, vendedores dos comércios e mercados	28
Trabalhadores qualificados da agropecuária, florestais, da caça e da pesca	26
Ocupações elementares	18

**Fonte:** Elaboração própria a partir dos microdados do Censo Demográfico de 2010 – IBGE

Quando buscamos dados que apresentam números de colocações no mercado de trabalho, essa desigualdade também aparece. A Tabela 1 deve ser lida em conjunto com a Tabela 2; a primeira busca o nível remuneratório médio entre os principais grandes grupos de ocupação apresentados no Censo Demográfico de 2010 do IBGE, fazendo a proporção do que possui, em média, um maior nível de remuneração, em relação àqueles que possuem uma remuneração média menor. E, não apenas isso, podemos pensar as hierarquias de *status* social relegado a cada um destes grupos de ocupações.

Deste modo, ao olharmos para a tabela 02, percebemos que os negros são maioria nas ocupações “menos valorizadas”, enquanto as ocupações “mais valorizadas” possuem maioria branca. No que tange ao tema deste trabalho, não se pode deixar de notar as diferenças relativas ao gênero, em especial quando observamos que no total de pessoas que se inserem no grupo “Trabalhadores qualificados, operários e artesãos da construção, das artes mecânicas e outros ofícios”, assim como “Operadores de instalações e máquinas e montadores”, apenas 4% e 11%, respectivamente são representados por mulheres negras.

Um fator importante, que vai além do que os dados demonstram, é a naturalização desta situação. A partir de um discurso meritocrático que se diz neutro, as desigualdades

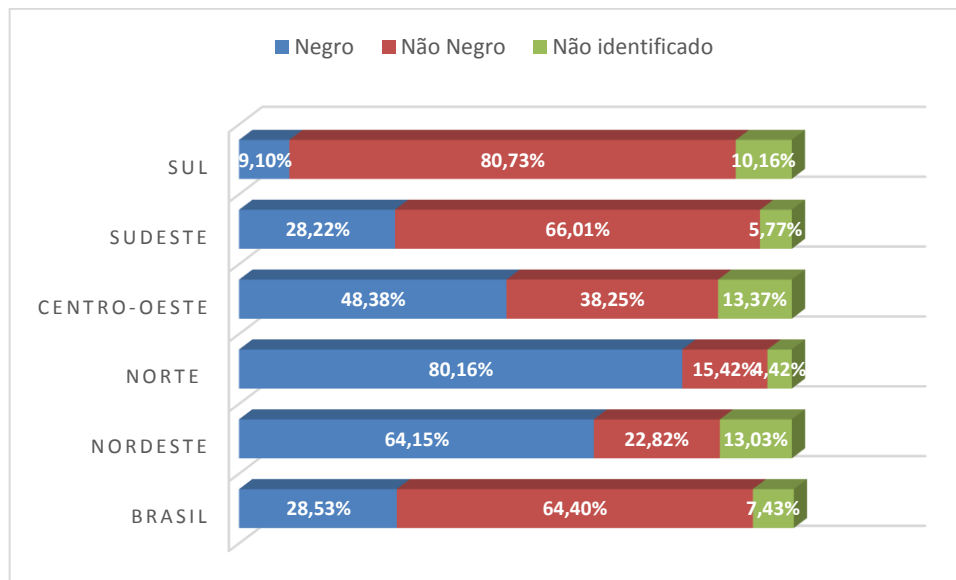
encontradas no mercado de trabalho se tornam simples questões de capacidade individual em exercer determinada função, isto é, os indivíduos só são diferentes em suas capacidades pessoais, desconsiderando, assim, toda a complexa construção de relações raciais que se opera no Brasil.

**Tabela 2 – Proporção entre negros e brancos dentro dos 10 grandes grupos de ocupação propostos – Minas Gerais, 2010**

Grupos de Ocupações	Branco (%)			Negro (%)		
	Homens	Mulheres	Total	Homens	Mulheres	Total
Membros das Forças Armadas, policiais e bombeiros militares	42	3	46	51	3	54
Diretores e gerentes	42	25	67	21	11	32
Profissionais das ciências e intelectuais	26	39	65	12	22	34
Técnicos e profissionais de nível médio	32	21	53	28	18	45
Trabalhadores de apoio administrativo	17	35	52	17	29	47
Trabalhadores dos serviços, vendedores dos comércios e mercados	20	26	46	22	30	52
Trabalhadores qualificados da agropecuária, florestais, da caça e da pesca	33	11	44	39	16	55
Trabalhadores qualificados, operários e artesãos da construção, das artes mecânicas e outros ofícios	35	4	39	55	4	60
Operadores de instalações e máquinas e montadores	34	12	46	42	11	53
Ocupações elementares	18	17	35	32	32	64

**Fonte:** Elaboração própria a partir dos microdados do Censo Demográfico de 2010 – IBGE

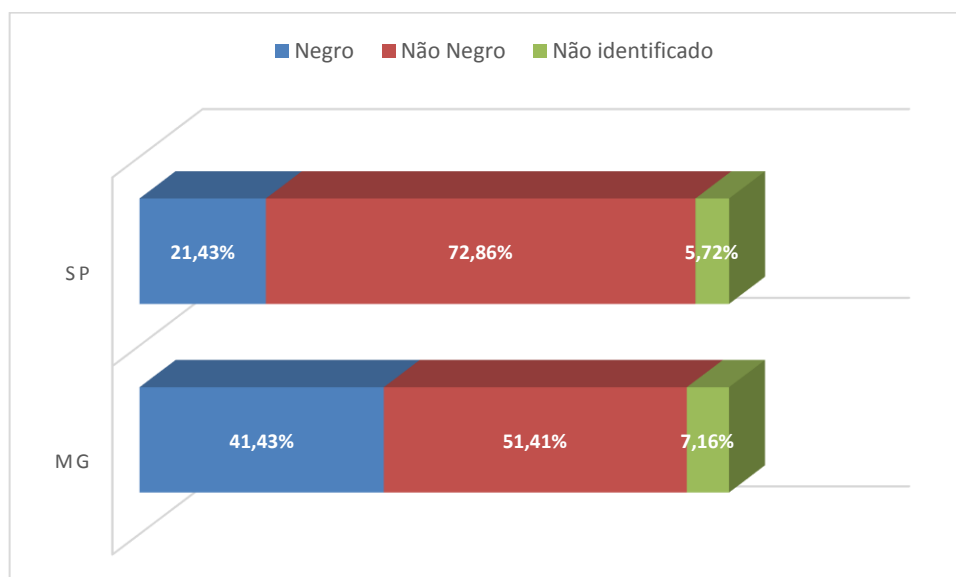
**Gráfico 2 - Distribuição dos(as) metalúrgicos(as) segundo raça/cor - Brasil dez/2014**



**Fonte:** RAIS/MTE. Elaboração: DIEESE CNM/CUT – FEM-CUT/SP

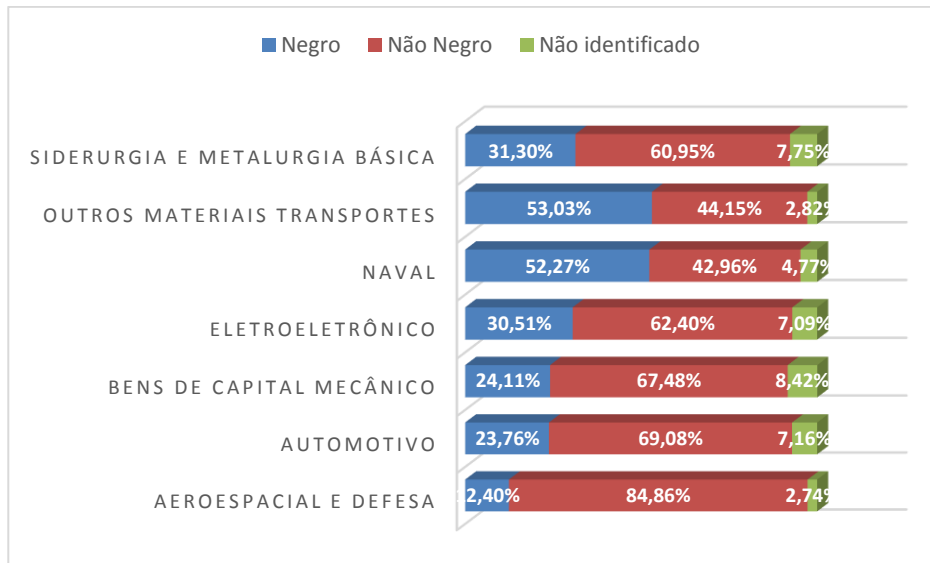
Tratando especificamente do setor metalúrgico, no Brasil, a proporção de negros nesse setor é de 64,40% (Gráfico 2). Essa proporção se altera de forma significativa quando observadas as regiões do país. Na região Norte, a grande maioria das pessoas que trabalham no ramo da metalurgia são negras (80,16%), enquanto no Sul essa proporção é de 9,10%. No Sudeste, foco deste estudo, por ser a região onde se encontram os entrevistados, o percentual de negros marca 28,22%.

**Gráfico 3 - Distribuição dos(as) metalúrgicos(as) segundo raça/cor – SP e MG dez/2014**



**Fonte:** RAIS/MTE. Elaboração: DIEESE CNM/CUT – FEM-CUT/SP.

**Gráfico 4 - Distribuição dos (as) metalúrgicos (as) segundo raça/cor – Setores industriais dez/2014**

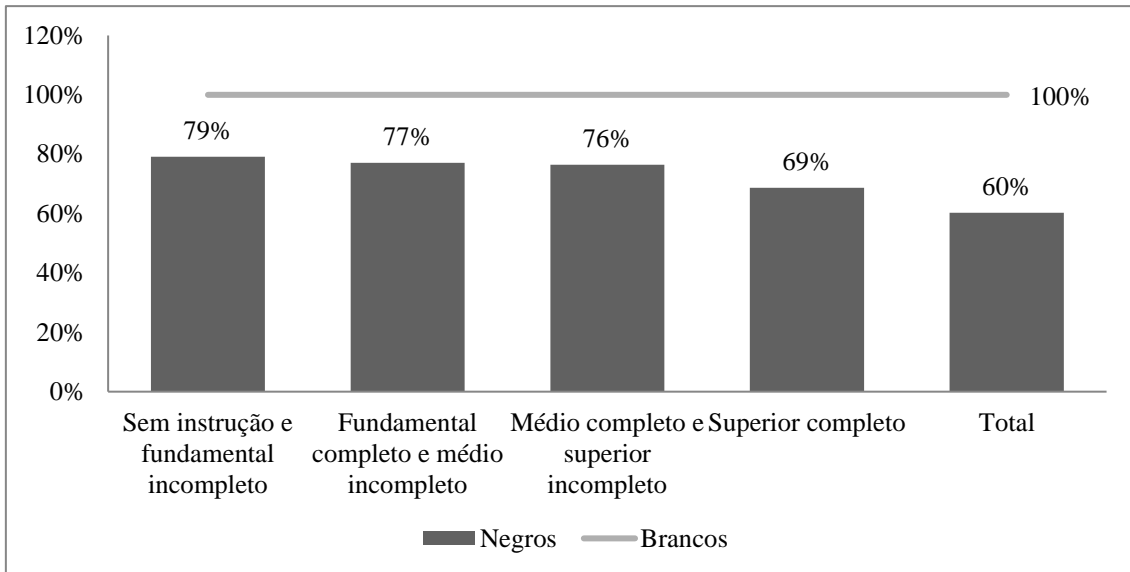


**Fonte:** RAIS/MTE. Elaboração: DIEESE CNM/CUT – FEM-CUT/SP

Tratando de dados ainda mais específicos, temos o Gráfico 3, a partir do qual é possível perceber que, em Minas Gerais, 41,43% das pessoas que trabalham na metalurgia são negras, ao passo que, em São Paulo, esse número é de 21,43%. Nesse ponto, é importante destacar que São Paulo é o estado brasileiro que possui um maior dinamismo econômico.

Com relação aos setores dentro do ramo metalúrgico, as proporções entre negros e brancos também se alteram (Gráfico 4), sendo que os setores considerados mais avançados e com salários médios mais altos possuem uma menor proporção de negros (DIEESE), como é o caso da indústria aeroespacial, que conta com uma proporção de 2,4% de pessoas negras.

**Gráfico 5 - Rendimento médio mensal dos negros em relação ao obtido pelos brancos em um mesmo nível educacional – Minas Gerais, 2010**



**Fonte:** Elaboração própria a partir dos microdados do Censo Demográfico de 2010 – IBGE

Por fim, apresento os dados referentes ao rendimento médio obtido por negros e brancos, fazendo a proporção destes. Ao observar o Gráfico 5, percebo que, em um mesmo nível de instrução, os negros recebem proporcionalmente menos que a média dos brancos e que as desproporções se acirram com o avanço dos níveis de escolaridade. Em relação ao setor metalúrgico, essa dinâmica também se apresenta, com os homens não negros recebendo mais, com a mulher não negra recebendo em média 72,3% desse valor; o homem negro 71,6% e a mulher negra apenas 50.5%.

Apresentados estes dados, que contribuem para a percepção do cenário de desigualdade racial que se apresenta no mercado de trabalho de uma forma mais ampla e quando observamos especificamente o ramo metalúrgico, acredito que seja importante falar sobre algumas características do trabalho industrial, em especial no que diz respeito à divisão sexual do trabalho.

Marcondes et al. (2003) destaca que a construção do discurso do homem atrelado à força física e à resistência e da mulher que se relaciona com sensibilidade e delicadeza faz com que sejam estruturados dentro das indústrias os “serviços de homens” e “serviços de mulher”. Além disso, acredita-se, a partir da estruturação de masculinidades e feminilidades hegemônicas, que as mulheres são mais organizadas e mais pacíficas que os homens, ao passo que os homens são vistos como rebeldes e truculentos:

O estudo das atividades de trabalho segundo o sexo e o par masculinidade/virilidade e feminilidade desvenda o poder dos estereótipos sexuais no trabalho (a virilidade é associada ao trabalho pesado, penoso, sujo, insalubre, algumas vezes perigoso, trabalho que requer coragem e determinação, enquanto que a feminilidade é associada ao trabalho leve, fácil, limpo, que exige paciência e minúcia) (HIRATA, 1995, p. 42).

Silva (1995) também destaca que a seleção de cargos dentro das fábricas passa pela concepção de “trabalhos de homem” e trabalhos de mulher”, destacando que, ao longo das entrevistas realizadas para sua pesquisa em indústrias do ramo têxtil, de fumo e de alimentação, na cidade de Porto Alegre, reconhecidas por aceitarem mais mulheres, foram admitidas a existência de qualidades e aptidões naturais às mulheres, que são habilidade manual, destreza e rapidez. Deste modo, as mulheres são recrutadas pelas empresas para desempenhar papéis considerados “leves”. A paciência para realizar tarefas monótonas também foi um ponto levantado. Marcondes et al (2003, p. 96) nos ajuda a complementar essa visão, ao destacar que são vistas com bons olhos trabalhadoras que são consideradas dóceis, uma vez que “as trabalhadoras em seus trabalhos ‘leves’ só precisariam ter ‘a virtude da calma’, para trabalhar e obedecer”.

Rizek e Leite (1998) também destacam que as mulheres devem corresponder às expectativas que são criadas em torno delas, quanto à docilidade e delicadeza, tanto no trabalho da indústria como em casa. As autoras apontam: “Tal como a esfera doméstica e familiar da reprodução, as qualificações e o saber/fazer que lhe são inerentes são construções, o que se estende à identificação entre corpo e natureza, entre os lugares e saberes femininos e masculinos como natureza e cultura, corpo e razão. (RISEK; LEITE, p. 305).

Marcondes et al (2003) destaca que esse trabalho “leve” adquire contornos mais “pesados” quando pensado sobre a ótica da ergonomia, pois não se considera apenas o montante do peso que o trabalhador deve levantar, mas todas as condições desse trabalho. A autora retrata, portanto, que mesmo essas atividades consideradas “leves”, devido à postura, à repetição de movimentos e à necessidade de se manter parada em um mesmo lugar durante um longo período de tempo, fazem com que esse trabalho se torne na realidade mais “pesado” que aquele considerado o “trabalho de homem”. E não é apenas isso, em muitos casos, o trabalho das mulheres não cessa ao chegar em casa, “a responsabilidade quase exclusiva das mulheres com o cuidado das crianças e com a solução do problema de sua

guarda durante o período em que se ausentam de casa configura uma problemática inexistente para o homem” (SILVA, 1995, p. 361).

Rocha-Coutinho (1994) também destaca o “peso” extra da realização do trabalho assalariado acoplado às tarefas domésticas por parte das mulheres, assim como Vogel (1999), para quem a interação entre o trabalho doméstico e o trabalho remunerado deve ser considerado inclusive para debater os índices de adoecimento de homens e mulheres no trabalho. Nesse sentido, Marcondes et al (2003, p. 100) problematiza:

Se tantas mudanças puderam ser feitas nas sociedades, se tantos atributos de gênero foram desconstruídos, principalmente ao longo do século XX, no qual as mulheres conquistaram importantes direitos sociais, como ao voto e ao trabalho, é importante considerar que não só o trabalho doméstico feminino precisa adquirir seu efetivo status nas relações produtivas, como também empregar a força de trabalho masculina nesse trabalho na esfera do privado.

Os dados e as questões apresentadas demonstram que o trabalho industrial, assim como o mercado de trabalho de uma forma geral possuem muitas desigualdades raciais. Essa grande concentração de negros em determinados níveis educacionais, ocupações e funções, se soma aos elementos históricos apresentados anteriormente, contribuindo para uma tentativa de naturalização da situação e dos lugares ocupados. Tratando especificamente do trabalho industrial, outras questões se somam, como aspectos de gênero, que marcam “serviços de homem” e “serviços de mulher”, além da característica manual do trabalho, para aqueles que exercem seus serviços no “chão de fábrica”, como é o caso da maioria dos negros na indústria. Todos esses elementos apresentados nessa seção servem como base para a discussão que segue, para tratar da construção das identidades negras.

### 3 CONSTRUÇÃO DAS IDENTIDADES NEGRAS

Na seção anterior, foi feita uma breve retomada histórica acerca das relações raciais no Brasil, que remete à construção de uma dita superioridade da raça branca, vista como neutra e universal, não racializável, além de trazer elementos que remetem às desigualdades raciais observadas no mercado de trabalho e também no segmento específico do ramo metalúrgico.

Esses elementos são importantes para desconstruirmos questões que remetem à ideia de um racismo mais brando ou mesmo uma convivência harmoniosa entre as raças que ocorre no Brasil. Além disso, permitem refletir sobre a construção das identidades negras em um contexto complexo como em que se operam as relações raciais no Brasil. Para empreender essa discussão, esta seção foi dividida em três tópicos principais: o primeiro, que irá tratar do ideário da democracia racial e a forma como essa questão afeta a articulação de pessoas negras e a construção de sua própria imagem; o segundo que irá tratar de outras questões que refletem a complexidade do debate racial Brasileiro, mais uma vez buscando avanços em relação à ideia da democracia racial; por fim, o terceiro tópico tratará de forma específica de questões relativas às mulheres negras.

#### 3.1 “Não Existem Raças”: Mito da democracia racial e o não dito racista

Racismo? No Brasil? Quem foi que disse? Isso é coisa de americano. Aqui não tem diferença porque todo mundo é brasileiro acima de tudo, graças a Deus. Preto aqui é bem tratado, tem o mesmo direito que a gente tem. Tanto é que, quando se esforça, ele sobe na vida como qualquer um. Conheço um que é médico; educadíssimo, culto, elegante e com umas feições tão finas... Nem parece preto.  
GONZALEZ (1984)

Munanga (2015) apresenta que o trabalho do racismo é relegá-lo para um segundo plano, convertendo-o em algo diferente, sendo a cena racial um espaço de estigmatização sistemática. É nesse sentido que a valorização da raça ou de uma comunidade racial visam estabelecer um vínculo a partir do qual será possível se erguer contra um cenário de subjugação; a invocação da raça nasce, portanto, de um sentimento de perda. Jaime (2011) corrobora essa

discussão ao retomar os escritos de Sartre (1969), em “Orfeu Negro”, destacando que o autor propõe que, a partir da construção da autoestima das pessoas negras, cria-se um “racismo antirracista”.

Jaime (2011) propõe uma discussão acerca da expressão proposta por Sartre (1969), ao destacar que tal expressão poderia criar uma confusão exatamente no ponto em que pretendia tocar. Nesse sentido, se entendermos o racismo como uma relação de poder, compreendendo que será sempre uma prática realizada por pessoas brancas, uma vez que são esses os agentes privilegiados nessa relação. Jaime destaca então a expressão proposta por Guimarães (2005, p. 67): “racialismo antirracista” como uma alternativa para essa questão, que se refere à ideia de que pessoas negras passam a se racializar exatamente para poderem lutar contra as discriminações que emergem a partir de sua racialização.

Como é possível perceber, essa discussão sobre raça não passa pela questão biológica, já superada, por exemplo, nos escritos de Freire (2003), como podemos observar no trecho destacado abaixo:

A superstição de ser o negro, pelos seus característicos somáticos, o tipo de raça mais próximo da incerta forma ancestral do homem cuja anatomia se supõe semelhante à do chimpanzé. Superstição em que se baseia muito do julgamento desfavorável que se faz da capacidade mental do negro. Mas os lábios dos macacos são finos como na raça branca e não como na preta [...]. Entre as raças humanas são os europeus e os australianos os mais peludos de corpo e não os negros. De modo que a aproximação quase se reduziria às ventas mais chatas e escancaradas no negro do que no branco (FREYRE, 2003, p. 378).

Contudo, não podemos dizer que não existe uma separação racial em nossa sociedade e para isso a retomada histórica realizada anteriormente foi fundamental. Estamos falando da manutenção de lugares e privilégios que perduram por séculos, passando por diversos mecanismos para tentar manter inalterado o *status quo*. Deste modo, não é difícil pensar o porquê dos avanços institucionais recentes causarem tanto incômodo em algumas parcelas da população.

Dentre esses diversos mecanismos que, como vimos, passaram pela escravidão e as justificativas religiosas para a inferioridade da raça negra, também há a contribuição da ciência a partir das teorias eugenistas, até culminarem no chamado mito da democracia racial. Esse ideário passou a ser construído no período relativo aos anos 1920, marcado pela diminuição das imigrações europeias. Com isso, novas preocupações sobre a miscigenação

e a questão racial no Brasil surgiram, com a mescla de raças passando a ser uma das marcas da identidade nacional brasileira.

Guimarães (2006) chama atenção para o fato de que, ao tratar do “mito da democracia racial”, não se deve ver tal conceito como uma “ilusão”, uma vez que um mito, antes de ser uma “falsa consciência”, representa um conjunto de valores que foram, e em certa medida ainda são, um ideário importante da sociedade brasileira.

A despeito dessa expressão não ter sido cunhada por ele, Gilberto Freyre teve grande influência sobre esse ideário, especialmente a partir de sua obra “Casa Grande e Senzala”, publicada em 1933, que contribuiu fortemente para que a miscigenação perdesse sua conotação negativa e se tornasse “uma característica nacional positiva e o símbolo mais importante da cultura brasileira” (TELLES, 2003, p. 50). Freyre foi influenciado pelo antropólogo Franz Boas, que dava ênfase à cultura, em detrimento do evolucionismo biológico, racial.

Segundo o argumento de Freyre (2003), o Brasil seria um país único, por sua fusão serena de raças e culturas e, deste modo, um país livre do racismo, que afligia todo o resto do mundo. Para Gilberto Freyre, portanto, existiria no Brasil uma democracia que ia além da democracia representativa, que veio por meio da mistura de raças e que foi construída pelos portugueses, que demonstraram não serem racistas, por aceitarem se relacionar com as negras e índias. Porém, como foi apresentada anteriormente, a relação entre os portugueses e as negras ou índias era extremamente desigual. Freyre acreditava que estes portugueses possuíam uma necessidade de constituir família, que não podia ser nutrida apenas pelos estupro contínuos. Por isso, e devido à ausência das brancas, os colonizadores se ligaram afetivamente às mulheres dos grupos dominados. Sendo assim, os portugueses possuíam uma predisposição para mesclas culturais, segundo o autor (TELLES, 2003). Tal questão pode ser exemplificada no trecho destacado abaixo.

“A escassez de capital-homem suprimiram-na os portugueses com extremos de mobilidade e miscibilidade, (...), em uma atividade genésica que tanto tinha de violentamente instintiva da parte do indivíduo quanto de política, de calculada, de estimulada por evidentes razões econômicas e políticas da parte do Estado. (...). Quanto à miscibilidade, nenhum povo colonizador dos modernos, excedeu ou sequer igualou nesse ponto os portugueses. Foi misturando-se gostosamente com mulheres de cor logo ao primeiro contato e multiplicando-se em filhos mestiços que uns milhares apenas de machos atrevidos conseguiram firmar-se na posse de terras vastíssimas (...). A miscibilidade mais do que a mobilidade, foi o processo pelo qual os portugueses compensaram-se da deficiência em massa ou volume humano para a colonização em larga escala e sobre áreas extensíssimas.” (FREYRE, 2003, p. 70).

Apesar de seu discurso antirracista com relação aos portugueses e a miscigenação, o discurso de Gilberto Freyre estava atrelado ao branqueamento da população imposto no período anterior à escrita de sua obra. Em algumas declarações, Freyre deixa claro seu preconceito e sua defesa do branqueamento (TELLES, 2003), sofrendo, com isso, inúmeras acusações. Chama atenção aquela feita por Abdias do Nascimento, alegando que as ideias de Freyre promoveram “uma campanha de genocídio contra a população negra no Brasil, na qual a elite procurou eliminar a cultura e o povo negros por meio da miscigenação” (NASCIMENTO, 1978 apud TELLES, 2003, p. 51).

Reis (2007) também chama a atenção para a perspectiva do estudo de Freyre: “O seu olhar sobre o Brasil é senhorial, e, portanto, ele o olha da janela da sala de visitas, do alpendre, da casa grande” (REIS, 2007, p. 65). Porém, segundo Guimarães (2011), seria uma “imputação funcionalista” dizer que esta foi uma teoria de dominação. Como exemplo desse saudosismo e do olhar senhorial presente na obra de Freyre (2003), destaco o trecho a seguir, a partir do qual é possível perceber também a relação com as mulheres negras, que são narradas de forma romantizada, não levando em consideração a condição de opressão em que viviam.

Da escrava ou sinhama que nos embalou, nos deu de mamar, nos deu de comer, ela própria amolengando na mão o bolão de comida. Da negra velha que nos contou as primeiras histórias de bicho e de mal-assombrado. Da mulata que nos tirou o primeiro bicho-de-pé de uma coceira tão boa. Da que nos iniciou no amor físico e nos transmitiu, ao ranger da cama-de-vento, a primeira sensação completa de homem (FREYRE, 2003, p. 367)

Além disso, Guimarães (2011) chama atenção para o fato de que nos meios negros, durante os primeiros passos da República, existia um ideário de que igualdade não se restringia a um simples estatuto legal, como já mostrado. Essa expectativa contrastava, no entanto, com a perspectiva de autores hegemônicos, para quem a igualdade poderia ser interpretada como pertencimento a um grupo nacional, não sendo a cor um fator preponderante para restringir os direitos e oportunidades, em tese. Este imaginário foi absorvido por alguns grandes intelectuais brasileiros, como Freyre, sendo utilizado para pensar um modo de solidariedade nacional, que, em certa medida, dispensaria a garantia pelo Estado dos direitos civis, políticos e sociais para os negros.

A cordialidade tem a incumbência de defender a paz e a ordem sociais, cuja estrutura política é organizada de maneira que alguns possam defender, contra os outros, o status quo, perenizando-o na “democracia racial”. É, pois, uma estratégia de desarticulação de forças emancipatórias mediante a criação de redes de interdependência e da integração subordinada dos grupos marginalizados, desmobilizando e deslegitimando as lutas ou confrontos emancipatórios, tachados de “conflitos raciais” (SALES Jr, 2006)

Sales Jr (2006) defende que a ideia da democracia racial deve ser vista como um não-dito racista, que a partir de regras de cordialidade faz com que não seja atribuída à raça diversos elementos de desigualdade social, e, caso ocorra, a discriminação passa a ser vista como episódica, individualizando o ato, tratando apenas como uma disfunção moral daquele indivíduo específico.

É nesse sentido que falar sobre o mito da democracia racial é falar também sobre as especificidades das relações raciais no Brasil, que convivem com uma necessidade primeira de racialização da população, para que se logre alcançar a mobilização da população negra. Gomes (2011) destaca os movimentos negros que passaram a se articular, em especial a partir de 1970, no período de redemocratização do Brasil, apontando que, assim como outros tantos movimentos que emergiam no período, seu discurso era radical e contestador. Um elemento que marcava uma diferença desse movimento para os outros que emergiam era seu foco em aspectos históricos, buscando na história a chave para compreender a realidade do povo negro brasileiro (GOMES, 2011). Deste modo, uma das principais bandeiras dos movimentos negros foi o questionamento ao mito da democracia racial, e uma dessas formas eram as ações afirmativas, como destacado no capítulo anterior.

Os avanços institucionais obtidos em relação às relações raciais ganham ainda mais importância, visto que representaram a evidência do debate das desigualdades raciais em um contexto que estava permeado pelo discurso da igualdade racial. Munanga (1996) chama atenção para o fato de que o mito da democracia racial dificultou inclusive a tomada de consciência por parte daqueles que sofriam com o racismo.

Ao tratar de períodos relativos à construção das relações sociais, destaquei elementos que condicionaram desigualdades às questões raciais. Porém, cada vez mais estas desigualdades se tornam evidentes, e, com isso, as conquistas avançam. Para além dos ganhos materiais trazidos, essas conquistas contribuem para o debate, apontando para a existência do racismo. Racismo, neste sentido, é definido como: “[...] uma crença na existência das raças naturalmente hierarquizadas pela relação intrínseca entre o físico e o moral, o intelecto e o

cultural” (MUNANGA, 2000, p. 24), sendo, portanto, uma concepção construída socialmente, a partir da evolução de diversos elementos sócio-históricos.

Gomes (2011) compreende as políticas de ações afirmativas como a confluência de saberes identitários, políticos e estéticos (corpóreos), conforme esquematizado no Quadro 1. Tais saberes contribuem para a formação das identidades negras a partir da desconstrução do ideário da democracia racial. Os saberes políticos se articulam no sentido de que nunca foi tão amplamente debatida a questão racial, o que permite que diversas pessoas que não haviam tomado consciência dessa questão possam começar a refletir sobre o tema, assim como a chegada de pessoas negras às universidades faz com que a academia tenha que se preparar e se abrir para trajetórias de vida diferentes e também para diferentes formas de se ver o conhecimento. Nesse sentido, a primeira crise epistemológica provocada pelas cotas é questionar a neutralidade racial do campo teórico, levando também a uma inevitabilidade de posicionamentos (CARVALHO, 2005/2006).

**Quadro 1 – Saberes Políticos, Identitários e Estéticos**

Saberes Políticos	Nunca as universidades e órgãos governamentais debateram tanto sobre o tema. As universidades passam a ter que lidar com a chegada de sujeitos sociais concretos, que trazem novos saberes e novas formas de construção do conhecimento acadêmico, além de novas trajetórias de vida, diferentes daquelas naturalizadas em nossa sociedade.
Saberes Identitários	Coloca novamente no centro do debate a discussão acerca da “raça” e da construção de uma identidade negra e a discussão sobre a questão racial, e essa identificação enquanto negro passa a tomar a pauta de diversos lugares, com todas as contradições que acarreta.
Saberes estéticos (corpóreos)	Ações afirmativas reeducam os negros e as negras em sua relação com o corpo. Ao buscar compreender o processo que leva a essa questão, há um reposicionamento em relação ao corpo negro, no sentido da valorização de traços negros. Ou seja, uma reafirmação de uma identidade muitas vezes negada pelo racismo.

Fonte: Gomes (2011)

A partir desse maior debate em torno da questão racial se faz possível a construção dos saberes identitários e estéticos, que contribuem para a formação das pessoas negras e uma questão que remete à autoaceitação e com isso maiores possibilidades de articulação e luta

contra o racismo. Alguns desses aspectos relacionados às identidades negras serão debatidos no próximo tópico.

### **3.2 Aspectos que marcam a construção das identidades negras**

“(…) a gente nasce preta, mulata, parda, marrom, roxinha, entre outras, mas tornar-se negra é uma conquista

*Lélia Gonzalez*

Quando falamos em um cenário de desconstrução do mito da democracia racial, também falamos na afirmação das pessoas negras enquanto sujeitas de suas próprias histórias, de uma articulação que desvele as relações de privilégio da branquitude. Passa por essa questão a construção das identidades negras, que são condicionadas por diversos fatores, que como veremos nas histórias de vida são mediadas pelos indivíduos, modificando e sendo modificados por elas. Essa seção tem como objetivo a discussão dos aspectos que marcam a construção das identidades negras, tratando do “entender-se negro”, de aspectos estéticos como o cabelo, de “áreas duras e moles”, da questão espacial e dos lugares na cidade e da miscigenação.

Souza (1983, p. 77), em seu trabalho, aponta a questão do “tornar-se negro”, destacando que ser negro no Brasil não é uma construção a priori, sendo a construção de uma identidade negra uma tarefa sobretudo política. Estamos falando aqui de confrontar uma norma social construída: a superioridade branca. Nesse sentido, é fundamental apontar que “o objetivo principal ao confrontarmos a norma não é meramente falar de identidades, mas desvelar o uso que as instituições fazem para oprimir ou privilegiar” (RIBEIRO, 2017 p. 31).

Gomes (2017) destaca que qualquer processo identitário representa uma dinâmica conflitiva, uma vez que pressupõe interação. Ainda a autora aponta que no pensamento dos racistas, a cor preta é tida como uma essência que trata de tingir negativamente aspectos morais, intelectuais e estéticos, colocando o padrão branco como superior. Além disso, a autora destaca que, no Brasil, o racismo que incide sobre os negros se dá não apenas em decorrência de um pertencimento étnico, mas pela conjugação desse pertencimento com a presença de sinais diacríticos inscritos no corpo. A presença desses sinais passa a ser

rejeitada pelo ideal de branqueamento e tratada de maneira eufemística pelo mito da democracia racial

No Brasil, a construção das identidades negras têm sido um processo de constante ressignificação, ao longo do percurso histórico que marcam e marcaram as relações raciais no país. É nesse contexto que Gomes (2017) apresenta o corpo como um elemento que se destaca nessa dinâmica de resistência sociocultural, mas também se apresenta como opressão e negação. Assim como a ideia da democracia racial, o cabelo e o penteado também podem ser utilizados para camuflar o pertencimento racial. “No caso dos negros, o cabelo é visto como um sinal diacrítico que imprime a marca da negritude no corpo” (GOMES, 2017, p. 194). Deste modo, esse é um dos aspectos no qual a identidade negra é materializada.

Tratar o cabelo do negro como “ruim” é expressão do racismo e da desigualdade racial que vive o sujeito. Alterações no cabelo, para uma pessoa negra, significa mais do que uma questão de vaidade ou tratamento estético, representam questões identitárias: “O cabelo como ícone identitário se destaca nesse processo de tensão, desde a recriação de penteados africanos, passando por uma estilização própria do negro no Novo Mundo, até os impactos do branqueamento” (GOMES, 2017, p. 112)

Gomes (2017) também discute a questão da identidade negra e aponta que, para que se altere a autoimagem desfavorável dos negros e sua imagem social, é preciso ir além de ações individuais, uma vez que desde a escravidão o homem e a mulher negra carregam o estigma da inferioridade de seus traços estéticos. A autora ainda aponta que, no contexto da África pré-colonial, o cabelo era visto como símbolo de *status*, realeza e poder, e, a partir da escravidão, é visto como símbolo de inferioridade. Entre as muitas formas de violência impostas aos escravos e às escravas ao longo da escravidão, uma delas era a raspagem do cabelo. Para muitas etnias africanas, o cabelo era considerado uma marca identitária, deste modo, sua raspagem significava uma mutilação.

Além da questão do cabelo, outras questões também marcam a formação das identidades negras, representando também a complexa forma como operam as relações raciais no Brasil. Ao realizar a retomada histórica que me propus nas seções anteriores, tinha como objetivo situar em um âmbito sócio-histórico a construção das relações raciais no Brasil, para assim poder discutir de forma mais clara as desigualdades que hoje se apresentam aos trabalhadores negros. A forma como as relações raciais foram se construindo trataram de

hierarquizar as raças e naturalizar as desigualdades. Rejeito, portanto, a ideia da existência e operação de um cenário de democracia racial no Brasil, considerando as relações raciais um elemento fundamental para refletirmos as desigualdades persistentes no país. Assim como aponta Azevedo (1975), argumento que a propagação de um ideário calcado no mito da democracia racial parece ser uma maneira de racionalizar e formalizar as práticas de discriminação existentes.

A despeito dos avanços institucionais e dos debates que têm emergido em torno da questão racial e das desigualdades que se apresentam aos negros, o lugar do trabalho ainda é considerado, em grande medida, um lugar meritocrático, como se as relações raciais não importassem e não operassem de modo a estabelecer e manter “lugares”. “É dizer que o critério racial jamais foi relevante para definir as chances de qualquer pessoa no Brasil” (BERNARDINO, 2002, p. 249)

Romper com a ideia da democracia racial significa também romper com o “silêncio” que paira sobre as desigualdades raciais no Brasil. Esse silêncio se relaciona com as especificidades das relações raciais no Brasil, que operam desde a escravidão, com a desconstrução das diversas identidades culturais africanas e a construção de uma única raça negra “naturalmente” inferior, criando hierarquias de raça e tratando o negro como diferente. Contudo, mais uma vez silencia-se a branquitude que ainda se apresenta como “norma”, colocando o branco como “padrão” de humanidade e não discutindo sua conformação histórica e social, mas tomando essa condição como natural.

Se durante muito tempo essa naturalização se deu por meio de justificativas religiosas, corroborando para definir a escravização de pessoas de pele negra ao associar a cor da pele a uma dita inferioridade moral, a ciência também foi arma utilizada para comprovar as relações biológicas entre a cor da pele e a capacidade intelectual, e até mesmo a capacidade de se “civilizar” do negro. Durante todo esse período, a tônica que se apresentava era a da naturalização, mas operando por meio da diferenciação e da “comprovação”, seja científica ou religiosa, da “inferioridade” dos negros.

Quando essa noção é desconstruída, começa a ser construído o mito da democracia racial, que contribui para a ideia de igualdade biológica, mas se constitui como um dos elementos mais importantes para a complexa forma com que as relações raciais se apresentam no Brasil e, como vimos, contribuiu e, em grande medida, ainda contribui para o silenciamento e a naturalização das desigualdades raciais no Brasil. Silva (2012, p. 125) destaca que a

crítica-mito da democracia racial se torna uma crítica ao silêncio sobre as nossas desigualdades raciais, apontando o mito da democracia racial como parte integrante da “complexa etiqueta das relações raciais no Brasil”, que se operam de maneira complexa, gerando inclusive um incômodo ao falar de racismo no país.

Um primeiro ponto a ser debatido nesse sentido é a forma como a raça é vista, isto é, não mais em seu sentido biológico, como trataram de pregar algumas correntes do racismo científico que se desenvolveu de forma mais intensa ao longo do século XIX. Hoje, compreende-se que “para os brasileiros a cor da pele representa uma marca que identifica quem é e quem não é negro no Brasil” (ROSA, 2014, p. 252).

Isso quer dizer, a raça de um indivíduo é identificada e definida com relação aos seus aspectos fenotípicos e não relacionado ao seu genótipo. Ao trazer a afirmação citada anteriormente, Rosa (2012) considera a contribuição de Oracy Nogueira (2007), que faz a distinção entre o preconceito de marca e o preconceito de origem. A primeira forma destacada diz respeito ao tipo de preconceito encontrado no Brasil, que se alinha à aparência e características físicas do negro. Já a segunda forma, mais comum aos Estados Unidos, refere-se à ancestralidade étnica.

Esses conceitos nos ajudam a perceber a singularidade das formas de preconceito que ocorrem no Brasil. O que muitos trabalhos fizeram foi observar de forma fria a maneira com que se davam os preconceitos em cada um desses países. Nesse caso, o preconceito no Brasil seria considerado mais velado. Tal fato contribui apenas para que seja mais complexa sua compreensão e seu combate.

As relações raciais no Brasil se tornam especialmente complexas devido à contradição que ainda é vivenciada no país. Se por um lado os brasileiros buscam celebrar sua diversidade e a relação harmoniosa entre as raças, por outro as práticas sociais insistem em manter hierarquias raciais. O racismo, de fato, têm se tornado cada vez mais uma atitude indesejável e pouco aceita<sup>28</sup>, porém, formas menos evidentes e difundidas de discriminação se apresentam, sem desafiar a norma social (LINS; LIMA-NUNES; CAMINO, 2014; PEREIRA; TORRES; ALMEIDA, 2003).

---

<sup>28</sup>Como vimos, ocorreram muitos avanços institucionais que, além de garantir o preconceito racial como crime no Brasil, buscaram ampliar o debate e combater atitudes discriminatórias em relação aos negros, como o Estatuto da Igualdade Racial.

Ao tratar de racismo, não poderíamos deixar de resgatar o conceito apresentado anteriormente, que aponta o racismo como “[...] uma crença na existência das raças naturalmente hierarquizadas pela relação intrínseca entre o físico e o moral, o intelecto e o cultural” (MUNANGA, 2000, p. 24). Complementando essa visão, Nogueira (2007, p. 292) define preconceito racial como sendo uma:

Disposição (ou atitude) desfavorável, culturalmente condicionada, em relação aos membros de uma população, aos quais se têm como estigmatizados, seja devido à aparência, seja devido a toda ou parte da ascendência étnica que se lhes atribui ou reconhece.

Essas duas definições caminham com o que chamamos de construção social das relações raciais, que formam uma série de fatores que operaram ao longo da história do Brasil, naturalizando o racismo e as desigualdades raciais, que não representam um fenômeno global e natural, “mas uma forma de consciência social que se desenvolve em situações históricas concretas, no interior das relações intergrupais, como uma forma de dominância” (LINS; LIMA-NUNES; CAMINO, 2014, p. 96).

Essa naturalização chega a tal ponto que “todo brasileiro se sente como uma ilha de democracia racial, cercado de racistas por todos os lados” (SCHWARCZ, 1996, p. 155). Ou seja, “os brasileiros sabem haver, negam ter, mas demonstram, em sua imensa maioria, preconceito contra os negros” (VENTURI; PAULINO, 1995 p. 11). Alguns autores vão definir esse fenômeno de discriminações raciais cada vez mais sutis como “racismo moderno” (ARONSON; WILSON; AKERT, 2002). Guimarães (1999, p. 67), por seu turno, aponta a existência de um Racismo à brasileira, que se trata “de um racismo sem intenção, às vezes de brincadeira, mas sempre com consequências sobre os direitos e as oportunidades de vida dos atingidos”.

Ainda sobre essa questão, em uma pesquisa que ficou muito conhecida, abrangendo todo o território brasileiro, foi constatado que 89% dos brasileiros admitiam a existência de racismo no país. Porém, apenas 10% dessas pessoas reconheciam ser pessoalmente preconceituoso (VENTURI; PAULINO, 1995).

Essas definições são importantes em um tópico que trata de elementos que influenciam na construção das identidades negras, pois estamos dizendo que o racismo não opera apenas como um “desvio de personalidade” de um determinado indivíduo em relação ao outro, mas se constitui no bojo das relações sociais, demarcando lugares e gerando desigualdades. Nesse sentido, o “ser negro” é visto historicamente como um fenômeno negativado. Essas

percepções são levadas ao âmbito do trabalho, muitas vezes a partir da formação de representações dos negros como predisposto a exercer uma determinada função. No mercado de trabalho, as segregações são claras, porém nunca justificadas a partir das relações raciais, sobretudo nos setores de ponta, como aponta Sansone (2004).

Outro aspecto fundamental nesse debate é como o lugar que as pessoas ocupam pode influenciar até mesmo a variabilidade da definição que as pessoas fazem de si, enquanto brancas ou negras, remetendo à estrutura de poder que se construiu nas relações raciais brasileiras. Para trazermos essa discussão, vamos tomar o estudo realizado por Sansone (1996), que demonstrou essa variabilidade de definições raciais de acordo com a idade, o tempo, os laços afetivos, a renda e principalmente o lugar. Se apropriando desse estudo, Rosa (2014) fez uma adaptação dos argumentos em um quadro, que representaremos a seguir:

**Quadro 2 - Fatores contingenciais e percepções sobre raça e racismo no Brasil**

Fatores contingenciais		Percepções sobre raça e racismo
Tempo	De dia	Durante o dia, quando as pessoas estão na luta, a tendência é minimizar diferenças de cor, evita-se falar em negro. Se necessário, fala-se em moreno, escuro ou pardo.
	De noite	À noite e nos fins de semana, quando o assunto é descansar e curtir, os termos raciais são utilizados como expressão de amizade (meu preto) ou veemência (branquelo).
Laços afetivos	Forte	Quando há proximidade por amizade, parentesco ou respeito, utilizam-se termos como moreno no lugar de preto e misturada no lugar de branca ou negra.
	Fraco	Quando não há proximidade, utiliza-se escuro ou escurinho, ou no caso de pessoas mais escuras, preto ou negão para sublinhar o status baixo.
Renda ou Classe social	Alta	As pessoas que ocupam posições de status (profissionais liberais, autoridades, etc.) tendem a ser vistas como mais claras, tais como morenas ou mesmo brancas.
	Baixa	As pessoas que ocupam posições subalternas (serventes, pedreiros, garis, etc.) tendem a ser vistas como mais escuras, tais como escurinho, pretinho ou mesmo negro.
Idade	Velho	Entre as pessoas mais velhas (acima de 50 anos), predomina o discurso da mestiçagem, com uso mais amplo das categorias flutuantes como moreno claro e moreno escuro.
	Jovem	Entre os mais jovens, há uma tendência de identificação com o termo black disposto pela moda e pela música, levando-os a se autoidentificarem como negros.

Lugar	Áreas duras	Correspondem ao mercado de trabalho, o mercado do matrimônio e da paquera e a relação com a polícia. Nesses espaços, o negro sofre maior discriminação, porque são espaços hegemonicamente brancos e onde a competição, a estética e o status deixam os negros em desvantagem.
	Áreas moles	Aqui a situação se atenua porque há mais negros, e isso tende a não ser um fator de surpresa, tampouco envolve a competição por status e poder. Trata-se dos espaços no domínio do lazer, como o botequim, o dominó, a torcida, a seresta, o forró, o papo com os vizinhos na esquina, etc. São espaços onde ser negro não é um obstáculo.
	Espaços negros	Este lugar inverte a lógica das áreas duras. Aqui ser negro é uma vantagem. São o bloco afro, a batucada, os terreiros de umbanda e candomblé, as rodas de pagode e de samba, os grupos carnavalescos, a capoeira etc. Lugares onde a cultura negra é a base das atividades que são desenvolvidas.

**Fonte:** Rosa (2014)

É interessante notar que a posição ocupada pela pessoa, que se relaciona a sua renda e sua ocupação influencia diretamente a classificação racial, com pessoas em “posições subalternas” tendendo a serem vistas como mais escuras, com um “embranquecimento” ao outro lado. Além disso, cabe especial atenção, nesse tópico, a observação da existência de “áreas duras”, “áreas moles” e “espaços negros”. A primeira categoria corresponde aos espaços nos quais os negros sofrem mais discriminação, por serem espaços hegemonicamente brancos, sendo o mercado de trabalho um desses lugares. Se olharmos essa categoria em conjunto com a relação entre classe social, notamos que o mercado de trabalho é uma área dura no sentido em que avançam as posições de maior nível remuneratório e *status* social, enquanto as outras ocupações e o mercado informal seguem sendo “áreas moles” aos negros<sup>29</sup>.

As áreas moles apresentadas por Sansone (1996) são, portanto, as áreas que possuem mais negros e, com isso, não é observada uma situação de competição por *status* e poder. São em especial áreas ligadas ao lazer, nas quais ser negro não se torna um obstáculo tão grande em comparação às áreas duras. Já os espaços negros são aqueles nos quais a cultura negra se torna base das atividades desenvolvidas, como a capoeira e grupos carnavalescos.

Como exemplo de “área dura”, Nascimento *et al* (2015) destacam os *Shopping Centers*, como uma área específica que remonta aspectos de segregação racial socioespacial. Esses lugares, por serem considerados simbolicamente valorizados, deveriam se restringir apenas

<sup>29</sup> Basta notar as desigualdades apresentadas na justificativa dessa dissertação, nas quais os negros representam a maioria da população naquelas ocupações com menor índice remuneratório e menos valorizadas socialmente, além de receberem em média menos que os brancos, mesmo estando em um nível educacional semelhante.

a um determinado grupo, demonstrando como a construção social das relações raciais também opera em espaços organizacionais e urbanos específicos.

Ao tratar dos espaços urbanos, Guimarães (2016) destaca que a segregação ainda é presente, seja em bairros ou no interior das casas, com diferenças raciais claras entre aqueles que trabalham nas casas e aqueles que lá vivem, ou mesmo dos serviços nos bairros mais nobres, que em sua maioria se destinam aos brancos. Contudo, essa dinâmica é muito variada, pois depende do caso específico de cada lugar, de cada região.

Um exemplo limite apresentado por Guimarães (2016) é a desvalorização de imóveis e áreas urbanas inteiras pela maior presença de pessoas de uma determinada cor, o autor também observa a postura defensiva de muitos proprietários, com o objetivo de não desvalorizarem seus imóveis. Contudo, essa segregação pode ocorrer sem uma discriminação direta, como quando não são construídas creches em bairros de alta renda, as quais seriam utilizadas em grande medida por mulheres que trabalham no emprego doméstico, assim como a falta de transporte público em determinados lugares, que podem ser acessados apenas por pessoas que possuem condições para arcar com seu próprio transporte. Sendo assim, a simetria entre raça e classe, ou mesmo a homogeneidade de pessoas da mesma cor em uma classe social faz com que mecanismos de mercado também possam operar para marcar lugares levando à segregação racial (GUIMARÃES, 2016).

Gonzalez (1984) também destaca essa questão, ao apontar que as condições de existência material da comunidade negra remetem a condicionamentos psicológicos que precisam ser atacados e desmascarados. Como exemplo, a autora cita as condições de moradia de negros e brancos, além da questão do policiamento, que para os brancos significa proteção, já para os negros muitas vezes significa repressão.

Ao vermos essas questões apresentadas por Sansone (1996), Guimarães (2016) e o caso dos *Shopping Centers*, apresentado por Nascimento *et al* (2015), percebemos de uma forma mais clara as especificidades e a complexidade da definição racial no Brasil, tornando-se difícil sua análise a partir de um ponto fixo. Essa natural complexidade, somada ao ideário da democracia racial, que também estrutura em certa medida essas percepções, é encarada como uma atitude desfavorável à luta antirracista, por parte de alguns movimentos negros, pois acaba por desarticular esse movimento gerando uma perda de força política (SANSONE, 1996; ROSA, 2014).

Esse “lugar” do qual estou tratando e do qual as histórias de vida serão narradas, é importante que se diga, é um lugar de muitos lugares. Ao tratarmos de aspectos sensíveis ao debate das relações raciais no Brasil, diversas questões surgem em nossas discussões cotidianas. Carneiro (2011) nos lembra da discussão das cotas raciais em universidades, na qual os veículos de comunicação que se posicionam de forma contrária a essa política veem no largo espectro de tonalidades da cor da pele mais uma oportunidade para deslegitimar o critério racial que orienta essa política.

Uma das características do racismo é a maneira pela qual ele aprisiona outro em imagens fixas e estereotipadas, enquanto reserva para os racialmente hegemônicos o privilégio de ser representados em sua diversidade. Assim, para os publicitários, basta enfiar um negro no meio de uma multidão de brancos em um comercial para assegurar suposto respeito à diversidade étnica e racial (CARNEIRO, 2011, p. 664)

Quando tratamos dos brancos, por outro lado, é valorizada a diversidade da branquitude, a partir da sua individualidade e complexidade. A branquitude é assim, diversa e policromática, o que não impede a maioria das pessoas de se verem como brancas. Seguindo essa lógica, Carneiro (2011) destaca que são instituídas divisões raciais dentro das famílias negras, havendo para a autora, um aceno de “traição à negritude” que se apresenta aos mais claros. Afinal, o embranquecimento passa a ser visto como algo positivo. A autora também destaca que essa base multidimensional da percepção da condição racial sugere a possibilidade de um indivíduo, que se considerava negro e vivenciou um cenário de ascensão social, poder se identificar como branco ou pardo posteriormente.

Carneiro (2011) ainda cita o exemplo de Mano Brown do grupo “Racionais MC’s”, para tratar de seu posicionamento enquanto negro, que, a despeito de ser um negro de pele clara, posiciona-se na luta pela negritude e se opõe às classificações cromáticas no interior da população negra. Essa questão marca sua experiência cotidiana, de entender que um policial não se engana, seja um negro de pele mais clara ou mais escura.

Todos esses elementos apresentados são mediados pelas pessoas negras em suas vidas, marcando a construção de suas identidades enquanto negros. Contudo, para as mulheres negras, existem outros elementos que se somam à essa dinâmica, com isso, no próximo tópico irei destacar brevemente a discussão acerca da importância de pensarmos as categorias de opressão de forma articulada, a partir da contribuição de feministas negras.

### 3.3 As Mulheres Negras: “enegrecendo o feminismo”

Ao viver como vivíamos, na margem, acabamos desenvolvendo uma forma particular de ver a realidade. Olhávamos tanto de fora para dentro quanto de dentro para fora... compreendíamos ambos (HOOKS, 1984, p. 9).

Até aqui apresentamos elementos que tratam das relações raciais de forma geral, desde aspectos históricos, passando por elementos que marcam a condição dos trabalhadores industriais, até chegar no que chamei de “construção das identidades negras”. Dentro desta seção, a discussão do mito da democracia racial se fez importante para a compreensão da complexidade dessa identificação das pessoas negras no Brasil. Além disso, outros fatores influenciam esta complexidade e se somam às discriminações muitas vezes consideradas veladas, mas que marcam os “lugares” das pessoas negras no país.

Antes de iniciar as conversas com os sujeitos desse trabalho, pararia por aí, já que havia pensado o referencial teórico apenas tratando da questão racial, sem fazer nenhuma distinção de gênero ou tratar da aproximação entre outras categorias. Porém, já na primeira entrevista, percebi que tratar dos elementos relativos à mulher negra seria muito importante, uma vez que o processo de opressão que vivenciam as mulheres negras em suas vidas combina fatores de gênero, raça, classe e sexualidade de forma muito clara. Para as mulheres negras, em sua vivência cotidiana, existe a percepção de que mesmo reduzindo uma certa opressão, isso ainda pode significar que serão oprimidas em outras dimensões (COLLINS, 2016).

Rodrigues (2013) também destaca que a raça não era uma categoria comum nos estudos que focalizavam a questão das mulheres. Complementando essa visão, Gonzalez (1983) destaca que estudos que focam apenas nas discriminações de gênero e classe acabam por contribuir para a perpetuação da condição das mulheres negras, que vivem assim um contexto de tripla discriminação. Ribeiro (2017) utiliza a expressão “o outro do outro”,

para marcar a convergência de opressões que ocorre. Nesse sentido, é importante ressaltar, assim como trata Davis (1997), que não existe uma hierarquização das opressões:

Raça é a maneira como a classe é vivida. Da mesma forma que gênero é a maneira como a classe é vivida. A gente precisa refletir bastante para perceber que entre essas categorias existem relações que são mútuas e outras que são cruzadas. Ninguém pode assumir a primazia de uma categoria sobre as outras. (DAVIS, 1997, p. 8).

Nesse sentido, Gomes (2011) destaca que cada vez mais, ao observarmos a realidade brasileira e mundial, pode-se perceber que não é possível empreender uma luta contra o racismo, o sexismo, a homofobia, o neoliberalismo e a exclusão social de forma isolada. Além das questões relativas à inserção nos movimentos feministas e a luta das mulheres negras, Carneiro (2003) também chama atenção para a violência invisível que ocorre contra as mulheres negras, em especial no que tange ao tema da sexualidade.

Esse cenário que revela um ponto de vista único às mulheres negras, fez com que elas fossem as primeiras a perceberem a necessidade de articular as formas de opressão, sem criar uma hierarquia entre elas. Partindo desse ponto de vista, que trata Collins (2016), é possível perceber a mudança de abordagem promovida por estudos que se pautam no feminismo negro, mudando o foco da investigação, que antes tratava de explicar elementos de raça, gênero ou opressões de classe, para tratar dos elos entre esses sistemas de opressões.

No Brasil, assim como nos lembram Malta e Oliveira (2016), trabalhos de feministas negras brasileiras com Lélia Gonzáles, Beatriz Nascimento, Luiza Bairros, Matilde Ribeiro, Sueli Carneiro, Jurema Werneck, Djamila Ribeiro, e tantas outras, como Juliana Teixeira E Josiane Oliveira, no campo dos Estudos Organizacionais, têm focado em aspectos da intersecção entre raça, gênero, classe e sexualidade e além de destacarem o aspecto da marginalização e da opressão que esse cenário oferece às mulheres negras, também apontam estratégias políticas de resistência à essa situação (SANTOS, 2007).

Rodrigues (2013) também destaca um maior número de trabalhos que tratam da interseccionalidade nos últimos anos, devido ao maior acesso de mulheres negras ao âmbito acadêmico, havendo uma mudança pequena, porém contínua no cenário das pesquisas de gênero, raça e classe no país. Porém, o autor ressalta como fator de preocupação a falta de continuidade e diálogo entre os trabalhos. Hooks (1995) destaca que intelectuais negras

sofrem com as suspeitas sobre a sua intelectualidade, uma vez que existe uma imagem construída a partir de ideias sexistas e racistas, que negam a possibilidade de ver mulheres negras como intelectuais.

Para esse trabalho é importante compreender a discussão trazida por Collins (2016), que apresenta o conceito de *outsider within*<sup>30</sup>, ou seja, a representação do lugar da mulher negra como alguém que se insere em diversos âmbitos, como *insider*, mas isso não se dá de forma plena devido ao seu ponto de vista específico, como ocorre no movimento feminista, por exemplo. Ribeiro (2017) aponta esse lugar como uma possibilidade e uma necessidade de tirar proveito dessa visão mais ampla que se configura devido às mulheres negras ocuparem esse lugar de marginalidade na sociedade. Bairos (1995) também trata dessa questão, apontando que esse lugar ocupado pelas mulheres negras não deve ser visto como subordinação, mas sim uma potencialidade, apresentada por esse ponto de vista distinto, devendo ser potencializada afirmativamente por meio de reflexão e ação política.

Aprofundando o conceito de *outsider within*, Collins (2016) destaca que por muito tempo mulheres negras participaram dos mais íntimos segredos da sociedade branca nas américas. A percepção de autoafirmação das trabalhadoras negras demonstra o poder branco sendo desmistificado, não sendo uma questão de superioridade intelectual ou mesmo talento o que sustentava suas condições desiguais, mas sim o racismo. As mulheres negras vivenciavam, portanto, uma situação de *insider*, mas também eram outsiders, ao perceberem que nunca fariam parte das famílias brancas.

O feminismo negro norte americano surgiu em um contexto de resistência e organização. Collins (2016 p. 101) define o pensamento feminista negro como “ideias produzidas por mulheres negras que elucidam um ponto de vista de e para mulheres negras”. Com isso, se torna inseparável a construção do conteúdo ao pensamento e às condições materiais daquelas que o produzem. É fundamental pontuar que por mais que o pensamento feminista negro possa ser registrado por outras pessoas, ele é produzido por mulheres negras.

Um segundo pressuposto dessa definição é que essas mulheres possuem uma visão singular, que possui pontos em comum quando falamos do grupo de mulheres negras. Nesse sentido, embora a vida enquanto mulher negra possa apresentar elementos comuns, a diversidade de

---

<sup>30</sup> Tendo em vista que não existe uma correspondência que seja inquestionável acerca do termo na língua portuguesa, assim como em Collins (2016), optei por manter o termo em inglês. Contudo, uma possível tradução apontada poderia ser “forasteiras de dentro”.

orientações sexuais, classe, idade, religião, entre outros fatores, acabam por moldar a vida dessas mulheres, apresentando resultados diferentes nesses elementos comuns. Portanto, temas considerados comuns podem ser vivenciados de formas diferentes. Por fim, Collins (2016) destaca que embora o ponto de vista de mulheres negras exista, ele pode não ter seus contornos claros para todas elas, sendo este o papel das intelectuais negras: trabalhar na difusão e estudo dessa questão, para uma maior percepção e combate desse cenário.

Também é importante destacar o conceito de autodefinição e autoavaliação apontado por Collins (2016), que se mostra importante para a criação de um próprio ponto de vista das mulheres negras acerca de sua condição, situação muitas vezes negada e silenciada, com a imagem do “normal” sendo definida pelo homem, branco, heterossexual. Além disso, trata também da rejeição da opressão psicológica internalizada. Se trata assim, de uma questão de sobrevivência.

Já no Brasil, Carneiro (2003) destaca a luta das mulheres como uma referência, apontando que, a despeito das inegáveis desigualdades que ainda se apresentam no mercado de trabalho, em especial no que se tratam as diferenças salariais, não se pode deixar de notar o avanço na diversificação em termos ocupacionais das posições que hoje ocupam as mulheres, fruto da luta dos movimentos feministas.

Ainda a autora aponta que durante muito tempo os próprios movimentos feministas se fechavam em uma visão eurocêntrica que fez com que “as vozes silenciadas e os corpos estigmatizados de mulheres vítimas de outras formas de opressão além do sexismo continuaram no silêncio e na invisibilidade” (CARNEIRO, 2003, p. 118). A autora aponta o dado de que 48% das mulheres negras estavam no serviço doméstico, como um exemplo de que, mesmo com a expansão do mercado de trabalho, as mulheres negras sentem menos os impactos desses avanços.

Com relação ao trabalho doméstico, Teixeira, Saraiva e Carrieri (2015) apontam que culturalmente esse é um emprego feminino, marcado historicamente pelo processo de abolição da escravidão, uma vez que representou uma das ocupações nas quais foram alocadas as então escravas. Outra questão que os autores destacam em relação ao trabalho doméstico é sua baixa valorização em relação a hierarquias profissionais e sociais, em especial por ser um trabalho manual, que não está ligado ao “pensar”, não sendo exigido um alto nível de escolaridade.

Para lutar contra as opressões que marcam as vidas das mulheres negras, é destacada a ideia de “enegrecer o feminismo” (CARNEIRO, 2003, p. 118). Bairos (2000), ao apresentar um pouco do pensamento de Lélia Gonzalez, corrobora essa visão, ao destacar que o fato de não considerar a centralidade da raça nas hierarquias de gênero presentes na sociedade desconsidera-se toda uma história de resistências e lutas empreendidas a partir de uma dinâmica que envolve uma cultura ancestral que em nada tem a ver com o eurocentrismo presente em visões que tratam de uma mulher “universal”.

Ainda sobre essa discussão, Carneiro (2003, p. 120), aponta que, no momento em que as mulheres negras perceberam que a articulação de gênero não geraria uma “solidariedade racial intragênero”, isso levou-as ao embate no interior do próprio movimento feminista. O mesmo ocorreu dentro dos movimentos negros, que muitas vezes desconsideravam o aspecto feminino e as desigualdades das mulheres. Ribeiro (2017) destaca a importância da discussão empreendida por Carneiro (2003), mas chama atenção para a relevância de percebermos a heterogeneidade que circunda a categoria criada em torno das mulheres negras. Bairos (1995) também destaca que conceitos feministas que desconsideram questões de raça, classe e sexualidade, favorecem discursos e práticas voltadas para as necessidades das mulheres brancas, heterossexuais de classe média.

Outra questão levantada quando falamos das lutas das mulheres negras é o aspecto da representação, posto que são poucas as mulheres negras que ocupam cargos considerados de destaque (CARNEIRO, 2003). De um modo geral, assim como aponta Bruschini (2007), nos últimos anos, as trabalhadoras brasileiras têm experimentado avanços no que diz respeito às posições experimentadas no mercado de trabalho, em especial pelo avanço dos níveis educacionais. Contudo, quando adicionamos a categoria raça a essa análise, as mulheres negras são aquelas que possuem os menores índices. Portanto, é necessário pensar essas categorias de forma conjunta, sem buscar uma hierarquização das opressões, mas compreendendo suas relações.

Importante destacar, assim como apontam Malta e Oliveira (2016), que as plataformas digitais estão se tornando um meio de difusão de histórias sobre as discriminações vivenciadas por mulheres negras, criando uma rede de compartilhamento dessas histórias que foram silenciadas durante séculos. Hooks (1995) complementa essa visão em seu artigo sobre intelectuais negras, ao dizer que a atuação conjunta do racismo e do sexismo perpetuam uma imagem na consciência cultural coletiva, de que a mulher se insere na

sociedade com a principal função de servir; destacando assim, que as mulheres negras são tratadas como se fossem mais ligadas ao corpo que ao pensar. Contribuindo com o debate acerca da condição das mulheres negras no Brasil, Nascimento (1990) também destaca a hipersexualização da mulher negra como um elemento dessa dinâmica, na qual a mulher negra é vista como mais erótica ou ardente sexualmente, mas não é vista como alguém com quem é desejável estabelecer uma relação formal e institucionalizada.

Essa maior possibilidade que as redes sociais proporcionam de narrar suas histórias por parte das mulheres negras, demonstram como a população negra têm reivindicado o papel de protagonista de sua própria história. Essa questão também passa a se tornar mais forte no âmbito da academia, uma vez que as ações afirmativas têm possibilitado maior acesso da população negra à universidade (MALTA; OLIVEIRA, 2016). As autoras ainda acreditam que a utilização dessas mídias alternativas geram uma maior pressão na grande mídia, que cada vez mais pauta questões raciais.

Sendo assim, a possibilidade de narrar suas experiências contribui ativamente para desvelar o mito da democracia racial, uma vez que traz à tona a percepção de que o racismo, aliado ao machismo, não são representados por casos episódicos, mas é uma questão estruturante da sociedade. Escrever esse tópico representa uma exposição importante da questão do feminismo negro, a partir dos estudos de feministas negras. Acredito que essa questão seja fundamental para o desenvolvimento desse trabalho, uma vez que também será exposta a experiência de uma mulher negra, ao narrar sua história de vida. Porém, antes de tratarmos das análises, a próxima seção trará um detalhamento acerca da construção da pesquisa em termos metodológicos.

## **4 A CONSTRUÇÃO DA PESQUISA**

Essa seção irá tratar de aspectos relacionados à metodologia escolhida para a realização da pesquisa. Para isso, estruturei três tópicos: o primeiro trata do alinhamento epistemológico da pesquisa, já o segundo de uma contextualização sobre a utilização das histórias de vida nesse trabalho. Acredito que esse aprofundamento seja necessário para especificar a concepção que será trabalhada, em especial no contato com os entrevistados. Em seguida, apresento de forma mais detida as escolhas metodológicas que nortearam a pesquisa.

Ao longo da construção deste trabalho, inúmeras foram as questões que emergiram. Em um primeiro momento, entrar no mestrado, ter contato com novas (e variadas) perspectivas gerou um certo deslumbramento e também uma confusão muito grande. Neste sentido, Gaulejac (2004/2005, p. 65), ao tratar sobre a aproximação entre a Sociologia e a Psicologia e Psicanálise, aponta uma reflexão que se fez fundamental no caso específico desta dissertação: “Muitos pesquisadores apresentam uma contradição interessante, qual seja, admitem a necessidade de se abrir para a Psicologia e a Psicanálise, ao mesmo tempo que defendem firmemente um ponto de vista estritamente sociológico”

E era este o movimento que estava fazendo: tratar as histórias de vida como simples método para a coleta de dados, com um caráter quase alegórico, frente à análise macroestrutural das relações raciais que se impõem aos indivíduos. Tomar esta consciência, mesmo que de forma tardia para um processo de dois anos que se trata do ciclo da formação de um mestrando, mostrou-se fundamental. É neste sentido que acredito ser importante apresentar uma seção que apresente de forma mais detida apontamentos referentes ao alinhamento epistemológico que optei por seguir, antes de me aprofundar na metodologia trabalhada.

### **4.1 Alinhamento Epistemológico**

A partir do trabalho de Burrell e Morgan (1979), muitas questões surgiram sobre a discussão epistemológica com base nos paradigmas apresentados nos estudos organizacionais. Os autores apontaram em seu trabalho uma separação didática para quatro principais paradigmas a partir dos critérios de objetivismo e subjetivismo, somados à ideia de ordem

e mudança, são eles: Humanismo radical (subjetivo/ mudança), Interpretativista (subjetivo/ ordem), Estruturalista radical (objetivo/ mudança) e Funcionalista (objetivo/ ordem).

Bispo (2010) destaca que a discussão que se desenvolveu nos estudos organizacionais levou à uma polarização entre positivistas e interpretativistas. O autor defende que essa polarização limita as possibilidades na área, apontando para a possibilidade de se tratar uma aproximação entre os paradigmas. Vieira e Caldas (2005), assim como Paes de Paula (2016) também ressaltam que essa ideia gerou um embate entre os pesquisadores, acirrando a rivalidade entre os paradigmas estabelecidos, por mais que tenha avançado ao apresentar possibilidades além do paradigma funcionalista hegemônico.

Concordo com os autores que criticam a abordagem de Burrell e Morgan (1979), que se assenta em uma base *kuhniana* considerando a lógica da incomensurabilidade dos paradigmas. Acredito também que essa visão pode limitar nossos estudos, sendo necessário para o avanço do conhecimento a possibilidade de diálogo entre os paradigmas.

Considerando as críticas apresentadas, em alguma medida, posso dizer que esse trabalho possui um caráter interpretativista, no ponto em que e preocupo em descrever o processo de construção dos significados (BISPO, 2010). Complementando essa definição, Vergara e Caldas (2005, p. 67) destacam que:

Para os funcionalistas, as organizações são objetos tangíveis, concretos e objetivos. Para os interpretacionistas, as organizações são processos que surgem das ações intencionais das pessoas, individualmente ou em harmonia com outras. Elas interagem entre si na tentativa de interpretar e dar sentido ao seu mundo. A realidade social é, então, uma rede de representações complexas e subjetivas

Para Burrell e Morgan (1979), o interpretativismo não era uma corrente única, representando diversas possibilidades, com o elemento comum de “tentar compreender e explicar o mundo social a partir do ponto de vista das pessoas envolvidas nos processos sociais” (VERGARA; CALDA, 2005, p. 68). É neste ponto que meu trabalho converge com essa perspectiva, porém, se afasta na medida em que Burrell e Morgan (1979) apontam para uma dicotomia entre subjetivo e objetivo, uma questão que ao trabalhar com a vertente de histórias de vida que escolhi se torna superada, na medida em que utilizar as histórias de vida significa pensar em um processo dialético. Nesse sentido, também me afasto da definição, quando se pensa a realidade social apenas como uma rede de representações complexas e subjetivas, uma vez que admito a existência de estruturas sociais concretas,

como o racismo, que são mediadas pelos indivíduos, modificando-os e sendo modificada. É também nesse sentido, que acredito ser possível a utilização da análise de discurso da vertente francesa, uma vez que a partir dessa perspectiva o discurso também se projeta na história (FIORIN, 2003).

Sendo assim, quando falo da compreensão dos fenômenos sociais, trato a ideia de que a análise parte de um movimento de “ir e vir” entre a experiência e a teoria, o vivido e o conceitual, as estruturas que se apresentam e a subjetividade do indivíduo (GAULEJAC & HANIQUE, 2012). A história de vida de um indivíduo nesse sentido não marca a descrição objetiva do vivido, mas o ato de contar se torna uma constante construção e reconstrução dessa história, se tornando um mecanismo complexo, uma vez que o sujeito possui sua própria historicidade, mas na mesma medida em que produz sua própria história também é produzido por ela (CARVALHO, COSTA, 2015)

Aprofundando nas definições epistemológicas desse trabalho, aponto um trecho de Ferrarotti (1991) no qual, ele se preocupa com a superação do modelo então hegemônico, que se tratava de uma lógica mecanicista. Para essa superação o autor propõe a utilização de uma lógica dialética, capaz de auxiliar na compreensão da interação entre indivíduo e sociedade.

A especificidade do método biográfico implica ultrapassar o trabalho lógico-formal e o modelo mecanicista que caracteriza a epistemologia científica estabelecida (...) devemos procurar os fundamentos epistemológicos do método biográfico noutra lugar, na razão dialética capaz de compreender a práxis sintética e recíproca que governa a interação entre o indivíduo e o sistema social (FERRAROTTI, 1991, p. 171)

Ainda segundo Ferrarotti (1991), é a partir dessa razão dialética que é possível ter acesso ao geral (sociedade) a partir da individualidade singular de um determinado homem. Sendo assim, ao assumir a perspectiva de histórias de vida desse trabalho que se alinha à psicossociologia, se faz necessário compreender os fenômenos sociais como multidimensionais, pois não se abarca apenas o coletivo, mas também a dimensão individual. Além disso, é importante compreender a valorização de um saber que muitas vezes não é tido como científico, ao apresentar as histórias de vida:

Não é defendida a hierarquização dos saberes, com o saber científico como o mais adequado na compreensão de uma situação. Ao contrário, a postura clínica constrói-se pela escuta e pela valorização do saber relacionada à experimentação,

considerando também o conhecimento que os atores sociais têm de seu mundo social. (CARVALHO; COSTA, 2015 p.27)

O próximo tópico desenvolverá melhor a discussão aqui iniciada, que diz respeito sobre a percepção adotada neste estudo sobre a relação entre todas as questões apresentadas no referencial teórico, que apontam para o racismo como uma estrutura social, associadas as histórias de vida individuais e singulares que serão apresentadas, sem que essas percam sua centralidade no trabalho.

#### **4.2 O “Contar Histórias”: Sua Historicidade e “Ponte” Entre Individual e Coletivo**

Os trabalhos de Franco Ferrarotti e Daniel Bertaux, ainda no início da década de 1970, marcaram esta retomada de pesquisas qualitativas no âmbito das histórias de vida. Já em meados desta década, Vincent de Gaulejac, Michel Bonetti e Jean Fraise se destacam por produzir discussões e trabalhos no âmbito da sociologia clínica, buscando a mediação de fatores econômicos, históricos, psicossociais e ideológicos nas trajetórias individuais, tratando-se de um campo de estudos pluridisciplinares. No âmbito sociológico brasileiro, a abordagem biográfica, com foco no indivíduo ou grupo que narre sua história, passou a ter um maior interesse em um período recente. Em muitos campos, ainda é difícil empreender uma pesquisa a partir de histórias de vida, devido ao fato de ser reconhecida por muitos como demasiadamente subjetiva e “pouco científica” (BARROS; LOPES, 2014).

Com relação aos trabalhos que utilizam como método Historias de Vida no âmbito dos Estudos Organizacionais, Colomby *et al* (2016), em estudo realizado considerando a produção na área durante os anos de 2004 a 2015, destacam que foram observadas 46 publicações. Dessas, 33 se referem a publicações em eventos, e 11 são publicações em periódicos.

Até aqui citamos apenas alguns exemplos de possibilidades de utilização do método histórico, da História Oral e das Histórias de Vida. É considerada grande a confusão conceitual que se tem a partir da heterogeneidade do campo, por isso, vamos apontar algumas distinções dentro do chamado método biográfico, que se alinha à perspectiva da

História Oral e também da História de Vida. Nesse sentido, é importante ressaltar que as pesquisas que se valem de dados biográficos podem utilizá-los em diversas dimensões, todas elas se inserem no quadro das pesquisas qualitativas, com um núcleo central formado na “dimensão do contar e da narrativa” (BARROS; LOPES, 2014, p. 41).

Fernandes (2010) também aponta como fator de convergência entre as perspectivas que os sujeitos pesquisados pela história oral colocam em relevo os “esquecidos pela história”. Destaca que a utilização de fontes orais não é apenas uma comodidade para atingir pessoas que não dominam a escrita, mas uma forma de construir uma nova visão acerca da realidade. É nesse sentido que a História Oral como: “brisa renovadora que nos obrigou a repensar muita coisa, ampliando perspectivas de captação da realidade social” (FERNANDES, 2010, p. 18).

Barros e Lopes (2014) destacam ainda que a diversidade de abordagens e pontos de vista presentes nas possibilidades trazidas pelo “contar história” geram uma certa confusão, com autobiografias, biografias, narrativas pessoais, trajetórias, depoimentos e diários, recebendo todos o rótulo de histórias de vida, mesmo com métodos e pressupostos epistemológicos distantes, mas sempre com a convergência na dimensão do contar e na preocupação com a compreensão do sujeito em seu mundo.

Dentre esta diversidade de possibilidades e abordagens, Campos (2004) destaca quatro principais tipos de pesquisa biográfica: História Oral; Biografia; Autobiografia; e História de Vida. Para auxiliar na compreensão das distinções entre os métodos biográficos, Silva *et al.* (2007) desenvolveram o seguinte quadro:

**Quadro 3 - Principais características e distinções entre História Oral; Biografia; Autobiografia; e História de Vida**

Metodologia	Abordagens Biográficas			
Métodos	História Oral	Biografia	Autobiografia	História de Vida
Características	<ul style="list-style-type: none"> <li>- Elaboração de um projeto;</li> <li>- Definição prévia de um grupo de pessoas a serem entrevistadas;</li> <li>-Planejamento da condução das gravações;</li> <li>- Transcrição e conferência do depoimento;</li> <li>- Inexistência da preocupação com o vínculo.</li> </ul>	<ul style="list-style-type: none"> <li>- Utilização de diversas fontes;</li> <li>- Recolhimento enviesado dos dados;</li> <li>- Irrelevância da falta de relação entre pesquisador e sujeito pesquisado.</li> </ul>	<ul style="list-style-type: none"> <li>- Discurso direcionado ao leitor;</li> <li>- Preocupação com a sequência temporal;</li> <li>-Intencionalidade.</li> </ul>	<ul style="list-style-type: none"> <li>- Preocupação com o vínculo entre pesquisador e pesquisado;</li> <li>- Há uma produção de sentido tanto para o pesquisador quanto para o sujeito: “saber em participação”;</li> <li>- História contada da maneira própria do sujeito;</li> <li>- Ponte entre o individual e o social.</li> </ul>

Fonte: Silva *et al.* (2007)

Diante do Quadro 3, apreendemos de maneira sistemática as principais características e distinções de cada um dos tipos de pesquisa biográfica, compreendendo os limites e as possibilidades em adotar cada um destes métodos. Neste ponto, vamos analisar mais detidamente a história oral, em suas distinções com a história de vida.

A história oral possui larga utilização em pesquisas históricas, envolvendo o estudo do indivíduo em sua singularidade (SILVA *et al.*, 2007). Campos (2004) complementa esta visão ao trazer que não é objetivo da história oral compreender a ressignificação do indivíduo a partir de sua narrativa, em seu ambiente coletivo; o objetivo principal é conseguir depoimentos sobre a história cotidiana contada pelos indivíduos.

Queiroz (1988), por sua vez, compreende a história oral como uma metodologia de quadro amplo, abarcando tudo aquilo que é narrado oralmente, a qual tem como objetivo o recolhimento de relatos de um indivíduo ou grupo, estando a história de vida inserida neste cenário. A diferença é o fato de que nas histórias de vida é o narrador que comanda a entrevista, enquanto em depoimentos é o entrevistador que possui essa função. Não existe, portanto, uma unidade de compreensão acerca destas definições, porém, fica clara a principal distinção entre adotar a perspectiva da história oral e da história de vida, sendo a

preocupação com o vínculo entre entrevistado e entrevistador, aspecto fundamental para as histórias de vida, além do aspecto coletivo, considerado importante para as histórias de vida.

Já a biografia tem como objetivo compreender a história e o percurso de vida de uma determinada pessoa, valendo-se das mais diversas fontes, tais como documentos, fotos, cartas, e não apenas relatos orais, e mais uma vez sem levar em consideração a relação entre entrevistador e entrevistado. Em seu turno, a autobiografia se apresenta como um discurso voltado ao leitor, muitas vezes sem a reflexão acerca do vivido, com uma grande preocupação com a sequência temporal (SILVA et al, 2007).

Dadas estas distinções e o histórico nos Estudos Organizacionais, no âmbito deste estudo será utilizada, portanto, a história de vida, que se enquadra no campo da Psicossociologia, que foca em certa medida na relação entre o entrevistador e o entrevistado, o que a torna uma ótima alternativa dentro dos Estudos Organizacionais, como o exemplo do trabalho realizado por Lopes (2013). Considerando assim, a história de vida em sua dimensão psicossociológica, Carvalho e Costa (2015) definem da seguinte forma o campo da Psicossociologia Clínica, em sua concepção da relação entre as histórias de vida e a sociedade, de uma forma mais ampla:

Pode-se acessar o processo de constituição de uma sociedade quando se conhece o processo de constituição de uma História de Vida, pois ambos ocorrem simultaneamente, um atravessando e influenciando o outro e sendo modificado por esse outro (CARVALHO; COSTA, 2015, p. 25).

Ao pensar a dimensão das histórias de vida nessa perspectiva, deve-se compreender o movimento dialético entre o individual e coletivo, considerando que aspectos subjetivos interferem no contexto social e que a dimensão coletiva produz efeitos na experiência individual (RHÉAUME, 2009). Nesta medida, a Psicossociologia irá atuar principalmente na investigação das reciprocidades entre o individual e o coletivo, entre o psíquico e o social (LHUILIER, 2011).

Pinto, Carreteiro e Rodrigues (2015) apontam também para esta relação, considerando que o indivíduo não pode ser analisado sem considerar os inúmeros fatores que o atravessam: “A análise é sempre dialética, apreendendo o peso das condições sociais nas condutas humanas, e levando em conta a singularidade do trabalho psíquico” (PINTO; CARRETEIRO; RODRIGUES, 2015, p. 945).

Essa metodologia deve ser considerada, portanto, em sua complexidade, sendo uma possibilidade muito rica de apreender a relação dos sujeitos e o mundo, o real que lhes é apresentado, observando a maneira como negocia suas condições sociais, que os constroem, ao mesmo tempo, que por eles são construídas (BARROS; LOPES, 2014). Esta escolha traz consigo uma dimensão fundamental da escolha epistemológica deste estudo e da forma como a raça é considerada, em seu aspecto sócio histórico, sendo importante não apenas trazer à superfície a história destas pessoas, como também compreender a relação dialética que exercem com o coletivo e o social. Queiroz (1988) coloca as histórias de vida em um quadro mais amplo da história oral, porém vê como grande potencialidade sua capacidade de aproximação entre o individual e o social.

Neste sentido, uma importante questão destacada por Barros e Lopes (2014), que reflete na concepção do real e na forma como será abordada a questão da raça neste estudo, é o fato de que as histórias de vida estão longe de ser o trunfo do individualismo, mas recolocam o ser humano no centro da cena, frente ao seu próprio desenvolvimento especular:

Ou seja, o que se manifesta através do relato e nele se reconstrói é o campo da subjetividade, com seu caráter individual, singular, único, construído concretamente na experiência do coletivo. Estão presentes aqui os três polos que dialogam no contar a vida: as condições objetivas, a maneira como se vive e a maneira como se narra. Dialética entre realidade material e realidade subjetiva (BARROS; LOPES, 2014, p. 42).

É a partir dessa questão que considero as histórias de vida uma “ponte” entre o individual e o coletivo, em outras palavras, a história de vida se apresenta como uma maneira de reinserir o indivíduo no contexto social e histórico, considerando a maneira como fazem a história, modelando a sociedade e por ela sendo modelados (LOPES, 2015). Nesse sentido, um elemento importante para se levar em conta ao adotar esse método é a historicidade, isto é, o indivíduo não se torna um espelho da realidade social que o precede, ele faz mediações, filtra e retraduz para a dimensão de sua própria subjetividade. Gaulejac (2004/ 2005) complementa essa dimensão da historicidade apontando que ela se vincula à relação entre indivíduo e sociedade, sendo a capacidade desse indivíduo se inscrever em um passado e se projetar para um futuro diferente do presente.

Lopes (2015, p. 70), ao resgatar estudos de Gaulejac, aponta que “a função da historicidade significa a possibilidade de o indivíduo analisar e compreender os elementos que o

constituem como sujeito histórico, reconstruindo sua relação com a história”. É nesse sentido que se pode dizer que o “homem é história”, ao se inserir na lógica dialética que o coloca como produtor de sua própria história, bem como produzido pelo contexto histórico.

Na sociologia clássica, há uma concepção de que a subjetividade é a interiorização da objetividade. Nessa concepção, não há espaço para a reflexividade, dimensão fundamental de ser considerada, no sentido em que, sem esse aspecto, não seria possível ao sujeito a ação de se repensar e transformar sua relação com o mundo (LOPES, 2015). esta direção, ele não pode fazer uma abstração de sua subjetividade, não pode fazer uma abstração desse social, mas isso não quer dizer que ele sofra passivamente em nesta relação, ele reinventa esse social a cada instante (FERRAROTTI, 1990). E as histórias de vida se tornam uma dimensão importante, pois, ao contar sua história, o indivíduo tem a possibilidade de trabalhá-la, ressignificá-la e mudar sua relação com a história.

O homem carrega em si historicidade (BARROS; LOPES, 2014). Isso quer dizer que o homem não é somente produto da história, ele é também portador de uma história que ele busca e constrói significação; valendo-me da argumentação de Gaulejac (2004/ 2005), há, portanto, um sentido da História, que é o sentido dado pelo homem em sua vivência. É esse movimento da historicidade que explica o motivo pelo qual, sob condições de existência similares, a tomada de consciência dos indivíduos ocorre por vezes de forma tão distinta (GAULEJAC, 2004/ 2005).

As histórias pessoais não são redutíveis a jogos afetivos de questões psíquicas, mas são confrontadas por questões sociais, sendo uma alternativa de ponte entre a história individual e a história coletiva, religando o nível individual ao nível geral de análise. Os indivíduos apresentam, por meio de suas histórias, efetivamente uma cultura, um esquema de valores e ideologias como membros de uma coletividade – família, organização, classe social, raça, gênero – encontrando-se constantemente em interação com estas (BARROS; LOPES, 2014). Importante destacar que o que se busca com um relato de vida não é um espelho do social, mas o modo como o indivíduo se apropria dele, projetando a sua subjetividade. Compreender o universal ao qual faz parte, a partir de seu ponto de vista – sua subjetividade em relação aos fatos sociais. Sendo assim, o sujeito é que ocupa o lugar central do que se conta (LOPES, 2013).

Fundamental também para este estudo é a compreensão do papel central do sujeito que se conta, uma vez que a vivência e interação com a questão racial podem ser apreendidas apenas por aqueles que participam dela em seu interior, oferecendo elementos que muitas vezes escapam à análise fria dos dados que remontam às desigualdades ou mesmo à análise sócio-histórica, que fornece aspectos sociais desta exclusão, mas não apontam como são vividos e mediados pelos indivíduos. E é neste sentido que as histórias de vida se distanciam das histórias oficiais, uma vez que vão além da simples sucessão de fatos cronológicos, que remetem a uma noção ossificada da realidade social. Também se distanciam das histórias contadas pelos vencedores, das histórias das elites (BARROS; LOPES, 2014). É, portanto, nas palavras de Ferrarotti (1990), como já fora citado, uma “história não historicista”.

Carvalho e Costa (2015) complementam essa visão ao destacarem que todo sujeito é um ser histórico na medida em que possui uma singularidade e uma capacidade de reescrever sua história, por mais que seja programado por ela. É nesse contexto que a historicidade se apresenta, segundo os autores, como a função que permite ao sujeito distanciar-se de sua história e tomar consciência de como outros fatores influenciam sua trajetória, sejam de raça, classe, gênero, dentre outros. Também é nessa medida que compreendo o conceito de historicidade e considero um elemento fundamental para a escolha desse método específico de histórias de vida.

Outra questão importante acerca das histórias de vida é o caráter terapêutico que ganha as narrativas, trazendo a possibilidade do narrador refletir e interpretar sua própria história. Reconhece ao valor individual um valor sociológico, não sendo uma complementação para outras metodologias, não existindo também a pretensão de demonstrar leis, buscar provas empíricas, ou mesmo encontrar causas únicas.

Diante destas questões, não é possível para as histórias de vida, uma coleta de dados sem o envolvimento do pesquisador, sendo fundamental seu envolvimento, não são a partir de simples entrevistas que estas histórias irão emergir (BARROS; LOPES, 2014). Além disso, há a possibilidade de ampliação do escopo da pesquisa, com a consideração de disciplinas distintas, favorecendo a compreensão dos fatores que permeiam as histórias de vida:

Como instrumento, a história de vida permite uma escuta ampliada, onde a emergência de diferentes pontos pode ser iluminada por teorias e disciplinas distintas. O uso de várias fontes de conhecimento favorece a elucidação de fatores históricos, sociais, políticos e econômicos (PINTO; CARRETEIRO; RODRIGUES, 2015, p. 972).

Considerando estas características do método em histórias de vida, a seguir serão apresentados aspectos específicos da pesquisa, em sua concepção, delimitação dos sujeitos e método de análise.

### 4.3 Escolhas metodológicas

Como proposta para alcançar o objetivo dessa dissertação, que é “**compreender e analisar como as relações raciais se manifestam e são vivenciadas por trabalhadores industriais negros, a partir de suas histórias de vida**”, foram gravadas as histórias de vida de Clóvis e Leila. Compreendendo que a utilização das histórias de vida vai além de um simples instrumento de pesquisa, mas também representa uma forma de ver o mundo, ela se apresenta como um meio de reflexão, intervenção e transformação social (COLOMBY *et al*, 2016). Desse modo, uma discussão prévia acerca desse método foi feita considerando seus elementos teóricos e especificidades em relação a outras formas de coleta de relatos orais.

Essa é uma pesquisa de caráter qualitativo. Gibbs (2009) destaca que a definição desse tipo de pesquisa não é simples, contudo, os enfoques de pesquisas qualitativas possuem em comum o fato de permitirem explorar de forma mais profunda experiências individuais ou de grupos, podendo estar relacionadas a histórias biográficas ou práticas cotidianas e profissionais. Essa é uma das maneiras com que a pesquisa qualitativa se apresenta como possibilidade para explicar fenômenos sociais vistos “de dentro” (GIBBS, 2009, p. 8). O autor ainda cita a possibilidade de investigação de documentos e o exame de interações de comunicações.

As histórias de vida permitem captar o que acontece na interseção entre o individual e o social, permitindo também que elementos do presente se entrelacem com questões do passado. O que me interessa nesse sentido é o que aponta Bosi (1994): a narrativa da vida de cada um e a forma como ela é reconstruída e como é narrada. Lopes (2015) complementa essa visão ao apontar que contar a vida é um modo de se refazer, complementando que “o que se busca em um relato de vida não é um espelho do social, e sim o modo como o indivíduo se apropria dele, projetando a sua subjetividade” (LOPES, 2015, p. 73)

Como apresentei no tópico anterior, utilizar as Histórias de Vida pressupõe que uma série de questões sejam levadas em consideração ao longo da construção da pesquisa. Uma dessas questões é que se trata de um trabalho progressivo:

Ao considerarmos a pesquisa em história de vida não como uma busca de leis, mas como uma busca de conhecimento sobre determinadas situações, contextos, temáticas, como um trabalho de elucidação progressiva de uma realidade no movimento histórico das relações sociais, as questões metodológicas devem seguir às pesquisas e não lhes preceder (BARROS; LOPES, 2014, p. 54).

Nesse sentido, a cada encontro com Leila e Clóvis, a pesquisa se constituía. Nas entrevistas de histórias de vida, ocorre o que Thiollent (1982, p. 86) chama de “situação flutuante”, que permite ao entrevistador estimular o entrevistado a explorar seu universo próprio, sem questionamentos estritamente direcionados. Essas entrevistas possuem como característica a empatia, ocorrendo uma relação mútua entre entrevistado e entrevistador. Por fim, cabe ressaltar que “o recolhimento das histórias de vida ocorre de fato quando há a transferência” (BARROS, 2015, p. 69), ou seja, quando de fato ocorre uma conexão entre o pesquisador e o narrador. Optei por apresentar um relato mais profundo da relação desenvolvida com cada um dos entrevistados na próxima seção, na qual serão apresentadas e analisadas as histórias de vida. Porém, destaco a seguir algumas características gerais de cada um dos sujeitos da pesquisa.

Foram, ao todo, 14 encontros para entrevistas. Desses, 6 encontros com Clóvis, que significaram 8 e 26 minutos de gravação, que foram integralmente transcritas. Os outros 8 encontros foram realizados com Leila, com um total de 7 horas e 30 minutos de gravação. Os nomes que apresento nesse trabalho, seja de Leila e Clóvis, sejam de outros personagens que se apresentem em seus relatos, são fictícios, no intuito de preservar a identidade dessas pessoas que se dispuseram a se abrir e contar suas vidas para que fossem analisadas.

Destaco também que Nathália, à época estudante de Ciências Econômicas na Universidade Federal de Minas Gerais e bolsista de iniciação científica orientada pelo professor Luiz Alex Saraiva, me acompanhou em todos os encontros e foi parte fundamental desta pesquisa. Sua relação será melhor descrita nas seções que seguem, contudo, em muitos momentos, foi sua relação com os sujeitos desta pesquisa que proporcionaram uma aproximação efetiva, que marcou de fato a coleta das histórias de vida.

O primeiro contato para realização das entrevistas foi feito com Clóvis, ele tem 54 anos e à época da entrevista trabalhava em um clube vinculado ao Sindicato dos Metalúrgicos.

Clóvis tem uma filha de 24 anos, um filho de 22 anos e é casado com Maria. Cheguei a Clóvis por meio da indicação de Márcio, um colega de trabalho, na Secretaria de Estado de Trabalho e Desenvolvimento Social – SEDESE. O primeiro contato foi realizado via telefone, para assim marcarmos o primeiro encontro presencial. Interessante ressaltar que Clóvis e este colega que fez a indicação trabalharam juntos, na Prefeitura de Contagem/MG. Neste momento da vida de Clóvis, ele já não trabalhava mais como metalúrgico, contudo, Márcio conheceu sua história e quando soube do trabalho que seria desenvolvido o indicou.

Logo no segundo encontro com Clóvis, entendendo a proposta da pesquisa, ele nos indicou que falássemos com Leila, com quem havia trabalhado ao longo de sua trajetória como metalúrgico. Leila tem 48 anos e atualmente trabalha em uma das sedes do sindicato dos metalúrgicos. Ela tem um filho de 14 anos e uma filha de 4 anos, atualmente mora com seu companheiro.

Não há um padrão definido para estimar o número de entrevistados quando se trabalha com histórias de vida. Colomby *et al* (2016) destacam, ao observarem as pesquisas desenvolvidas nos últimos anos na área dos Estudos Organizacionais, que consideravam como método as Histórias de Vida, que não há um padrão no número de entrevistados, com pesquisas que chegam ao número de 66 entrevistas. Porém, aquelas pesquisas que contaram com mais de 10 participantes, em sua maioria, utilizaram entrevistas semiestruturadas e não a concepção das Histórias de Vida em sua essência. Após o início da coleta das entrevistas, percebi a densidade de cada relato. Por isso, acredito que coletar apenas essas duas entrevistas foi ideal para os objetivos a que me propus.

Ainda tomando como base a pesquisa empreendida por Colomby *et al* (2016), ressalto as estratégias de análise mais utilizadas quando se tratam de Histórias de Vida, sendo a Análise de Conteúdo a que mais aparece nas pesquisas, com 13, seguida da Análise de Discurso, com 14 estudos. Como indicação, os autores apontam que “a utilização da Análise do Discurso e da Análise Interpretativa permite um maior detalhamento das histórias narradas bem como suas relações com o tempo e o espaço do sujeito preservando deste modo o seu protagonismo” (COLOMBY *et al*, 2016, p. 36).

É nesse sentido que proponho a utilização da análise de discurso em sua vertente francesa para a análise das histórias de vida que serão apresentadas. Trata-se de uma análise que considera também aspectos sociais de produção do discurso, sendo a palavra, conforme

aponta Bakhtin (2006, p. 99), o “produto da interação entre o locutor e o ouvinte”. Também considero que o discurso não é de forma alguma neutro, sendo necessário ir além da simples categorização dos dados, identificando e analisando os discursos enunciados explicitamente, implicitamente ou mesmo silenciados (FIORIN, 2003). Ao tratar das histórias de vida, Carvalho; Costa (2015 p. 28) destacam que “ a fim de compreender a relação que o indivíduo possui com sua história, é imprescindível que se analise o sistema social ao qual integra, o tempo em que se encontra e o espaço que ocupa, condicionando-o como ser histórico-social”. Questão que considero fundamental para optar pela análise francesa do discurso, por considerar que ela auxilia nessa compreensão, a partir dos pontos de análise que propõe.

A teoria apresentada por Bakhtin (2006) é uma das influências dessa vertente de análise de discurso e considera seu sentido dialético, uma vez que não existe um enunciado isolado. Fiorin (2003, p. 77) destaca que “as determinações últimas do texto estão nas relações de produção”. Tendo em vista esse sentido dialógico, o enunciado é elaborado em função do ouvinte, sendo o discurso uma prática social (SOUZA; CARRIERI, 2014). Mais uma vez, aparece aqui a importância do momento da entrevista, pois a relação que vou criar também irá influenciar no modo como o discurso que envolve a narrativa vai se desenvolver.

A análise de discurso da linha francesa não considera, portanto, o discurso de forma isolada, pois se torna um elemento da realidade social, construindo e sendo construído de forma dialética. Nesse ponto, acredito que exista uma convergência em relação às histórias de vida, possibilitando o uso dessa análise de discurso, mesmo considerando seu caráter estruturalista. Para Fiorin (1998, p. 78), a análise de discurso deve desfazer “a ilusão idealista de que o homem é senhor absoluto de seu discurso”. Acredito, assim, que a utilização da análise de discurso se dá com o objetivo de complementariedade em relação às histórias de vida, uma vez que sua análise não se esgota no próprio discurso, projetando-se na história (FIORIN, 2003).

Seguindo esta linha que escolhi, para a operacionalização dessa análise, destaco os procedimentos a seguir, propostos pelo Professor Doutor Antônio Augusto Moreira de Faria, da Faculdade de Letras da Universidade Federal de Minas Gerais e sistematizados por Saraiva (2009, p. 90-91), que podem ser utilizados em conjunto ou separadamente, de acordo com o que for enunciado. O primeiro ponto tratado é a “identificação e análise dos principais aspectos da análise lexical”, que é descrito por Saraiva (2009) como o

vocabulário a ser utilizado. Faria (2009) complementa ao destacar que é a partir da escolha do vocabulário que se desenvolvem os demais aspectos linguísticos, como os personagens e temas. Dando continuidade à análise, o segundo ponto se trata da “identificação e análise dos principais temas e figuras (explícitos ou implícitos) dos discursos”, considerando assim os elementos mais abstratos e mais concretos do discurso. A partir desses temas e figuras, são estruturados os “percursos semânticos”, que podem ser figurativos ou temáticos, isso quer dizer, predominantemente concretos ou predominantemente abstratos.

Como quarto ponto, Saraiva (2009, p. 91) apresenta a identificação e análise dos “principais aspectos interdiscursivos”. Esse nível interdiscursivo representa as relações de apoio ou oposição, é a relação entre um discurso específico e um conjunto de outros discursos que se apresentam. O quinto ponto elencado é a identificação dos principais aspectos da “sintaxe discursiva”, sendo esse a forma como discurso é construído estruturalmente, podendo incluir figuras de linguagem. Outro ponto de análise se refere à identificação dos principais “aspectos refletidos e refratados” nos discursos; nesse ponto, é importante compreender a ressignificação de temas exposta em Bakhtin (2006), a partir daí, todo aspecto é refletido linguisticamente, preservando seu sentido socialmente estabelecido e reinterpretado, isso é, refratado, de acordo com as ressignificações de seus enunciadores

Ainda Saraiva (2009, p. 91) aponta como sequência da análise do discurso a “identificação dos principais aspectos das condições de produção dos discursos”, nesse ponto o que se busca é a definição das condições sociais sob as quais o discurso foi produzido. Segue a esse passo, a identificação dos principais “discursos presentes no texto”, discurso, nesse sentido, compreendido como a produção social de textos, identificando e analisando assim os discursos que se inserem nessa produção social dos textos. Tendo em vista que não há discurso neutro, o passo que se segue é a identificação dos principais “aspectos ideológicos defendidos nestes discursos” e também dos principais “aspectos ideológicos combatidos nestes discursos”. Por fim, Saraiva (2009, p. 91) propõe a identificação da “proposição do discurso hegemônico em cada um dos textos em relação aos discursos hegemônicos na sociedade em que se situa”, com o intuito de verificar se esse discurso se apresenta alinhado ao que é dominante em termos sociais ou se apresenta como marginal.

Segui esse roteiro estruturado para a análise de discurso da vertente francesa, destacando que em alguns momentos foram considerados apenas parte dos pontos elencados. Além disso, destaco que, para melhor compreensão e apresentação dos dados, optei por apresentar

as histórias de vida de Leila e Clóvis de forma separada, também estruturando os discursos a partir de seus percursos semânticos, temas e figuras.

Ademais, como tanto as histórias de vida em seus pressupostos quanto análise de discurso da vertente francesa não consideram apenas o nível individual, ou o que será enunciado, o referencial teórico se apresenta com um papel importante ao debater os aspectos sócio-históricos da formação das relações raciais no Brasil. Como vimos, são relações complexas e muitas vezes silenciadas, por isso um entendimento de sua dimensão é fundamental para compreender o contexto no qual as histórias de vida se inserem, sem deixar de considerar a reflexividade e a historicidade presente nas histórias de vida, já que os sujeitos não são apenas influenciados por essas relações, mas também as modificam.

Compreender essa dimensão dialética das histórias de vida é essencial para que os aspectos apresentados nessa seção não se tornem meros procedimentos metodológicos, mas constituam de fato uma pesquisa na qual os protagonistas são os trabalhadores negros que irão narrar suas histórias.

## **5 AS HISTÓRIAS DE CLÓVIS E LEILA**

Leila e Clóvis serão os sujeitos que tomarão as páginas a seguir com suas histórias de vida. Foram muitos os encontros com cada um deles, fato que permitiu não apenas a coleta dos dados apresentados nessa dissertação, mas também uma troca de experiências fundamental, destacada em Barros e Lopes (2014). Isso tornou a análise dos dados ainda mais rica, e os passos seguidos para a análise de discurso da vertente francesa, conforme roteiro estruturado por Saraiva (2009) e apresentado na seção de metodologia desse trabalho, auxiliaram para que essa análise se desse de uma forma mais estruturada, sem desconsiderar as vidas que ali se apresentavam.

Ao realizar a gravação destas histórias de vida, sempre estive acompanhado de Nathália, que realizava um trabalho de iniciação científica com o professor Luiz Alex Silva Saraiva, orientador deste trabalho. Nathália estava em seu último período para a conclusão de sua graduação em Ciências Econômicas e vivia seu primeiro contato com uma pesquisa que envolve histórias de vida. Ao longo das entrevistas, a presença de Nathália se tornou um elemento fundamental, pois ela contribuiu ativamente para a aproximação com Clóvis e especialmente com Leila, como veremos nos tópicos que seguem.

Para expor de forma mais detida alguns pontos da vida de cada um, optei por dividir essa seção em duas partes: uma primeira tratando especificamente da história de vida de Clóvis e uma segunda retratando e analisando a história de vida de Leila. Apesar de considerar a singularidade de cada história, a forma como apresentei as narrativas foi estruturada em um mesmo formato, por acreditar que esses elementos apresentados auxiliariam na leitura e na apresentação do trabalho, sem o intuito de tecer comparações diretas entre as histórias de vida.

### **5.1 História de vida de Clóvis**

Retratar uma história de vida em um trabalho acadêmico é sempre um desafio. Com a história de vida de Clóvis não foi diferente. Optei por dividir a apresentação e análise dessa história de vida em alguns tópicos, que não representam a ordem cronológica da narração de Clóvis. Tal opção se deu com base nos objetivos que envolvem essa pesquisa, além de apresentar essa

história de uma forma mais clara, estruturando os discursos a partir de seus percursos semânticos, temas e figuras.

Todas as entrevistas foram realizadas no local em que Clóvis trabalhava à época das entrevistas, um clube vinculado ao Sindicato dos Metalúrgicos de BH e Contagem. A maioria dos encontros se deu às quartas, quando o clube estava praticamente vazio e sempre tivemos uma sala fechada para conversarmos. Ao chegarmos, a primeira ação dele era nos perguntar o que “queríamos” naquele dia, dito isso, apresentávamos a ele uma proposta abrangente de tema ou período da vida, que a partir dali era desenvolvida por Clóvis. Cada entrevista durou em média 1 hora e 20 minutos, em um total de 8 horas e 26 minutos, com 6 encontros.

A aproximação com Clóvis se deu por meio de um colega de trabalho que o conhecia e por quem Clóvis pareceu nutrir um grande carinho. Com isso, já no primeiro contato realizado, por meio de ligação telefônica, pude perceber a disposição e, até mesmo, uma certa dose de empolgação por parte de Clóvis para nos contar sua história de vida. Sendo assim, marcamos um primeiro encontro para nos conhecermos e falar sobre a proposta que envolvia a pesquisa.

No primeiro dia em que iríamos nos encontrar, eu estava um pouco ansioso, por ser minha primeira experiência com uma entrevista em história de vida. É importante destacar mais uma vez que em todos os encontros fui acompanhado de Nathália, que também vivia sua primeira experiência com esse tipo de pesquisa. Neste sentido, foram importantes as reuniões de preparação realizadas com o professor Luiz Alex Silva Saraiva, fato que, em conjunto com as leituras acerca do método realizadas, deu-nos uma maior segurança.

O primeiro dia que acreditávamos que seria apenas uma apresentação converteu-se em mais de duas horas de conversa e cerca de uma hora e trinta minutos de gravação, com Clóvis nos apresentando um panorama geral de sua vida. Um ponto importante nesse primeiro encontro foi quando Clóvis nos perguntou por onde deveria começar sua narrativa e respondemos que deveria iniciar por onde ele se sentisse mais confortável. A partir daí ele narrou de forma geral suas experiências profissionais, iniciando no primeiro emprego e chegando ao seu cargo atual, falando de forma bastante breve de sua vida particular e de um fato de discriminação que marcou sua vida. Ao longo da entrevista, Clóvis se mostrou muito seguro, parecendo que já havia refletido e contado sobre sua história em outros momentos. Alguns fatos foram relatados com datas precisas, em especial as admissões em empregos e outros marcos que viveu ao longo de sua experiência de trabalho.

A segunda conversa se deu com uma semana de diferença. Como o relato anterior ainda estava muito vivo em nossa memória, decidimos iniciar essa entrevista pedindo que Clóvis nos falasse um pouco sobre a sua infância, questão que não havia sido abordada no encontro anterior. O relato deste período se deu de forma breve, sem tantos detalhes, até novamente chegar ao trabalho, que era citado com datas precisas, iniciando mais uma vez a narrativa de sua vida por meio dos trabalhos que realizou, demonstrando a importância que o trabalho tinha em sua vida.

Após passar novamente por sua vida profissional, repetindo alguns pontos e agregando outros, em uma fala com mais de 1 hora sem interrupções, Clóvis nos disse que isso era o que tinha para contar, neste momento solicitamos que ele falasse de sua família, mais uma lacuna observada, uma vez que havia dito sobre seu casamento, que havia sido realizado em um momento conturbado, em que estava sem emprego, e também sobre seus dois filhos, mas nunca focando em nenhum destes dois pontos. Sentimos que este se tornou um assunto desconfortável para Clóvis, que escolhia muitas vezes as palavras e pensava muito ao falar, ao contrário do que acontece com sua trajetória profissional, que parecer ser contada e recontada repetidas vezes, tamanha a facilidade e a articulação das ideias.

Ao fim do segundo encontro, Clóvis indicou que conversássemos com Leila, que havia sido sua colega de trabalho na última empresa em que trabalhou como metalúrgico e nos disse que entraria de férias por um mês. Além disso, houve uma dificuldade em acertar as agendas e o terceiro encontro foi ocorrer cerca de dois meses depois. A esse ponto já ficava claro que estávamos mais confortáveis com a relação que estava se estabelecendo, como exemplo, nossos contatos passaram a ser por meio de aplicativo de mensagens via web, “*Whatsapp*”, quando Clóvis também começou a enviar mensagens de outros assuntos, que não diziam respeito apenas ao âmbito dos encontros.

Ao chegarmos para o terceiro encontro, quando ficamos um bom tempo conversando sem iniciar a gravação, falamos sobre as festas de fim de ano e sobre o que aconteceu no período em que não nos encontramos. Quando iniciamos a gravação, Clóvis já estava familiarizado com a proposta e seguiu sua narrativa. Após esse encontro, ainda voltamos mais três vezes para conversar com Clóvis. Pude perceber que a cada encontro a carga de emoção que se apresentava era maior. Foi finalmente no quarto encontro que ele falou de forma mais aberta sobre sua família, a relação com os filhos e com seus pais, fugindo de relatos puramente protocolares, como nome, idade, o que estavam desenvolvendo ou desenvolveram profissionalmente, mas, a partir daí, tratando de fato dos sentimentos que envolviam essas questões em sua vida.

Entre o quarto e o quinto encontro, Clóvis fez uma pequena cirurgia, com isso, também houve um período de cerca de um mês e meio sem nos encontrarmos. Ao longo desse tempo, com todas as questões que se apresentavam nas mais diversas esferas políticas do Brasil, gerou-se também um clima de instabilidade sobre a função que Clóvis exercia profissionalmente e foi quando ele começou a falar sobre a possibilidade de se aposentar<sup>31</sup> nas conversas que tínhamos antes das gravações. Essa carga emocional pôde ser sentida na quinta e sexta gravações, quando ele já olhava, em especial para sua trajetória de trabalho, com um certo saudosismo e orgulho por tudo que construía.

Depois de contar um pouco sobre esse processo vivido ao longo dos encontros, chegou a hora de falar e analisar a história de vida contada por Clóvis. Ele tem 54 anos, nasceu em Belo Horizonte, trabalhou em mais de uma indústria no ramo da metalurgia, tendo ficado mais tempo em uma empresa fabricante de medidores de energia elétrica, sediada em Contagem, onde iniciou também sua aproximação com as atividades sindicais. Atualmente ele está aposentado, mas durante os encontros ele era responsável pelo clube dos Metalúrgicos de BH e Contagem. É casado e tem dois filhos, um deles tem 22 anos e tinha o sonho de ser jogador de futebol, o que não se concretizou. Já sua filha mais velha (24 anos) está se formando em Ciências Contábeis e trabalha atualmente em um escritório de contabilidade.

Desde o dia 01/12/2016, momento em que nos encontramos pela primeira vez, ao dia 18/05/2017, data da última gravação, Clóvis nos narrou diversas memórias e momentos que marcaram sua vida. Vou apresentar em um primeiro momento um pouco de suas relações familiares, passando pela relação com os pais, em especial em sua infância, passando pela relação com os filhos e sua esposa e culminando na relação entre o trabalho e a família. A partir daí, destaco sua trajetória de trabalho, começando por seus primeiros empregos, sua formação educacional, para assim chegarmos no trabalho industrial, que também avança para sua atuação sindical. Por fim, após retratar esses diversos elementos dessa história de vida, aponto para episódios vividos por ele que envolvem a questão racial, na qual elementos de toda essa história convergem e se inter-relacionam.

---

<sup>31</sup> Com os relatos já finalizados, quando já começava a escrever esta análise que se segue, Clóvis me enviou uma mensagem contando que não pôde seguir em seu emprego e que de fato havia se aposentado, destacando seus novos planos e perspectivas.

### 5.1.1 Entre a “vida privada” e a “vida pública”: As relações familiares

Quando pensamos em nossas vidas, os principais marcos que temos muitas vezes são nossas conquistas profissionais; as histórias de trabalho se tornam praticamente nossas histórias de vida. Um ponto que me chamou muito atenção ao escutar a narrativa de Clóvis foi logo no primeiro encontro, quando ele nos perguntou por onde começar, e respondi que poderia ser pelo momento que ele achasse mais adequado. Naquele momento, ele começa a narrar sua primeira experiência profissional como jovem aprendiz e assim foi tratando de sua trajetória profissional ao longo de todo o primeiro encontro.

No segundo encontro, quando novamente perguntou por onde começar, pedi dessa vez para falar de sua infância/adolescência. Ele começou sua narrativa, porém, antes que me percebesse, ele já falava novamente de outras experiências profissionais e educacionais que viveu. Foi necessário tempo para finalmente Clóvis se sentir à vontade para nos falar sobre sua família e ir além das informações protocolares, como idade dos filhos, o que fazem, dentre outra, e de fato mergulhar em suas memórias e trazer momentos que lhe marcaram.

Deste modo, a despeito deste tópico ser o primeiro que apresento sobre essa história de vida, foi aquele sobre o qual os relatos mais demoraram para aparecer e aquele no qual sinto que conseguimos mergulhar de fato na vida de Clóvis, em que ele abriu as portas não apenas de sua “vida pública”, da qual ele parecia ter muito domínio, contando e recontando os fatos, mas também de sua “vida privada”. Por isso escolhi iniciar por essas questões, que, acredito, servirão de base para os elementos que virão em seguida, além de nos aproximar de Clóvis de uma forma mais profunda.

#### 5.1.1.1 *Entre brincadeiras e castigos: A infância e relações com seus pais*

Enquanto escutava as histórias que Clóvis começava a contar sobre sua infância e seus pais, comecei a tentar construir os cenários que ele narrava em minha imaginação. Um primeiro ponto importante, nesse sentido, foi pensar que sua infância se passou na década de 1970. A partir daí, já pensei no quão diferente era esse momento em relação ao que eu vivi em minha infância na década de 1990 e início dos anos 2000.

(1) Mas antes de tudo, com relação à infância, a gente tinha uma área muito boa, né, onde naquele período você, as criança podia brincar na rua, você poder brincar de

pega até 10 horas na noite que os pais, né, gritavam: "tá na hora de entrar" "vai entrar pra dentro", então você tinha uma, tinha uma atividade intensa, né, jogar bola, queimada, brincar de pegador e esconder, né, é, tico-tico fuzilado, essas brincadeiras de pessoa pobre, né, rouba bandeira... E minha infância foi um pouquinho disso, eu fui muito caseiro, muito apegado a minha família, é, tudo que você tinha que fazer na adolescência, até na minha adolescência, eu tinha que pedir, eu ia ali, minha mãe queria saber: "onde você vai, com quem que você vai", não pode faltar, igual faltava naquele horário que você marcou... É, tudo sistematicamente marcado, regrado, né. E até meus 15 anos foi assim, dentro dessa, desse, dessa, trajetória de obediência, né, de não chegar tarde, né.

Com relação a essas diferenças, uma expressão que destaquei no fragmento discursivo (1) é "podia brincar na rua", construída a partir de uma sintaxe discursiva que se apresenta no passado, apontando para um implícito subentendido de que atualmente essa condição não é mais possível, remetendo ao discurso da insegurança que hoje se apresenta nas grandes cidades brasileiras.

Para exemplificar de forma explícita essa liberdade vivida ao longo de sua infância, com muitas opções de atividades físicas e ao ar livre, Clóvis cita algumas brincadeiras, todas elas relacionadas a essa possibilidade de estar na rua. Ainda o texto (1) aponta para a origem humilde de Clóvis, explicitada pela seleção lexical "brincadeiras de pessoa pobre", que foi utilizada para caracterizar as brincadeiras que desenvolvia com seus amigos.

A despeito dessa liberdade apresentada por Clóvis, a seleção lexical "trajetória de obediência" (1) explicita o controle que sua mãe exercia em sua vida e seus horários. Por outro lado, ao tratar explicitamente do controle e da preocupação de sua mãe, é silenciada a presença da figura do pai, fato que remete ao implícito pressuposto de uma maior presença na mãe na vida e no cuidado dos filhos.

Já neste início de narrativa, é possível perceber a presença do discurso que se relaciona com a naturalização da responsabilidade que recai sobre a mulher em relação aos afazeres domésticos e ao cuidado com os filhos, questão trabalhada por Pena (2017, p. 143-144), ao retratar em sua pesquisa a presença de uma hierarquia clara entre o marido e a esposa, apontando que as relações sofreram metamorfoses claras, mas ainda não deixaram de demonstrar existência de um modelo patriarcal. Nesse momento, estamos vendo como essa questão se apresenta na relação entre os pais de Clóvis; mais à frente veremos como essa relação se apresenta na relação entre ele e sua esposa.

(2) Era bom quando a mãe falava: "hoje é dia de lavar roupa." Você andava uma distância longa, ai uns 1 km ou 2 km pra lavar roupa, vinha com a bacia na cabeça, com um baldinho de água, né, e tinha os açudes e ai nós aproveitava, enquanto as nossas mãe tava lavando roupa, nós tava pegando peixinho, né, ou então nadando, né,

mas nadar tinha que ser escondido então é, e quando saía pra nadar escondido, né você tinha que justificar ou a roupa tá molhada ou o olho tá vermelho, aí a gente punha a roupa pra secar, punha a roupa pra secar, mas não tinha como esconder que o olho tava todo vermelho de tanto ficar mergulhando. Aí falava: “você nadou.”

Para além da “trajetória de obediência”, citada por Clóvis no fragmento discursivo (1), ele também destacou momentos em que realizava pequenas resistências ao controle exercido por sua mãe. Um exemplo pode ser observado no fragmento discursivo (2), no qual pode ser observado de forma explícita como Clóvis e seus irmãos, destacados pela seleção lexical “nós”, aproveitavam-se de um momento no qual sua mãe estava lavando roupa, para nadar no açude, atividade que não era autorizada por sua mãe. Ao longo das conversas, pude perceber que momentos como esse, destacados no texto (2), representavam lembranças prazerosas para ele, que revisitava essas memórias sempre com um sorriso no rosto.

Os fragmentos discursivos (1) e (2) exemplificam alguns dos momentos em que Clóvis se arriscou buscar reviver as sensações de sua infância. Nesses dois trechos, as lembranças de seu pai ainda não apareceram de forma explícita. No texto (3), é possível observar que a figura do pai aparece em um percurso semântico que constrói a imagem do pai como provedor financeiro da casa, mais uma vez reforçando a relação de poder que se construía, a partir de uma ótica machista.

(3) Então assim a minha vida de criança, ela foi muito divertida, teve os momentos difíceis, as dificuldades financeiras que a gente passou, de faltar um calçado, uma roupa... Era roupa simples, mas tinha. Chegava final de ano, meu pai, é ia receber férias, receber décimo terceiro e tinha que comprar roupa pra 10 meninos, calçar todo mundo, então comprava as coisas mais simples, mas a gente tinha. Quando não tinha, a minha mãe remediava com aqueles sacos de açúcar, né, que esses vendem agora aí, 5 por 10, minha mãe pegava aqueles sacos, alvejava eles e fazia calção, fazia camisa pra gente e pra deixar a roupa de domingo pra ir a missa, né, isso aí não podia faltar.

Aliado a essa questão, Clóvis aponta as dificuldades financeiras que viveu, contrapondo aos momentos divertidos que se recordava. Essas dificuldades financeiras explicitadas faziam com que as roupas que Clóvis e seus irmãos usavam ao longo de sua infância fossem “simples”, como ele destacou em dois momentos distintos do trecho (3). A expressão, “mas a gente tinha”, que se contrapõe ao cenário de dificuldade que ele apresentou, remete a um implícito pressuposto, que será reafirmado em outros momentos de forma explícita, do orgulho sentido por Clóvis pelo esforço que seus pais realizavam para manter a ele e seus irmãos.

Também é relevante destacar que Clóvis tinha dez irmãos e relatava a dificuldade causada em comprar roupas e calçados para todos, como observado no texto (3). A partir desta questão, observo a valorização do esforço que seu pai realizava para buscar o sustento desses dez filhos,

mas é silenciado o trabalho que sua mãe realizava ao ser imposta a ela a responsabilidade do trabalho doméstico e o cuidado de todas essas pessoas.

A seleção lexical “deixar roupa de domingo para ir à missa” (3), por sua vez, remete ao implícito subentendido da grande valorização que sua família dava ao aspecto religioso, já que roupas e calçados foram destacados como elementos muitas vezes escassos, e os melhores eram guardados para o momento da missa. Como veremos, essa questão da religião é algo que acompanhou Clóvis ao longo de muitos momentos posteriores em sua vida.

(4) Em termo de diálogo, a minha mãe conversava mais, meu pai era mais sistemático, era mais fechado, que levantava de madrugada, levantava 4 horas da manhã pra pegar serviço 6 horas na, na antiga Mannesmann, meu pai era pedreiro, foi metalúrgico, assim como eu sou, e levantava 4 horas da manhã pra pegar, andar uma distância longa, pegar o especial e sair pra chegar no trabalho, então ele chegava por volta de 2, 3 horas da tarde, ia lá ouvir o rádio dele ou então sentava lá pra fazer as contas de matemática que ela gostava muito de fazer conta, nunca vi gostar de fazer as contas dele, e a gente conversava assim o necessário, num era muito de diálogo até porque naquele tempo também os pais da gente era muito reservado com determinada conversa, não tinha essa abertura que tem agora, de falar da vida, de falar dos seus problemas... Às vezes, quando a gente chegava a comentar de algum problema, minha mãe sentava, eu ia explicar, ela queria saber que que aconteceu, mas meu pai ficava sabendo através de minha mãe. Muitas coisas ele sabia, porque minha mãe chegava e contava: “olha, aconteceu isso, tá acontecendo isso” e o diálogo entre os irmãos é, família que tem muita gente dá problema...

Retomando a relação de Clóvis com seu pai, quando se trata de uma relação de proximidade e diálogo, torna-se explícito que seu pai representava uma figura mais distante, fazendo um contraponto com sua mãe, com a qual havia um diálogo mais aberto, como pode ser percebida a partir da seleção lexical “mais fechado” (4). O percurso semântico estruturado a partir dessa figura muitas vezes ausente de seu pai, no âmbito privado, dá-se com a justificativa do trabalho, questão com a qual Clóvis se identifica, ao retratar que seu pai “foi metalúrgico, assim como eu sou” (4). Essa seleção lexical remete à compreensão da condição de seu pai. Nesse sentido, acredito que seja necessário destacar a condição social de produção desse discurso, que é uma memória, mas também se trata de alguém que hoje é pai de dois filhos e também passou por essa situação de ausência do convívio da família, devido ao trabalho.

Contudo, a ausência do pai de Clóvis em sua infância e os momentos em que Clóvis também se ausentou da relação com seus filhos não se dá pelo fato de ser metalúrgico, mas, sim, por se alinhar ao discurso hegemônico do patriarcado e da continuidade de modelos familiares tradicionais, assim como aponta Bruschini (2007). Neste sentido, por mais que se queira justificar a ausência por meio da obrigação com o provimento da casa e do trabalho, há a

reprodução do não reconhecimento de trabalhos que ocorrem na esfera doméstica, como o cuidado dos filhos, tratando esta questão como um elemento atribuído às mulheres (MARCONDES, 2003).

Portanto, há também no fragmento discursivo (3) o aspecto interdiscursivo que remete às condições de gênero estabelecidas entre seus pais. Percebo o implícito pressuposto de que à mãe de Clóvis era dada a responsabilidade das tarefas domésticas e do cuidado dos filhos, tendo a paciência para escutar, entender os problemas e buscar ajudar. Tal questão também se apresenta nos textos (1), (2) e (3), quando a mãe se apresenta como uma figura que se preocupa com os filhos e controlava seus horários, que ia lavar a roupa e que costurava as roupas quando não era possível comprar.

(5) começando pelo campo educacional familiar, nós somos uma família de 10 irmãos, se todos estivessem vivos, seriam 12, mas aí 2 faleceram e meus pais sempre lutou pra conquistar as coisas, meu pai era metalúrgico na... antes meu pai trabalhava como pedreiro, trabalhava na carvoaria, serviço pesado e ele sempre trazia isso pra gente, pra nós irmãos através das conversas que ele fazia, sentava... e você vai aprendendo a formação profissional de relação de pessoas, né e sempre foi assim, meu pai era muito sistemático, minha mãe também só que a gente era mais próximo porque ela ficava em casa e meu pai trabalhava de horário, trabalhava de noite, trabalhava de dia, trabalhava à tarde então esse convívio era muito pouco, mas era os momentos que eu pude aproveitar com meus pais, eu aproveitei muito pouco na minha adolescência, eu aproveitei muito pouco, porque era uma daquelas famílias tradicionais que conversa muito pouco, determinadas conversas nem tem, nem tinha, né.

(6) A educação familiar, ela foi fundamental, meus pais orientava, cobrava, batia quando precisava o coró que a gente tomava naquele período, se tomar hoje os pais tão na cadeia, né, mas a gente sabia, sabia quando você tomava, você sabia o que tava fazendo, quando você era corrigido, era castigo ajoelhar no milho, no feijão, é ficar virado pra parede, fazer as tarefa e cara, o castigo era fazer isso, fazer aquilo trabalhar... era a metodologia de educação que a gente tinha, mas o amor fraterno e o carinho, a gente sempre teve na forma deles, na forma deles.

No fragmento discursivo (5) é apresentado novamente que Clóvis possui dez irmãos. Essa relação entre os irmãos, porém, foi silenciada ao longo de sua narrativa, ainda que solicitado por mim. No texto (4), a seleção lexical “família que tem muita gente dá problema”, seguida de um silêncio, quando ia tocar no assunto remete ao implícito pressuposto de que a relação de Clóvis com seus irmãos não era muito próxima. Ao falar de seus irmãos, ele sempre trata da quantidade, sem especificar o nome de alguns deles ou relembrar momentos específicos, apontando de forma generalizada os episódios em que estão envolvidos. Assim como no trecho (3), no texto (5), o grande número de filhos é apresentado como uma figura, que se relaciona ao tema das dificuldades financeiras enfrentadas e o esforço do pai para conseguir lidar com essa situação.

Essa figura do pai enquanto provedor da casa também se apresenta de forma explícita no fragmento discursivo (5), quando na seleção lexical “meus pais sempre lutou pra conquistar as coisas, meu pai era metalúrgico”, Clóvis apresenta a frase em um primeiro momento no plural, mas o léxico “lutou”, já se apresenta no singular, destacando em seguida a profissão de metalúrgico de seu pai. Também percebo a relação de seu pai como um exemplo a ser seguido no âmbito profissional, questão explícita no texto (5).

O texto (5) também retrata novamente a relação mais próxima que Clóvis desenvolveu com sua mãe, além de representar a figura da família tradicional, como um elemento de distanciamento na relação afetiva entre os pais e os filhos, representada pela seleção lexical “determinadas conversas nem tem” (5). Apesar de representar esse certo distanciamento, Clóvis não deixa de destacar a importância que a educação e o exemplo de seus pais tiveram em sua vida, como pode ser observado no fragmento discursivo (6), no qual também se destaca a “metodologia de educação” (6) utilizada, que é amenizada a partir da sintaxe discursiva apresentada por Clóvis nesse trecho, em especial quando revela um tom de “merecimento”, ao destacar que “quando você tomava, você sabia o que tava fazendo”, questão que remete à moral familiar que se desenvolvia.

A partir dos elementos observados nos trechos (5) e (6), é possível perceber que se construíram temas que remetem à imagem do pai enquanto provedor, marcado pela distância e frieza, enquanto sua mãe é construída como a provedora afetiva, em uma relação de proximidade e calor.

(7) Eu aprendi uma coisa que me dá muita força que foi meus pais. Eu me espelho muito nos meus pais, Deus já os levaram, mas eles deixaram pra mim um, uma um exemplo de vida de persistir, e minha mãe usava aquela máxima, quando tá tudo ruim, é porque tá perto de ficar bom, e eu nas minhas dificuldades, nossa, meu Deus não tem mais saída, não tem mais caminho e agora? Eu lembro dos meus pais, lembro da força que eles me davam de criar 10 filhos, né. Meu pai ganhando um salariozinho, foi metalúrgico também e criou 10 filhos, eu falo assim porque que eles passaram por tudo aquilo e nos criaram e no primeiro obstáculo que eu enfrentar eu vou desistir da vida? Ou se alguém falar assim: “se você falar, eu te mato.” “Ah, vou te prender, vou te matar, vou te processar”, se fosse olhar tudo isso, eu tinha ficado dentro da fábrica quietinho e num estaria aqui.

Apesar dos castigos que sofria e do distanciamento que observava de seus pais em muitos momentos, em especial de seu pai, Clóvis percebia o amor fraterno. Por mais que a seleção lexical “na forma deles, na forma deles” remeta ao implícito pressuposto de que a forma como seus pais se relacionavam com ele não representava o que ele esperava, ele compreendia em alguma medida o contexto dessa relação. O que pode ser observado no fragmento discursivo (7) é a força que ele observava em seus pais, mais uma vez utilizando a quantidade de irmãos,

para exemplificar as dificuldades enfrentadas. Desse modo, o percurso semântico do texto (7) se estrutura em torno do exemplo de força representado por seus pais, em especial nos momentos de sua vida em que foi necessário superação dos obstáculos que se apresentavam. Constrói-se assim o percurso semântico de que viver é persistir. Ao citar exemplo dessas barreiras que superou, Clóvis remete ao trabalho, representado pela seleção lexical “tinha ficado quietinho dentro da fábrica” (7).

(8) Quando eu comecei a trabalhar no Salesiano, foi uma batalha muito grande que a minha mãe, que Deus a tenha, eu agradeço muito a ela quando eu falo, falo com muito orgulho, muita profundidade de... De sentimento, de saudade também, que o homem que eu sou hoje, eu agradeço meus pais. Então minha mãe quando nós fomos arrumar o meu primeiro emprego tinha que participar de reuniões lá no Salesiano, domingo, sábado e minha mãe sempre insistiu, e o coordenador do projeto achava que eu não tinha tamanho e nem idade ainda pra poder trabalhar, e minha mãe insistia pra gente trabalhar, né. Portanto em todas as reuniões a gente ia e ele: "Não, comadre, ele é muito pequeno, num sei o quê", minha mãe: "Não, ele dá conta de trabalhar". E eu insistindo também, queria trabalhar. Então com muito custo eu comecei no Salesiano.

A figura da centralidade do trabalho é algo que Clóvis carrega como um exemplo de seus pais, sendo um dos momentos de que se lembra com muito carinho, é a busca pelo primeiro emprego, no qual sua mãe insistiu por uma vaga, mesmo que ele ainda não tivesse idade suficiente (8). É no fragmento discursivo (8) que fica mais explícita a forma como seus pais o influenciaram na percepção do trabalho como algo central em sua vida. A seleção lexical “o homem que eu sou hoje eu agradeço meus pais”, retrata bem essa questão, em especial quando inserida na narrativa da forma como sua mãe o incentivou e lutou para que conseguisse seu primeiro emprego. Essa questão também se refere ao implícito pressuposto da condição social de Clóvis, que precisou buscar um emprego para auxiliar nas despesas de sua casa.

Sem dúvidas, essas lembranças que trouxe por meio dos trechos presentes nesse tópico foram questões que marcaram de forma profunda a vida de Clóvis. Até mesmo quando formos tratar de elementos da questão racial, a experiência vivida a partir da relação com seus pais é resgatada. Nos próximos tópicos, podemos dizer que há uma mudança de papéis e vamos ver a narrativa de Clóvis não mais enquanto filho, mas agora enquanto pai e marido.

#### *5.1.1.2 Entre o sonho e a estabilidade: A Relação com os filhos*

Até agora, apresentei um pouco sobre Clóvis, sua relação com seus pais e um pouco de sua infância, mas não poderia deixar de destacar como Clóvis apresentou a relação que construiu

com seus dois filhos, Diana e Felipe (nomes fictícios), que possuem 24 e 22 anos, respectivamente. Assim como todos os elementos que se apresentam fora da sua trajetória em trabalhos formais, esses relatos começaram a se formar apenas após alguns encontros, em especial aqueles com uma carga emocional mais densa.

Diana está concluindo sua graduação em Ciências Contábeis e é fiscal contábil em uma empresa na qual ocupa um cargo de confiança, questão evidenciada com orgulho na fala de Clóvis, ao retratar que, na ausência da proprietária, ela é a responsável direta pela empresa. Felipe, por sua vez, está desempregado e não está estudando, a seleção lexical “por convicção dele mesmo” (9) remete ao implícito pressuposto de que essa não é uma situação que agrada a Clóvis e que ele gostaria que seu filho sentisse a necessidade de voltar a se dedicar aos estudos.

(9) Olha, eu tenho, eu tenho um casal de filho a Diana, a Diana hoje tá com 24 anos, faz faculdade, ela tá fazendo Ciências Contábeis, ela é fiscal de contabilidade em uma empresa que fica lá... Ela trabalha mais ou menos há quatro anos nessa empresa, na ausência da, da proprietária, ela é a responsável direta pela empresa. E, tem o Felipe que está com 22 anos, atualmente tá desempregado, a crise baixou dentro da minha casa e o Felipe tá desempregado, não tá estudando por convicção dele mesmo, ele não quer então a gente incentiva, mas quando a gente... Lá na frente uma hora ele vai sentir a vontade, a necessidade e volta pra estudar.

(10) Os filhos estão criados, mas nesse período você tem os percalços é, de, de criar filhos, de educar os filhos, pôr na escola, comprar material, então chegou idade... O Felipe é, é um, um rapaz que eu sempre dei atenção pra ele pro lado do futebol, que quando eu descobri que ele foi pra uma escolinha de futebol no Riachinho, que ele tinha um dom com a bola, muito bom, um atleta muito bom com a bola no pé então assim era muito, é elogiado pelos colegas, né, e, e eu vislumbrei que o Felipe fosse um jogador profissional. Teve uma oportunidade no América, América Mineiro, mas nesse período que ele teve essa oportunidade ele fazia um curso, um curso de, de qualificação profissional no SENAI e estudava, e a mãe dele não, assim não incentivou muito. “Não, esse menino tem que trabalhar, tem que estudar, tem que trabalhar.” Foi no América fez teste, passou no América no período que era pra ele voltar no ano seguinte ele ficou de voltar pros treinamentos, a mãe dele é, preferiu que ele não fosse e eu tava trabalhando, quando eu voltei Felipe não tinha ido fazer os teste pra iniciar no América e acabou o sonho, né, de, de fute... É, dentro desse contexto familiar, né, hoje tem a, a Diana tá estudando, fazendo faculdade, tá namorando, parece que depois da faculdade vai, tende a casar, espero tal... Tá com um projeto de comprar um apartamento pra ela, então já é uma pessoa totalmente independente, mora conosco, mas é uma menina praticamente independente, muito capacitada, muito ajuizada, né.

Antes de estar nessa situação atual, representada no texto (9), o futuro que Clóvis sonhava para Felipe era outro. No fragmento discursivo (10), a seleção lexical “eu”, ao tratar da possibilidade de Felipe se tornar um jogador profissional de futebol, demonstra como essa era uma questão importante para Clóvis, algo que ele vislumbrava para o futuro de seu filho, questão contraposta por sua esposa Maria, que preferiu que ele não fosse aos treinamentos, para priorizar os estudos, fato que acabou com seu “sonho” (10). Enquanto escutava Clóvis narrar a experiência expressa

nesse trecho, era possível sentir que se tratou de uma grande frustração, que ele coloca como responsabilidade de Maria. O descontentamento fica explícito quando ele utiliza a expressão “mãe dele”, que silencia sua relação com ela.

Ao observar o percurso semântico presente no fragmento discursivo (10), o desapontamento com a situação que envolveu seu filho e o fim do “sonho” que Clóvis tinha, para que ele se tornasse um jogador de futebol, contrapõe-se ao tema da estabilidade que pode ser observada quando trata de sua filha, Diana, fato explicitado pela seleção lexical “já é uma pessoa totalmente independente”, também pelo fato de estar fazendo faculdade e com perspectivas de casar e buscar comprar um apartamento.

(11) Então eu tinha esse período da adolescência do Felipe de acompanhar no futebol, Diana nem tanto, Diana cresceu mais próxima da mãe dela, então ficava mais em casa e a partir do momento que ela adquiriu a sua, passou da da adolescência que ela começou a entrar na maturidade, aí ela já começou a trabalhar a estudar então ela já começou a tomar conta da própria vida dela, é independente, mas não deixa de ter preocupação, mesmo na idade dos 25 anos dela a gente ainda pega no pé, policia, monitora e quer saber onde que tá, com quem está, que horas que vai chegar então isso tudo ainda é faz parte do nosso dia a dia, é lógico que os filhos hoje são mais entre aspas liberto, eu sou dono do meu nariz, eu vou onde eu quero, eu volto a hora que eu quero, Felipe tem dia que sai de casa meia noite e chega em casa seis hora da manhã...

Esse discurso também está presente no texto (11), mais uma vez evidenciado com a seleção lexical de expressões como “tomar conta da própria vida” e “é independente”. Apesar dessa condição, Clóvis busca demonstrar que se preocupa, querendo estar próximo, controlando os horários. Nesse sentido, é possível perceber que o discurso de Clóvis se alinha ao discurso hegemônico, no sentido em que se percebe um maior controle em relação à sua filha, enquanto ao seu filho é evidenciada uma maior liberdade. Tal questão é trabalhada por Bernardes (1992), que em seu estudo aponta que para jovens, nas periferias, as possibilidades de circulação em espaços públicos são mais restritas às meninas ao passo que se mostram mais acessíveis aos meninos, independente da raça ou do tipo de família.

(12) Então a única coisa que a gente fala pros filhos, olha, vocês têm que saber com quem que anda, saber em que lugar que vai e não se, não arruma nenhum problema nem pra você e nem pra nós, porque se vocês arruma problema pra vocês, arruma pra nós também. Então a gente faz esse, esse, esse contraponto com ele, né pra você ter um canal de diálogo, mas eu eu acho que um pouco desse reflexo que um pouco dessa ausência mesmo eu tendo acompanhado o Felipe um bom tempo da do período dele de esporte eu acredito que devo ter faltado em algum momento que eu senti falta e hoje pra mim o diálogo com ele é muito difícil, ele dialoga muito mais com a mãe dela do que comigo. é, muito, ele é muito assim melindroso na, na conversa como eu converso assim é aquele... tempo suficiente, ele responde e pronto, não tem mais aquela conversa de sentar de bater papo, às vezes eu até sento pra conversar, mas as resposta são respostas curtas, são respostas que não deixa você penetrar na vida dela, ele acha que a vida é só dele, ele acha que nós não temos que, que infiltrar na vida dela... é a forma que ele entende e a gente saber que isso... eu atribuo um pouco da

minha responsabilidade, eu admito que eu tive algumas falhas nesse, é... nessa situação, nessa relação hoje é... eu fui um pouco severo severo no sentido de que eu... de cobrar com mais rigor, não dar muito espaço pra... o ciclo de amizade que tinha, que circundava lá no bairro e hoje justamente as pessoas que você acaba falando olha não anda com fulano, não anda com ciclano.

Podem ser observados no trecho (12) alguns elementos da relação entre Clóvis e Felipe; o primeiro deles diz respeito ao futebol, “sonho” de Clóvis, como observado no fragmento discursivo (10). Essa era uma questão que o aproximava mais de Felipe, também deixando explícito que não acompanhava Diana de forma tão próxima. Retomando o texto (11), outro elemento que emerge é o incômodo de Clóvis com a situação dos “filhos de hoje”, essa seleção lexical remete ao passado, sendo um aspecto interdiscursivo que resgata sua própria infância e o controle que sobre ele era exercido, como foi visto nos textos (1) e (2). Com isso, ele demonstra que esse mesmo controle não é possível com Felipe, fato evidenciado pelo trecho “eu vou onde eu quero, eu volto a hora que quero”.

Complementando elementos dessa relação, a partir do fragmento discursivo (12), Clóvis destaca a dificuldade de diálogo que hoje se apresenta entre ele e o filho. Ele destaca que, mesmo tendo acompanhado o Felipe no âmbito dos esportes, acredita que a ausência em outros momentos pode ter sido importante para esse distanciamento afetivo. Percebo que esse é um tema que incomoda Clóvis, isso pode ser evidenciado pelas grandes pausas que fazia para tratar do assunto, pensando a forma como iria abordar a questão.

Um dos elementos que Clóvis atribui a esse distanciamento é o fato de ter sido muito “severo” (12) em alguns momentos, em especial ao controlar as pessoas com quem Felipe se relacionava em termos de amizade. Percebo a construção de um percurso semântico da autculpabilização, que somada à severidade e ao rigor, levaram ao afastamento explicitado entre Felipe e Clóvis. Quando se trata desse assunto, a comparação com Diana é algo recorrente; no fragmento discursivo (13) a seleção lexical “ajuizada” é utilizada para demonstrar que a preocupação em relação a ela e suas amigas era menor do que ocorria com Felipe.

(13) A Diana, até que a gente não precisa ficar com essas recomendações porque é muito ajuizada é muito... puxou muito a mãe, tem as características da mãe, o gênio da mãe tanto é que ficou assim um tanto... todos falam, a maioria fala, Diana parece mais com a mãe dela e o Felipe parece mais comigo, mas na fisionomia porque existe uma diferença muito grande. é... e eu falo pra ele assim eu não quero que você seja igual a mim e ele fala assim: "ah pai, você acha que eu vou ser igual você", eu falo assim: "não muito pelo contrário, eu quero que você seja melhor do que eu, você tem que ser melhor do que eu".

Retomando a relação entre Clóvis e Felipe, a partir do fragmento discursivo (13), a seleção lexical “parece mais comigo na fisionomia” remete ao implícito pressuposto de que as formas de lidar com as questões e ver o mundo são diferentes para Clóvis, entre ele e seu filho. Além disso, ao apontar que Felipe deveria ser “melhor” que ele, Clóvis utiliza a expressão “tem que ser”, que trata de uma ideia de obrigatoriedade, uma expectativa que Clóvis criou em torno de Felipe, assim como seu “sonho” (10) de que ele se tornasse um jogador de futebol.

Essas expectativas criadas por Clóvis em torno de seu filho se contrapõem ao exposto no texto (9), que retrata a condição de desemprego de Felipe, e o fragmento discursivo (11), no qual Clóvis destaca que diferentemente dele ao longo de sua infância, Felipe não segue uma “trajetória de obediência” (01).

Foram poucos os momentos em que a relação com seus filhos foi aprofundada. Quando se trata desse assunto, Diana é apresentada em torno do tema da responsabilidade e independência, enquanto Felipe tem uma imagem de instabilidade. Para compreender melhor essa relação, e também apresentar elementos que se relacionam com Maria, muitas vezes silenciada nas falas de Clóvis, o próximo tópico irá tratar da relação entre trabalho e família elemento que se torna explícito em muitas falas de Clóvis e nos permite caminhar para chegarmos às suas histórias de trabalho.

#### *5.1.1.3 A relação trabalho x família*

Quando iniciei essa seção, destaquei que Clóvis narrava sua história de vida levando em consideração, em grande medida, sua trajetória de trabalho formal. Até o presente ponto desta dissertação, apresentei trechos que demonstram a relação com os pais, com os filhos, mas não se apresentou de forma direta a relação de Clóvis com sua esposa, Maria, apenas quando relacionado ao caso de seu filho, expresso no fragmento discursivo (10), no qual ela é representada como “mãe dele”. Essa relação é muitas vezes silenciada, sendo um dos pontos que mais se confundem com aspectos relacionados ao trabalho formal, e é essa questão que esse tópico irá trazer.

(14) Aí vem esse processo, vem, Diana nasce e aquela coisa, né, você tem que dar todos os cuidados, medicamento, tratamento, Diana passa por um período de doença respiratória e quando dava crise você não tinha recurso e saía correndo de madrugada e desespero, e eu chorava, minha esposa chorava, e eu falei: “de novo meu Deus?” Né, a gente passando por essa situação e graças a Deus a gente conseguiu superar, Diana recuperou, cresceu, aí veio o Felipe, aí foi uma gravidez em termos, inesperada. Ela falou: “tô grávida”, e eu falei: “e agora?” Diana com 1 anos e pouco, você já

engravidou de novo?” Falei: “tudo bem, vamo, vamo encarar essa gravidez, vamo ter esse filho, a gente tá trabalhando, então vamo conseguir”, aí o Felipe nasceu, aí fica aquele dilema trabalho é, escola, e filhos, aí Maria ficou um período sem trabalhar, desempregada, e eu tinha que segurar a onda sozinho.

Um ponto que achei relevante destacar nessa relação foi no período de nascimento de seus filhos, em especial com o nascimento de Felipe, uma gravidez considerada inesperada, e a partir da seleção lexical “você já engravidou de novo?”, expressada por Clóvis no texto (14) como se estivesse se dirigindo a Maria, remete ao discurso da responsabilidade da mulher pelo controle de natalidade, deixando de considerar também seu envolvimento e responsabilidade com a questão. A seleção lexical “tudo bem” também remete a esse percurso semântico de que Clóvis se sentia naquele momento da gravidez um apoiador da situação e não um responsável direto. Além disso, ao destacar que “tinha que segurar a onda sozinho” (14), quando Maria passou por um período de desemprego, ele se posiciona nessa relação enquanto provedor da casa, alinhando-se ao discurso patriarcal, também considerando “segurar a onda” apenas conseguir recursos financeiros. Ele também destaca que nesse momento vivia em um dilema entre o trabalho, a escola e os filhos, questão que nem mesmo é colocada em questão quando se fala em Maria.

Ainda destacando sua relação com Maria, Clóvis aponta que ao casar muitas coisas mudam, e sua condição de trabalhador e dirigente sindical fez com que as coisas se tornassem mais difíceis, principalmente pela necessidade de conciliar essas questões. A seleção lexical “dividir” (14) ao tratar das tarefas domésticas demonstra uma compreensão importante de Clóvis acerca do trabalho doméstico, que muitas vezes é visto por homens como uma “ajuda”, remetendo ao implícito pressuposto de que a responsabilidade principal por essas tarefas é da mulher.

(15) Quando você tá solteiro, aí você tem aquela vida mais solta, mais, mais de você mesmo... tem aquela relação pai, filho e irmão, agora quando você casa, aí já já muda toda a figura né, porque os filhos cobram, né a sua presença, querem ver, perguntam onde que você está e na minha condição de trabalhador e na condição de dirigente sindical, acho que é a parte que mais, né... convive com as minhas atividades é... assim foi muito difícil. Os meus filhos nasceram. Diana nasceu em 91 e o Felipe nasceu em 94 e então assim a gente tinha era muito apego, fora a divisão de tarefas que você tinha que fazer além do trabalho, você tinha que ajudar a dividir as tarefas de casa, cuidar... pra esposa ir trabalhar, cuidar de filho, né, cuidar da casa então fica difícil, então você tinha que... nos momentos que você tava dentro de casa você tinha que fazer essa divisão de tarefas, ou trocar fralda, dar banho, fazer mamadeira, fazer janta, passar roupa então esses afazeres de casa, nossa, minha casa era sempre dividido independente se você tá trabalhando ou não, da hora que você chega ou não e esse início de família, ele é muito complicado que você tem que cuidar da sua tarefa do dia a dia, a função do, do trabalhador dentro de fábrica e você tem que dar conta das suas tarefas de dirigente sindical, de responder pelo trabalhador, responder pela categoria as demanda que têm, né e além disso ainda tinha meus compromissos com a igreja, né, as atividades sociais fora o sindicato, fora o trabalho de fato, né, eu também tinha minha atividade social com a minha comunidade, eu era participava de associação de bairro, então o trabalho acumulou demais, então você tinha que dar resposta pros

moradores, pros trabalhadores, pra família e na empresa que você ganhava o pão de cada dia.

A sintaxe discursiva do texto (15) contrapõe a questão apresentada no fragmento discursivo (14), quando Clóvis apresenta todas as tarefas pelas quais era responsável, apontando o pouco tempo que tinha para o cuidado com a casa, havendo assim o implícito pressuposto de que era nesse pouco tempo fora do trabalho que as tarefas eram, de fato, divididas. Sendo assim, também é possível notar como as atividades de trabalho formal eram vistas como prioridades.

(16) Então praticamente a vida, sua familiar social com a família era muito precária, né, e os meus primeiros sete anos na, os meninos tava pequeno, a gente perdeu muito esse contato, porque aí o tempo que você tinha falava: ah vamo levar os meninos no zoológico, levar no parque municipal, o tempo que sobrava, você tinha que arrumar esse tempo pra eles né, de nós ficarmos juntos pelo menos um pouquinho no final de semana. Então é, é sobrecarregar porque minha esposa trabalhava no hospital Santa Rita, ela era auxiliar de enfermagem, então ela tinha que trabalhar, então eu tinha que às vezes sair de casa mais cedo, sair do trabalho mais cedo porque meu trabalho, como era mais flexível, eu podia fazer isso, saía mais cedo do, quando eu estava no sindicato, eu saía mais cedo pra cuidar dos meninos até que ela chegasse as 19 horas, aí você tinha que adiantar janta, dar banho nos meninos é... e a sobrecarga é muito grande pra quem tem essa, aí você avalia a mulher com tripla jornada de trabalho e tem gente que tem que fazer isso tudo e ainda arrumar gente pra ajudar, então às vezes você ficava saturado, cansaço físico e mental, desgaste psicológico por causa das demandas que você tem que... então foi um período muito difícil e nesse período as crianças vão crescendo né, vai pra, criança vai pra adolescência e aí, quando você olha pra trás, uma parte da sua vida com o acompanhamento familiar, ele ficou a desejar, mas eu sempre procurei tentar conciliar um pouco disso.

Clóvis também aponta para sua consciência sobre as relações de gênero quando cita a “tripla jornada de trabalho” (16) que muitas vezes as mulheres enfrentam. Foi um período em que é possível perceber a sobrecarga de trabalho sobre Clóvis, que precisou atuar com relação às suas demandas políticas, profissionais, domésticas e sociais.

Além do trabalho formal, enquanto metalúrgico, houve um momento na vida de Clóvis no qual ele passou a assumir outras responsabilidades, em sua atuação como dirigente sindical e também nas atividades que desenvolvia na Igreja. A importância do aspecto religioso é presente em todo o discurso de Clóvis, desde que relembra sua infância, até nos momentos em que pensa no trabalho e em sua família.

(17) Então o tempo da gente é totalmente tomado, né, e o tempo pra família muito, muito resquício, muito, muito pouco, aí vem as cobranças, a pressão, vem o filho quer te ver, a esposa quer você pra passar, mas você tinha as atividade, uma atividade sindical, você tinha que tá viajando, né, de certo período, eu ficava, eu tinha que ir pra São Paulo, ir pra Brasília, ir pra outras cidades no interior de Minas, ajudar na organização, então você fica um pouco ausente da família, né, aí vem os filhos que você não tem muito tempo, a igreja que te consome também porque você é, é igual o

movimento sindical, tem muito pouco... É muito trabalho e poucas pessoas pra poder exercer aquelas funções. É, que você tem um trabalho social, você tem um trabalho espiritual, você tem que organizar os movimentos, que aí tem a juventude, tem, tem movimento de casal, tem e equipe de batismo e etc. Então assim, eu participava um pouco de cada disso, até teve um dia que eu tinha que chegar perto do padre e falar assim: “padre, tá demais. Minha esposa tá me cobrando, meu casamento tá começando a ficar conturbado, e eu vou ter que entregar alguns cargos”.

A despeito de um período no qual acumulou o trabalho doméstico e seu trabalho como metalúrgico, sua atuação sindical, houve uma época em que o tempo para a família passou a ser “resquício” (17). No texto (17) fica explícito que seus filhos e sua esposa, Maria, cobravam uma maior presença. Ao justificar essa situação, Clóvis busca destacar que tanto a atividade sindical quanto a atividade da Igreja possuem poucas pessoas para desenvolvê-las, considerando que Maria conseguiria lidar com os aspectos domésticos sozinha. Percebo como implícito subentendido nesse discurso a grande importância que essas atividades tinham em sua vida, a ponto de notar o impacto que se dedicar a elas trazia para a relação com sua família e ainda assim prosseguir, deixando chegar em um ponto no qual não foi possível a manutenção de alguns cargos no âmbito da Igreja. Além disso, mais uma vez, é relegada a Maria a responsabilidade e a cobrança por ter que deixar os cargos.

Esses foram alguns dos poucos trechos em que Clóvis nos contou de forma mais aberta sobre seus relacionamentos interpessoais, em especial no âmbito de sua família. O próximo tópico irá tratar das histórias de trabalho de Clóvis.

### **5.1.2 Histórias de trabalho, histórias de vida**

Se fossem apresentadas apenas as transcrições das narrativas de Clóvis, esse certamente seria o primeiro tópico dessa dissertação. Chama atenção como as experiências de trabalho atuam inclusive como marcos temporais, com datas precisas sobre os empregos e atividades profissionais que desenvolveu ao longo de sua vida. O que demonstra a centralidade do trabalho em sua vida, podemos dizer assim que as histórias de trabalho e de vida se confundem.

Estruturei esse tópico apresentando elementos que Clóvis nos expõe de sua formação educacional, passando por seus primeiros empregos, até chegar ao trabalho enquanto metalúrgico, que também se relaciona com sua atividade sindical. Toda essa trajetória será relevante para pensarmos elementos que Clóvis destaca nas relações raciais.

### 5.1.2.1 *Entre o trabalho e o estudo: A formação educacional*

Ao destacar sua trajetória profissional, Clóvis não deixa de pontuar elementos de sua formação educacional, lembrando que seus pais lhe deram condições de estudar até concluir o ensino fundamental. A escola representava, portanto, um esforço e uma aposta de seus pais para que ele alcançasse melhores condições de vida, sendo, assim como apontam Teixeira; Saraiva e Carrieri (2015), a educação um dos principais fatores que marcam a hierarquização das profissões.

(18) agora no campo educacional da escola é... eles (pais) me deram aquilo que tinham condições de me dar, fiz o primário, não faltava é o material, às vezes passava dificuldade, mas comprava, eles falavam eu estou dando pra vocês aquilo que é possível fazer (...) até no fundamental meus pais me deram condição e foi onde eu cometi meus erros tanto que eu não cometeria essas dificuldades que eu tive foi de não ter tido coragem pra estudar, aí malandrei um pouco dos 16 até os meus 18 anos eu não tinha como voltar pra escola, eu imaginava que eu era muito grande, não tinha jeito de ficar no meio dos menino menor e você tem que estudar, e na antiga sexta série eu perdi minha bolsa de estudo, perdi meu emprego e a partir do momento que eu perdi o emprego eu me afastei da escola e fiquei 16, fiquei 17 anos.

Após concluir o ensino fundamental, Clóvis destaca que “malandrou” (18), deixando explícito que no período que compreendia o Ensino Médio não se dedicou, abandonando a escola. Posteriormente, Clóvis aponta que já se sentiria muito grande, caso com 18 anos estivesse na sala com pessoas mais novas que ele, o que contribuiu para que ele não voltasse à escola.

(19) Fiquei 18 anos fora da escola, esse período que eu fiquei fora da escola foi período que eu mais amarguei porque you precisava fazer uma entrevista pra um emprego, e a qualificação não ajudava sua formação técnica, não ajudava seu estado educacional não ajudava, ah porque a gente precisa de uma pessoa com segundo grau, e fui trabalhar na Belgo Mineira, aí você vai adquirindo amigo e, quando você olha pra trás, você precisa de uma casa pra morar, você precisa de um ambiente favorável pra conseguir uma condição melhor pra família, eu não tinha uma casa minha, morava de aluguel, não tinha um estudo qualificado e não tinha uma formação profissional e eu comecei a pensar nas condições mais pesada e eu falei: eu preciso mudar minha vida, preciso tomar meu rumo, preciso dar um lar pra minha família, preciso dar um futuro pros meus filhos e eu só voltei a estudar em 99.

Com relação ao estudo, desde que parou de estudar aos 16 anos, Clóvis destaca no fragmento discursivo (19) que ficou 18 anos fora da escola, deixando explícito que a qualificação muitas vezes era cobrada quando buscava um emprego. A necessidade de dar melhores condições para sua família foi um dos fatores que incentivaram Clóvis a voltar a estudar, mesmo aos 32 anos de idade, e “dar um lar pra minha família” e “dar um futuro pro meu filho” foram expressões utilizadas por ele, expressas no texto (19).

(20) Eu fiquei 18 anos fora da escola e só voltei a estudar novamente em, aos 32 anos de idade. Mas isso porque você tem uma prioridade, ou você trabalha ou você estuda. Mas nesse meio tempo também tinha um pouco de preguiça da minha parte, isso era uma falha muito grande minha que eu tenho que admitir, mas aí fiquei uns quatro anos fora do mercado de trabalho que tinha que ajudar meus pais a construir uma nova casa quando nós mudamos de, de Belo Horizonte para Contagem então, pra gente não gastar dinheiro com pedreiro, servente, então eu e meu irmão nós construímos a nossa casa.

Ainda que expresse essas dificuldades e a necessidade que sentia, Clóvis voltou a estudar apenas em 1999, quando já havia se tornado dirigente sindical e pôde finalizar o ensino médio a partir de um programa do próprio sindicato. O fragmento discursivo (20) nos ajuda a compreender os motivos para esse retorno não ter ocorrido antes; a partir da seleção lexical “prioridade”, Clóvis deixa explícito que para ele não era possível conciliar trabalho e estudo, questão que, mais uma vez, remete à sua origem humilde, também se destacando no discurso da centralidade do trabalho em seu texto.

Ainda assim, é possível perceber que Clóvis também se arrepende por não ter ao menos tentado, e a seleção lexical “preguiça” (20) se soma à expressão “malandrei” presente no texto (18), demonstrando que a necessidade de finalizar seus estudos foi uma vontade que ele desenvolveu com o avançar dos anos, relacionada à percepção da necessidade econômica.

(21) Eu fiz Ciências Sociais porque qual é a justificativa que ela deu pra você ser psicólogo, você tem que disputar um mercado, conquistar espaço no mercado se você for montar um escritório, você tem que ter uma estrutura financeira pra ter um escritório tudo certo, então na questão financeira ainda fica caro e fui, falei, olha vou fazer Ciências Sociais. Fiz à distância porque eu fiz à distância? porque à distância o valor era menos, you paga menos, te toma mais tempo, te exige mais sua doação pra escola, ela é maior, o desgaste é maior porque se você ficar trabalhando dia inteiro agora faculdade aí você tem que se disciplinar pra estudar em casa, né, ler tudo, ler os livros, fazer as provas é bem pesado.

Logo após finalizar o ensino médio, Clóvis iniciou a graduação em Ciências Sociais. Ele conta que sua primeira opção era ser psicólogo, mas, conversando com uma conhecida que atuava na área, representada pela seleção lexical “ela” no trecho (21), percebeu que a construção de uma carreira na área demandaria inclusive recursos financeiros que ele não tinha a possibilidade de arcar. Tendo optado pelo curso de Ciências Sociais, Clóvis mais uma vez ressalta a condição financeira para ter optado por um curso à distância, porém, destaca que é um curso que demanda ainda mais dedicação e disciplina. É construído assim o discurso semântico que se estrutura a partir da reflexão empreendida entre uma ideia de pragmatismo ou interesse acadêmico.

(22) não sou diplomado ainda porque, pra eu ter meu diploma, eu tenho uma pendência, mas tem a pendência que eles se desligaram da cidade, não deram nenhuma satisfação e não é só eu que tô nessa situação, tem outros amigos meus que tão nessa situação, e a minha faculdade tá incompleta, eu tô pensando se agora no tempo da minha aposentadoria se eu vou aproveitar esse tempo todo que eu tenho se eu vou fazer alguma outra coisa com esse estudo que eu tenho pra aproveitar, pra fechar é uma situação que ainda tô pensando, eu ainda tô pensando ainda como que eu vou agir. É, acertar pelo menos finalizar, fazer meu TCE e acabar com isso, mas hoje também tem outra hora que eu já imagino que, na idade que eu já estou 54 anos aposentado, eu ter que sentar de novo numa cadeira, eu não consigo, acho que eu não consigo, não sei se...

(23) Vocês estão novos e uma dificuldade às vezes bate em vocês e assim mais uma coisa que eu tenho é não desanimar, nunca desistir porque eu tenho uma idade mais avançada, é lógico que tem gente com idade mais que a minha, 60 anos tá na faculdade formou, tá fazendo outra, mas é, é cada um com seu cada um, eu acredito que pra mim pra mim hoje já não teria muito sentido até porque o campo de trabalho tá muito restrito, né, e eu creio que pra esse fim, pra esse fim pra mim não é muito necessário. Necessário é continuar lendo fazendo as leituras é, pegando coisas do cotidiano do dia a dia que vai te ajudar a te fazer transformações porque pra mim tá na faculdade hoje sentar numa cadeira de faculdade hoje é, numa universidade hoje pra mim não faz muito sentido, não faz muito sentido porque agora eu quero é incentivar os meus filhos, quero que eles continuem estudando pra se formarem se qualificarem pra que eles tenha um emprego pra digno que eles tenha um salário, viver com uma qualidade de vida pra eles e pros filhos deles, acho que meu papel agora é esse, é pegar na mão e puxar aqueles que tão chegando, ajudar aqueles que tão começando.

Clóvis ressalta que ainda não concluiu sua graduação formalmente devido a pendências que enfrentou em sua faculdade, que possuía um polo presencial em sua cidade, que acabou fechando. Quando nos contou sobre essa questão, Clóvis já estava com perspectivas de não continuar no emprego que ocupava à época das entrevistas e se aposentar, com isso, ele começava a fazer planos sobre o que viria a seguir e concluir a faculdade parecia para ele como uma opção, como pode ser observado no fragmento discursivo (22), destacando a seleção lexical “agora no tempo da minha aposentadoria”.

Ao mesmo tempo, conforme explicitado nos textos (22) e (23), ele apresenta a idade como um fator que o desmotiva a concluir seu trabalho final na graduação. Ficou claro como esse foi um momento de reflexão para Clóvis, havendo uma pausa para pensar sobre a situação, ocorrida entre os fragmentos discursivos (22) e (23). Ainda nestes fragmentos, destaco a sintaxe discursiva apresentada que diz respeito ao futuro, aos planos que Clóvis passa a fazer após o fim do seu ciclo de trabalho formal. Esse trabalho marcou sua vida durante anos e foi o centro da narrativa construída para sua história de vida. Nesse sentido, o tema da relação com seus filhos volta a aparecer, com a preocupação com a estabilidade e a possibilidade de que eles tenham uma vida mais tranquila do que foi a sua.

Além disso, a partir dos discursos estruturados nos trechos (23) e (24), percebo a construção de um percurso semântico que estrutura a educação formal como um processo de instrumentalização para o trabalho.

Retomando a reflexão iniciada no texto (22), no trecho (23) Clóvis destaca como chegando a esse momento em sua vida, já se aposentando, a motivação inicial apresentada no fragmento discursivo (19), que era dar uma melhor condição de vida para sua família a partir da busca de um melhor emprego que exigia uma maior qualificação formal, esvaziara-se, uma vez que ele faz uma leitura de que o campo de trabalho está muito restrito. Sendo assim, Clóvis tem a vontade de incentivar seus filhos, aqueles que estão começando, já que um diploma para ele agora não teria o mesmo fim, do que quando começou a buscá-lo.

(24) eu tenho vontade depois de fazer Teologia, um curso mais curto, te dar uma formação mais no campo religioso não só no campo religioso, mas no campo social também, mas eu quero fazer assim, eu vou estudar, mas pra ter uma condição melhor não é mais a minha meta, eu acho que agora, agora, pode ser até que eu mude de ideia, isso que tô falando com vocês que agora, a partir do momento que eu deixar o campo do trabalho, é dedicar pra família, agora minha família precisa muito mais de mim que uma faculdade, pra mim poder aprimorar os meus conhecimentos, eu acredito que muita coisa que eu fiz e foi pesado nessa caminhada que eu tive que lutar contra mim mesmo, contra alguns princípios é... até muitos anos às vezes chegava de madrugada, pegava os livros na na sala e lia e lia até pegar no sono, acordava de manhã tudo de novo, aquelas provas que você tem que mandar online, aquelas prova, eu tinha vontade de matar porque você tinha que... teve uma vez que eu fiquei a noite toda estudando.

No fragmento discursivo (24), mais uma vez a questão religiosa se apresenta na vida de Clóvis como um elemento central, a partir de sua vontade de fazer um curso de Teologia. Essa foi uma reflexão apresentada naquele momento, em que Clóvis também revia seu passado, as dificuldades que enfrentou e os sacrifícios que teve que fazer para chegar onde chegou profissionalmente. Ele não deixa de lembrar de sua família, e destaco a seleção lexical “agora a minha família precisa muito mais de mim que uma faculdade”, ressaltando também sua dedicação muito grande, muitas vezes, ao longo da busca por sua primeira graduação. Ademais, a expressão “eu tinha vontade de matar” quando se referia às provas que tinha que fazer ressalta o esforço empreendido no decurso dessa caminhada. Tal reflexão somada à sintaxe discursiva estruturada a partir da reflexão sobre o passado, pensando sobre o futuro, leva-nos ao questionamento sobre a culpa que carregou Clóvis por não ter participado de muitos momentos da vida de seus filhos, em detrimento de suas atividades de trabalho.

Muito mais que apresentar apenas a trajetória de Clóvis em busca de uma maior qualificação profissional, esse tópico nos permitiu destacar um momento de reflexão vivido por ele, que se articula também com outros elementos apresentados anteriormente; cito em especial a relação

entre Clóvis e Felipe, que no âmbito educacional parecem se aproximar, e Clóvis revivendo essas memórias, percebe que foi um erro se afastar da escola, um erro que ele não gostaria que seu filho cometesse.

### 5.1.2.2 *Iniciando a trajetória profissional: Os primeiros empregos*

Antes de se tornar um trabalhador metalúrgico, Clóvis teve algumas experiências de emprego, a primeira delas foi uma experiência como menor aprendiz. A partir dessa questão, é possível perceber a pressão que ele sofria para começar a trabalhar e ajudar financeiramente na manutenção de sua casa, questão que remete à sua origem humilde. Além disso, ao narrar esse momento, é possível perceber a construção de um discurso de valorização do trabalho.

(25) Vou lembrar lá no início, né... no meu primeiro emprego a experiência que eu tive foi, né, com o Salesianos, né, a... é ligada ao Salesianos, que fica ali na avenida Amazonas próximo do quinto batalhão, e ali foi um, foi um processo de experiência de trabalho que a gente, assim, a gente advinha de uma família pobre sem recursos então naquele tempo você tinha uma, uma alternativa, ou trabalha ou estuda. Então, só que lá pra gente trabalhar lá, tinha que tá trabalhando e estudando. Então foi com muito sacrifício que a minha mãe conseguiu essa vaga pra mim lá no Salesiano, você tinha que passar por um processo de avaliação de reuniões dominicais e foi com muita persistência da minha mãe que eu consegui essa vaga. O meu primeiro emprego trabalhando pela, pelo Salesiano, que na época era os vigilantes mirim, é, nós tínhamos um uniforme azul, camisa azul é, a calça era cinza, era parecida com o uniforme de trocador e às vezes entrava dentro do ônibus e tavam me pagando passagem, achando que era trocador e, então nós, eu comecei no Jumbo, que hoje é o Extra, ali no Santa Efigênia. Ai eu comecei como embalador, é, eu fiquei um período lá como embalador fazendo teste, né, experiência, né, e posteriormente quando eu fui efetivado mesmo no, no trabalho eu fui trabalhar na, na Ouro Preto Turismo, na Goytacazes 70, ali na, perto da Bahia com Afonso Pena, que era o antigo Cine Metrópole ali. Então ali foi o meu primeiro emprego. Eu era office boy, fazia cobrança, né, de passagens aéreas e levando passagens aéreas então eu recebi, né, pagamento de boleto. Eu fiquei, eu fiquei pouco tempo, menos de 1 ano, e assim a relação de, de trabalho, a relação de trabalho com os profissionais daquela empresa, assim, tinha uns que eram muitos legais, eu lembro a, a, chefe geral, coordenadora geral era muito tranquila de lidar, ela ajudava muito, mas tinha alguns funcionários lá que gostava era de, com aqueles ares de superioridade, de menosprezo, né, mas essa, mas são coisas que a gente vem superando, você tá aprendendo a lidar com as pessoas com o ambiente de trabalho com o público em si que eu vivi, eu convivia muito, assim, foi uma experiência boa, mas também com algumas lembrança que a gente fala, né, da, das indiferença, das pessoas querer ser superior a você é... nós éramos 3 office boy, então o trabalho era dividido.

Novamente, a origem humilde de Clóvis é destacada, e sua opção entre trabalho e estudo é colocada à prova. No fragmento discursivo (25), fica explícita sua origem familiar pobre, que não dava alternativas, senão conciliar trabalho e estudos.

Assim como fora apresentado no tópico que tratou da relação de Clóvis com seus pais, ele mais uma vez se mostra agradecido por sua mãe ter feito um grande esforço para que ele conseguisse uma vaga como jovem aprendiz. Também chama atenção a riqueza de detalhes com que Clóvis narra sua experiência de primeiro emprego, destacando a cor da camisa e da calça que usava em sua primeira experiência profissional como vigilante mirim. Esse foi um período de experiência. Logo depois, Clóvis trabalhou como *office boy*, em uma empresa de turismo, experiência que durou menos de um ano. Ao tratar dessa experiência, Clóvis percebe alguns pontos positivos, porém, demonstra que ficou marcada a lembrança “das indiferenças” e “das pessoas querer ser superior a você” (25), seleções lexicais que apontam para o desconforto que ele sentiu ao viver essa primeira experiência de trabalho.

(26) Posteriormente eu saí da Ouro Preto Turismo e fui trabalhar na, na Unitur, na Unitur, não, eu fui trabalhar na Belvitur, que os meus 3 primeiros emprego eu fui pra agência de turismo. A Ouro Preto Turismo era uma agência de turismo, depois eu fui trabalhar na, na Belvitur ali na Afonso Pena foi uma agência de viagem muito conceituada, depois eu fui trabalhar na Belvitur, na Belvitur eu fui pra Keiloscopia que era uma copiadora né, que fazia cópias de plantas, é, xerox de todos as espécies né. De lá eu fui, aí voltei pro Jumbo, fiquei um período no Jumbo, tirando férias de uma, um outro boy que trabalhava lá e posteriormente eu fui pra é, fui pra uma outra unidade de turismo, também lá na Savassi, agora eu não me recordo. É, fiquei lá algum tempo mais ou menos 6 a 7 meses e por último eu fui trabalhar na Caixa Econômica Federal na agência central ali na Tupinambás e coordena todas as caixas do Estado de Minas Gerais e eu trabalhava no setor que era xerox, que fazia todo o trabalho de xerocagem de documentação das agências de todo o estado de Minas Gerais, né, então you tinha era muito trabalho, foi um pouco do quando eu comecei a aprender um outro tipo de profissão, né, a... você aprender a, a operar as máquinas de xerox né, então isso pra mim foi uma experiência nova também que também te dava uma oportunidade de você trabalhar em um outro lugar, caso você sáisse de lá, você tinha a experiência. Se por ventura sáisse. É, na Caixa Econômica eu passei uma situação um pouco diferente porque lá éramos, nós éramos vários offices boys atendendo todo aquele prédio, os 11 andares da Caixa Econômica, e era tudo setoriais, cada um com uma chefia diferente, e eu tive um uma experiência negativa na Caixa Econômica porque dos 4 boys que trabalhavam lá, né, aqueles que que chegaram primeiro que já estavam lá há mais tempo achavam assim que tinha que sobrepor a gente, que nós tínhamos que obedecer a ordem deles, que tinha que tá submisso a eles e, quando você não sujeitava a essas imposições a gente era, como diz o outro, era detonado com a chefia, ahh fulano de tal não tá trabalhando, ah fulano de tal tá assim. E teve uma vez que é, eu tinha um desentendimento com um boy lá chamado Wilson que era o mais antigo que tinha lá, e nós acabamos, só não chegamos a vias de fato, mas tivemos uma discussão muito pesada porque discordava da postura dele de arrogante de querer ser superior, e eu falei que eu não tinha, eu não devia é. obediência a ele, então eu não tinha que dar satisfação dele de nada eu tinha que cumprir o meu trabalho, mas podia exigir respeito, então isso causou um desgaste muito grande entre nós e aí aquela coisa, né, como ele tinha mais tempo tinha mais experiência, acabou que eu saí, aí eu fui demitido.

Seguindo sua trajetória de trabalho, ao sair da empresa em que ficou cerca de um ano, Clóvis ainda trabalhou em mais duas empresas de turismo, passando por uma copiadora, voltando para

o local em que teve sua primeira experiência profissional, até chegar ao setor de xerox da Caixa Econômica Federal. Ele conta que, por ser uma agência central, era alta a demanda por serviço e que isso permitiu que ele aprendesse uma nova atividade. Porém, assim como na primeira empresa de turismo em que trabalhou, ele relata que houve pessoas que tentavam se “sobrepor” (26); ao não aceitar essa situação, Clóvis acabou discutindo com Wilson, que exercia a mesma função que ele, porém, como já estava há mais tempo trabalhando no local, após a discussão, Clóvis foi demitido.

(27) Aí a gente volta pro Salesiano de novo porque lá fazia os encaminhamentos dos boys pros locais de trabalho, e na avaliação deles, por eu já ter passado por mais de uma uma experiência em outros lugares, então eu já o meu ciclo ali já tinha encerrado aí num segundo assim... em 79. Eu entrei no grupo em 76 e em 79 o meu ciclo de trabalhar na, no Salesiano encerrou. Pra mim foi muito traumático porque eu que ajudava em casa, ajudava a pagar o colégio das minhas irmãs e o meu e em função disso eu fui obrigado a parar de estudar porque aí eu perdi a minha bolsa de estudo. Você tinha que pagar, aí eu perdi a bolsa, parei de estudar e fiquei naquele desespero, né, e minha mãe, né, chorou muito porque foi uma batalha muito grande pra gente conseguir aquele trabalho, e não era fácil empregar menor naquela época.

Foi nesse momento em que Clóvis destaca a necessidade de parar de estudar por ter perdido sua bolsa de estudos, também nesse período seu pai iniciava a construção da casa da família em Contagem, a qual Clóvis ajudou a construir, ficando sem um emprego formal, e só quatro anos depois voltou para o mercado de trabalho, já em seu primeiro emprego como metalúrgico. No fragmento discursivo (27), destaco a seleção lexical “traumático” utilizada para definir a situação pela qual passou, além do relato do choro de sua mãe, lembrando todo o esforço feito para conseguir o emprego. Bernardes (1992) destaca que é comum entre jovens que moram na periferia a pressão para que auxiliem na manutenção e no provimento da casa.

### 5.1.2.3 Trabalho industrial

Após encerrar seu ciclo de trabalho como jovem aprendiz, Clóvis ajudou seu pai a construir uma casa, período no qual já havia abandonado os estudos e estava sem emprego. É interessante notar como esse elemento em sua vida corrobora com o estudo de Bernardes (1992, p. 28), uma vez que a autora destaca que, no contexto de famílias de camadas populares, “ao homem compete responsabilizar-se e executar atividades ligadas à conservação e construção da casa bem como de seu espaço externo”.

(28) E logo após terminar de construir essa casa eu arrumei emprego em uma indústria na cidade industrial, qual trabalhei 2 anos e 3 meses como operador de máquina, ajudante fabril depois operador de máquina depois... Aí nesse período que eu vivi um pouco os dramas, né, as dificuldades que os trabalhadores tinham de reivindicar os direitos, de você receber um salário justo pela função que você desenvolvia.

Após um período de aproximadamente quatro anos auxiliando seu pai a construir uma casa e já tendo deixado de estudar, Clóvis conseguiu seu primeiro emprego na indústria, no qual ficou 2 anos e 3 meses. No fragmento discursivo (28), já é possível notar que Clóvis percebia as dificuldades que viviam os trabalhadores.

(29) Na Belgo Mineira eu trabalhava em várias máquinas, tinha um setor que eu olhava 8 máquinas sozinho, né. E eu salário reduzido, mas a gente não reclama porque você precisa, né, adquirir mais experiência, né. Então dentro da Belgo Mineira eu adquiri muita experiência com pessoas experientes onde eu comecei a conhecer o movimento sindical, como é que era a luta dos trabalhadores, né.

No fragmento discursivo (29), também é possível perceber de forma explícita que Clóvis não convivia com as melhores condições de trabalho, mas elementos citados anteriormente nos permitem perceber que o fato de não ter experiência profissional e qualificação influenciaram para esse cenário. Também chama atenção o percurso semântico estruturado no trecho (29), que aponta para a forma como Clóvis menciona sua necessidade de se submeter a essa condição para adquirir mais experiência, relacionando-se com alguns trechos narrados ao tratar da qualificação, nos quais ele destaca que sentia a necessidade de uma melhor qualificação para viver melhores condições.

Além disso, o trecho é marcado pela referência que o entrevistado faz ao movimento sindical. A seleção lexical “onde eu comecei a conhecer o movimento sindical, como é que era a luta dos trabalhadores, né” (29) traz um aspecto interdiscursivo do Clóvis de anos à frente, o Clóvis dirigente sindical que reconhece a necessidade do movimento na luta dos trabalhadores metalúrgicos. Esse trecho tem grande influência das condições sociais de reprodução do discurso à medida em que o entrevistado relata seus primeiros anos como metalúrgico na visão atual, de um dirigente sindical próximo ao período de aposentadoria.

(30) Por infelicidade, é um dos traumas do meu trabalho, faltando 30 dias pro meu casamento, eu fui dispensado. Aí vem aquela dor, né, e agora? Casa ou não casa? Como é que faz? Aí procurei minha noiva e falei com ela: “tem um problema, a gente vai casar, mas eu tô desempregado, não tem como, vamo adiar o casamento” e ela: “não! Seja o que Deus quiser, nós vamos casar”. Aí pensei num sei se... Aí no pensar tudo isso resolvemos casar, enfrentar a vida, casamos e fui morar de aluguel na casa do meu sogro, pagava aluguel pra ele, mas tinha que batalhar.

O fim dessa primeira experiência de trabalho na indústria foi um trauma para Clóvis, fato explicitado no fragmento discursivo (30), no qual Clóvis destaca sua demissão com um dos principais traumas de sua vida. O tema da demissão e do casamento expressam um percurso da

necessidade do trabalho para a construção de família. A seleção lexical “não tem como, vamo adiar o casamento” mostra o aspecto interdiscursivo do homem que deve assumir as finanças da casa e, logo, a situação de desemprego seria um empecilho para o casamento, uma vez que cabe ao homem sustentar a nova família.

(31) Eu me lembro uma das áreas que eu me especializei foi é, na saúde do trabalhador é... e dentro do setor que eu trabalhava que é o setor fabril, que é fabricação de peças é ali onde o trabalhador sofria mais porque “a... é... o mal posicionamento, a postura porque às vezes você via um trabalhador lá operando uma máquina, ele tava sentado em cima de um caixote, ele tava com uma cadeira, mas aquela cadeira ele coloca mais uma compensação de alguma coisa pra ele dar altura, é... as chamadas gambiarra que a gente fala, né, pra ele, ele usava na máquina pra ele fazer ela produzir mais, né, as máquinas que estavam obsoletas que mesmo com ela tando em más condições de funcionamento o encarregado colocava ela pra funcionar, e o trabalhador acabava acidentando como aconteceu várias vezes, o cara perdeu um pedaço do dedo, esmagou a mão, né, fora as doenças ocupacionais por esforço repetitivo (...) Acaba atingindo o psicológico dela, que isso é o pior, que é chamada a psicossomática, que você soma a dor física com a dor mental que ela é aquela tortura, né, você tá doente o chefe fala que você tá fazendo hora, então a pessoas tinha que trabalhar doente por causa do emprego, aí ela se sujeitava as humilhações porque ela não podia perder o emprego, nesse momento ela perdia a saúde, ela perdia a... afetada o seu estado emocional e logo em seguida perdia o emprego, então era um dilema, e eu fui vendo aquilo e eu “não, tenho que fazer alguma coisa”.

Dentro do trabalho metalúrgico, uma das questões que mais chamavam atenção de Clóvis eram as condições de trabalho que eram impostas. Ver trabalhadores atuando em condições precárias de trabalho se tornou uma rotina, com isso, Clóvis sentiu o desejo de se especializar e atuar nessa área. No fragmento discursivo (31), ele reflete sobre as condições em que os trabalhadores estavam submetidos num discurso de dirigente sindical, porém aponta a persistência da “tortura psicológica” dos trabalhadores não apenas pela existência da dor física, mas pela incompreensão dos chefes e a necessidade de se manter no trabalho. Nesse trecho, o discurso da segurança no trabalho é defendido, e a indiferença dos chefes diante da saúde do trabalhador, combatido.

(32) Em 1996, você tinha 30% de uma fábrica de quase 800 trabalhadores acometidos de doença ocupacional, e a empresa não tava nem aí. Adoeceu? Ou você vai pro... ou você vai pro INSS ou você vai pro olho da rua. Uma parte foi pra rua, que não tinha condições, não tinha, conseguia provar a sua, a sua doença, né, ou os médicos negligenciavam porque não reconheciam o nexo causal, não faziam uma anamnese, que é um estudo é, dentro, é minucioso da situação daquele trabalhador e, não avaliar todo o seu histórico, os seus exames e aí ia negado aquilo até que ele perdia a paciência e acabava saindo ou era demitido. E eu abracei essa causa, mais uma coisa que eu tenho que abraçar e abracei essa causa.

Ainda no texto (31) Clóvis aponta que o setor de fabricação de peças era um lugar na empresa em que muitas pessoas eram acometidas com doenças ocupacionais, uma vez que é muito comum observar o mal posicionamento desses trabalhadores. Complementando essa visão, no trecho (32), ele aponta um dado: em 1996 quase 30% dos 800 trabalhadores da empresa em que trabalhava estavam acometidos com alguma doença ocupacional. Novamente, o tema da indiferença da empresa em relação ao trabalhador apareceu. Também chama a atenção a seleção lexical de termos como “nexo causal” e “anamnese”, termos técnicos que remetem ao conhecimento adquirido de Clóvis sobre o assunto.

(33) é dentro das oportunidade que eu tive de formação, de qualificação, é, dentro da política dentro da área sindical, eu sempre procurei estudar, ler muito, pra não poder fazer não cometer bobagem e não dar o meu direito pra empresa porque qualquer coisa que você fizer, você era suspenso, como eu já fui suspenso várias vezes, eu já levei balão de 10 dia, tomei balão de 3 dia, perdia salário porque cortava o meu salário e não era repostado, ninguém me pagava, alguma vez o sindicato pagou, teve outras que não, então é, então você coloca é, muito é... você fica exposto, mas é aquela situação ou você como funcionário da empresa dirigente sindical ou você faz o trabalho bem feito ou você é engolido ou você é engolido pela empresa ou você perde a credibilidade pelos trabalhadores, e a pior coisa que tem é quando o trabalhador que tá dentro de uma fábrica, ele representa tanto aqueles trabalhadores e ele não cumpre com o papel dele, ele cai no descrédito, a empresa não acredita nele, a empresa joga os trabalhador contra ele, e ele fica uma pessoa desmoralizada e ele não tem outra alternativa, ou ele vai embora ou ele se vende. E eu graças a Deus eu procurei enfrentar todo esse desafio.

Ao expor que “abraçou” a causa dos trabalhadores que eram acometidos às doenças ocupacionais, Clóvis já aponta para o início de sua atuação sindical. Sua atividade no sindicato é algo de que Clóvis se orgulha, por ter feito algo com o qual se comprometia, via uma razão. No fragmento discursivo (33), destaco a seleção lexical “levei balão”, que se refere a uma suspensão imposta pela empresa, na qual ele relata que já perdeu inclusive parte do seu salário, o que remete ao implícito pressuposto da importância dessa questão em sua vida, uma vez que Clóvis relata por diversas vezes suas dificuldades financeiras.

(34) É, quando te tira a possibilidade de fazer as coisas que você sabe fazer, que você pode fazer, que você tem qualificação pra fazer, quando eu fui, né, eu tive um infarto, né, e nesse infarto eu fiquei internado 9 dias no, no JK todo monitorado. Quando você ficava pensando o seguinte: “e agora?” Filho pequeno, os meus filho ainda tava pequeno, filho pequeno “E se eu não voltar pra casa?” Como que eu vou fazer? Como que vai ser o futuro da minha esposa com os filhos pequenos? Como que ela vai cuidar desses menino? Então a gente viveu um pouco disso tudo, mas a fé em Deus, ela é que nos dá força, te revigora, te dá sustentabilidade e visão de futuro, foi onde que eu falei assim: “eu vou superar, eu vou sair dessa, vou superar, vou passar por cima...”

Toda essa dedicação de Clóvis não afetou apenas sua relação com sua família, como vimos em tópicos anteriores, mas também o levou a um quadro de adoecimento, que culminou em um infarto. O fragmento discursivo (34) destaca esse episódio, no qual ele ficou internado durante 9 dias, e com isso repensou muitas coisas em sua vida, em especial em sua família. A partir dessa questão, também é possível perceber a emergência do tema do homem como o provedor financeiro da casa, a partir da seleção lexical “como vai ser o futuro da minha esposa com os filhos pequenos? (34). Remete, assim, ao implícito pressuposto do papel que Clóvis desempenhava na hierarquia familiar, sendo considerado o homem o provedor da casa, ao passo que o trabalho da mulher é bem aceito, mas visto como um “auxílio” (BERNARDES, 1992).

(35) Eu já tive que fazer isso, ir prum buteco e tomar todas e sair de lá chapado e sair de lá bêbado, é um momento de mim pra comigo mesmo, você não ter que preocupar, ninguém pra você não ter que desgastar com ninguém, aí no outro dia ressaca moral, né, aí, "ah eu exagerei", mas é aquele momento você tinha que fazer aquilo, mas tem gente que vai pra fazer isso e não volta, ele não tem a capacidade de, ele tem a condição de ir, mas ele não tem condição de voltar porque às vezes ele não é bem compreendido na própria família porque se às vezes o trabalhador que se ele tá, ele tá cansado, cobrança da chefia, te cobra produção, te, não te valoriza e quer qualidade de trabalho, mas não te dá qualidade de salário pra você ter condição de qualidade de vida porque sua família te cobra, aí você fala, mas eu trabalho aí, você chega no chefe, o chefe fala, no momento agora não, ah porque você não é capacitado, eu tô colocando isso mais no modo geral porque eu já ouvi isso aí onde que chega os problemas familiares, aí onde que chega os problemas do, do, do alcoolismo, da droga, da, do abandono da família, cara de estressa tanto que ele briga briga com a mulher, briga com os filhos e um dia ele explode e fala, quer saber de uma coisa, eu vou cuidar de mim e vai pro mundo e vai ver como a eu já tive vários companheiros conhecido assim, vai pro mundo da droga, a pressão é muito grande, é, foi pro mundo do alcoolismo e morreu no alcoolismo, tem umas que morreram, usando droga e álcool e aí é um problema muito crônico, aí perde a família e a esposa não quer, os filhos não quer e vai pro meio da rua, vai como diz o outro vai virar... aí não trabalha, é, isola dos amigos.

A sobrecarga de trabalho diante das várias funções assumidas por Clóvis - sindicato, comunidade do bairro, acólito da igreja católica - aparece no fragmento discursivo (35) como percurso para problemas psicológicos. A seleção lexical “mas tem gente que vai pra fazer isso e não volta” apresenta um aspecto interdiscursivo no momento em que Clóvis, apesar de admitir que usou o álcool como alternativa para a pressão que viveu nos anos de trabalho, distancia-se das pessoas que fazem isso com frequência e se deparam com o alcoolismo. Há um discurso de moral e de autocontrole. Nesse mesmo trecho, ele reflete sobre a dificuldade de diálogo com o chefe - “aí você chega no chefe, o chefe fala: no momento agora não” - e a influência dessa dificuldade para a instabilidade emocional do trabalhador.

### 5.1.3 Raça

Quando já atuava como dirigente sindical, Clóvis sofreu com um caso de racismo, e essa foi uma questão que marcou sua vida e também redefiniu em algum sentido a forma como ele lidava com as questões raciais. Contudo, ao longo de sua infância, também foram representados momentos em que a questão do racismo se fez presente. Esse tópico irá tratar dessas experiências vividas por Clóvis, no que diz respeito às questões raciais.

#### 5.1.3.1 “*Só um sarrozinho*”: *A infância e o racismo que incomodavam, mas não entendia*

Para Clóvis, a questão racial era algo com a qual ele sempre conviveu, porém, muitas vezes o racismo se apresentava de formas mais sutis, com brincadeiras e piadas. O fragmento discursivo (36) retrata a percepção da questão racial que ele tinha em sua infância, porém, “deixava para lá”, naturalizando a questão, por mais que destacasse saber “que era uma forma de discriminação”, questão explicitamente enunciada no trecho (36). Ao demonstrar como ficava ao ouvir um insulto racial, a expressão “ahh...” (36), seguida por uma pausa e sem uma conclusão da fala, remete ao implícito de que essa era uma situação que incomodava, mas que naquele momento da infância e adolescência, não gerava uma reflexão profunda sobre o assunto, fato explicitado pela figura da falta de formação destacada por Clóvis ao início do texto (36).

É possível notar a partir de seleções lexicais como “macaco”, que remete à figura de um humano rudimentar, que não se desenvolveu completamente, destacada no fragmento discursivo (36), que essas expressões eram proferidas em tom de “brincadeira”, fazendo com que o racismo nesse caso fosse expresso sob a forma de humor, fato que leva o enunciador da “brincadeira” a passar uma ideia de que “sua intenção é ser espirituoso e bem humorado, não advogar ou difundir alguma crença ou fato racista” (SALES JR, 2006, p. 240). Nesse sentido, destaca-se o implícito e que aquele que não compreende a brincadeira ou aceita que se torna alguém menos “desejável” socialmente, em especial quando estamos tratando de um grupo de jovens, que iniciam seus processos de sociabilidade.

Corroborando com essa visão, ao tratarem sobre humor e discriminação por orientação sexual, Irigaray; Saraiva e Carrieri (2010) apontam que piadas, ironias e anedotas naturalizam a homofobia, sendo usadas como uma sutil forma de controle da sexualidade e do espaço sexual, mantendo assim os padrões heteronormativos. A partir dessa visão, o relato de Clóvis é mais

um dos exemplos que nos permitem dizer que questões muitas vezes vistas como sutis podem representar fortes elementos de discriminação e manutenção de estruturas de poder, como é o caso do racismo. A partir de questões, muitas vezes colocadas como formas de brincadeira e humor, Guimarães (1999, p. 67) chama atenção para o que nomeou de “racismo à brasileira”, sendo, portanto, uma característica do racismo no Brasil a sua forma velada e sutil.

(36) Isso eu era criança, era mais jovem, mas naquele período você não tinha uma formação, você não tinha um conhecimento de que que era aquilo, a gente sabia que era uma forma de discriminar, mas você ficava assim “ahh...” Você não tinha reação. Na minha infância, por exemplo, sempre você era rotulado de vários nomes né, é, macaco, é isso, é aquilo, aquelas brincadeiras sem, sem graça, né, e você ia superando porque às vezes assim, quando você tava no meio, a turma, cada um arrumava uma forma de, de gozação, de como diz o outro, de tirar um sarrozinho e, como você não tinha formação, num tinha uma, uma um entendimento maior da coisa, então você acabava deixando pra lá, “ah, deixa pra lá, é assim mesmo”

Além disso, Clóvis destaca que as “brincadeiras” que eram feitas com ele não lhe agradavam, mas, ao expressar que “cada um arrumava uma forma de, de gozação” (38), demonstra que também “entrava na brincadeira”, reforçando mais uma vez o implícito da naturalização das discriminações raciais vividas em sua infância, demonstrando a forma como buscava superar essa questão nessa fase da vida, não por meio do embate, mas da aceitação de sua condição, uma vez que combater essa questão significaria se isolar de seus amigos, sendo esta a forma de mediação encontrada por ele para lidar com essa questão que se apresentava.

O fato de expressões como “macaco” (36) serem representadas como “brincadeiras”, ou mesmo que Clóvis apontasse também participar e contribuir para essas brincadeiras enquanto estava “no meio da turma” (36), não amenizam o sofrimento de quem as escuta. No trecho (37), essa questão é explicitamente enunciada, quando Clóvis destaca que ficava magoado e sem entender todos esses ataques.

(37) Ficava magoado? Ficava. Você ficava sem entender, mas porque esses ataques todos, né? À medida que eu fui crescendo, fui adquirindo maturidade, a gente vai lendo, a gente vai estudando, agora eu só aprofundei mais depois mesmo que isso aconteceu com mais intensidade, uma coisa mais agressiva, mais violenta.

Foi necessário, nesse sentido, um aprofundamento no debate da questão racial e uma percepção de como se davam as relações raciais no Brasil para que hoje Clóvis percebesse a profundidade do que ocorreu com ele ainda em sua infância (37). Além disso, no fragmento discursivo (37), Clóvis demonstra que foi necessário um caso de racismo mais explícito, questão destacada pela seleção lexical “agressivo” e “violento”, para que essa percepção se tornasse mais clara e ele sentisse a necessidade de se aprofundar no assunto, que durante muito tempo foi tratado como algo normal.

### 5.1.3.2 “A dor mais profunda que carrego na minha vida”: Vivenciando o racismo

Tratando do episódio no qual Clóvis sentiu que o racismo aconteceu com mais intensidade, como foi citado no texto (37), podemos observar o fragmento discursivo (38), no qual é descrito o caso. Clóvis destaca que foi chamado de “criolo vagabundo”, ao estar liderando uma paralisação na fábrica onde trabalhava, enquanto atuava como dirigente sindical. Ele também destaca que todos aderiram à greve em solidariedade ao que ocorreu com ele.

(38) Começa que eu tinha 14 anos de empresa pra tentar fazer uma paralisação é, cercaram nossa paralisação, nossa mobilização e intimidar os trabalhadores... Intimidar os trabalhadores é, eu fui agredido racialmente, né, chamado de criolo vagabundo, que eu ia tomar um tiro etc. E aquilo foi a gota d’água pra gente poder consolidar uma paralisação interna e comuniquei com os trabalhadores os fatos ocorridos e aí aquelas que pegaram serviço mais tarde aderiram toda a nossa paralisação, aí daquela hora em diante a fábrica inteira ficou parada. Pessoas do escritório, pessoas da mecânica, pessoas da, da, dos laboratórios de engenharia.... Então todos aderiram àquela greve em solidariedade a minha pessoa também.

Esse episódio de discriminação racial sofrido por Clóvis marcou profundamente sua vida, ele aponta que “é a dor mais profunda que eu carrego na minha vida até hoje, é uma marca que ninguém tira ela. Quando eu fui interpelado por um chefe da segurança da empresa que me fez ameaças, né, me discriminou racialmente me chamando de criolo vagabundo”. Esse episódio se deu quando Clóvis já atuava como dirigente sindical e mobilizou os trabalhadores para uma greve, nesse sentido, sua posição de liderança era clara. Como contraponto ao ataque proferido pelo chefe de segurança, Clóvis complementa destacando que “*pra quem trabalhava 14 anos dentro da empresa, como é que eu era vagabundo e me ameaçou de dar um tiro em mim*”. Nesse sentido, ele desconstrói a ideia de que o ataque proferido se tratava apenas de uma questão do trabalho ou um elemento meramente pessoal contra ele, uma vez que ele dedicou 14 anos de sua vida em prol da empresa, e esse elemento também é observado no texto (38).

Porém, em grande parte desses 14 anos, Clóvis se apresentava como um trabalhador metalúrgico que exercia suas funções no chamado “chão de fábrica”, sem uma posição de destaque, o que “permite” a dita convivência harmoniosa entre as raças, regulada a partir de “regras de cordialidade”, que pautam o mito da democracia racial (SALES JR, 2006). Azevedo (1975) também destaca que a propagação de um ideário que se pauta na ideia da democracia racial se torna uma maneira de racionalizar e propagar formas de discriminação existentes. Muitos autores que apontei no referencial teórico desenvolvido, tais como Silva (2012) e

Bernardino (2002), também destacam um certo “silenciamento” em relação ao tema das relações raciais, devido ao discurso da democracia racial.

O fato da discriminação sofrida por Clóvis ter ocorrido quando ocupava uma posição de destaque na empresa também remete ao argumento exposto por Sansone (1996), que trata o mercado de trabalho como uma “área dura”, isto é, um espaço hegemonicamente branco. Nesse caso, proponho pensar que a própria empresa possui suas áreas duras e áreas moles, sendo o chão da fábrica uma área mole, na qual a presença de pessoas negras não representa um grande risco à manutenção do *status quo*. Porém, quando tratamos de cargos de liderança, estamos falando de áreas duras.

Sendo assim, a partir do momento que Clóvis passa a ter uma posição de maior destaque, em especial com sua atuação sindical, elementos relacionados às discriminações raciais passam a emergir e se tornarem mais “explícitos”. É nesse momento que ele rompe com o discurso da democracia racial e de uma dita convivência harmoniosa entre as raças, e passa a perceber a partir de um exercício de reflexão, como destacado no fragmento discursivo (39), como diversas outras ações, muitas vezes “veladas” também representavam ações de discriminação racial em seu dia-a-dia, marcando seus lugares e sua condição enquanto negro.

Esse sentimento de dor causado pela discriminação racial é algo que Clóvis aponta como algo que apenas quem viveu pode de fato saber o que isso significa, destacando também, no fragmento discursivo (39), o tema da justiça e a questão da impunidade que estiveram presentes em seu caso de discriminação racial e em tantos outros que ocorrem diariamente no Brasil. Ele demonstra essa percepção ao não singularizar seu caso, mas trazê-lo de forma genérica, em terceira pessoa, por mais que fique claro que ali também se inserem sua experiência e o caso de racismo que vivenciou.

(39) É muito traumático pras pessoas... Porque às vezes elas não, as pessoas... Quando você fala assim: “ah, no Brasil é, não tem discriminação racial” “ah, mas as pessoas são muito sentimentais” É só as pessoas que passam, é só as pessoas que passam pela situação que, que nós negros passamos é que sabem como que a dor é profunda, ela é um dor sem medida. Porque você não vê, você não consegue sentir é... E quando você olha pro seu opressor, você olha com o olho dentro do olho dele e você consegue ver, você vê ele e vê e imponência a impunidade. Você vê a impunidade, aí é mais triste ainda e quando você vê um juiz, e quando você vê um juiz fazer um prejulgamento, fazer um prejulgamento aí é pior. (...)

Ao tratar da impunidade no trecho (39), bem como retomar o tema no fragmento (40), Clóvis coloca em questão o elemento do juiz enquanto uma figura “neutra”, que deveria julgar e punir as discriminações. Fica clara essa percepção ao falar de “prejulgamento” (40), pois retrata uma

ideia de que a justiça, a partir dos juízes, também é permeada pelo racismo, ou por um ideário que trabalha com sua não existência, como o mito da “democracia racial”. Tal figura da “neutralidade” presente em muitos discursos sobre a questão racial é combatida por Clóvis em seu discurso.

(40) Eu passando pra sentar antes de começar o proce... A audiência, ele disse assim: "daqui ele não leva nada", então assim, ele já fez um prejulgamento, né, até porque também esse juiz, ele é empresário, é, não sei qual que é o ramo de atividade dele, mas eu fiquei sabendo no histórico da empresa que ele é um juiz do ramo empresarial e ele achava que era um absurdo que no Brasil exista isso, isso não é verdade o que aconteceu... Ele fez um prejulgamento é, eu perdi esse processo que ele foi arquivado, mas o, o discriminação racial, ele deu sequência, né, todas as testemunhas que ao meu favor é, foram, deram depoimento, colocaram como os fatos haviam ocorrido, né, mas é, a justiça com a promiscuidade dela com a falta de interesse é, foi empurrando com a barriga, eu digo assim, o processo até que, mas alguns dois anos atrás, chegou uma carta na minha casa, o oficial de justiça chegou lá, chamou na minha casa umas mais ou menos 7 e pouca da manhã e me entregou uma carta dizendo que o processo foi arquivado, então assim é, primeiro frustração pelo que aconteceu, pelo que ocorreu, né, a segunda foi o prejulgamento da justiça que, que teve lado, foi parcialista e o terceiro foi o arquivamento.

Como já havia destacado, essa foi uma dor muito grande para Clóvis; no fragmento discursivo (41), destaco a seleção lexical “só quem passa por uma situação dessa sabe”, a partir da qual é possível compreender o implícito subentendido de que apenas após passar por esse episódio que Clóvis pôde de fato sentir o que isso significava, também apontando que essa não é uma questão de vitimização. Além disso, é possível perceber nesse trecho o tema da empatia que é criado a partir do momento em que ele vivencia esse episódio.

(41) Isso é como a, é, ferir você no fundo da alma, só quem passa por uma situação dessa é que sabe qual que é a dor profunda que você sente, qual é o tamanho da ferida e da, da, e da cicatriz que fica. Pode sarar, as, a cicatriz fica e ela fica no interior que ninguém vê, ela fica no seu subconsciente, é só você que lembra, é só você que sabe que o filme que ele é, um filme que ele nunca sai de cartaz, ele fica na sua mente o tempo todo. Quando você vê uma discriminação com outra pessoa você volta lá no passado, eu volto lá em 2002, aí você fica com aquela ânsia de justiça.

Essa empatia é explicitada pela seleção lexical “ânsia de justiça”, ao destacar essa expressão, relatando sobre o caso que sofreu, e que não teve o resultado esperado no âmbito jurídico. É possível perceber que essa é uma questão que marca muito Clóvis.

### 5.1.3.3 “O que vivi me dá parâmetro para suportar”

Ao lembrar o episódio de racismo que viveu e como lidou com a questão, Clóvis demonstra como foram importantes vários momentos de sua vida para que chegasse até ali. Ele sempre demonstra e reitera que isso não o torna um “coitado” (42). Percebo, nesse sentido, um combate

ao discurso que se propaga em relação a pessoas que vivenciam essa questão, como se não fosse algo realmente importante, deslegitimando essa dor e tratando-a como uma auto-vitimização.

(42) Num é que eu queira aparecer, num é que eu quero aparecer, mas acho que tem muito, mais histórias muito mais profunda com muito mais profundidade, com muito mais problema que a minha que num... Então acho assim tudo que pode ser divulgado pra sensibilizar as pessoas porque graças a Deus eu tenho estrutura pra isso, eu tenho estrutura psicológica pra isso e quantos que não tem? Quantos que se entregaram aí, a pessoa se entrega no álcool, na droga, perde família e tem uma depressão profunda, chega até ao suicídio, mas graças a Deus eu superei isso e com meus 54 anos de vida e tudo que eu vivi me dá parâmetro pra suportar determinadas coisas. Só que assim, dá uma força pra você suportar, pra você conversar é... Num e pra você chegar perto do... No clube, you se expor “nossa, eu sou um coitado”, a primeira coisa que eu detesto é falar essas coisas comigo, que eu sou coitado, quer arrumar problema comigo é me chamar de coitado porque coitado eu não sou. Eu posso ser discriminado, posso ser desacreditado em determinadas coisas, mas coitado não.

Ao tratar da questão racial, romper com o discurso hegemônico que trata os episódios de racismo como vitimização das pessoas negras é um elemento muito importante para Clóvis. Ao fazer isso, novamente é rechaçada a ideia e o discurso da democracia racial, afinal, o racismo não se torna uma questão passível de ser estudada, combatida, ou mesmo sentida, quando ele não existe. Esse rompimento com o discurso do racismo visto como uma vitimização também pode ser observado no texto (43). Para isso, ele aponta que os negros são os primeiros que vão para as cadeias, também trazendo elementos que ele observou em sua trajetória de trabalho, como o fato de que as piores tarefas são delegadas aos negros.

Ainda tratando do fragmento discursivo (43), a seleção lexical “ah, aquele lá é puxa saco, aquele lá é isso, aquele lá é aquilo” é usada retratar expressões que são ditas quando negros alcançam cargos de chefia, tratando de deslegitimar aquela condição. Também é importante notar como Clóvis destaca que essas críticas e discriminações podem vir inclusive dos próprios negros, que mesmo inseridos nessa dinâmica, valem-se do discurso racista, ainda que não se possa dizer que estes são racistas, uma vez que se tem a compreensão de que o racismo é uma estrutura de poder, na qual os negros se encontram em desvantagem em relação aos brancos, em diversas questões.

(43) Existe uma diferenciação num grupo de pessoas que tá ali, os primeiros que vão pra dentro dos camburão, que vai pras cadeias é o negro, num tô dizendo isso pra você assim, “ah, mas a gente tem que se colocar, nós somos coitados, nós somos vítimas”, num é isso, é a realidade que a gente vive é um processo de estudo que você faz, é, é, que eu acompanho. Eu por exemplo dentro de, do campo do trabalho, né, os trabalhadores que estão dentro das empresas, as piores tarefas vai para o negro e aquele e tem o negro que se destaca mais que ele já vem de um estudo melhor, uma qualificação melhor, aí ele já chega e já é discriminado porque as pessoas já lutam pra num deixar ele chegar num estágio melhor, numa condição melhor, ele num pode ser um líder, embora tenha muitos, mas se ele é um líder, ele é criticado, aí é a crítica de várias forma até dos próprios negros mesmo, “ah, aquele lá é puxa saco, aquele lá é

isso, aquele lá é aquilo”, então existe dessa forma então é, aí eu falo hoje é, a grande maioria da população negra hoje ela é discriminada de várias formas.

Nesse sentido, ter passado por um episódio explícito de discriminação contribuiu para que Clóvis tivesse a percepção das várias formas de racismo que se apresentam no cotidiano, como essas formas de deslegitimar uma pessoa negra que alcança um cargo de liderança, observadas no fragmento discursivo (43). Na próxima seção, assim como fiz com Clóvis, será apresentada a história de vida de Leila.

## **5.2 História de Vida de Leila**

Esse tópico será destinado à apresentação e análise da história de vida de Leila. Assim como foi com Clóvis, essa história não será apresentada na ordem em que ela a narrou ao longo de nossos encontros. Como citei na seção anterior, o contato com Leila foi feito a partir da indicação de Clóvis, com quem havia trabalhado em uma empresa que fabricava medidores de energia elétrica. O contato inicial se deu por meio de uma ligação telefônica, na qual expliquei um pouco sobre a pesquisa e marcamos um encontro em seu atual local de trabalho para conversarmos melhor sobre a proposta.

Assim como aconteceu com Clóvis, Nathália me acompanhou ao longo dos encontros com Leila. Ao chegar para a primeira conversa, já havíamos nos encontrado duas vezes com Clóvis, o que nos deu uma confiança e uma segurança maior em relação à maneira como deveríamos conduzir a entrevista. Leila se mostrou disposta a nos contar sua história de vida, porém, demonstrou receio ao relatar que uma vez a entrevistaram para uma matéria sobre o sindicato dos metalúrgicos, na qual ela sentiu que foi mal interpretada. Com isso, buscamos explicar mais detalhadamente o processo da pesquisa, além de apresentarmos e lermos com calma o termo de consentimento livre e esclarecido presente no Anexo I dessa dissertação.

Feita essa conversa inicial, Leila se mostrou disposta a começar as gravações naquele dia. Essa primeira gravação durou cerca de meia hora, devido ao tempo de conversa anterior, uma vez que ela precisava voltar ao trabalho. Assim como fiz com Clóvis, acredito que seja importante destacar que Leila nos indagou sobre o ponto que deveria iniciar sua fala e deixamos que ela se sentisse à vontade para iniciar do ponto que estivesse mais confortável. Os primeiros pontos abordados por ela foram as questões de raça e gênero, destacando a forma como se define e se

posiciona enquanto mulher negra. A partir daí, ela foi incorporando situações de vida, com o foco em relações familiares.

Os primeiros encontros, assim como todos os demais, foram realizados em seu atual local de trabalho, vinculado ao Sindicato dos Metalúrgicos de BH e Contagem, sendo que as conversas aconteciam em uma sala de reunião vazia. Contudo, como ela trabalha no atendimento ao público, tendo uma alta demanda via telefone, percebemos que em dias com mais movimento ela se sentia incomodada, algumas vezes encerrando o encontro em pouco tempo. Ao final do processo da pesquisa, nós nos encontramos com ela oito vezes, totalizando sete horas e trinta minutos de gravação.

Buscando deixá-la mais confortável, o segundo encontro foi marcado no período da manhã, no qual ela destacou que a demanda de trabalho costuma ser menor. De fato, o local estava vazio, e percebemos que ela estava mais confortável, além de estar mais familiarizada com a forma com que a entrevista seria conduzida. Desse modo, o segundo encontro durou cerca de uma hora e vinte minutos, no qual ela repassou sua vida de forma cronológica, desde a infância até sua vida adulta. Destaco que os marcos temporais utilizados por Leila diziam respeito à questões ligadas à sua família.

A terceira entrevista ocorreu uma semana após a segunda, mais uma vez no horário da manhã. Dessa vez, a entrevista teve um caráter muito mais descontraído, com Leila fazendo inúmeras brincadeiras. Também nesse dia, ela se mostrou muito disposta, buscando inclusive documentos para ilustrar algumas questões que nos trazia. A quarta entrevista também se deu com uma semana de diferença para a anterior; nesse dia, ela precisou levar sua filha de quatro anos de idade ao trabalho, que ficou presente na sala enquanto conversávamos, fato que por vezes inibiu Leila de tocar em alguns assuntos, como um caso de assédio, que ela apenas citou.

Ao longo das entrevistas, fui percebendo que Leila criava um vínculo mais forte com Nathalia, sempre destacando momentos de sua história de vida que poderiam servir como exemplos para Nathalia, em especial nas relações de gênero. Era muito claro também que Leila sempre falava olhando para Nathalia, e tive a percepção de que ela se sentia desconfortável com a minha presença em alguns momentos, em especial quando os relatos envolviam seus companheiros e casos de assédio que vivera.

Com isso, quando o quinto encontro já estava agendado, fiquei impossibilitado de comparecer, mas, ainda assim, acreditei que seria melhor não desmarcá-lo, já que a essa altura eram mais

escassos os horários disponíveis de Leila, muito em função do cenário político que se apresentava no país, o que influenciava diretamente sua atuação. Desse modo, optei por deixar que Nathalia acompanhasse esse encontro sozinha, o que também acreditava que deixaria Leila mais à vontade para tratar de alguns assuntos que evitou falar nos encontros anteriores.

Segundo relatos de Nathalia, Leila tratou de forma mais detida sobre algumas questões, mas também perguntou muito sobre a minha ausência, acreditando que na verdade ela me deixava constrangido. Esse episódio se tornou fundamental, quando no sexto encontro, ocorrido uma semana depois, conversamos sobre o assunto e ficamos ambos mais tranquilos, com ela aprofundando ainda mais os casos que havia iniciado com Nathalia.

Após o sexto encontro, ainda nos encontramos mais duas vezes, com encontros mais longos que os anteriores, sempre de uma forma muito descontraída. Também enviamos para ela as transcrições quando concluídas, para que ela pudesse ver e se sentir mais confortável em relação ao material que tínhamos para analisar. Apresentado o processo que se deu ao longo das entrevistas, vou relatar de forma mais detida a história de vida de Leila, que tem 48 anos, iniciando pelas relações familiares, passando pelas relações de trabalho, até chegar na questão racial.

### **5.2.1 Relações familiares**

Logo quando comecei a escutar a história de vida de Leila, um ponto que chamou atenção foi a forma como ela narrava suas experiências familiares, de um modo muito mais detalhado que as suas experiências de trabalho formal, questão que remete diretamente ao discurso da mulher enquanto responsável pelo cuidado da casa. Nesse tópico, irei apresentar um pouco da infância de Leila e a relação com seus pais, além de sua relação com seus filhos.

#### *5.2.1.1 “Você já tem 12 anos, dá pra você fazer comida”: Infância e relação com os pais*

Os pais de Leila tiveram três filhas, sendo Leila a mais velha entre elas. Ela relembra que seus pais tinham que sair para trabalhar, com isso, recaía sobre ela muitas vezes a responsabilidade pelo cuidado com as irmãs, como iremos observar nos trechos a seguir.

(44) Eu sou a filha mais velha, né, então sempre tive isso pesado que eu sou a filha mais velha, então todas as minhas irmã, eu tenho 2 irmãs e eu tenho uma surda também então é... Eu que tive que tomar conta porque minha mãe tinha que sair pra trabalhar e meu pai também, e meu pai trabalhava de vendedor, era... Como é que fala gente... Trabalha na trilha, né, trabalh.. Cada dia tá numa cidade então a gente é.. Ficava mais com a minha mãe quando ela podia e o ensino de antigamente era esse mesmo e acaba

a gente fazendo isso mesmo, o mais melhor dar exemplo pro mais novo então eu sempre tive esse peso na minha cabeça. Então eu sinto mais ou menos um pouco mãe das minhas irmã, então eu cuidava da casa cuidada da... das minhas irmãs...

A seleção lexical “mãe das minhas irmãs”, presente no texto (44), deixa explícita a relação de cuidado que Leila tinha com suas irmãs. Nesse sentido, Teixeira; Saraiva e Carrieri (2015) destacam que, em muitas residências da periferia, as atribuições relativas ao trabalho doméstico e ao cuidado são consideradas muitas vezes atribuições das próprias crianças, em especial das mulheres. Os autores ainda destacam, a partir da análise da história de vida de três empregadas domésticas, que sair de casa ainda criança para o trabalho doméstico em outras residências é algo que ocorre de forma muito recorrente na vida de crianças que vivem nas periferias. Como é apontado no fragmento discursivo (45), essa também foi uma realidade vivida por Leila aos 13 anos.

Além disso, o fragmento discursivo (44) deixa claro que seu pai trabalhava realizando muitas viagens, o que fazia com que Leila e suas irmãs convivessem mais com sua mãe, nos períodos em que ela podia estar presente. Já nesse trecho, é possível perceber a presença do discurso do homem enquanto provedor financeiro da casa, o que lhe gera um *status* de maior poder perante a família, enquanto a mulher é vista como uma figura ligada ao cuidado e às tarefas domésticas. Essas mulheres que realizam trabalhos domésticos são, portanto, gestoras do mundo privado, não disfrutando de reconhecimento social por desempenharem esse papel (TEIXEIRA; SARAIVA E CARRIERI, 2015).

Bernardes (1992) destaca ainda que, na esfera do trabalho doméstico, a opressão de gênero parece incidir com mais intensidade no que diz respeito ao cuidado, destacando que em outras tarefas pode haver uma maior cooperação dos homens, mas é importante destacar o termo “cooperação”, uma vez que a responsabilidade por essa tarefa segue sendo da mulher. Essa questão fica clara ao observar o percurso semântico estruturado no fragmento discursivo (44), a partir do qual é possível notar que não é cogitada a possibilidade de seu pai ser o responsável pelo cuidado das irmãs de Leila. Além dessa questão, é interessante destacar que a liberação da necessidade de exercer essas atividades passa também por limitações materiais ligadas à estrutura de serviços encontrada nas periferias, como a falta de creches e pré-escolas, além de que “avaliação negativa que a maioria das famílias faz deste tipo de serviço dificulta ou mesmo impede que o cuidado das crianças se transforme numa tarefa social coletiva e não permaneça a cargo exclusivo da família, particularmente, das mulheres” (BERNARDES, 1992, p. 28).

(45) Eu sempre gostei de sair. Minhas irmã... aceitava muito a regra, eu num aceitava muito e ainda levava elas comigo escondido. Aí eu falo que hoje em dia não pode fazer mais isso, mas mais ou menos dá pra entender o que que é que acontece nas famílias, né, porque que acontece do filho mais velho leva e muitas vezes acontece alguma coisa de errado. Porque num tem uma escola pras eles ficar, escola integral tem, mas num é pra todo mundo, num tem um curso técnico pra todo mundo. Então o menino fica solto, e a curiosidade, né, a gente tá onde a gente quiser. Então eu sentia isso, a falta de ter um lugar pra ficar, né, a falta de ter um apoio, a gente vira adulto antes da hora, né. Vou falar que com 13 anos eu já trabalhava em casa de família e era horrível que a questão da pedofilia e o assédio.

Como foi observado no trecho (44), Leila atuava muitas vezes no cuidado de suas irmãs, e isso fez com que ela assumisse responsabilidades que hoje ela percebe que eram além do que ela estava preparada. A seleção lexical “a gente vira adulto antes da hora” (45) traz o implícito subentendido de que Leila não viveu plenamente a fase de sua infância/adolescência, no sentido de possuir momentos para brincar e se divertir sem preocupações, muitas vezes um privilégio de famílias com condições financeiras melhores. Sendo assim, tal questão também se refere à condição social de Leila, que aos 13 anos precisou começar a trabalhar como empregada doméstica, período que é explicitamente definido como ruim em sua vida, destacando a pedofilia e o assédio sexual que sofreu ao longo dessa experiência. Essa experiência será melhor detalhada quando tratarmos das primeiras experiências profissionais de Leila.

Essa necessidade de começar a trabalhar cedo e cuidar da casa e de suas irmãs remete também à questão educacional e às possibilidades de Leila alcançar níveis mais altos de educação formal, fato que ficou prejudicado com as atribuições a ela relegadas, sendo essa a base da socialização e da hierarquização na sociedade Brasileira, conforme aponta Barbosa (2003).

(46) “É.. como que eu vou começar... minha mãe nunca teve muita paciência de ensinar a gente muita coisa não, mas ela ficou internada, e minha tia que ajudava lá em casa aí... só que ela ajudava, mas quase que ela não ia lá. Eu ficava com vergonha de chamar ela, né... aí comecei pela roupa... a roupa tava lá de molho já tava melando lá, peguei, comecei a esfregar, coloquei no varal, ficou mais ou menos... Aí falei: ué, tá bom...: tô dando conta. Eu tinha uns 12 anos. Aí, coloquei, meu pai falou: “Leila, mas você já tem 12 anos, dá pra você fazer comida”. Falei “então vamo ver se eu sei, ué. Aí fiz lá o arroz, num sei se eu fiz feijão”.

Um outro momento que representa a forma como Leila já iniciava sua trajetória de trabalho, mesmo antes de trabalhar como empregada doméstica, é representado no fragmento discursivo (46), no qual ela narra um período em que sua mãe precisou ficar internada, não podendo ficar responsável pelo cuidado da casa, como acontecia anteriormente. A seleção lexical “roupa

melando” representa uma sintaxe discursiva, a partir de uma hipérbole, a qual deixa claro que seu pai não iria assumir aquela tarefa, sendo um implícito subentendido a caracterização dessa atividade como uma “obrigação” das mulheres. A seleção do trecho que representa uma fala de seu pai: “Leila, mas você já tem 12 anos, dá pra você fazer comida” (46) corrobora com o discurso do trabalho doméstico como uma atividade feminina, que se apresenta quase como algo natural, que se nasce sabendo.

No fragmento discursivo (44), é ressaltado o fato de que o pai de Leila muitas vezes estava ausente, porém, a partir da sintaxe discursiva apresentada no trecho (46), é possível perceber que, mesmo quando se encontrava em casa, a responsabilidade pelas tarefas domésticas era relegada às filhas, em especial Leila por ser mais velha. Chama atenção mais uma vez a seleção lexical “já tem 12 anos” (46), desconsiderando a fase da infância e apontando que Leila já teria idade suficiente para acumular diversas responsabilidades.

Ainda nesse sentido, ao dizer “eu ficava com vergonha de chamar ela, né” (46), quando se referia a sua tia que, por vezes, auxiliou com tarefas relacionadas ao cuidado da casa durante esse período, representa um implícito pressuposto de que por ser mulher, Leila se sentia na obrigação de saber realizar as tarefas domésticas, ou pelo menos se esforçar para conseguir cumprir essa tarefa.

Nesse primeiro momento, ao retratar como era sua infância e adolescência (46), Leila constrói seu texto alinhado ao discurso hegemônico, retratando que se sentia responsável pelo cuidado da casa. Porém, ao lembrar esses momentos, fica explícito como hoje ela percebe a situação que passou, como algo que não é natural, mas que foi imposto a ela, o que se torna explícito ao observar a seleção lexical “a gente é obrigada” (47).

(47) A gente é obrigada, né... não tem ninguém pra fazer, você vai lá e faz, não tem roupa pra vestir, não tem uniforme pra vestir... você vai lá e faz. Diferente de homem que tem uma mãe, uma irmã, uma tia que vai é fazer. E tem cultural de a gente perceber que pode deixar a roupa da menina sem lavar, mas do homem não vai deixar. A roupa dele vai ser lavada, a comida dele vai ser colocada no prato. Eu lembro que pedaço maior de bife ou o que tivesse era do meu pai. Ele trabalhava fora... eu “Nossa, mãe, eu sou muito maior do que ele, eu sinto tanta fome”... aí tinha que aceitar né, aquilo porque era regra da casa.

No texto (47), destaco o momento em que Leila conta sobre como o maior pedaço de carne durante as refeições era sempre destinado ao seu pai; ao trazer esse questionamento, a expressão “ele trabalhava fora” possui um aspecto interdiscursivo, que remete ao fato de que esse trabalho demandava um grande esforço e, por isso, ele deveria comer mais, mas que desconsidera a condição do trabalho doméstico realizado por ela, sua mãe e suas irmãs, também como um

trabalho de fato, que demanda tanto esforço quanto qualquer outro. Além disso, o fato de trabalhar fora, colocava seu pai em uma posição de provedor da casa, reforçando as relações patriarcais que se apresentavam como uma “regra da casa”.

Tratando da alimentação, Leila relata que possuía uma alimentação precária (48), o que reforça a condição financeira que tinha em sua infância. A figura da fruta, alimento que faltava em sua casa, deixa explícita essa questão. Também chama atenção a relação que Leila faz entre a condição de vida de sua mãe, que teve apenas filhas e de suas tias, que tiveram filhos. Ela aponta que, por suas tias terem filhos homens, foi possível que eles dessem melhores condições de vida para elas. Essa visão remete ao aspecto interdiscursivo do cenário que se apresenta no mercado de trabalho, no qual os homens recebem, em média, mais que as mulheres, além de não sofrerem com inúmeras outras discriminações que Leila sentiu ao longo de sua vida.

(48) A alimentação em casa era muito precária, é tanto que eu falei que quando eu fui na casa da minha colega tinha lanche... fruta... lá em casa não tinha fruta. Minha irmã era doida com banana. Uma vez a mãe comprou uma uma... penca de banana e ela comeu quase tudo. Quase tudo... né... quase tudo sozinho então a dificuldade quando eu também percebo isso que... as irmãs da minha mãe era, tem mais meninos, então a condições de vida no fim da vida delas era os filhos que davam, davam condições melhor, casa melhor, né... é... carro, né, passear com elas de carro minha mãe não... teve 3 mulheres.

Apesar de apresentar essa visão no fragmento discursivo (48), Leila conta que sua mãe passou a receber mais que seu pai durante um período de sua vida, quando conseguiu um emprego como alfaiate, encorajada por Leila, já que, conforme explicitado no fragmento discursivo (49), foi a primeira vez que uma mulher foi admitida nessa função. Com isso, é possível perceber que as reflexões que Leila passava a fazer também eram utilizadas para tentar ajudar e influenciar sua mãe, a partir de um discurso que prega o empoderamento feminino. Esse episódio aconteceu quando Leila já era adulta e tinha uma postura de enfrentamento em relação a sua mãe.

(49) Minha mãe ganhava mais do que meu pai, ela começou a ganhar mais porque aí era alfaiate, né, alfaiate... Era a primeira vez que eles tinha pegado uma mulher, mas era primeira vez que uma mulher tinha coragem de ir lá fazer o teste, era a primeira vez que uma mulher tinha coragem de fazer. “Quem que te indicou?” “Ah, minha filha falou que eu ia dar conta”. Então eu acho que muda sim, você não tem que aceitar tudo que vem pra você, e você tem que ter ambições sim, de mudar ou de mudar o lugar que você tá ou o bairro que você tá ou a igreja que você tá... você tem que ter visão, né que... de mudar condições de vida das mulheres, né. Igual, é... a gente fica imaginando que essas mulheres são violentadas, eu acho que muitas vezes não tem uma pessoa que fala assim pra ela: “muda, sai dessa vida”, que acha que é normal, mulher apanhar, a mulher ser xingada que muitas vezes não é só apanhar, é ser num... é nem xingada é... não conversar com ela.

Retratando agora um episódio que Leila fala mais da relação com seu pai, é possível perceber que ele não participava de uma forma tão ativa de sua vida, e a partir dessa questão é realizada uma reflexão sobre a valorização que é dada muito mais aos homens que às mulheres, destacando também o cuidado como os filhos é tido como uma atividade da mulher. Essa questão é destacada de forma explícita no fragmento discursivo (50), que também aponta uma reflexão interessante empreendida por Leila, ao tratar da ressignificação da cozinha, um lugar que para as mulheres é cotidiano, mas que ao ser ocupado pelos homens passou a ter um caráter mais refinado. Pena (2017) também trata dessa questão, ao debater a ressignificação do espaço da cozinha.

(50) eu cheguei em casa e eu perguntei: “pai, cê lembra aquele dia que a Telma levantou da tábua e... machucou o nariz?” “Não, não lembro.” Então parece que a vida dos filhos é só da mulher mesmo e isso é hoje tá mudando muito, tá mudando muito, vou falar com você que num tá mudando... tem pai aí que cuida do filho, mesma coisa da mulher, tem pai, né. Num era nem pra elogiar, tinha que ser uma coisa natural, mas quando ele faz isso, ele até fala, faço isso tudo, vira até livro, né. O chefe... o cara quando cozinha é chef, né... quando cozinha... faz um livro, é chef de cozinha e a mulher ta fazendo o trivial dela mais ou menos igual é só pra ganhar é... valor econômico, mas é a mesma... o quiabo... faz um quiabo lá estilizado, né, aí diz que é chef de cozin... não... legal, mas minha mãe cozinha melhor, a gente fica olhando as coisas, então parece que o mundo foi pra ser valorizado mais pros homens do que pras mulheres.

A partir da apresentação dos trechos selecionados para esta seção, é possível notar como a relação de Leila com seus pais passa em grande medida por uma discussão de gênero, questão que vai se apresentar em toda a sua narrativa. Em seu estudo com jovens de camadas populares, Bernardes (1992, p. 32) aponta um dado interessante, ao destacar que “as meninas parecem estar mais propensas a resistir às determinações de gênero à medida que questionam com mais clareza vivências e significações suas e dos meninos bem como se permitem atravessar a fronteira do domínio masculino”. Essa questão se mostra importante, pois como foi possível perceber, Leila passou por diversas experiências que permitiram a construção de sua subjetividade a partir da contestação da norma social vigente.

Assim como destaca Collins (2017), Leila, para além de uma situação de grande opressão, por ser mulher, pobre e negra, carrega em si um grande potencial, que lhe permite ter uma visão mais ampla acerca dessas opressões. Nesse sentido, também é importante notar como se dão os seus constantes processos de mediação e resistência que ela narra ao longo de sua vida. Veremos no próximo tópico alguns trechos que tratam da relação entre Leila e seus dois filhos.

### 5.2.1.2 “Eu sou a chefe da família”: Relação e cuidado com os filhos

É possível destacar com relação à infância de Leila, que ela viveu em um contexto que remete à continuidade de modelos familiares tradicionais, nos quais a responsabilidade pelo trabalho doméstico e o cuidado são responsabilidades das mulheres (BRUSCHINI 2007). Porém, esse cenário passa por mudanças, e, conforme Teixeira; Saraiva e Carrieri (2015), 39% das famílias no Brasil são chefiadas por mulheres, fato que se desvincula do modelo tradicional e patriarcal de família. Como veremos, a história de Leila aponta para esse cenário.

(51) Quando eu tive meu André, eu eu... criei ele sozinho, eu fiquei com o pai dele.. 2 anos apesar é... com o André eu não senti tanto porque minha mãe tava viva, e ele é menino, eu não senti tanto preconceito de você ser mãe solteira quanto menina. eu já... minha concunhada virou um dia pra mim e falou assim: “nossa, você é mãe pros coco demais”, você sabe que que é mãe pros coco? Mãe desleixada. Eu falei assim: “eu não sou desleixada não, você já viu minha filha desarrumada, minha casa desarrumada?” Só porque eu... talvez meus horários não é o mesmo de você, né. Num é a mesma vida, mas não quer dizer que eu tô errada. “ahh eu não quis dizer isso não” “ah, você quis dizer sim, mas num é culpa sua não porque sua mãe te criou desse jeito e você não quis mudar, aí você vai continuar desse jeito” Meu filho, ele tem vez que eu acho que ele sente muita falta do pai dele. Tem vez, mas quando ele vê eu batalhando, sabe, as coisa, brigando com ele na escola, que eu falo com ele acaba que a gente tem a mesma coisa que a mãe da gente. “André, você só estuda” eu não, eu fazia mais coisa, mas minha mãe achava que eu não trabalhava porque serviço de casa é normal, num é? num é serviço.

Atualmente Leila tem dois filhos, André e Marina. Ela nunca foi casada oficialmente e hoje mora com seu companheiro, pai de sua segunda filha. Ao narrar sobre o momento em que teve seu primeiro filho, Leila ressalta que o criou sem a ajuda do pai biológico da criança, contando com o apoio de sua mãe (51). Ela ainda destaca que sentiu menos pressão por ser mãe de um menino, acreditando que seria diferente se tivesse uma menina. E essa questão segue presente quando em outro momento ela destaca que ele é “mais protegido pelo mundo”, pelo fato de ser homem e ter todos os privilégios que giram em torno dessa questão, questões explicitadas no texto (51).

Outra questão que chama atenção no fragmento discursivo (51) é a seleção lexical “mãe pelos coco”, que significa ser uma mãe desleixada, que não dá a devida atenção aos filhos, como a própria Leila nos explicou. Essa expressão chama atenção devido ao fato de mais uma vez Leila sofrer pressão por se adequar ao padrão hegemônico que se acredita para uma mãe. Ela busca demonstrar, a partir da figura de sua casa e sua filha, que estão sempre “arrumadas”, que essa alegação não é verdadeira. A partir dessa questão, podemos perceber mais uma vez o implícito pressuposto da obrigação da mulher com o cuidado.

Leila também destaca ao longo de sua narrativa o fato de ser responsável pelo serviço doméstico, buscando desconstruir o aspecto ideológico da desvalorização desse tipo de trabalho em detrimento de um “trabalho formal”, além dessa ser uma atividade que é muitas vezes considerada essencialmente feminina. No fragmento discursivo (51), essa questão fica explícita a partir da seleção lexical “minha mãe achava que eu não trabalhava porque serviço de casa é normal, num é? num é serviço”. Nesse ponto, também é importante destacar que Leila vê a importância de seus filhos se dedicarem apenas aos estudos, oportunidade que ela não teve.

(52) A minha rotina num é muito diferente das outra mãe, das mãe que acha que tem que ser aquela mãe porque, me chamar de mãe pros coco, isso aí é normal na minha família então, ninguém deixa os filho dele comigo quando começa a descobri que eu sou do sindicato, que eu participo de greve, que eu se precisar mando a merda mesmo...

Leila enfatiza que sua rotina não é diferente de outras mães, ainda buscando desconstruir a ideia de que ela seja uma “mãe pelos cocos” ou uma mãe desleixada, apenas pelo fato de que sua atividade profissional envolve a atuação no sindicato. Sendo assim, no texto (52), ela combate o aspecto ideológico da mulher recatada, que é responsável apenas pelo cuidado da casa e dos filhos.

(53) “oh, Bruno, o Antônio, ele vê você, o meu filho que não é seu filho, como a figura paterna dele” “Mesmo se você não sabe muito matemática, finge que você tá sabendo, olha o caderno dele quando ele te mostrar, depois você passa pra mim, mas deixa ele mostrar pra você”. Que felizmente ou infelizmente a figura paterna pressupõe que é mais importante, mais que eu sou a chefe da família e eu gosto de demonstrar isso.

Ainda tratando da relação de Leila com André, ela aponta sua preocupação para que Bruno, seu atual companheiro e pai de Marina, também atue na educação de André. No texto (53), Leila aponta que se pressupõe que a figura paterna é mais importante, remetendo à estrutura patriarcal que ela observa na sociedade. Ainda nesse trecho, ela complementa que percebe essa questão, mas que gosta de se posicionar como a “chefe” da família.

(54) Eu falo assim: “ó, num sou empregada sua não, Antônio. Não vou arrumar seu quarto. Seu quarto tá fedendo, você tá na puberdade, tem que limpar toda semana, trocar lençol, de preferência até o cobertor lavar, mas tem que colocar lá pra mim lavar na máquina” porque se não vai ficar lá... E eu sou chata eu... Eu li até uma coisa que as mãe que são, que pensa no mundo, que ler mais, os dentes das criança conservam mais eu percebi porque, porque eu vou lá e olho pra ver se escovou. Vou lá e vejo se o pé num tá cheio de caraça, porque minha mãe fazia isso e num é porque minha mãe tinha estudo não, é porque ela preocupava com o que acontecia no mundo.

Ao analisar o fragmento discursivo (54), destaco a seleção lexical “não sou sua empregada não”, que remete à ideia de que a mulher é responsável pelo cuidado da casa. Porém, ainda nesse trecho, é importante perceber como o exemplo de sua mãe, com o cuidado dos filhos é marcante para Leila, que segue esse exemplo. Dessa forma, ser a “chefe” da família no caso de Leila não representa um rompimento total com a questão dos papéis sociais representados por homens e mulheres nas famílias, uma vez que a responsabilidade pelo cuidado segue sendo da mulher. Há, nesse sentido, uma maior autonomia principalmente financeira, que lhe permite ter uma maior liberdade, mas há também um maior acúmulo no que diz respeito ao trabalho.

(55) Marina acho que ela vai, ela vai ser igual a mãe dela, machinha, vai gostar de brincadeira de homem porque ela já gosta, apesar que gosta de balé, gosta de música, me pediu pra colocar no balé, vou colocar em tudo, mas gosta da bola, gosta de porrada no irmão dela, falo assim, gente, eu nem posso brigar muito porque parece demais né, parece demais com a gente os filhos.

O fragmento discursivo (55) aponta a relação da entrevistada com a filha mais nova, de 4 anos. A temática dos filhos e da vida de mãe e do feminismo como guia da criação dos filhos são os assuntos com os quais Leila se mostrava mais confortável ao relatar. O trecho (55) traz a caracterização “machinha” que se apresenta como um aspecto interdiscursivo a partir do momento que ela se distancia do seu comportamento e do comportamento da filha de atitudes comuns às mulheres e assemelha seus gostos aos gostos masculinos. Mesmo se assumindo como contrária aos padrões de gêneros existentes na sociedade, Leila reproduz alguns aspectos de seletividade de gênero e julga o comportamento da filha como anormal como mostrado pela seleção lexical “eu nem posso brigar muito”. Esse trecho, apesar de trazer uma forte temática de gênero, estereótipos e padrões de comportamento, também traz o discurso da herança da personalidade e do orgulho de se enxergar como uma mãe que influencia os filhos.

Destaquei nesse tópico apenas alguns trechos sobre a relação entre Leila e seus filhos, contudo, essa não é uma relação que se restringe aos momentos em que ela está em casa ou a um tópico específico de sua vida, ela vai permear todas as esferas de suas relações, inclusive de trabalho. Também acredito ser importante destacar o rompimento que Leila tenta promover com muitas questões que foram impostas a ela em sua infância, em especial a relação patriarcal que configurava a relação entre seus pais. A possibilidade desse rompimento veio a partir de diversas experiências que veremos nos tópicos que seguem. Na próxima seção, alguns elementos que marcaram a trajetória de trabalho de Leila serão destacados.

## 5.2.2 Trajetória de trabalho

Ao falarmos da trajetória de trabalho de Leila, o serviço doméstico é um elemento que emerge com grande força, sendo uma atividade que sempre esteve presente em sua vida, mesmo quando tratamos da relação com seus pais, quando ela tinha que cuidar de suas irmãs, ou mesmo quando já atuava como dirigente sindical e no cuidado com os filhos. Desse modo, esse tópico irá tratar em um primeiro momento dessa questão, também passando pela trajetória dos empregos formais.

### 5.2.1.3 “Serviço de casa não é trabalho”

Quando tratamos das mulheres e sua relação no mercado de trabalho, em especial mulheres negras, mas também brancas, é possível observar um predomínio de atividades precárias, além da permanência da responsabilidade pelas tarefas domésticas e cuidado com os filhos serem consideradas atividades femininas (BRUSCHINI, 2007). Chamam atenção, nos relatos de Leila, os momentos nos quais ela vai tratar de sua rotina, da relação entre o trabalho e sua família, destacando que ela é responsável em grande medida pelo cuidado com seus filhos e das tarefas domésticas, mesmo rompendo com algumas questões, como vimos no tópico anterior.

(56) Adoecemos os nossos filhos, porque a gente começa a ter uma rotina doentia, né, sem amor, de rotina. “Ah, eu faço aquilo porque eu tenho que fazer”, se eu não quiser arrumar uma cozinha eu não arrumo, se eu não quiser lavar uma roupa, eu não lavo, não lavo. Ontem eu fiz um arroz e um bife e não fiz mais nada. Era meu dia de descanso, fiz mais nada de rotina de casa não... Fiz não, dei uma volta com a Maria, fiquei lá no, no portão com ela. O Antônio brincou com ela também, assim... Saí da rotina até deitar na cama e dormir, mas não vou fazer aquela rotina, sair da rotina um pouquinho porque não é fácil o dia a dia, o dia a dia de qualquer um, mas da mulher é muito mais complicado.

(57) Então é isso que eu fico assim, nossa, podia dar mais valor às coisas simples do dia a dia e num dá. Quando dá é porque eu xinguei, igual eu falo, nó, tem dia, quinta feira passada, cheguei 7 hora, ele tava fazendo janta, mas faz com hora porque eu fui passar na casa do meu pai, “ah, assim não precisa fazer não.” Ai, ai.. Se fazer aí no final de semana acha que tem que sair porque trabalhou demais e teve que fazer té janta que... Parecendo que o, o meu serviço não é pesado também, parecendo que o serviço de casa num é pesado também, parecendo que cuidar dos filhos num é serviço também, num é trabalho também, tendeu?

O fragmento discursivo (56) remete a uma desses momentos, porém, há mais uma vez em seu discurso o combate à ideia do serviço doméstico apenas como uma obrigação da mulher e não como uma forma de trabalho. Desse modo, quando ela vai tratar da “rotina doentia” que se insere e que afeta o convívio com os filhos, ela vai tratar também do cuidado com a casa. A

seleção lexical “não é fácil o dia a dia de qualquer um, mas da mulher é muito mais complicado” deixa ainda mais explícita a condição de gênero presente nessa relação. O texto (57) reforça ainda mais a ideia e o discurso de Leila ao questionar sobre o serviço de casa e o cuidado com os filhos, que muitas vezes não são vistos como trabalho, dentro de uma visão hegemônica, na qual essa atividade não é valorizada e a mulher cobrada por desempenhá-la e acumular diversas outras funções, sem uma divisão de tarefas, como se fosse algo natural.

(58) Diferente de homem que tem uma mãe, uma irmã, uma tia que vai é fazer. E tem cultural de a gente perceber que pode deixar a roupa da menina sem lavar, mas do homem não vai deixar. A roupa dele vai ser lavada, a comida dele vai ser colocada no prato. Eu lembro que pedaço maior de bife ou o que tivesse era do meu pai.

Essa questão do trabalho doméstico e da obrigação pelos cuidados com a casa e dos filhos é algo que se apresenta na vida de Leila desde sua infância, como vimos. Ao narrar sua história, ela demonstra ter a consciência da situação em que se insere. No fragmento discursivo (58), mais uma vez o episódio em que seu pai recebia o pedaço maior do bife é lembrado. Leila também trata de forma explícita sua percepção das relações de gênero que se apresentam, como algo cultural.

#### 5.2.2.1 Primeiros empregos

Tratando da trajetória de trabalho formal de Leila, ela aponta no texto (59) que começou a “trabalhar fora” aos 18 anos, porém, destaca que antes trabalhou em “casa de família”. No fragmento discursivo (45), ela relatou essa questão, apontando que começou seu trabalho como empregada doméstica aos 13 anos. Essa primeira experiência foi traumática para Leila, questão reforçada pela seleção lexical “era um pesadelo”, que se referia aos episódios de assédio que sofria.

Carneiro (2011) destaca que, no mercado de trabalho, as mulheres negras se concentram em atividades manuais, sendo o trabalho doméstico o lugar historicamente destinado às mulheres negras. Teixeira; Saraiva e Carrieri (2015, p. 163) também tratam dessa questão, apontando que a origem da profissão doméstica no Brasil tem relação com a abolição da escravidão, época em que se tornou a “principal fonte de emprego para as então ex-escravas”. O caráter de precariedade desse tipo de trabalho remonta a esse período, principalmente em relação ao tipo de emprego no qual se recebe benefícios, e não dinheiro.

(59) Quando eu fiz 18 anos, eu comecei a trabalhar fora, só que antes eu não falei da... que eu trabalhei em casa de família. Acho que da outra vez eu falei um pouquinho que nesse meio de tempo a gente não tinha condições, né, de... aí uma amiga dela, amiga dela não, amiga do bairro que tinha uma condições melhorzinha falou assim que queria que eu ficasse lá durante a semana, cuidava dos menino, da casa e me dava um dinheiro, não falou nem quanto que era não, nem lembro quando que é. Nem lembro pq... mas era bom que esse dinheiro dava pra mim pagar pra colocar o rolinho no cabelo, alguma coisa assim ou comprar uma roupinha. Uma coisa assim, mas era um pesadelo trabalhar na casa dessa dona. Era um pesadelo. Nessa, por causa do assédio, né, porque como eu falei o assédio sexual, tinha o marido dela.

(60) De dia ele não me atentava não, de dia eu fazia minhas coisas, o menino deles atentava... eu arrumava a casa, eles jogava as coisa no chão pra me atentar, mas eu percebi também que era falta de carinho, aos poucos a gente vai percebendo... fiquei lá, falava pra minha mãe: “Oh mãe, o moço não deixa eu dormir. ele fica me rodeando” Tinha só, era na sala... eles colocaram uma caminha e colocou um lençol. Eu via ele passando assim, toda hora, eu via ele passando, eu via ele passando... Aí teve um dia que ele cismou de me dar um colar. Eu não chegava perto dele de jeito nenhum, morria de medo dele. Mas ele cismou, “não... vou colocar ué, você tá com medo de mim?” Falou assim: “você não quer trabalhar aqui não? então eu vou falar com sua mãe que você não vai trabalhar aqui mais não” e eu falei: “Ai meu Deus, a mãe vai falar de novo que é culpa minha, que eu não guento ninguém chegando perto de mim, que sou arisca demais” Aí deixei... deixei ele colocar o colar. Quando ele foi colocar o colar, o colar caiu, ele enfiou a mão, mas eu virei um bicho... Meti a mão na cara dele e saí correndo e cheguei em casa... juntei minhas coisas, cheguei em casa, “Não vou voltar mais mãe. A senhora pode me dar um coró, pode deixar eu passar fome, mas eu não volto mais” Então você vai passar. Você sabe a dificuldade que a gente tem, você sabe as dificuldade... e eu via que era muito difícil e isso foi... aí eu fui trabalhar numa outra casa.

O texto (60) retrata com mais detalhes desse episódio, destaco a seleção lexical “ai meu Deus, a mãe vai falar de novo que é culpa minha”, apontada por Leila ao relatar o momento em que seu antigo patrão a assediava, fato que marcou o elemento da hipersexualização da mulher negra. Tal questão remete ao implícito subentendido da condição social de Leila, que muitas vezes era levada a se submeter a determinadas situações em função de buscar condições para sua subsistência. Além disso, é possível perceber, a partir de elementos destacados ao longo do tópico no qual tratou da relação com seus pais, que Leila sentia uma grande responsabilidade por ser a irmã mais velha e também era muito cobrada por essa condição.

(61) Nessa outra casa, eu fiquei mais tempo porque a dona era só folgada, era só folgada, mas os filhos dela era muito legal, o marido também era muito legal. Ela... o taco dela tava... ela deixou assim, sujar pra caramba e como eu era bobinha me deu uma faca e falou que tinha que tirar a cera de taco por taco. Tirei cera de uns 3 quartos, 3 quartos mais ou menos, aí depois daquilo eu comecei a a... a... fazer o serviço do meu jeito, né, cuidar dos menino do meu jeito, até que eu encaixei beleza só que a roupa do... aí eu lavava a roupa do moço e eu era... acho que ele trabalha na Mannesmann ou lugar que tem muito minério, tinha que lavar na mão. E ela tinha máquina de lavar, mas ela falava que essa roupa tem que lavar na mão. Tinha vez que eu não dava conta do serviço todo e era ainda ia lá em cima aí um dia eu tentei colocar na máquina, coloquei... taquei a roupa na máquina, coloquei a roupa na máquina da primeira, da segunda deu certo. Da terceira a máquina parou, garrou, num funcionou mais e eu tirei aquela roupa, lavei tudo, tirei a roupa da máquina, não contei pra ela,

aí um dia ela cismou... aí um dia eu continuei lavando a roupa na mão escondido, mas ela percebeu que eu não tava fazendo muito bom, aí ela falou: “que... que aconteceu Leila? você colocou a roupa muito suja na máquina, né?” Acho que as máquina de antigamente não conseguia não porque eu joga na minha máquina até tapete e ela bate, mas as de antigamente acho que não batia tanto não, “ahh coloquei porque eu tava muito atrasada e subir aqui, colocar a roupa de molho, depois descer, fazer as coisas tá difícil pra mim” E ainda tem que passar a roupa toda, aí ela falou, “agora piorou né? Você vai ter que lavar na mão, piorou... vai ter que lavar na mão” Aí beleza, mas aí ela resolveu me mandar embora e não me pagar nada pra pagar o conserto da máquina.

Ao deixar o primeiro emprego destacado nos trechos (59) e (60), Leila começou a trabalhar em outra casa, na qual ela era explorada pela quantidade de serviço que a ela era imposta. Nesse emprego, Leila relata que em um dia ela tinha que lavar as roupas de seu patrão, que trabalhava em uma empresa e suas roupas chegavam carregadas de muito minério, mas como ela tinha muitas coisas para fazer, resolveu colocar essas roupas na máquina de lavar. Essa estratégia funcionou durante três lavagens, quando, na terceira, a máquina parou de funcionar. Ao ser mandada embora, Leila não recebeu seu salário, que foi descontado para o conserto da máquina (61).

Segundo Teixeira; Carrieri e Saraiva (2015), uma das características do emprego doméstico é o fato de muitas vezes ser remunerado de outras formas que não em dinheiro, como a oferta de um lugar para morar, destacando que tal questão remete à escravidão. Acredito que o caso narrado por Leila no fragmento discursivo (61) represente um exemplo dessa relação que ocorre quando tratamos do trabalho doméstico.

#### 5.2.2.2 “Serviço de mulher”?

Após deixar essa segunda experiência com o emprego doméstico, Leila trabalhou em uma fábrica de papel, no qual recebia um salário mínimo e também aponta dificuldades enfrentadas em relação à alimentação. Essa experiência foi relatada no fragmento discursivo (61), que se segue:

(61) Num... primeiro emprego que eu tive sem ser de serviço doméstico, foi numa fábrica de papel. Eu trabalhei lá... Um ano... Num foi dois anos. Foi um ano e oito mês mais ou menos que eu trabalhei lá. Era uma fábrica que fazia sacos de papel, né, pra... Pra alimentos e eu trabalhava na esteira. No começo eu trabalhava é... Juntando os fardos, né, aí tipo uma promoçãozinha quando você virava os sacos de papel na esteira. Como sou alta, né, eles me aproveitaram bastante amarrando os fardos, né. Depois eu falei: “ah não ué, só fico fazendo um serviço, então vamo revezar.” Aí de manhã eu ficava marrando os sacos, de tarde era um menino amarrava os sacos, a gente trocava, mas aí fiquei lá um ano e 4 meses. A condições lá difícil era

alimentação. Que... Tinha eu muita dificuldade de levar marmita. Marmita antigamente era de alumínio e... Me dava muito problema de estômago aí eu que eu fazia. Eu ficava no lanche e jantava. Aí eu não levava marmita mais, fiquei um tempão sem levar marmita porque, pra não passar mal, porque se não eu passava mal, tinha que ir embora. Ah... Aí lá também não tinha café da manhã, você tinha que levar o seu café da manhã e o salário era... Era mínimo o salário mínimo.

Destaco no fragmento discursivo (61) o percurso semântico estruturado por Leila, que diz respeito à precariedade no trabalho, explicitado pela figura do salário, que era mínimo e também pela figura da alimentação precária. Tais questões remetem ao aspecto interdiscursivo da necessidade que ela tinha em aceitar essas condições, mesmo que prejudicassem a sua saúde, devido ao fato de que precisava contribuir financeiramente com a manutenção de sua casa.

(63) Aí depois disso, esse serviço na Nansen antigamente assim, pra cê entrar numa metalurgia, você tinha que ter alguém dentro lá, né. Ter... hoje eu acho que era assim, mas é... Antigamente era mais forte, passava de pai pra filho ou de amigo. Aí tinha um encarregado que era amigo da minha mãe desde quando nós era pequena. E ele me prometeu que quando eu ficasse de maior, se tivesse vaga, ele ia me dar essa vaga. Aí eu entrei lá na Nansen que é um fábrica de medidor de energia, mas fala relógio de luz, né. Aí entrei lá e eu entrei na usinagem, usinagem leve. Era muito engraçado que eu entrei, aí eu tinha uma unhas muita linda né, ai bem arrumada, né. e as peça era desse tamanhinho, aí a peça garrava dentro dos meus dedos, assim ó. Aí eu tinha que lá mesmo cortar minha unha. Fui lá no ambulatório cortar minha unha porque era perigoso da alguma... Eu mesmo senti que ia dar um acidente, fiquei uma tristeza de cortar minhas unha e outra coisa também eu sou canhota. A furadeira, as máquina tudo de... De destro, Jesus eu sofri tanto, eu chegava em casa parecia que meu cérebro tava dando circuito, curto circuito porque eu tinha que desenvolver o meu lado direito. E tinha que aprender, eu ficava com tanto... tão cansada que eu não conseguia jantar de tão cansada. Foi assim uns seis meses até eu adaptar com a furadeira, com a separação das peças que era do lado direito também... tudo do lado direito, e eles não perguntaram na entrevista. Eles não perguntaram isso pra mim não, se eu era canhota, se eu era... Eles me escolheram mais por causa que eu sou alta, e a máquinas eram altas... mas por causa disso não me perguntou nada. Tinha uma dificuldade muito grande que não tinha cadeira. Não tinha cadeira. Uns banco de ferro, aí eu comecei a levar uma almofada que eu sou muita magra, nossa, minha bunda doía demais.

Passado algum tempo, Leila conseguiu iniciar seu trabalho como metalúrgica. Ela destaca que, para conseguir um emprego no ramo metalúrgico, era necessário algum tipo de indicação, que ela conseguiu com um amigo de sua mãe. Ela trabalhou com “usinagem leve”, fabricando medidores de energia elétrica como destaca no texto (63). Ainda nesse fragmento discursivo, a figura de suas unhas arrumadas, que tiveram que ser cortadas, remete ao discurso do trabalho industrial como um serviço “masculino”, no qual não é possível para as mulheres manter certos padrões estéticos, ligados ao discurso hegemônico de feminilidade.

Também chama atenção no texto (63) a construção do percurso semântico relacionado à seleção para o trabalho a partir de características físicas, nesse sentido destaco a seleção lexical “me escolheram mais por causa que eu sou alta”. Além disso, também se faz presente no discurso de Leila o tema do sofrimento e adoecimento no trabalho, que remete às condições de trabalho nas indústrias. Essa precariedade também remete ao aspecto interdiscursivo da necessidade que Leila tinha de trabalhar, tendo que se submeter às condições que lhes eram impostas, mesmo que isso significasse que as máquinas não estavam preparadas para ela, que era canhota.

(64) “Que mistura muito com a questão de mulher questão, de gênero (...) Tinha poucas lá na fábrica que era uma fábrica de... Eletroeletrônica, fazia medidor de energia, a gente fala o relógio de luz, né, então é um serviço limpo, vamo falar assim, num é... um serviço delicado... Então eles escolhiam até o tamanho da pessoa, pra falar a pessoa, eu nem entrei na montagem, eu entrei na usinagem que eu acho que eles achavam que eu ia dar conta mais do serviço que eu sou mais alta, sou essas coisa tudo, tendeu? É era mulher.”

Leila aborda os estereótipos e características requisitadas para que ela iniciasse a sua trajetória como metalúrgica. O fragmento discursivo (64) aborda a temática do gênero no trabalho e o percurso deste como determinante das atividades desempenhadas. A partir da caracterização “trabalho limpo”, observa-se a presença de um aspecto interdiscursivo que segrega as atividades delegadas às mulheres e aos homens. Nesse aspecto, a noção de “trabalho sujo” como algo que se associa ao masculino está subentendida e auxilia na compreensão do ambiente de trabalho como reprodutor dos padrões de gênero. Ainda nesse trecho, Leila distancia a suas características físicas - alta - das características das demais mulheres que, assim como ela, eram metalúrgicas. O fato de se apresentar como mais alta faz com que Leila reflita sobre o fato de as mulheres ocuparem “serviços limpos”, mas retrata e ressignifica essa reflexão quando relata ser uma mulher que exerceu uma ocupação masculina, na usinagem.

Marcondes et al. (2003) também aponta a questão da divisão entre “serviço de mulher” e “serviço de homem” que se estrutura no trabalho industrial, relacionando a mulher a um discurso de delicadeza e passividade, enquanto o homem, à ideia de força física e resistência. Esse fato também leva à consideração de que esse “serviço de mulher” seria mais “leve”. Rizek e Leite (1998) apontam ainda que uma das características mais valorizadas em relação às mulheres que trabalham nas indústrias é a docilidade e a delicadeza. Leila, por sua vez, buscava romper com essa ideia, uma vez que se envolveu no movimento sindical e militou com relação à questão das lesões que a acometeram e também a muitas colegas de trabalho.

(65) “Eu passei por isso e o que me prejudicou muito pra mim melhorar na empresa pra crescer foi o assédio sexual. Meu patrão cismou que eu tinha que sair com ele, aí eu não saí com ele, ele parou de me dar o aumento porque antigamente quem dava o aumento era o encarregado, era o encarregado.. “Ah, esse mês ou esse bimestre, eu vou ganhar tanto por cento”, diferente do que era negociado com o sindicato. Então comecei a perceber que depois disso eu não ganhei nem um aumento mais e ele sempre falava que eu tava na lista de mandar embora e ainda usava uma pejorativa que era a lista negra, a lista negra. Então aquilo ficava na minha cabeça, e eu tava num momento que o meu pai tava desempregado, minha mãe desempregada, minha mãe fazendo uns bicos de lavar roupa, faxina e foi uma época muito difícil, que era anos 90.”

(66) “Quanto mais pressão, mais eu rendo, quanto mais pressão, tá muito cheio aí que eu arranjo idéias mirabolantes pra dar conta daquilo e eu gosto de ficar muito assim é... Eu desenvolvi um jeito, que eu escuto a televisão, mexo no celular, é até ruim, né, atendo a menina, ela já veio aqui várias vezes, atendo a menina, faço comida, faço várias coisas porque eu quero ocupar minha mente, tendeu? Desenvolvi isso, por causa disso mesmo, o sofrimento...”

Ainda no campo do trabalho, Leila relata episódios de assédio sexual. No fragmento discursivo (65), diante do tema do assédio no trabalho ao qual Leila foi submetida, a seleção lexical “lista negra” indica o percurso da represália diante da resistência ao assédio sexual. Além disso, o trecho ainda traz o aspecto ideológico da responsabilidade na manutenção do trabalho diante de uma situação financeira domiciliar desfavorável - pai desempregado e mãe fazendo uns bicos. As condições sociais de produção do discurso influenciam na análise desse fragmento uma vez que hoje Leila se posiciona como militante do respeito às mulheres trabalhadores industriais. Na sua qualidade de dirigente sindical, Leila foi responsável por levar a temática do assédio para a empresa onde trabalhou e, por isso, profere um discurso de superação e reflexão sobre o tema.

Um dos principais temas abordados por Leila foi o processo de adoecimento no trabalho - doenças ocupacionais -, o processo de recuperação e as marcas que o sofrimento no trabalho deixou nela. No fragmento discursivo (66), o tema do sofrimento no trabalho causado pela pressão e o percurso da reação a essa pressão podem ser percebidos pela seleção lexical “Quanto mais pressão, mais eu rendo”. No trecho, nota-se um aspecto interdiscursivo no momento em que ela relata suas habilidades. É implícita uma condição de distanciamento das outras pessoas que não conseguem “dar conta”. O discurso das múltiplas habilidades femininas - cuidar casa, dos filhos, distrair-se - também é marcante desse trecho. Esse trecho faz parte de um dos últimos encontros com a Leila, encontro esse que contou com a presença da sua filha de 4 anos, logo, também traz a necessidade da entrevistada se afirmar a sua capacidade de relatar sua vida e atender às demandas da filha.

(67)“Eu trabalhava na usinagem, mas tinha a esteira, a esteira e era assim, se entrasse uma pessoa que desse conta de aumentar, a esteira aumentava, a esteira e aquele que não desse conta tinha que dar um jeito, e isso acabou lesionando muita gente até aquele que correu muito pra falar a verdade, acho que esses são os primeiros que a esteira, não tem um.. (...) Tinha uma menina lá que ela tava trabalhando, como que chama aqueles negócio no pescoço? Uma tala no pescoço, trabalhando com a tala no pescoço (...) Ela falava com um, chamava o inspetor, “não, dá pra aumentar um pouquinho” (...) A menina aumentou a velocidade da máquina quase ranquei meu dedo (...) Fiquei escondida com esse dedo escondido, arrumei um curativo que era uma luva, luva que a gente nunca usava, mas aí comecei a usar por causa do dedo até que sarou.”

O adoecimento no trabalho, além de marcar a trajetória da Leila devido ao seu afastamento das atividades exercidas, acabou sendo também um dos temas mais relatados nas suas entrevistas. O fragmento discursivo (67) traz o percurso da competição no trabalho e a necessidade de “mostrar serviço” como sendo um dos principais determinantes para os adoecimentos. A seleção lexical “e aquele que não desse conta tinha que dar um jeito” sugere um aspecto interdiscursivo de possibilidade de demissão ou retaliação caso a nova velocidade da esteira não fosse compatível com o ritmo de trabalho.

Além disso, Leila se distancia dos “competidores” no momento em que diz “acho que esses são os primeiros que a esteira...”. Ao usar o vocábulo “esses”, há uma tentativa de evitar qualquer comparação dela com alguns trabalhadores que queriam “mostrar serviço”. Nesse mesmo trecho, Leila reflete sobre o episódio em que ela escondeu uma lesão que sofreu e ressignifica essa situação segundo a pouca ou inexistência de regras de segurança do trabalho na empresa em que trabalhou.

(68) E tinha esse aumento, então mais de 100 mulheres, mais mulher, tinha homens também, mas mais era mulheres que lesionou porque na Nansen tem mais mulher, é uma característica do serviço minucioso, serviço delicado, serviço repetitivo, tem mais mulheres, aí ele chamou pra uma reunião e nessa reunião ele falou, né, tinha também uma associação dos portadores de L.E.R e nessa reunião reforçou essa associação é... Chamou também um pessoal que era da associação, a gente achava que era só nós que tava naquela situação, mas se você imaginar, você pensa que é culpa sua. Foi eu que cacei ficar doente e minha mãe ainda reforçava uma marmanjona dessa num dá conta de reagir. Ainda teve uma piora, nós ficamos 8 meses sem receber, porque o INSS perdeu um um documento nosso porque antes era tudo papel, agora tudo automatizado, mas antes era papel.

Ao retratar suas experiências de trabalho, Leila não deixa de alinhá-las à questão de gênero. O fragmento discursivo (68) trata do tema do trabalho, também retratando a figura do serviço de eletroeletrônica, como um “serviço limpo” e mais delicado, remetendo ao interdiscurso de que esse seria um trabalho mais indicado às mulheres, a seleção lexical “trabalho limpo” (68) explicita essa questão. Leila, porém, era mais alta, e essa característica física fez com que fosse alocada no setor de usinagem. Essa questão retratada por Leila, sobre as lesões sofridas por

mulheres na fábrica, desconstrói, assim como aponta Marcondes et al (2003), a ideia de que o serviço feminino é “leve”, uma vez que, olhando sobre o ponto de vista da ergonomia, esse serviço se torna ainda mais “pesado”, no sentido em que não se trata do montante do peso levantado, mas, sim da postura e repetição.

Soma-se à essa questão do adoecimento no trabalho, conforme apontam Rocha-Coutinho (1994) e Vogel (1999), a necessidade de muitas mulheres realizarem essas tarefas repetitivas ao longo do dia para execução do trabalho assalariado na indústria e ainda terem que exercer o trabalho doméstico. Esse acúmulo também contribui para o cenário apresentado por Leila no fragmento discursivo (68).

(69) Aí começou a... Eles querer trocar as mulheres pelos homens que os homens davam conta mais do serviço mais pesado, né... Apesar que eu tinha feita, feito um ano e 8 meses de serviço pesado, mas eles cismaram que tinha que trocar mais pra tocar todo mundo. Eu fui uma das últimas. Aí eu lembro que eles queriam que eu cumprisse aviso. Aí eu deixava a máquina embolar e eles me aguentaram só uma semana e deixaram eu cumprir o aviso em casa. Ah, pelo amor de Deus. Já me mandou embora, tem que cumprir aviso ainda? E aí deixaram eu cumprir aviso em casa, descontou o aviso não, mas deixou eu em casa.”

O tema da demissão aparece nos relatos de Leila com um recorte de gênero. O fragmento discursivo (69) expressa sua reação à demissão a partir de uma situação de substituição das mulheres por homens na empresa em que Leila trabalhava. Esse percurso da revolta diante da demissão aparece na seleção lexical “Ah, pelo amor de Deus. Já me mandou embora, tem que cumprir aviso ainda?”. Essa seleção expressa uma sintaxe discursiva por meio do uso da ironia diante do processo de demissão. Esse processo ainda é mais revoltante para Leila pelo caráter de gênero assumido, que provoca nela uma situação de reflexão e refração dos fatos. Ela reflete que trabalhou durante muito tempo na empresa fazendo o serviço considerado como pesado - aspecto interdiscursivo - porém, ao justificar a demissão segundo gênero e seus padrões de atividades - atividades limpas e atividades sujas -, ela ressignifica sua demissão como sendo contraditória, uma vez que, mesmo sendo mulher, ela desempenha “serviço pesado”.

### 5.2.3 Raça

Ao conversar com Leila ao telefone, antes de conhecê-la, ela me falou sobre sua autodeclaração enquanto negra, fator fundamental para a participação nessa pesquisa, em função dos objetivos definidos. Ao longo das narrativas, um elemento que me chamou atenção, foi a forma como se

percebia enquanto negra, destacando que sua pele era mais clara, mas outros elementos a faziam se ver como negra, tais como a raça/cor de seu pai e o seu cabelo.

Ao tratar da temática das relações raciais no Brasil, um tema recorrente é o alto índice de miscigenação da população brasileira. Com isso, a autodeclaração também se coloca como uma questão, levantando muitas vezes a pergunta sobre quem seria negro ou não, no Brasil. Assim como aponta o estudo empreendido por Sansone (1996), acredito que existem vários fatores contingenciais que atuam sobre a percepção das relações raciais no Brasil (Quadro 1), e perceber como Leila vivencia algumas dessas questões será o objetivo desse tópico.

### 5.2.3.1 “Pardo? Que cor é essa?” Entendendo-se negra

Como vimos em tópicos anteriores que trataram da história de vida de Leila, questões de gênero são muito claras em sua vida, com casos de assédio e discriminação. A questão racial, porém, é algo que ela diz ser mais recente em sua vida, e essa percepção passou a acontecer em especial após um processo de conscientização. A construção da identidade negra não é um processo simples, conforme afirma Souza (1990), ser negro no Brasil é tornar-se negro. Gomes (2011) também desenvolve esse debate, ao destacar que estamos em uma zona de tensão, apontando que dela emerge um padrão de beleza corporal real e outro ideal. Considera-se o padrão ideal branco, mas o real é negro e mestiço.

(70) A questão racial, igual eu falei, tem menos tempo, tem mais ou menos uns 5 anos que eu milito nessa área. Por causa disso mesmo, da conscientização dos próprio metalúrgicos, e depois da família, falei mais de não saber ter essa consciência, ué, nós somos negros, nós somos negras, não existe é... pardo e marronzinho, beginho, é negro ou branco porque que que tem que ter essa consciência. Se você não tiver essa consciência, você não enxerga o racismo, então é... É um jeito de você lutar pela sua raça e pela diferença que foi lá atrás, né, a diferença que teve por causa da escravidão que até hoje a gente sente na pele, a gente e muitas vezes a mulher negra, ela sente muito mais.

(71) Tô fazendo um curso sobre a questão racial, estudando a história da África que eu acho que é uma coisa que a escola não é, que já saiu uma PEC que não vai ser obrigatório mais contar a história da África, e isso a gente percebe que as pessoas não consegue ver o racismo estrutural que existe, tendeu? Eu nunca senti na pele a questão racial, mas eu num sou branca né, eu num sou branca, então estruturalmente com certeza vou sentir pela minha questão, a minha questão financeira, pela minha questão de gênero, por meu pai ser negro, né, é... essas coisas, tudo, então a condições que ele teve com certeza, se ele fosse da cor mais clara, ele não ia sofrer tanto, ele ficou desempregado muito tempo e ele era profissional, e é complicado.

Essa conscientização é explicitada nos fragmentos discursivos (70) e (71), nos quais Leila traz um discurso de mobilização das pessoas negras, que combate a ideologia presente no discurso

da democracia racial, que exalta a miscigenação, defendendo a ideia de um paraíso racial (ROSA, 2014). Esse combate fica explícito a partir da seleção lexical “se você não tiver essa consciência, você não enxerga o racismo”, que remete ao aspecto interdiscursivo da cordialidade das relações raciais no Brasil, a qual é rompida apenas a partir da ameaça ao *status quo*.

Também chama atenção, assim como aponta Jaime (2011) em seu estudo sobre executivos negros, a importância do debate que passou a ser empreendido no Brasil, em especial, a partir da década de 1990, com a pressão dos movimentos negros e permitiu uma maior tomada de consciência por parte das pessoas negras, em especial do caráter político de sua autodeclaração racial. Gomes (2011) destaca as ações afirmativas como um desses avanços e propõe que contribuíram para três saberes em especial: estéticos, identitários e políticos. Todos eles se fortaleceram a partir do crescente debate em torno da questão racial e a tentativa de desconstrução do ideário da democracia racial. Esses elementos estão muito presentes nas falas de Leila ao tratar da questão racial.

Nesse sentido, também é importante destacar o quanto é marcante no processo formação educacional de crianças negras a falta de uma discussão sobre as relações raciais nas escolas. Gonçalves (1987) já destacava esse elemento, apontando que a não existência do ensino das relações raciais nas escolas marca um processo de silenciamento, calcado no ideário da democracia racial, que impõe às crianças um ideal branco. Há, assim, um impedimento de que as crianças negras tenham contato com a cultura negra e possam construir inclusive novas relações com a sua ancestralidade e desconstruir as narrativas que são colocadas pela historiografia oficial em relação à África (MBEMBE, 2001). Importante destacar que a Lei 10639 de 9 de janeiro de 2003 (BRASIL 2003c) estabelece a obrigatoriedade do ensino da “História Geral da África e do Negro no Brasil”, contudo, sua implementação efetiva ainda é incipiente, por isso considero que o cenário apresentado por Gonçalves (1987) ainda se mantém, em grande medida.

Outro elemento que chama atenção na fala de Leila é a forma como ela aponta a historicidade dessa questão, citando a escravidão no texto (70). Assim como aponta Gomes (2011), essa concepção histórica foi uma das características marcantes das especificidades dos movimentos negros no Brasil, em relação a outros movimentos sociais, em especial ao buscar romper com a narrativa tradicional e poder contar a história do povo negro a partir de suas próprias perspectivas.

Ainda tratando do trecho (70), a seleção lexical “a gente” ao dizer que “sente na pele” demonstra como Leila se define enquanto negra, não se esquecendo da questão de gênero, ao apontar que a mulher negra sente muito mais. Já no texto (71), ela explicita que, apesar dessa percepção da existência do racismo, ela nunca sentiu “na pele” a questão racial, mas destaca que não é branca e estruturalmente vai sentir por sua “questão financeira”, por sua “questão de gênero” e por seu pai ser negro, fator no qual ela percebe uma discriminação pelo fato de ele ter ficado desempregado por um longo período.

Nesse ponto, retomando Sansone (1996), o autor destaca que as pessoas com renda ou classe social mais baixa tendem a ser vistas como “mais escuras”, já as pessoas com renda ou classe social mais alta tendem a ser vistas como “mais claras”. Como vimos ao longo da história de vida de Leila, ela deixa explícita sua origem humilde; esse fator também deve ser levado em consideração quando pensamos na forma como a questão racial é apresentada por ela. Além disso, essa é uma questão de que Leila tem consciência, como fica explícito no texto (72), quando ela destaca que uma pessoa, quando tem melhores condições financeiras, “dá até uma clareada”.

(72) Num é cor dela que vai colocar ela mais feia ou mais bonita, e eu sinto muito isso que a pessoa, quando tem uma condições melhor, ela até dá uma clareada, né? Ela pode ser tiziuzinho, mas se ela tem uma condições financeira maior, "ahh até que ele não é muito preto não, né" já escutei isso e falei gente, é negro, mesma coisa! Só que ele usa uma roupa mais escovadinha, um cabelo mais melhorzinho, tem condição de ir no barbeiro mais vezes, mas é negro, mesma coisa. Aí que a pessoa vai parar pra pensar, mas muitas vezes você fica como chato, você fica como chata, tendeu?

Ainda destacando questões levantadas no fragmento discursivo (71), a seleção lexical “eu num sou branca” (71) reforça a reflexão que Leila faz sobre sua classificação racial, que é complementada pela fala presente no fragmento discursivo (73), na qual ela faz a pergunta: “Pardo? Que cor é essa?”. Tal discurso também está presente no texto (70), no qual ela responde a pergunta, apontando que para ela essa cor na verdade não existe. Também chama atenção, no fragmento discursivo (73), elementos que Leila destaca como a “miscigenação”, “descendência” e “cor da pele” e que marcam a forma como ela encara essa questão, compreendendo que, a despeito de sua pele ser mais clara, ela ainda assim possui outras características e outros elementos que se somam a sua situação, para que ela não se sinta confortável em se declarar parda, e sim negra.

Assim como faz Leila, Carneiro (2011) cita o exemplo de Mano Brown do grupo Racionais MC's, que, a despeito de ser um negro de pele clara, posiciona-se na luta pela negritude e se opõe às classificações cromáticas no interior da população negra. Essa questão marca sua experiência cotidiana, de entender que um policial não se engana, seja um negro de pele mais clara ou mais escura.

(73) Eu gosto de falar que do mesmo jeito que a gente não nasce mulher a gente se torna mulher, a gente não tem a consciência que é mesmo negro. Sensibiliza depois porque uma coisa é você ter a pele negra, outra coisa é você ter uma descendência negra, igual quando você não tem. No Brasil é mais pela cor da pele do que da nossa miscigenação. Sendo que eu tenho a sensibilidade que, se meu pai é negro, eu sou negra também, mas isso foi construído, isso em lugar nenhum mostra, nem na faculdade eu acho, nem na, no, no ensino médio não se fala disso. (...) tem que ir lá atrás, lá na África pra cá, sensibilizar, aí sim eu descobri que, descobri não, eu me declaro negra nos documentos tudo, nunca me senti à vontade de falar que eu era parda. Pardo? Que cor que é essa?

Além de fazer essa reflexão da sua condição enquanto negra, Leila também levou essa reflexão para sua família, em especial seu pai, que se declarava pardo. Como exemplo do grande peso que ela vê na condição de negro, ela também conta que sua avó tinha a pele “bem escura” (74), mas não aceitava que era negra, remetendo ao implícito pressuposto de que o simples fato de uma pessoa ter a pele mais escura não significa que ela terá toda a consciência em torno da questão racial, inclusive das lutas cotidianas que essa questão envolve, assim como aponta Ribeiro (2017). Por isso também, Leila enfatiza por diversas vezes o aspecto da conscientização.

(74) Eu sensibilizei ele... Meu pai falava que era pardo, eu, “ué pai, minha vó era, como se diz, bem escura da pele e não aceitava que era negra”. Podia falar que era índia, mas não pode falar que é negro, porque isso aí a gente percebe que é um peso muito grande. Agora virou a mídia colocando aí os negros, né, “ah, os negros na mídia”. Mas aquilo ali é só a mídia. No dia a dia a gente vê, nó.

Leila também destaca a maior atenção que a mídia vem dando às pessoas negras, mas descontrói esse discurso de valorização a partir de sua experiência cotidiana. Nesse sentido, a seleção lexical “nó”, uma expressão regional muito utilizada no estado de Minas Gerais, serve para enfatizar que no dia a dia o racismo atua fortemente. Carneiro (2011) destaca que uma das características do racismo é a maneira como mantém as pessoas negras presas a uma característica fixa e estereotipada, enquanto aos brancos é reservado o privilégio de serem representados em sua diversidade. Como exemplo, a autora destaca a produção de peças publicitárias, nas quais “basta enfiar um negro no meio de uma multidão de brancos em um comercial para assegurar suposto respeito à diversidade étnica e racial” (CARNEIRO, 2011, p. 664)

Em sua narrativa, Leila demonstrou uma grande percepção da realidade das pessoas negras no Brasil, assim como de seu papel nessa dinâmica. Como destaca Ribeiro (2017), o fato de pessoas negras não apontarem casos específicos de discriminação vividos com elas não significa que o racismo não influencie suas vidas. É possível perceber essa questão quando vemos os relatos de Leila, que, por duas vezes, sofreu casos de assédio sexual, como vimos anteriormente, nos fragmentos discursivos (60) e (65). Essa é uma questão que afeta todas as mulheres de uma forma geral, contudo, é ainda mais marcada a questão da hipersexualização da mulher negras, apontada por Nascimento (1990). Além disso, questões relacionadas ao seu cabelo também entram nessa dinâmica das discriminações raciais, assim como destaca Gomes (2017). No próximo tópico, serão tratados casos de racismo que Leila observou ao longo de sua vida, que também a afetam, mas que Leila em alguns momentos narra a partir de experiências de pessoas próximas.

#### 5.2.3.2 “Levanta essa cabeça”: As discriminações observadas

Tratando agora dos episódios de discriminação observados por Leila ao longo de sua vida, vou iniciar com o fragmento discursivo (75), no qual ela vai falar de sua filha e demonstra como é muitas vezes difícil lutar contra a questão do racismo que acaba sendo naturalizado. Ao falar da ancestralidade e da forma de andar, “empinadinha” (75), complementado pela seleção lexical “olha a preta metida” (75), podemos perceber que há nessas expressões a ideia de que as pessoas negras devem sempre estar em uma condição subalterna. Tal discurso é combatido por Leila nesse trecho, o que se pode perceber de forma explícita pela expressão “parecendo que a gente não pode ter autoestima, né” e pela figura de erguer a cabeça, que se contrapõe à intimidação apresentada.

Utilizar expressões como “olha a preta metida”, destacada por Leila no trecho (75) podem representar “estratégias” de discriminação muito comuns no Brasil, uma vez que uma frase como essa pode remeter à ideia de que aquela pessoa não pertence àquele lugar ou àquela condição, o que causa uma situação de sofrimento, como correu com Marina, explicitado pela seleção lexical “chorando” (75).

(75) Se você for pensar nas raízes, porque que dançamos assim, porque que andamos assim, porque que mexemos assim é da nossa ancestralidade, tendeu? E tem muitas vezes que se ela for fazer isso, ela tá exibindo e num é, ela é toda empinadinha, toda bonitinha, gosta de dançar, gosta de jogar o cabelo e os outros vão falar: “oh lá a preta metida”, parecendo que a gente não pode ter autoestima, né, tem que ser intimidada, tem que ser cabeça baixa, levanta a cabeça, filha, porque que você tá chorando, o que

que fizeram com você, conta pra mamãe. E não é fácil, a gente vê que não é fácil pra ela brigar contra isso.

Ainda no fragmento discursivo (75), Leila destaca que não é fácil combater o racismo, mas apresenta uma estratégia que usa com seus filhos, que gira em torno da ideia da conscientização, questão fundamental que é tratada por muitas intelectuais negras como Collins (2006), ao destacar a importância da autoafirmação, como um elemento de sobrevivência a partir da percepção de sua condição e do sofrimento psicológico causado pelas discriminações vivenciadas. Outra seleção lexical interessante nesse trecho é “a gente constrói e os outro destrói”, uma expressão popular que Leila se recordou ter ouvido de sua mãe, mas que representa como é difícil buscar produzir um discurso contra-hegemônico, como é o caso do alisamento do cabelo que foi narrado, no qual uma colega de Marina fala que o cabelo liso é mais bonito.

(76) Sempre enfatizar que nós somos da raça negra sempre, porque a gente, a minha mãe falava assim, a gente constrói e os outro destrói, porque assim no outro dia minha filha perguntou pra mim se ela não podia alisar o cabelo, “por que filha? é tão lindo seu cabelo”, “mas a menina lá da minha sala falou que vai alisar, que cabelo liso é mais bonito”, eu falei: “quem te disse que é mais bonito?”, “todo mundo elogia você num elogio?”, “é mamãe, mas eu queria que balançasse”. Então o que coloca na televisão também é isso, ela falou comigo, brigou comigo e eu vou, aí depois eu mostrei é, tem um livro sobre princesa negra, né, as rainhas e as princesas são todas brancas, né, é difícil você achar um livro que mostra uma princesa negra, mas ela que quer ser princesa, mas como que ela vai ser princesa sendo negra?

Outro tema importante presente no texto (76) é a representação e a importância dessa questão, uma vez que, ao dar o exemplo das rainhas e princesas, que a despeito da discussão de gênero envolvida, representam figuras de desejo de muitas crianças, Leila aponta para uma maior dificuldade de fazer sua filha se ver nessa condição, uma vez que a maioria das princesas e rainhas são representadas como pessoas brancas. Nesse sentido, consigo perceber também mais um dos privilégios das pessoas brancas, que podem, desde cedo, decidir se querem incentivar seus filhos a ocuparem determinados lugares a partir da representação e do exemplo.

Esse tema aparece mais uma vez no fragmento discursivo (77), no qual chama atenção a estratégia que Leila busca adotar com sua filha, a partir da conscientização, visando desconstruir os “lugares” que muitas vezes são relegados aos negros, ou as “áreas duras” apresentadas por Sansone (1996), representado nesse trecho pela figura do balé, que representa uma dança por muito tempo considerada de elite e praticada majoritariamente por pessoas brancas. Para isso, Leila se propõe a fazer um esforço financeiro, o que remete ao implícito subentendido da importância dessa questão para ela, uma vez que, conforme percebemos ao contar sua história de vida, ela hoje tem uma condição financeira estável, mas humilde.

(77) Tô querendo colocar ela no balé, vou ter que fazer um sacrifício, apertar o orçamento porque é pra ela ter outra coisa, uma música lú... mais lúdica, né, fala com ela, aí ela vai ver outra coisa que ela é uma menina negra do cabelo crespo que tem bailarina negra, também que tem bonequinha negra, também que tem princesa também, tô querendo trabalhar isso nela, porque eu tô vendo que ela vai... pequeninha todo mundo acha uma bonequinha porque ela tem o olho azul, mas fica assim, que creme que você usa no cabelo dela? vou te dar um creme. eu falo, não o cabelo dela tá lindo é esse o cabelo dela, “ah, mas podia abaixar mais um pouquinho”, eu falo: “não, mas ela gosta do cabelo altão, eu gosto do cabelo dela altão.” Claro que eu penteio o cabelo dela, mas eles pergunta: “você não penteia o cabelo dela não?”, “eu penteio só que o cabelo dela é enrolado”, então vejo já que tem só que como ela é criança ninguém vai falar: “oh nega do cabelo duro” porque ela é clara e tem o olho azul, mas já tão implicando, aí eu lembro quando eu era pequeninha tão bonitinha, tão branquinha do olho azul, num vai ser nada na vida, porque tem esse cabelo duro. Minha professora de matemática falou isso comigo, fiquei tão traumatizada que até hoje sou ruim de matemática.

Outro ponto que gostaria de destacar no fragmento discursivo (77) é a forma como um episódio de discriminação sofrido por Leila marcou toda a sua vida, quando uma professora de matemática disse que, com seu cabelo duro, ela não seria nada na vida, e ela relata que até hoje tem dificuldades com a matéria. Esse episódio também é citado no texto (78).

(78) Aí arranjei um short e comecei a jogar peteca e vôlei e eu era muito boa, só que ninguém me escolhia do time deles porque as meninas tinham cabelão, tinham as turminha delas, e você quando você é mista, mistiça, aí ninguém fala que você é negro, mas também ninguém fala que você é branca. Então você não é bem aceita, você fica lá à mercê... à mercê da... de todo mundo. Aí os professor, por sua vez me ajudava pra caramba. Me colocavam pra fazer a tabuada lá na frente, e eu morria de chorar e eu, nossa, ficava muito triste.

Ainda tratando do fragmento discursivo (78), chama atenção mais uma vez o tema da “mestiçagem” muito presente nas reflexões de Leila acerca das relações raciais em sua vida. A seleção lexical “à mercê” remete à dificuldade de definição e identificação pela qual ela passou. Porém, dentro dessa dinâmica, apesar de sua cor de pele ser mais clara, como ela declara em alguns momentos, outras características a fizeram sentir o racismo, como é o caso do seu cabelo.

(79) eu lembro que minha irmã falava... a que é surda também... diz ela que não precisava comprar roupa, não era só arrumar o cabelo. Acho que é por isso que a gente fica tão traumatizada quando falam: “ahh vai usar o black, né” Nossa, mas tinha que alisar o cabelo quando era pequena, aí isso ficou muito marcado

(80) Eu lembro que eu usei uma roupa nova foi quando eu fiz 15 anos. Minha mãe me deu, fez, mandou uma costureira fazer uma saia rodada bege e uma blusa branca de... muito bonita, de flor. Mas o cabelo ainda não tava do jeito... o cabelo tava curtinho. Não tinha um alisamento que dava pra alisar, porque o cabelo é muito fino, cabelo crespo e muito fino. Então aquilo ali, nossa mãe. 15 anos. Muito grande, não tinha uma roupa pra vestir, não tinha um cabelo bonito pra apresentar... namorado nem chegava.

A relação de Leila com a questão de seu cabelo é retratada de forma explícita no texto (79), ao demonstrar o trauma que ficou por ter que alisar o cabelo quando era pequena. Com relação a essa questão, Gomes (2011, p. 194) destaca que “no caso dos negros, o cabelo é visto como um sinal diacrítico que imprime a marca da negritude no corpo”. Sendo assim, é um dos aspectos no qual a identidade negra é materializada. O cabelo crespo na sociedade brasileira é também uma linguagem que comunica e informa sobre as relações raciais.

A partir dessa discussão, o alisamento do cabelo que Leila trata no fragmento discursivo (79) não é apenas uma decisão estética, mas se refere a um padrão imposto que marca como superior, como “bom” o cabelo liso, e trata como “ruim” o cabelo crespo. No fragmento (80), chama atenção a seleção lexical “não tinha um cabelo bonito”, por estar curto e não conseguir alisá-lo, ao se referir à sua festa de quinze anos, um momento considerado muito importante por ela. Essa questão, somada ao fato narrado de que “namorado nem chegava” (80), deixa explícito como era imposto à Leila um padrão estético que valorizava características brancas, para além da cor da pele, mas também o cabelo, formato do nariz, dentre outros. No caso de Leila, ela torna seu próprio corpo um lugar de sofrimento, o qual ela busca violentar para se adequar ao padrão estético que se construiu como “bonito” (80), questão que ela reforça em seu discurso.

(81) Aí ele quer alisar o cabelo, aí de vez em quando não dá pra alisar, aí os menino chamam ele de mendigo porque ele não alisou o cabelo, não penteou o cabelo. Não... tá com o tênis sujo. Essas coisas porque ele não... porque eu já vi o meu sobrinho com o tênis imundo e nunca ninguém chamou ele de mendigo, mas é porque ele mora em periferia, ele mora na favela, eles mora no bairro, porque lá é perto da Gameleira e uns menino moram ali, mas tem muitos menino que moram na periferia da Gameleira ali também. Então tem essas briga...

A questão do cabelo crespo também é um tema que afeta seu filho, como pode ser observado no fragmento discursivo (81), no qual a figura do “mendigo”, apelido que é dado a ele quando não alisa o cabelo, remete à ideia de algo sujo, mal cuidado. A essa questão, Leila também remete sua condição social, ao destacar que ninguém nunca chamou de “mendigo” seu sobrinho, que não mora na periferia, ao contrário do que acontece com seu filho.

(82) Se falar de mercado de trabalho, a discriminação e o racismo anta juntinho e o racismo é estrutural, e estrutura que manda, estrutura. Quando a gente... Que mistura muito com a questão de mulher questão, de gênero, quando você entra, quando cê entra numa, numa empresa metalúrgica vai pesar sim se você é... É, tem a pele escura e tem a pele clara, eu que tenho a pele clara entraria.

Para além da questão estética, Leila também observa o racismo no mercado de trabalho, não deixando de pontuar que existe uma predileção por pessoas brancas para entrar no trabalho

metalúrgico (82); como vimos, de acordo com dados do DIEESE, ainda há uma maioria branca nesse tipo de serviço. Ela também não deixa de pontuar que essa questão se mistura com a questão de gênero. Contudo, chama atenção a percepção de Leila sobre a ideia do racismo com estrutura: “o racismo é estrutural” (82). Tal afirmação corrobora os estudos de Ribeiro (2017) e remete ao implícito pressuposto de que, mesmo tendo dito anteriormente que não sofreu “na pele” com o racismo e tendo um tom de pele mais claro, Leila compreende que ela está vulnerável a sofrer com o racismo, também por outras características como a textura de seu cabelo, assim como que seu filho pode sofrer com o racismo e a violência policial ao sair na rua (CARNEIRO, 2011).

(83) Eu tenho uma sobrinha que ela tá fazendo Psicologia, ela fala, nossa, vocês ficam procurando o primeiro emprego, a gente fica procurando o primeiro emprego, mas é complicado pra caramba e ela já sentiu na pele como ela é negra, ela vai ter mais dificuldade de conseguir o que ela quer, né, que é a Psicologia que uma que tivesse a pele mais clara, tendeu? ela já sentiu isso, o emprego que ela conseguiu mesmo tento, tá fazendo faculdade, é telemarketing, porque ninguém te vê, né, ninguém te vê de lá do outro lado, mas uma coisa assim que ela esteja numa linha de frente, ela já percebeu, mas é uma coisa bem sutil, né, ela já percebeu, porque ela tá ali estudando, ela, é, escreve algumas coisas sobre a questão racial, ela preocupa, mudar o foco daquilo que foi colocado.

Ainda tratando da temática no mercado de trabalho, Leila nos contou o caso de sua sobrinha, que é negra e está cursando a faculdade de Psicologia. No texto (83), ela aponta que sua sobrinha conseguiu um emprego na área de telemarketing, apontando que esse é um emprego que “ninguém te vê”, destacando como essa é uma questão sutil, assim como muitas outras, que passam despercebidas quando não se tem a consciência de elementos que marcam o racismo no Brasil.

Apresentadas as histórias de vida de Clóvis e Leila, a próxima seção tratará das considerações finais desse trabalho, considerando também uma discussão entre os elementos observados nas histórias de vida de Clóvis e Leila.

## 6 CONSIDERAÇÕES FINAIS

Chegar ao momento de tecer as considerações finais de um trabalho de dissertação é algo difícil. Assim como Gomes (2017), na conclusão de seu livro, acredito que as considerações que irei fazer marcam muito mais a abertura de novas possibilidades do que um encerramento. Esse trabalho teve como objetivo geral: **compreender e analisar como as relações raciais se manifestam e são vivenciadas por trabalhadores industriais negros, a partir de suas histórias de vida**. Para isso, foram analisadas as histórias de vida de Leila e Clóvis, utilizando a análise de discurso da vertente francesa.

Antes de apresentar os elementos que constituem as considerações finais desta dissertação, gostaria de retomar um conceito apresentado na introdução e que se mostrou fundamental ao longo dessa pesquisa: o lugar de fala (e de escuta), e, para compreender melhor esse conceito, utilizei o trabalho de Ribeiro (2017). Ao estruturar esse trabalho, escutar as histórias de vida que eram narradas, também me modificava e percebia o meu posicionamento dentro dessa luta contra o racismo, que se soma a diversas outras opressões.

Para isso, foi importante a percepção do meu lugar de privilégio e também a percepção de que esse não é um conceito que silencia, mas que trata do lugar social a partir do qual eu falo (RIBEIRO, 2017). Isso quer dizer, como homem branco, mesmo compreendendo minha condição de privilégios, eu sigo sendo constantemente privilegiado pela minha posição. Como exemplo, sei que, ao sair na rua, existe uma probabilidade muito menor de que eu sofra, por exemplo, com a repressão policial do que um jovem negro e com diversas outras questões que estruturam o racismo em nossa sociedade.

Compreender esse lugar é importante para que eu também me racialize e não trate apenas o negro como passível dessa racialização, afinal, estamos falando do racismo como uma estrutura de poder, e a desconstrução da raça branca como universal é fundamental nesse sentido. Deste modo, percebo o meu lugar nesse trabalho não como protagonista desse processo, mas como alguém que, em meio a uma academia ainda notoriamente branca, busca contribuir com esse debate, ouvindo as histórias narradas e apresentando a riqueza que essas vidas representam para o debate acadêmico; nesse sentido, houve um esforço empreendido para que essa escuta não fosse algo puramente “burocrático”, mas que representasse de fato a importância desses sujeitos.

Tratando de elementos que marcaram a construção da pesquisa, a corrente das histórias de vida aqui utilizada diz respeito ao campo da Psicossociologia (BARROS; LOPES, 2013). Não se trata de uma teoria individualizante, pois considera aspectos sociais que permeiam as relações entre os indivíduos e marcam suas vidas a partir de mediações realizadas de forma dialética. Sendo assim, tampouco é possível dizer que se trata de uma perspectiva estrutural, na medida em que o indivíduo também altera a estrutura, assim como é possível que a estrutura o influencie. Tal como nos aponta Gaulejac (2009, p. 197), “se o indivíduo não pode mudar a história, na medida em que o que se passou não é modificável, ele pode modificar a maneira como essa história age sobre ele. É neste trabalho que se constrói enquanto sujeito”.

Para auxiliar na percepção da construção destes sujeitos que nos contaram suas histórias de vida, utilizei a análise de discurso da vertente francesa, a partir de alguns pontos estruturados por Saraiva (2009). Tal escolha se deve ao fato de que se têm a compreensão de que o discurso, assim como aponta Fiorin (2005, p. 32), é um “conjunto de temas e de figuras que materializa uma dada visão de mundo”. Trata-se, portanto, de uma visão que não deixa de considerar as condições sociais de produção dos discursos e aspectos ideológicos presentes nesses discursos. Considero, assim, uma opção por compreender também que as opressões operam não apenas no plano individual, mas também são estruturadas a partir de lugares sociais, como destaca Ribeiro (2017).

O primeiro objetivo específico apresentado para esse trabalho foi **compreender elementos sócio-históricos que permeiam as relações raciais no Brasil**. Para alcançar esse objetivo foi feita uma revisão teórica acerca de alguns estudos que versaram sobre as relações raciais no Brasil. Gomes (2011) destaca que uma das especificidades dos movimentos negros em relação a outros movimentos sociais é seu foco na historicidade. Acredito também que essa seja uma das grandes questões do debate racial no Brasil.

Assim como Jaime (2011), concordo que o combate ao racismo passa pela desconstrução de elementos discursivos que marcaram a nossa história. Foi a partir dessa perspectiva que busquei iniciar o debate teórico deste trabalho trazendo ainda elementos que marcaram a escravidão no Brasil. Infelizmente são poucos os relatos que trazem especificamente uma visão das pessoas negras sobre essa época, mas autores que buscam desconstruir a imagem passiva que é transmitida dos então escravos negros nos ajudam a também desconstruir histórias que nos foram contadas e que ainda hoje contribuem para uma negação de elementos relacionados à negritude (MBEMBE, 2001).

Um desses autores que contribui para uma visão mais clara acerca do processo de escravização dos povos negros africanos é Barros (2009), que tratou da diversidade étnica africana e como foram construídos discursos de universalização em torno das pessoas negras com o intuito de inferiorizá-las. Em um primeiro momento, esses discursos se deram a partir de justificativas religiosas, passando também por justificativas científicas, em especial ao longo do período da abolição. Quando tratamos do fim da escravidão e da transição para o “trabalho livre”, é importante destacar que foram empreendidas novas estratégias para que os negros se mantivessem em seus “lugares”, em especial no que se tratava dos postos de trabalho nascentes.

Uma destas estratégias foi a chegada de imigrantes brancos europeus, prática incentivada pelo Estado e que interessava a um projeto de branqueamento da população, visto como uma possibilidade de salvação da nação, uma vez que a raça negra era vista como degenerada e incapaz de civilizar-se (TELLES, 2003). Nesse ponto, teorias científicas eram desenvolvidas para comprovar essa inferioridade, questão que passou a ser rompida no imaginário brasileiro (ao menos por meio de categorias biológicas) a partir dos estudos de Freyre (2003), que não cunhou o termo “democracia racial”, mas contribuiu fortemente para esse ideário que marcou e ainda marca as relações raciais no Brasil a partir da ideia de uma suposta convivência harmoniosa entre as raças observada por muitos estudiosos que comparavam o racismo presente no Brasil ao apresentado nos Estados Unidos ou África do Sul, que viveram sistemas de segregação racial legal.

A partir deste ponto, o mito da democracia racial operou de diversas maneiras e trouxe diversas consequências para as relações raciais no Brasil. Talvez a principal delas seja a desarticulação de pessoas negras, uma vez que, não acreditando na existência do racismo e pensando na existência de um paraíso racial marcado pela miscigenação, não há uma questão em torno da qual se mobilizar (MUNANGA, 1996). E com isso, vem o silenciamento de um cenário de desigualdade racial latente.

É nesse sentido que Gomes (2011) aponta que a rearticulação dos movimentos negros, em especial a partir dos anos 1990, foram fundamentais para o fortalecimento da luta negra e da desconstrução do mito da democracia racial. Além disso, a partir desse momento, diversos avanços institucionais foram conquistados, em especial as políticas de ações afirmativas. A partir desse momento, nunca foi tão debatida a questão racial como nos últimos anos, contribuindo inclusive para a percepção de muitas pessoas enquanto negras, assim como ocorreu com Leila.

Esse é um dos pontos que mais me chamou atenção na pesquisa: a percepção do chamado “entender-se negro” proposto por Souza (1983). Ainda segundo a autora, não é um processo único, mas se trata da percepção do seu lugar social; trata-se, portanto, de uma escolha política, de um enfrentamento de uma norma cultural que trata o branco como o padrão a ser seguido.

Gomes (2017) também nos ajuda a compreender esse processo, ao destacar que, no Brasil, o racismo que incide sobre os negros se dá não apenas em decorrência de um pertencimento étnico, mas pela conjugação desse pertencimento com a presença de sinais diacríticos inscritos no corpo. A presença desses sinais passa a ser rejeitada pelo ideal de branqueamento e tratada de maneira eufemística pelo mito da democracia racial.

Nesse sentido, o cabelo também se torna um elemento que marca a formação identitária negra, sendo um dos sinais diacríticos apontados por Gomes (2017), que imprimem a marca da negritude no corpo. Com Leila, foi possível perceber a negação dessa marca, também a partir da construção de uma ideia de que o cabelo crespo seria um cabelo “ruim”, enquanto o cabelo liso seria “bom”. Sua concepção sobre essa questão foi se alterando com a tomada de consciência e o debate sobre a questão racial que se tornou mais presente em sua vida, em especial quando ela passou a se declarar como negra, a partir da percepção desses sinais diacríticos e também de questões ligados à ancestralidade, a despeito de considerar que tem uma cor de pele mais clara que muitas pessoas com as quais convive.

Para Clóvis, a cor de sua pele foi fundamental para que ele se entendesse como negro, tendo sofrido casos de racismo desde sua infância, que inicialmente eram vistos apenas como “um sarrozinho” e se enquadravam dentro das normas de cordialidade do racismo brasileiro, que, de forma muitas vezes velada e se valendo de estratégias como o humor, trata de marcar constantemente “lugares” (SALES JR, 2006). Além disso, foi possível notar a partir dos relatos de Clóvis que essas “brincadeiras” acabavam por naturalizar essa discriminação sofrida em seu dia a dia (IRIGARAY; SARAIVA; CARRIERI, 2010). Uma percepção mais profunda sobre a questão racial, assim como aponta Clóvis, veio com o caso de discriminação racial que sofreu enquanto trabalhava em uma empresa do ramo de metalurgia e atuava como dirigente sindical. Ele tratou esse episódio como a dor mais profunda que já sentiu. Além de ter sofrido a discriminação, ele convive até hoje com a impunidade sobre o caso.

Essa questão da percepção racial passa por toda a história de vida das pessoas negras, iniciando-se ainda em seu processo de formação escolar. Bernardes (1992) chama atenção para esse fato, fazendo um paralelo com a classe social, destacando que o fato das escolas adotarem uma

postura dita “neutra”, calcada na ideia da democracia racial, faz com que seja silenciada a questão racial. Assim como destaca Sales Jr (2006), esse silenciamento leva a um não dito racista, e essa questão no contexto que estamos debatendo leva à valorização de características brancas por parte dessas crianças negras.

O segundo objetivo específico apresentado para esse estudo foi **analisar as histórias de vida em um contexto mais amplo, não considerando apenas o aspecto racial, mas outros elementos de discriminação, sejam de gênero, classe, dentre outros, que se juntam a este e fazem parte das narrativas**. Esse objetivo se apresentou de forma muito forte, destacando que não apenas a questão racial é determinante, a classe social, elemento compartilhado por ambos, no especial no que se refere à origem familiar, é um desses elementos. A classe social pode até mesmo influenciar a declaração racial das pessoas, como nos lembram Gomes (2017) e Sansone (1996). Leila, em um dos seus relatos, mostra ter essa percepção, de que a ascensão social, em alguns casos, acaba por “branquear” algumas pessoas.

Essa semelhança no ponto de partida de Clóvis e Leila também permitiu a percepção da emergência de limitações materiais que iriam influenciar diversas dimensões de suas vidas, como a educação e o trabalho. Dessas limitações materiais podemos citar, por exemplo, a necessidade de começarem a trabalhar ainda na adolescência, fato que influenciou diretamente a possibilidade de alcançarem níveis mais altos de educação formal. Mas não apenas isso, o acesso a ofertas de produções culturais também marca uma dessas limitações e até mesmo a questão da alimentação, destacada por Leila, ao dizer que raramente havia frutas em sua casa por serem muito caras.

Com relação à necessidade de trabalharem para contribuir na manutenção da casa, entramos em outro elemento fundamental que se apresentou na pesquisa: a questão de gênero. Já no período da infância, corroborando questões apontadas por Bernardes (1992), é possível perceber que existe uma maior cobrança sobre Leila em relação ao trabalho doméstico e ao cuidado. Nesse ponto, o que interessa não é a simples comparação entre as histórias de vida individuais, mas a discussão sobre o patriarcado e as relações que a partir dele operam.

Tal como destacam Teixeira; Saraiva e Carrieri (2015), inclusive o trabalho doméstico, para o qual seguem muitas meninas que vivem nas periferias, diz respeito à forma como os meninos são criados para terem um maior contato com a “rua”, a esfera pública, enquanto as meninas são guardadas para o privado. E isso ocorre com Leila, quando, desde nova, tinha que cuidar de

suas irmãs e realizar trabalhos domésticos, e aos 13 anos teve que começar a trabalhar como empregada doméstica.

Dentro desse cenário, acho importante destacar as resistências empreendidas por Leila a partir de uma mediação com esses elementos que se apresentam. Essa questão se apresenta ao longo de seu discurso, muitas vezes elementos contra-hegemônicos, por exemplo, colocando-se como “chefe da casa”, também quando trata da questão do cabelo e mesmo quando se fala dos “trabalhos de homem” e “trabalhos de mulher” na indústria.

Na história de vida de Clóvis, percebemos que mesmo com uma percepção sobre o assunto, ainda são mantidas as estruturas de patriarcais de privilégio, por mais que discursivamente se tente romper com essa questão. A ele, diferentemente de Leila, era cobrado ajudar na manutenção da casa e do espaço externo, assim como chama atenção Bernardes (1992) em seu estudo.

O terceiro e último objetivo apresentado nesse trabalho foi **aprender como as relações raciais vivenciadas pelos indivíduos entrevistados se apresentam na dinâmica organizacional do trabalho industrial que se inserem**. Para Clóvis esse elemento se apresenta de forma muito mais clara, uma vez que ele sofreu um caso explícito de injúria racial enquanto atuava como representante do sindicato dos metalúrgicos na empresa em que trabalhou por muitos anos. Esse episódio fez com que ele repensasse muitos outros momentos em sua vida e percebesse a presença do racismo, mesmo que de forma velada, em diversas outras situações. Esse episódio de Clóvis ajudou ainda na formação da sua identidade enquanto negro. Assim como destaca Lélia Gonzalez ao falar de sua vida, o racismo foi uma experiência que enegreceu Clóvis.

Leila, por sua vez, apresenta elementos ligados à questão de gênero para tratar das discriminações que sofreu especificamente no âmbito da indústria. Percebo a partir da reflexão sobre as histórias de vida de Leila e Clóvis, que enquanto são mantidas as posições e os “lugares” comuns aos negros, as normas de cordialidade do racismo brasileiro também são mantidas. Porém, quando existe uma posição que remete à uma maior condição de poder, como ocorreu com Clóvis, existe uma maior chance que ocorra um ataque para a manutenção dos privilégios da branquitude e do *status quo*. O mesmo ocorre com Leila no que tange as relações de gênero.

Além disso, um dos principais elementos que emergem desse objetivo é apontar que quando falamos das histórias de vida, essas muitas vezes se confundem com as histórias de trabalho,

em especial no caso de Clóvis, uma vez que o cuidado da casa e dos filhos ainda é visto, em grande medida, como uma atribuição feminina. Deste modo, por mais que elementos das relações raciais não se apresentem de forma direta na dinâmica organizacional do trabalho industrial no qual estava inseridos, muitos outros elementos atuaram em suas vidas para marcar seus lugares e delimitarem inclusive as funções que exerceriam na indústria, e seus pontos de partida.

Retomados os objetivos, acredito que seja importante ir além das questões apresentadas nas histórias de vida de Leila e Clóvis apresentadas de forma separada, apontando algumas questões comuns que observei, buscando também contribuir para o debate, para além do ponto de vista individual. Chamei o próximo tópico de “discussão”, que está estruturado em outros tópicos que tratam de categorias de análise em comum, contribuindo para sintetizar muitas ideias desenvolvidas ao longo do trabalho.

## **6.1 Discussão**

Apresentadas as histórias de vida de Leila e Clóvis de forma separada, acredito que seja importante observar elementos que foram comuns em suas narrativas, bem como suas distinções, para assim contribuir com o debate sobre as relações raciais, a partir das experiências que apresentamos. Ao nos contar suas histórias, foi possível perceber que eles rememoravam diversos momentos, a partir de uma nova percepção e passam a ver outras questões que a eles se apresentam de uma nova maneira. Também aponta Gaulejac (2009, p. 197): “se o indivíduo não pode mudar a história, na medida em que o que se passou não é modificável, ele pode modificar a maneira como essa história age sobre ele. É neste trabalho que se constrói enquanto sujeito”.

O homem não é, portanto, somente um produto da história, mas é também portador de uma história que ele próprio constrói, havendo um sentido da história que é o sentido construído pelo sujeito, explicando o motivo pelo qual, mesmo sobre condições similares, a tomada de consciência dos indivíduos ocorre de forma tão distinta (GAULEJAC, 2004/ 2005). Importante ressaltar que, com isso, não estou considerando as histórias de vida como um espelho do social, mas o modo como o sujeito se apropria dele, projetando sua subjetividade (LOPES, 2013). Ainda nesse sentido, Bernardes (1992, p. 26) destaca que os indivíduos coexistem “com outros

sujeitos com os quais compartilham posições de classe social, de gênero, de raça, de idade”. E nesse sentido, falamos dos sistemas de opressões que se apresentam, como o racismo, mas que são mediados de formas distintas por cada indivíduo.

Dentro desse contexto de formação das histórias e mediações que viveram Clóvis e Leila, embora possuam especificidades, possuem também muito em comum nas suas trajetórias. Além da questão racial e do fato de terem desenvolvido uma trajetória de trabalho que se deu no âmbito da metalurgia, um primeiro ponto que iremos tratar diz respeito à origem familiar de cada um, que remete também à classe social. Em seguida, a discussão empreendida se dará em torno da questão educacional, passando pelas experiências de trabalho.

Por fim, dois tópicos serão fundamentais para os objetivos deste trabalho, um primeiro debatendo o tema do entender-se negro, discutindo as mediações realizadas por Clóvis e Leila para construírem suas identidades em torno da questão racial. Já o segundo trata da dimensão de outras opressões que se apresentam ao longo da vida dos entrevistados e se inter-relacionam, em especial aspectos relacionados à questão de gênero.

### **6.1.1 Infância e Origem Familiar**

Um dos pontos que marcam uma intercessão entre as histórias de vida de Leila e Clóvis é sua origem familiar, que também remete à classe social e às condições financeiras e materiais a partir das quais viveram a infância/adolescência. Neste sentido, posso dizer que ambos possuem origens humildes, tendo crescido na periferia da cidade de Belo Horizonte. O nível de educação formal dos pais de Leila e Clóvis também se aproxima, com nenhum deles tendo se formado em curso superior.

Essas questões passam a construir o lugar social a partir do qual eles falam. Isso quer dizer, diz respeito também às oportunidades e pontos de partida, que remetem a condições sociais que permitem ou não que certos grupos acessem lugares de cidadania (RIBEIRO, 2017). Sendo assim, é importante pensarmos as trajetórias individuais de cada um, mas também as condições que permitiram realizar essas trajetórias. Interessa-nos, nesse sentido, além dos ricos relatos individuais, a percepção e questões sociais que são mediadas por esses indivíduos. Assim como nos lembra Lopes (2015), o homem é história e se insere em uma lógica dialética que o coloca como produtor de sua própria história, bem como produzido pelo contexto histórico.

Bernardes (1992, p. 26) contribui com esse debate, ao destacar que “objetos, instituições, valores, normas, símbolos compõem o mundo da vida da criança”. A vida das crianças que crescem nas periferias urbanas, com é o caso de Leila e Clóvis, são marcadas pelo processo de múltiplas opressões que sofrem, questão que marca o processo de construção de sua subjetividade, subjetividade essa que se constrói ao longo da vida, por meio de diversas mediações

Para Leila, esse lugar social do qual partiu significou a necessidade de começar a trabalhar como empregada doméstica, já aos 13 anos de idade, além de ser responsável pelo cuidado da casa e de suas irmãs mais novas. Tal fato reforça a estrutura patriarcal apresentada em sua família e a divisão sexual do trabalho. O fato de ter começado a trabalhar em “casa de família”, como Leila, é comum entre meninas que crescem na periferia, conforme aponta Bernardes (1992), uma vez que a esfera pública se apresenta de forma mais natural aos homens, ao passo que para as mulheres busca-se a manutenção na esfera privada.

Esse privilégio é notado na história de Clóvis, mas em especial na relação que criou entre seus dois filhos, Felipe e Diana. Ele enfatiza por diversas vezes o fato de Diana ter uma vida estável e nunca ter “dado trabalho”, enquanto Felipe tomou mais o espaço da rua. Com relação a sua própria trajetória de vida, é possível perceber que para Clóvis a maior pressão sentida dizia respeito ao cuidado e ao provimento da casa. Bernardes (1992) destaca, em sua pesquisa, que os meninos que vivem na periferia das grandes cidades muitas vezes recebem o papel de cuidar e auxiliar na conservação e construção da casa, assim como de seu espaço externo. Além disso, é importante notar a presença de modelos familiares tradicionais (BRUSCHINI, 2007), que remetem à ideia de que os homens devem buscar o mundo externo, com a pressão de ajudarem quase exclusivamente na manutenção financeira da casa.

Teixeira; Saraiva e Carrieri (2015) já nos apontam que esse é um cenário que vem se alterando. Bernardes (1992, p. 28), por sua vez, destaca que “crianças e adultos, de modo geral, valorizam a competência do homem para realizar tarefas atribuídas à mulher, especialmente em situações de emergência”. Chama atenção nessa afirmação o foco nos casos de emergência e como a atuação dos homens no âmbito doméstico é visto como uma ajuda e não uma responsabilidade, como é dada à mulher.

Clóvis, em sua narrativa, demonstra reconhecer alguns de seus privilégios, em especial quando destaca o período de nascimento de seus filhos, no qual teve que compartilhar com sua esposa o cuidado com a casa e os filhos. Contudo, não é possível dizer que essa tomada de consciência,

por si só, representa uma mudança nas estruturas de privilégio. Deste modo, as aproximações relacionadas às questões sociais observadas nas origens familiares de Clóvis e Leila não foram os únicos fatores que se apresentaram em suas trajetórias. Aspectos relacionados ao gênero foram fundamentais para marcar seus lugares sociais, bem como questões raciais.

Por fim, é importante ressaltar que os elementos relacionados à classe social também fizeram com que Leila e Clóvis fossem privados de bens culturais e de consumo, como livros, cinema e teatro (BERNARDES, 1992). A partir das histórias de vida de Leila e Clóvis, é possível perceber elementos que marcam a infância de jovens negros da periferia, em especial no que diz respeito aos seus pontos de partida, que irão se traduzir nos níveis educacionais, apresentados no próximo tópico.

### **6.1.2 Educação e Primeiros Empregos**

Se pensarmos na construção e na valorização, no *status* social dado às profissões a partir do nível de educação formal exigido (TEIXEIRA; SARAIVA; CARRIERI, 2015), as possibilidades e o ponto de partida de Leila e Clóvis foram marcados por sua condição social expressa no tópico anterior. Clóvis aponta em sua narrativa que deixou de estudar após a conclusão do ensino fundamental, pela necessidade de trabalhar e ajudar financeiramente em casa, não retornando aos estudos até os 32 anos. Leila também se viu obrigada a abandonar os estudos para priorizar o trabalho, em função da urgência pela busca de recursos financeiros e, assim como Clóvis, viu a possibilidade de retornar aos estudos anos mais tarde, a partir de um programa vinculado à sua atuação sindical. Destaca, assim, que a continuidade dos estudos era uma meta almejada, bem como a construção do discurso da educação como uma forma de melhorar suas condições de vida.

Esse abandono dos estudos para começar a trabalhar ainda cedo aponta para outras consequências, como a percepção de que “estão se construindo como futuro trabalhador manual por meio da privação dos bens culturais e da privação de credenciais na medida em que tais privações se encontram na raiz da divisão mental/ manual do trabalho” (BERNARDES, 1992, p. 28-29). Deste modo, sem terem as “credenciais” acadêmicas ligadas ao ensino formal, ambos buscaram trabalhos que envolviam atividades manuais.

É importante mais uma vez destacar como a questão de gênero se apresenta de forma clara quando traçamos um paralelo entre as duas histórias. Para Leila, o trabalho se iniciou ainda antes de trabalhar “para fora”. Logo aos 12 anos, quando sua mãe precisou ficar internada, ela

assumiu o cuidado da casa e de suas irmãs, sendo responsável inclusive por preparar a comida de seu pai. Leila destaca que esse trabalho não era valorizado por sua mãe, que apontava que ela “só estudava”.

Essa desvalorização do serviço doméstico é também retratada por Teixeira; Saraiva e Carrieri (2015), e nesse sentido, é interessante notar até mesmo como o maior pedaço de carne ao longo das refeições era destinado ao pai de Leila, com a justificativa de que ele “trabalhava fora”, remetendo mais uma vez à valorização do papel do homem na hierarquização das estruturas familiares.

Aos 13 anos, Leila teve sua primeira experiência de trabalho remunerado e começa a trabalhar como empregada doméstica, para ajudar também financeiramente em sua casa. Sua primeira experiência foi marcada por um caso de assédio sexual cometido pelo seu então patrão. Chama atenção a reação da mãe de Leila neste caso, quando se mostrou irritada com o fato da filha ter perdido o emprego, inclusive não acreditando em seu relato, apontando que poderia se tratar de um “mal entendido”. Neste ponto, acredito que seja importante destacar a culpabilização da vítima e a força dessa relação de poder que envolvia Leila e seu patrão. Além disso, como aponta Nascimento (1990), é possível perceber elementos que remetem à hiperssexualização da mulher negra, muitas vezes vista apenas como objeto de desejo sexual.

Após essa experiência traumática no primeiro emprego, Leila trabalhou em mais uma “casa de família” e depois conseguiu um emprego em uma indústria do ramo da metalurgia. Para Leila, conseguir um emprego na indústria significou uma grande conquista; ela aponta como eram raras as mulheres que trabalhavam na indústria e também da divisão entre o “trabalho de homem” e “trabalho de mulher” que existia, destacando que, por ela ser mais alta, muitas vezes era colocada para executar tarefas que eram destinadas originalmente a homens.

Já com relação à questão racial, é importante destacar que o racismo se apresenta ainda na educação básica, contribuindo para uma maior dificuldade de percepção do “entender-se negro”, uma vez que, por mais que não sejam apontados casos de discriminação racial específicos nas escolas, essa opressão ocorre de outras formas. Gonçalves (1987) nos lembra que o fato da luta dos negros na sociedade brasileira não estar presente no currículo escolar impõe à criança negra um ideal branco. Justifica-se essa postura a partir da ideia de construir uma igualdade entre os alunos, ideia calcada no mito da democracia racial, que se apresenta nesse sentido como um não dito racista, na medida em que dificulta a tomada de consciência das opressões vividas (SALES JR, 2006). Bernardes (1992) também destaca que não se dá,

portanto, a oportunidade das crianças negras acessarem os bens culturais referentes à sua ancestralidade, pelo contrário, há uma negação a essa questão.

Desse modo, é possível perceber a partir das histórias de Clóvis e Leila, que desde a infância e os primeiros contatos com a educação, aos jovens negros são contadas histórias que tratam de questões referentes às histórias oficiais, não deixando claro o racismo presente na sociedade, fato que dificulta a percepção do sujeito enquanto negro.

### **6.1.3 Trabalho Industrial**

Clóvis trabalhou na mesma indústria que Leila, uma empresa do ramo da metalurgia. É interessante notar que o trabalho industrial (no “chão de fábrica”) é um serviço de caráter manual. Porém, Marcondes et al (2003) aponta para distinções que ocorrem dentro desse âmbito, entre “serviço de homem” e “serviço de mulher” que ocorre no trabalho industrial. Nesse sentido, os ditos “serviços de mulher” são aqueles mais relacionados à delicadeza e paciência, também conhecidos como serviços “leves”. Já os “serviços de homem” se relacionam à força física e truculência.

Essa foi uma questão marcante para Leila, que também ajuda a desconstruir a ideia de serviço “leve” em sua narrativa, uma vez que destacou o alto índice de adoecimento de suas colegas de trabalho no que tange à execução de serviços repetitivos. Essa questão corrobora o exposto por Marcondes et al (2003), que também aponta o acúmulo do trabalho remunerado ao trabalho doméstico e cuidado, como um dos elementos que também influencia os altos índices de adoecimento no trabalho por parte de mulheres que trabalham na indústria.

É interessante notar como, para Clóvis, o trabalho se iniciou já na narrativa de seu primeiro emprego formal. Para ele, a história de trabalho demarca a narrativa de sua história de vida. Já para Leila, o aspecto familiar é o elemento central de seu contar. Para além da valorização do trabalho ou da família, essa questão representa a posição ocupada por homens e mulheres dentro da hierarquia familiar, com as mulheres sendo responsáveis pelo trabalho doméstico e o cuidado, enquanto aos homens é dada a responsabilidade de ser o provedor financeiro. É interessante notar nesse sentido, como Leila a despeito de também ser a provedora financeira de seu lar, continuou sendo a responsável pelas tarefas ligadas ao cuidado, não havendo um rompimento com essa lógica, mas um acúmulo das funções.

Com relação à questão racial, não é possível dissociá-la da discussão sobre o trabalho, uma vez que faz parte integrante da dinâmica organizacional; por mais que por vezes se tente construir uma imagem neutra das organizações, a partir de discursos meritocráticos, não são apenas os casos explícitos de racismo que irão desconstruir essa ideia. Tratar apenas dos casos específicos nos remete à ideia de que o racismo é algo episódico e ocasional, sendo um desvio moral de um indivíduo específico, enquanto se trata de uma questão social e estrutural; sendo assim, as trajetórias individuais, por vezes vão esbarrar nessas questões, mas não vivenciá-las não significa sua inexistência.

Nesse sentido, tanto Leila quanto Clóvis vivenciam a questão racial no trabalho a partir de seus lugares sociais, que significa dizer que muitas vezes lidam com a desconfiança e precisam se provar para mostrar que são ainda melhores, como aponta Jaime (2011) em seu estudo sobre executivos negros. Os sujeitos dessa pesquisa não se tornaram executivos e trabalhavam no chamado “chão de fábrica”, porém, ocuparam posições de destaque no que diz respeito à atuação sindical. É a partir do rompimento com as “normas de cordialidade” que a opressão opera. Enquanto são mantidas as estruturas e o *status quo*, ou seja, os “lugares”, também são mantidas as aparências, ou, nos termos apontados por Sansone (1996), enquanto não são ocupadas as áreas duras.

Essa experiência de conviver com um caso explícito de racismo ocorreu com Clóvis, que apontou ser uma das maiores dores de sua vida, fato que também contribuiu para que ele pudesse ter uma maior consciência sobre a sua questão racial. A discussão do “Entender-se negro” será empreendida a seguir.

#### **6.1.4 Entender-se Negro**

A construção das identidades negras no Brasil não é uma questão trivial. Segundo Souza (1983, p. 77), “ser negro não é uma condição dada *a priori*. É um vir a ser. É tornar-se negro”. É nesse sentido que autora aponta que nascer com a pele negra, ou com outras características físicas como o cabelo ou o formato do nariz, não organiza por si só a constituição de uma identidade negra no Brasil. A possibilidade de construção dessa identidade é uma tarefa eminentemente política, que esbarra em inúmeras barreiras de valorização da raça branca vista como o padrão a ser alcançado (SOUZA, 1983).

Dentro desses processos que marcam o entender-se negro, Clóvis e Leila tomaram mediações distintas frente às questões que lhes eram impostas. Para Clóvis, essa questão se apresentou

desde a infância, como forma de “brincadeira” e, mesmo com um tom de pele mais escuro, ele retrata que a conscientização do racismo que sofria veio com o tempo. Esse tom de “brincadeira” muitas vezes presentes ao se referir a pessoas negras remete a uma das características do racismo no Brasil, que é a cordialidade. Sales Jr (2006) destaca que o brasileiro tem preconceito de ter preconceito. Isto é, a prática da discriminação racial desvelada no país é algo moralmente inaceitável, o que não impede a recorrente utilização de um racismo que se apresenta como velado, “bem humorado” e “espíritoso”, que não tem a “intenção” de propagar ideários racistas, mas apenas desconstrair.

Neste sentido, quem não aceita esse tipo de “brincadeira” se torna menos aceitável em um grupo social. Concordo com Irigaray; Saraiva e Carrieri (2010), que apontam que essas piadas acabam por naturalizar as discriminações. Na história de vida de Clóvis, essas piadas e brincadeiras dificultaram inclusive sua tomada de consciência sobre a existência do racismo, o que impacta diretamente o posicionamento político em relação ao tema. Assim como aponta Sales Jr (2006), em uma sociedade marcada por uma ideologia racista como a brasileira, com lugares bem delimitados entre brancos e negros, não é necessário mais que uma piada ou uma brincadeira, para que uma pessoa negra se sinta desconfortável consigo mesma.

Mesmo essa cordialidade muitas vezes presente nas relações raciais no Brasil não foi o suficiente para evitar que Clóvis tenha sofrido um caso de discriminação racial explícito, o qual ele aponta como uma das maiores dores de sua vida, ainda mais por ter que enfrentar a impunidade do caso.

Leila, por sua vez, teve uma percepção da sua identidade negra distinta. Ela destaca que possui a pele mais clara e, com isso, não sofreu “na pele” com o racismo, mas se entende negra a partir de outras características, como a classe social, a ancestralidade e o cabelo. Ela, assim, torna-se um exemplo no debate da miscigenação e da classificação racial brasileira, demonstrando que se trata de um posicionamento político e da percepção, que essa é uma questão que remete ao lugar social e não apenas às trajetórias individuais, assim como aponta Ribeiro (2017).

É possível perceber que contribuíram para a construção das identidades negras de Clóvis e Leila as discussões empreendidas pelos movimentos negros, em especial a partir dos anos 1990, que permitiram um debate mais aberto sobre a questão racial, desvelando situações muitas vezes silenciadas.

É importante ressaltar também o caráter singular e a forma como cada pessoa lida com a construção da identidade negra, sendo muitas vezes uma construção contínua, que é acelerada por momentos críticos e amadurecida a partir de diversos conhecimentos adquiridos. Contudo, como vimos, desde a infância os conhecimentos sobre a questão racial são muitas vezes silenciados, dificultando o acesso a essas questões o que faz com que a pessoa muitas vezes tenha dificuldade inclusive de perceber o racismo em algumas situações.

Mesmo adquiridos esses conhecimentos, pode haver também uma negação dessa condição, devido à desvalorização de características consideradas negras, como o cabelo crespo, ou mesmo o formato do nariz. Por isso é tão importante debatermos sobre representatividade, que auxilia na possibilidade de pessoas negras se verem ocupando determinadas funções, como é o caso da filha de Leila ao pensar sobre uma princesa negra. Como apresenta Gomes (2017), essa questão do cabelo é algo muito marcante na vida de mulheres negras, no próximo tópico será tratada essa aproximação entre opressões.

#### **6.1.5 Gênero**

Quando iniciei esse trabalho, meu foco seria tratar apenas das relações raciais que se apresentavam na vida desses trabalhadores industriais, com isso, pensei até mesmo em limitar o estudo a homens negros. Porém, em conversas com meu orientador, o professor Luiz Alex Saraiva, percebemos a riqueza de narrar também a história de uma mulher negra. Assim como aponta Collins (2016), as mulheres negras, por sua condição de opressão tão marcante, encontram-se em posição de ter uma visão mais ampla para enxergar a sociedade, uma vez que apenas quem sofre de fato com essas opressões sabe realmente o que elas significam em suas vidas.

A partir do momento que Leila passou a fazer parte deste estudo, percebi que as questões de raça, gênero e classe seriam indissociáveis. Assim como Ribeiro (2017), acredito que não exista a possibilidade de pensarmos uma hierarquização das discriminações e desigualdades. Um dos principais elementos que percebi, ao escutar, analisar e reproduzir essas histórias de vida nesse trabalho, foi a inter-relação entre as mais diversas opressões que surgiram ao longo da vida de Leila e Clóvis.

Ao fazer essa discussão sobre os dados encontrados, também se tornou inevitável a comparação entre a condição de Clóvis como homem e a de Leila enquanto mulher, mesmo dentro de uma origem social semelhante e o fato de ambos serem negros. Para Leila, apresentava-se uma tripla

carga de opressões, assim como destacado por Gonzalez (1983). Nesse sentido, é reforçada mais uma vez a ideia de pensar em conjunto os aspectos relacionados ao gênero, à raça e à classe social (GOMES, 2011).

Um aspecto marcante da distinção da narrativa empreendida por Clóvis e Leila foi o ponto de partida de cada um para falar de suas vidas. Clóvis iniciou pelo trabalho, e foi esse seu fio condutor ao longo de toda a narrativa. Já Leila iniciou falando de sua família e até mesmo seus marcos cronológicos passaram por essa questão.

Por vezes Clóvis demonstra ter consciência sobre as desigualdades que enfrentam homens e mulheres, relatando inclusive as dificuldades que passou ao conciliar o cuidado com a casa e os filhos e o trabalho em um período de sua vida. Porém, assim como aponta Ribeiro (2017), mesmo a partir dessa reflexão e dessa conscientização, nós, homens, seguimos sendo privilegiados por essa estrutura machista, assim como as pessoas brancas em relação às pessoas negras.

Deste modo, demonstrar nessa discussão como a questão de gênero se apresentou em cada uma das histórias de vida foi fundamental, não com o intuito de compará-las no plano individual de cada sujeito, mas foi importante para compreender a necessidade e a importância de se pensar a articulação dessas categorias, que nas histórias de vida se apresentam de forma indissociável.

Nesse ponto, acho importante retomar o conceito do ponto de vista apresentado por muitas feministas negras, uma vez que Leila demonstra ter uma visão mais ampla sobre as várias opressões, ao passo que Clóvis por mais que busque compreender sua condição de privilégio, muitas vezes reforça essa situação. Dentro dessa questão, um dos principais pontos que volto a destacar é como a centralidade do trabalho na narrativa de Clóvis se apresenta de forma muito clara, enquanto na narrativa de Leila está condicionada à família, remontando o ideário de que elementos ligados ao cuidado são funções da mulher.

É interessante notar as estratégias de resistência desenvolvidas por Leila ao longo de sua história de vida, em especial no que diz respeito à relação com seu companheiro, demonstrando que ela tem a percepção das opressões que sobre por ser mulher, trabalhadora industrial e negra. A forma como ela narra essas questões demonstra claramente a função da historicidade presente na narrativa das histórias de vida, e a possibilidade de reflexão sobre sua condição, que pode moldar em muitos sentidos sua história, mas que também é moldada por ela.

## 6.2 Encerramento

Como citei anteriormente, quando iniciei esse trabalho, foram muitas as considerações, e havia a intenção de focar especificamente na questão racial (o que ainda ocorreu em grande medida), contudo, as outras opressões também apareceram de forma tão clara na vida de Leila e Clóvis, cruzando-se com a questão racial, o que tornou inevitável tratar das questões de gênero e classe. Nesse sentido, acredito que seja fundamental pensarmos, assim com Ribeiro (2017) na impossibilidade de hierarquização dessas opressões, bem como na necessidade de pensá-las de forma articulada, em especial quando pensamos seu combate. A separação das opressões quando vamos falar sobre elas ocorre de forma didática, mas sua vivência se dá de forma articulada, em especial na vida das mulheres negras. Um avanço nesta discussão, tratando de forma mais aprofundada essa questão é um elemento que emerge de forma muito clara para pesquisas futuras.

É importante destacar que a escolha pelo foco no trabalho industrial se mostrou acertada, na medida em que é uma área pouco explorada no que diz respeito a relações raciais. Além disso, complementa estudos como o de Jaime (2011), que se propôs trabalhar com executivos negros, assim como Teixeira (2013), ao trabalhar com empregadas domésticas, ou mesmo Pena (2017) que tratou do espaço da cozinha, uma vez que se tratam de trabalhos que contribuem para a desconstrução da imagem de um contexto organizacional neutro, sejam em ocupações tradicionalmente ligadas às mulheres negras, como o trabalho doméstico, seja em casos que ainda são consideradas exceções, como é o caso de executivos negros.

Nesse contexto, as indústrias se apresentam como exemplo de organizações consideradas “tradicionais” e muito estudadas no campo da administração para pensar na melhoria da gestão e da produção, a partir muitas vezes de discursos que pregam a neutralidade e a meritocracia, por isso considero importante o rompimento com essa ideia e também com o mito da democracia racial que, da mesma forma, alinha-se a essa perspectiva.

Outra questão que se mostrou fundamental para esse trabalho foi a utilização de histórias de vida, fato que permitiu realizar uma escuta não apenas burocrática e também contribuiu para que eu pudesse abordar o aspecto das questões raciais a partir do meu lugar de fala, uma vez que o fato de eu nunca saber realmente o que significa ser negro em uma sociedade racista contribui com essa questão. Poder refletir e escutar sobre essa questão a partir de histórias de

vida de pessoas negras foi uma grande experiência e contribuição. Nesse sentido, assim como apontam Barros e Lopes (2015), ao final, posso dizer esse trabalho representou uma grande parte da minha construção a partir da relação com Leila e Clóvis.

Refletir sobre o referencial teórico que apresentou questões estruturais que se apresentam às pessoas negras em suas vidas e analisar as histórias de vida de Leila e Clóvis, compreendendo que essas possuem historicidade, que marca a capacidade deles se afastarem de sua própria história e refletirem sobre ela e as opressões que vivem, também modificando a história foi um elemento central dessa dissertação.

Por fim, é importante ressaltar que as discriminações raciais são silenciadas por diversos aspectos que passam pelas histórias de vida de pessoas negras, iniciando pela inexistência desse debate nas escolas, sejam públicas ou privadas, por mais que já tenha sido aprovada a Lei que obriga o ensino da história da África nas escolas<sup>32</sup>. Muito desse silenciamento se deve ao mito da democracia racial, que também tem suas consequências no mercado de trabalho. Esse silenciamento também dificulta o entender-se negro, dificulta a compreensão de que o racismo é estrutural e estruturante da sociedade, fatos que ficaram claros nas vidas de Leila e Clóvis.

É importante notar que o racismo não apenas faz com que os negros sejam minorias em cargos de chefia, que as mulheres negras sejam hipersexualizadas, o racismo também mata. Não aceitar esse silêncio e compreender na vida de Clóvis e Leila uma grande força de resistência ao racismo é a grande contribuição deste trabalho.

---

<sup>32</sup> Lei 10639 de 9 de janeiro de 2003 (BRASIL 2003c)

## REFERÊNCIAS

ALBUQUERQUE, W. R. de. Cor que faz a diferença. In: FIGUEIREDO, Luciano (Org.) **A era da escravidão**. Rio de Janeiro: Sabin, 2009, p. 91-93.

ARONSON, E., WILSON, T. D., AKERT, R. M. **Psicologia social**. 3 ed. Rio de Janeiro: LTC Editora, 2002.

BAIROS, L. Nossos Feminismos Revisitados. **Estudos Feministas**, [S.l.], ano 3, 1995.

BAKHTIN, M. (Voloshinov). **Marxismo e filosofia da linguagem**. 8. ed. São Paulo: HUCITEC, 2006.

BALÁN, J. Migrações e desenvolvimento capitalista no Brasil: Ensaio de interpretação histórico-comparativa. In. BALÁN, J. (Ed.). **Centro e periferia no desenvolvimento brasileiro**. São Paulo: Difusão Europeia do Livro, 1974.

BARROS, J. D'A. **A construção social da cor**: diferença e desigualdade na formação da sociedade brasileira. Petrópolis: Vozes, 2009.

BARROS, J. D'A. A "construção social da cor" e a "desconstrução da diferença escrava" – reflexões sobre as idéias escravistas no Brasil colonial. **Revista Opsi**, Catalão, v. 10, n. 1, p. 29-54, jan-jun 2010. Disponível em: <<https://www.revistas.ufg.br/Opsi/article/view/9204#.WLeBdzvyvIU>>. Acesso em: 26 fev. 2017.

BARROS, V. A. de; LOPES, F. T.. Considerações Sobre a Pesquisa em Histórias de Vida. In: SOUZA, Eloisio Moulin de. (Org.). **Metodologias e analíticas qualitativas em pesquisa organizacional [recurso eletrônico]**: uma abordagem teórico-conceitual. Vitória: EDUFES, 2014, p. 41-64.

BERNARDES, N. M. G. Vida cotidiana e subjetividade de meninos e meninas das camadas populares: meandros de opressão, exclusão e resistência. **Psicologia, Ciência e Profissão**, [S.l.], v. 12, n. 3/4, p. 24-33, 1992.

BERNARDINO, J. Ação afirmativa e a rediscussão do mito da democracia racial no Brasil. **Estud. afro-asiát.**, Rio de Janeiro, v. 24, n. 2, p. 247-273, 2002.

BISPO, M. S. Um Diálogo entre os Paradigmas da Teoria Crítica e Interpretativista no Contexto das Organizações: Uma Proposta Baseada no Conceito de Prática. **XXXIV Encontro da ANPAD**, [S.l.], 2010.

BOSI, E. **Memória e sociedade**: lembranças de velhos. 3ed. São Paulo: Companhia das Letras, 1994.

BRASIL. Constituição (1988). **Constituição da República Federativa do Brasil**. 35. ed. São Paulo: Saraiva, 2005.

BRASIL. Decreto nº 1904, de 12 de maio de 1996. Institui o Programa Nacional de Direitos Humanos - PNDH. **Diário Oficial da União**, Brasília, 14 maio 1996. Disponível em: <[http://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/decreto/d1904.htm](http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/decreto/d1904.htm)>. Acesso em: 05 fev. 2017.

BRASIL. Decreto nº 3912, de 10 de setembro de 2001. Regulamenta as disposições relativas ao processo administrativo para identificação dos remanescentes das comunidades dos quilombos e para o reconhecimento, a delimitação, a demarcação, a titulação e o registro imobiliário das terras por eles ocupadas. **Diário Oficial da União**, Brasília, 11 set. 2001. Disponível em: <[http://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/decreto/2001/D3912.htm](http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/decreto/2001/D3912.htm)>. Acesso em: 05 fev. 2017.

BRASIL. Decreto nº 4229, de 13 de maio de 2002a. Dispõe sobre o Programa Nacional de Direitos Humanos - PNDH, instituído pelo Decreto no 1.904, de 13 de maio de 1996, e dá outras providências. **Diário Oficial da União**, Brasília, 14 maio 2002. Disponível em: <[http://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/decreto/2002/D4229.htm](http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/decreto/2002/D4229.htm)>. Acesso em: 05 fev. 2017.

BRASIL. Decreto nº 4886 de 20 de novembro de 2003b. Institui a Política Nacional de Promoção da Igualdade Racial - PNPIR e dá outras providências. **Diário Oficial da União**, Brasília, 21 nov. 2003. Disponível em: <[http://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/decreto/2003/D4886.htm](http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/decreto/2003/D4886.htm)> Acesso em: 05 nov. 2014.

BRASIL. Lei nº 7716, de 5 de janeiro de 1989. Define os crimes resultantes de preconceito de raça ou de cor. **Diário Oficial da União**, Brasília, 6 jan. 1989. Disponível em: <[http://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/leis/l7716.htm](http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/l7716.htm)>. Acesso em: 05 fev. 2017.

BRASIL. Lei nº 10558, de 13 de novembro de 2002b. Cria o Programa Diversidade na Universidade, e dá outras providências. **Diário Oficial da União**, Brasília, 14 nov. 2002. Disponível em: <[http://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/leis/2002/L10558.htm](http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/2002/L10558.htm)>. Acesso em: 05 fev. 2017.

BRASIL. Lei nº 10639, de 9 de janeiro de 2003c. Altera a Lei no 9.394, de 20 de dezembro de 1996, que estabelece as diretrizes e bases da educação nacional, para incluir no currículo oficial da Rede de Ensino a obrigatoriedade da temática "História e Cultura Afro-Brasileira",

e dá outras providências. **Diário Oficial da União**, Brasília, 10 jan. 2003. Disponível em: <[http://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/leis/2003/110.639.htm](http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/2003/110.639.htm)>. Acesso em: 07 fev. 2017.

BRASIL. Lei nº 10678 de 23 de maio de 2003a. Cria a Secretaria Especial de Políticas de Promoção da Igualdade Racial, da Presidência da República, e dá outras providências. **Diário Oficial da União**, Brasília, 26 maio 2003. Disponível em: <[http://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/leis/2003/L10.678.htm](http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/2003/L10.678.htm)>. Acesso em: 07 fev. 2017.

BRASIL. Lei nº 12288, de 20 de julho de 2010. Institui o Estatuto da Igualdade Racial; altera as Leis nos 7.716, de 5 de janeiro de 1989, 9.029, de 13 de abril de 1995, 7.347, de 24 de julho de 1985, e 10.778, de 24 de novembro de 2003. **Diário Oficial da União**, Brasília, 21 jul. 2010. Disponível em: <[http://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/\\_Ato2007-2010/2010/Lei/L12288.htm](http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_Ato2007-2010/2010/Lei/L12288.htm)>. Acesso em: 07 fev. 2017.

BRASIL. Lei nº 12711, de 29 de agosto de 2012. Dispõe sobre o ingresso nas universidades federais e nas instituições federais de ensino técnico de nível médio e dá outras providências. **Diário Oficial da União**, Brasília, 30 ago. 2012. Disponível em: <[http://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/\\_ato2011-2014/2012/lei/112711.htm](http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2011-2014/2012/lei/112711.htm)>. Acesso em: 07 fev. 2017.

BRUSCHINI, M. C. A. Trabalho e gênero no Brasil nos últimos dez anos. **Cadernos de Pesquisa**, [S.l.], v. 37, n. 132, set./dez. 2007.

BURRELL, G.; MORGAN, G. **Sociological paradigms and organizational analysis**. London: Heinemann Educational Books, 1979.

CAMPOS, F. A. **Trabalho e consciência de classe: a história de Dona Antônia e Dona Maria na luta pela terra**. 2004. Dissertação (Mestrado) – Programa de Pós-Graduação em Psicologia, Universidade Federal de Minas Gerais, Belo Horizonte, 2004.

CARNEIRO, S. Estratégias legais para promover a justiça social. In: GUIMARÃES, Antônio Sérgio; HUNTLEY, Lynn. **Tirando a máscara: ensaios sobre o racismo no Brasil**. São Paulo: Paz e Terra, 2000.

CARNEIRO, S. **Racismo, sexismo e desigualdade no Brasil**. São Paulo: Selo Negro, 2011.

CARNEIRO, S.. Mulheres em movimento. **Estudos Avançados**.v.17 n. 49. 2003.

CARONE, E. **A República Velha - Instituições e classes sociais**. 4 ed. São Paulo: Difel, 1978.

CARVALHO, J. C. B.; COSTA, L. F. História de vida: aspectos teóricos da Psicossociologia clínica. **Revista Brasileira de Psicodrama**, São Paulo, v. 23, n. 2, 24-31, 2015.

CARVALHO, J. J. O confinamento racial do mundo acadêmico brasileiro. **Revista USP**, São Paulo, n. 68 p. 88-103, dez/jan/fev. 2005-2006

CARVALHO, M. A. R. de. Liberdade é terra. In. FIGUEIREDO, Luciano (Org.). **A era da escravidão**. Rio de Janeiro: Sabin, 2009, p. 85-87.

CHALHOUB, S. **Visões da Liberdade**. São Paulo: Companhia das Letras, 1990.

COLOMBY, R. K.; PERES A. G. L. LOPES, F. T.; COSTA, S. G. A pesquisa em história de vida nos estudos organizacionais: um estudo bibliométrico. **FAROL- revista de estudos organizacionais e sociedade**. Belo Horizonte, v. 3, n. 8, 2016.

COLLINS, Patrícia Hill. Aprendendo com a outsider within: a representação sociológica do pensamento feminista negro. **Sociedade e Estado**, [S.l.], v. 31, n. 1, 2016.

CONCEIÇÃO, E. B. A negação da raça nos estudos organizacionais. In: Encontro Nacional da Associação Nacional de Pós Graduação e Pesquisa em Administração, 33, 2009, São Paulo. **Anais do Encontro Nacional da Associação Nacional de Pós-Graduação e Pesquisa em Administração**, São Paulo, 2009.

COSTA, E.V. da. **Da senzala à colônia**. São Paulo: Difusão Européia de Livro, 1966.

COUTINHO, L. R. S; COSTA, A. M; CARVALHO, J. L. F. S. Debatendo Diversidade de Gênero e Raça no Contexto Organizacional Brasileiro: Lei do Mercado ou Cotas por Lei?. **Sociedade, Contabilidade e Gestão**, Rio de Janeiro, v. 4, n. 1, jan/jun 2009.

DAMASCENO, T. M. **Conhecimento e formação de agenda: uma análise da promoção da igualdade racial no Brasil (1995 a 2003)**. 2010. Dissertação (Mestrado). Pós-Graduação em Administração Pública – Escola de Governo Professor Paulo Neves de Carvalho, Fundação João Pinheiro, Belo Horizonte, 2010.

DAMATTA, R. Digressão: a fábula das três raças ou o problema do racismo à brasileira. In: **Relativizando**: uma introdução à antropologia social. Rio de Janeiro: Rocco, 1991.

DAVIS, A. As mulheres negras na construção de uma nova utopia. Conferência realizada no dia 13 de dezembro de 1997, em São Luís (MA), na **Iª Jornada Cultural Lélia Gonzales**, promovida pelo Centro de Cultura Negra do Maranhão e pelo Grupo de Mulheres Negras Mãe Andreza. Publicado em 12 de julho 2011. Disponível em: <<https://www.geledes.org.br/as-mulheres-negras-na-construcao-de-uma-nova-utopia-angela-davis/>>. Acesso em 13 dez 2017

DEPESTRE, R. **Bom dia e adeus à negritude**. Paris: Robert Laffont, 1980.

DOMINGUES, P. Movimento Negro Brasileiro: alguns apontamentos históricos. **Tempo**, [S.l.], v.12, n. 23, 2007.

DOMINGUES, P. Movimento negro brasileiro: história, tendências e dilemas contemporâneos. **Dimensões – Revista de História da UFES**, [S.l.], vol. 21, 2008. Disponível em: <<http://www.periodicos.ufes.br/dimensoes/article/view/2485>>. Acesso em: 15 fev. 2017.

EVARISTO, C. **Poemas da recordação e outros movimentos**. Belo Horizonte: Nandyala, 2008.

FARIA, A. A. M. F. Aspectos de um discurso empresarial. In: CARRIERI, A. P. ; SARAIVA, L. A. S.; PIMENTEL, T. D.; SOUZA-RICARDO, P. A. G. (Org.). **Análise do discurso em estudos organizacionais**. Curitiba: Juruá, 2009. p. 45-52.

FERNANDES, F. **A integração do negro na sociedade de classes**: (o legado da “raça branca”). 5 ed, vol. I. São Paulo: Globo, 2008.

FERNANDES, M. E. História de vida: dos desafios de sua utilização. **Revista Hospitalidade**. São Paulo, v. VII, n. 1, p. 15-31, jan.- jun. 2010.

FERRAROTTI, F. **Histoire et histoires de vie**. Paris: Méridiens Klincksieck, 1990.

FERRAROTTI, F. Sobre a autonomia do método biográfico. **Sociologia Problemas e Práticas**. [S.l.], p. 171 – 177, 1991.

FREIRE, G. **Casa-grande e senzala**: formação da família brasileira sobre o regime da economia patriarcal. Rio de Janeiro: Global. 2003.

FUNDAÇÃO CULTURAL PALMARES. **Apresentação**. Disponível em: <[http://www.palmares.gov.br/?page\\_id=95#](http://www.palmares.gov.br/?page_id=95#)>. Acesso em: 20 fev. 2017.

FURTADO, C. **Formação Econômica do Brasil**, 11 ed. São Paulo: Companhia Editora Nacional, 1959.

GAULEJAC, V. de. **Qui est <<je>>**. Paris. Éditions du Seuil, 2009.

GAULEJAC, V. O âmago da discussão: da sociologia do indivíduo à sociologia do sujeito. **Cronos**, Natal-RN, v. 5/6, n. 1/2, p. 59-77, jan./dez. 2004/2005.

GAULEJAC, V.; HANIQUE, F. "Conclusion". In: GAULEJAC, V. de; HANIQUE, F.; ROCHE, P. (orgs.). **La sociologie clinique**: enjeux théoriques et méthodologiques. Toulouse: Éditions Érès, 2012, p. 361-369.

GIBBS, G. **Análise de dados qualitativos**. Tradução: Roberto Cataldo Costa. Porto Alegre: Artmed, 2009.

GOMES, Nilma Lino. O movimento negro no Brasil: ausências, emergências e a produção dos saberes. **Tempo e Sociedade**, [S.l.], v. 10, n. 18, 2011.

GOMES, Nilma Lino. **Sem perder a raiz**: Corpo e cabelo como símbolos da identidade negra. São Paulo. Autêntica Editora, 2017.

GONÇALVES, Luiz Alberto Oliveira. Reflexão sobre a particularidade cultural na educação das crianças negras. **Cadernos de Pesquisa**, São Paulo, n. 63, p. 27-29, nov. 1987.

GONZALES, L. Racismo e Sexismo na Sociedade Brasileira. **Revista Ciências Sociais Hoje**, [S.l.], Anpocs, 1984, p. 223-244.

GOVERNO DO ESTADO DO PARANÁ. **Campanha contra racismo do Governo Paraná**. Youtube. 17 nov. 2016. Disponível em: <<https://www.youtube.com/watch?v=bKEifWCZoF8>>. Acesso em: 26 fev. 2017.

GUIMARÃES, A. S. A. A questão racial na política brasileira (os últimos quinze anos). **Tempo Social - Revista Sociologia USP**, São Paulo v.13, n.2, 2001, p. 121-142.

GUIMARÃES, A. S. A. A República de 1889: utopia de branco, medo de preto (a liberdade é negra; a igualdade, branca e a fraternidade, mestiça). **Contemporânea – Revista de Sociologia da UFSCar**. São Carlos, Departamento e Programa de Pós-Graduação em Sociologia, 2011, n. 2, p. 17-36.

GUIMARÃES, A. S. A. **Racismo e anti racismo no Brasil**. São Paulo: Editora 34,1999.

GUIMARÃES, A. S. A. Depois da democracia racial. **Tempo social**, [São Paulo], v. 18, n. 2., 2006.

GUIMARÃES, A. S. A. Formações nacionais de classe e raça. **Tempo social**, São Paulo , v. 28, n. 2, p. 161-182. 2016.

HASENBALG, C. **Discriminação e desigualdades raciais no Brasil**. Rio de Janeiro: Graal, 1979.

HIRATA, H. Divisão – relações sociais de sexo e do trabalho: contribuição à discussão sobre o conceito de trabalho. **Em Aberto**, Brasília, MEC/Inpe, v. 1, n. 65, p. 39-49, jan./mar. 1995.

HOOKS, B. Intelectuais negras. **Estudos Feministas**, [S.l.], n. 2, p. 464-78, jul./dez., 1995.

HOOKS, B. **From margin to center**. Boston: South End Press, 1984

JACCOUD, L. Racismo e República: o debate sobre o branqueamento e a discriminação racial no Brasil. In: THEODORO, M. (Org.). **As políticas públicas e a desigualdade racial no Brasil: 120 anos após a abolição**. Brasília: IPEA, 2008.

JAIME, P. de C. Jr.. **Executivos negros: racismo e diversidade no mundo empresarial - Uma abordagem sócio-antropológica**.2011. Tese(Doutorado em Antropologia Social) – Universidade de São Paulo, São Paulo, 2011.

JESUS, V. M. de. **Do Silêncio ao Estatuto da Igualdade Racial: Os caminhos da igualdade no direito brasileiro.** 2013. Dissertação (Mestrado). Universidade de São Paulo (USP), Programa de Pós- Graduação em Direito, 2013.

LARA, S. H. **Escravidão, Cidadania e História do Trabalho no Brasil.** São Paulo: Poj. História, 1998.

LHUILIER, D. . Filiações teóricas da clínica do trabalho. In: BENDASSOLLI, P.; SOBOLL, L. A. (Org.). **Clínicas do trabalho: novas perspectivas para compreensão do trabalho na atualidade.** São Paulo: Atlas, 2011, p. 22-58.

LIMA, R. Mercado de trabalho: O capital humano e a teoria da segmentação. **Pesquisa e Planejamento Econômico**, Rio de Janeiro, v. 10, n. 1, 1980, p. 217-272.

LINS, S. L. B; LIMA-NUNES, A; CAMINO, L. O papel dos valores sociais e variáveis psicossociais no preconceito racial brasileiro. **Psicologia & Sociedade**, [S.l.],v. 26 n. 1, 95-105. 2014.

LIPOVETSKY, G. **A sociedade pós-moralista: o crepúsculo do dever e a ética indolor dos novos tempos democráticos.** São Paulo: Manole, 2005

LOPES, F. T. **Entre o prazer e o sofrimento: histórias de vida, droga e trabalho.** 2015. Tese (Doutorado em Administração) – Faculdade de Ciências Econômicas, Universidade Federal de Minas Gerais, Belo Horizonte, 2015.

MALTA, R. B.; OLIVEIRA, L. T. B. O, Enegrecendo as redes: o ativismo de mulheres negras no espaço virtual.**GÊNERO**, Niterói, v.16, n.2, p. 55 – 69, 2016.

MARAN, S. L. **Anarquistas, imigrantes e movimento operário no Brasil.** São Paulo: Editora Paz e Terra, 1979.

MARCONDES, W. B. et al. O peso do trabalho “leve” feminino à saúde. **São Paulo em Perspectiva**, [S.l.], v. 17, n. 2, p. 91-101, 2003.

MARQUESE, R. de B. A dinâmica da escravidão no Brasil: resistência, tráfico negreiro e alforrias, séculos XVII a XIX. **Novos estud. - CEBRAP**, São Paulo, n. 74, p. 107-123, Mar. 2006.

MARTINS, T. C. S. O negro no contexto das novas estratégias do capital: desemprego, precarização e informalidade. **Serv. Soc. Soc.**, São Paulo, n. 111, p. 450-467, jul./set. 2012.

MBEMBE, A. “As formas africanas de auto-inscrição”. **Estudos Afro-Asiáticos**, [S.l.], 2001, vol. 23, n. 1, pp. 171-209.

MINAS GERAIS. Lei Delegada nº 180 de 20 de janeiro de 2011. Dispõe sobre a estrutura orgânica da Administração Pública do Poder Executivo do Estado de Minas Gerais e dá outras providências. **Diário oficial do estado**, Belo Horizonte, 20 jan. 2011.

MIZUBUTI, S. Sobre a formação da mão-de-obra industrial no Brasil e a imigração estrangeira - 1890-1930. **GEOgraphia**, Instituto de Geociências - UFF, [S.l.], v. 3, n. 5, 2001.

MOURA, C. **História do negro brasileiro**. 2 ed. São Paulo: Editora Ática, 1992.

MOURA, C. **Sociologia do negro brasileiro**. São Paulo: Editora Ática, 1988.

MOTTA, R. Paradigmas de interpretação das relações raciais no Brasil. **Estudos Afro-Asiáticos**, [S.l.], 2000, n. 38, pp. 113-133. Disponível em: <<http://dx.doi.org/10.1590/S0101-546X2000000200006>>. Acesso em: 05 jan. 2017.

MUNANGA, K. As facetas de um racismo silenciado. In. SCHWARCZ, Lilia Moritz; QUEIROZ, Renato (Org.). **Raça e diversidade**. São Paulo: Edusp, 1996.

MUNANGA, K. **Rediscutindo a mestiçagem no Brasil**: identidade nacional versus identidade negra. Belo Horizonte: Autêntica, 2000.

MUNANGA, K. **Negritude**: Usos e sentidos. São Paulo. Editora Autêntica, 2015.

NASCIMENTO, B. “A mulher negra e o amor”. **Jornal Maioria Falante**, fev.-mar. 1990, p. 3.

NASCIMENTO, M. C. R.; OLIVEIRA, S. O.; TEIXEIRA, J. C.; CARRIERI, A. P. Com que Cor Eu Vou pro Shopping que Você me Convidou?. **RAC**, Rio de Janeiro, v. 19, 3a Edição Especial, art. 1, pp. 245-268, Outubro 2015.

NKOMO, S. M. A postcolonial and anti-colonial reading of ‘African’ leadership and management in organization studies: tensions, contradictions and possibilities. **Organization**, Pretoria, Jan. 2011. Disponível em: <  
[http://repository.up.ac.za/bitstream/handle/2263/16735/Nkomo\\_Postcolonial%282011%29.pdf?sequence=1&isAllowed=y](http://repository.up.ac.za/bitstream/handle/2263/16735/Nkomo_Postcolonial%282011%29.pdf?sequence=1&isAllowed=y)>. Acesso em: 20 jan. 2017.

NOGUEIRA, O. Preconceito racial de marca e preconceito racial de origem: sugestão de um quadro de referência para a interpretação do material sobre relações raciais no Brasil. **Tempo Social**, [S.l.], v.19, n. 1, 287-308, 2007.

OLIVEIRA, I. **O Liberto**: seu mundo e os outros. 1979. Dissertação (Mestrado) – Programa de Pós-Graduação em Ciências Sociais, Universidade Federal da Bahia, Salvador, 1979.

OLIVEIRA, T. O uso de turbantes por pessoas brancas é apropriação cultural?. **Carta Capital**. Disponível em: <<http://www.cartacapital.com.br/sociedade/turbantes-e-apropriacao-cultural>>. Acesso em: 28 fev. 2017.

OLIVEIRA, S. R. de; PICCININI, Valmiria Carolina. Mercado de trabalho: múltiplos (des)entendimentos. **Rev. Adm. Pública** [online]. 2011, vol. 45, n. 5. pp. 1517-1538. Disponível em: <[http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci\\_arttext&pid=S0034-76122011000500012](http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0034-76122011000500012)>. Acesso em: 10/12/2017

PAES DE PAULA, A. P. Para além dos paradigmas nos Estudos Organizacionais: o Círculo das Matrizes Epistêmicas. **Cad. EBAPE.BR**, v. 14, nº 1, Artigo 2, Rio de Janeiro, Jan./Mar. 2016.

PAIXÃO, M.; et al. (orgs.). **Relatório Anual das Desigualdades Raciais no Brasil; 2009-2010**. Rio de Janeiro: Garamond, 2010.

PENA, F. G. **Um território (re)apropriado?** A dinâmica territorial da cozinha em meio a relações sociais de gênero e raça. 207 f. Dissertação (mestrado) – Universidade Federal de Minas Gerais – CEPEAD. 2017.

PEREIRA, C.; TORRES, A. R. R.; ALMEIDA, S. T. Um Estudo do Preconceito na Perspectiva das Representações Sociais: Análise da Influência de um Discurso Justificador da Discriminação no Preconceito Racial Psicologia. **Reflexão e Crítica**, [S.l.], v. 16 n. 1, 2003, pp. 95-107.

PINTO, B. O. S.; CARRETEIRO, T. C. O. C.; RODRIGUEZ, L. S. Trabalhando no “entre”: a história de vida laboral como método de pesquisa em psicossociologia. **Farol - revista de estudos organizacionais e sociedade**, Belo Horizonte, v. 2, n. 5, p. 941-985, dez. 2015. Disponível em: <<http://revistas.face.ufmg.br/index.php/farol/article/download/3129/1646>>. Acesso em: 26 fev. 2017.

POCHMANN, M. Rumos da política do trabalho no Brasil. In: SILVA, M. O. S.; YAZBEK, M. C. **Políticas públicas de trabalho e renda no Brasil contemporâneo**. São Paulo: Cortez; São Luís, MA: Fapema, 2008.

PRESTES MOTTA, F.C.; ALCADIPANI, R e BRESLER, R.B. Valorização do estrangeiro como segregação organizacional. **Revista de Administração Contemporânea**, ed. especial, p. 59- 79, 2001.

QUEIROZ, M. I de. Relatos orais: do indizível ao dizível. In: SIMSON, Olga de Moraes (org.). **Experimentos com história de vida Itália/Brasil**. São Paulo: R. T., 1988.

SALES JR, R. Democracia racial: o não-dito racista. **Tempo Social**, Revista de Sociologia da USP, [São Paulo], v. 18, n. 2. 2006.

SANSONE, L. Nem somente preto ou negro: o sistema de classificação racial no Brasil que muda. **Afro-Ásia**, [S.l.], v. 18, n. 2, 165-187, 1996.

SANTOS, S. B. Feminismo Negro Diaspórico. **Gênero**, v. 8, n. 1, 2007

SARAIVA, L. A. S. **Mercantilização da cultura e dinâmica simbólica local: a indústria cultural em Itabira**, Minas Gerais. 2009. 333 f. Tese (Doutorado em Administração) - Faculdade de Ciências Econômicas, Universidade Federal de Minas Gerais, Belo Horizonte, 2009.

SARAIVA, L. A. S.; CARRIERI, A. P. Simbolismo e Dinâmica nas Organizações. **V Encontro de Estudos Organizacionais da ANPAD**. Belo Horizonte, 2008.

SARTRE, J. P. **Anthologie de la nouvelle poésie nègre et malgache de la langue française**. Paris: Presse Universitaire de France, 1969.

SAUL, R. P. As raízes renegadas da teoria do capital humano. **Sociologias** [online]. 2004, n.12, pp. 230-273. Disponível em: <[http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci\\_arttext&pid=S1517-45222004000200009&lang=pt](http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S1517-45222004000200009&lang=pt)> Acesso em: 30 out. 2014.

SCHWARCZ, L. M. As teorias raciais, uma construção histórica de finais do século XIX: o contexto brasileiro. In: L. M. Schwarcz & R. S. Queiroz (Orgs.), **Raça e diversidade**. São Paulo: Edusp, 1996, pp. 147-185.

SILVA, A. P.; BARROS, C. R.; NOGUEIRA, M. L. M.; BARROS, V. A. Conte-me sua história: reflexões sobre o método de história de vida. Mosaico: **Estudos em Psicologia**, [Belo Horizonte], Universidade Federal de Minas Gerais, v. 1, p. 25-36, 2007.

SILVA, P. V. B. O silêncio como estratégia ideológica no discurso racista brasileiro. **Currículo sem Fronteiras**, [S.l.], v. 12, n. 1, pp. 110-129, Jan/Abr 2012.

SILVA, R. da C. A constituição de 1988 e a discriminação racial e de gênero no mercado de trabalho no Brasil. 23 International Law, **Revista Colombiana de Derecho Internacional**, [S.l.], 2013, p. 235-266.

SILVA, L.H. Admitimos mulheres para trabalhos leves. **Estudos Feministas**, Florianópolis, UFSC, v. 3, n. 2, p. 1-13, jul./dez. 1995.

SLENES, R. **Na Senzala Uma Flor** – Esperanças e recordações na Formação da Família Escrava. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 1999.

SOUZA, E. R. O. O Brasil Pitoresco de Charles Ribeyrolles. **Itinerários**, Araraquara, n. 31, p. 205-221, jul./dez. 2010.

SOUZA, N. S. **Tornar-se negro**. Rio de Janeiro: Graal, 1983

REIS, J. C. **As identidades do Brasil: de Varnhagen a FHC**. Rio de Janeiro: Editora FGV, 2007.

RHÉAUME, J. El relato de vida de vida colectivo y la aproximación clínica em ciências sociales. **Perfiles Latinoamericanos**, Mexico, n. 21, p. 99-115, 2002.

RIBEIRO, D. **O que é lugar de fala?**. Belo Horizonte: Letramento: Justificando, 2017.

RIBEYROLLES, C. **Brasil pitoresco: história, descrição, viagens, colonização, instituições**. Belo Horizonte: Itatiaia; São Paulo: EDUSP, 1980.

RIZEK, C.S.; LEITE, M.P. Dimensões e representações do trabalho fabril feminino. **Cadernos Pagu**, Campinas, Unicamp, v. 10, p. 281-307, 1998.

ROCHA-COUTINHO, M.L. **Tecendo por trás dos panos**. A mulher brasileira nas relações familiares. Rio de Janeiro: Rocco, 1994.

RODRIGUES, C. Atualidade do conceito de interseccionalidade para a pesquisa e prática feminista no Brasil. **Fazendo Gênero 10** – Desafios atuais do feminismo, [S.l], 2013.

ROSA, A. R. Relações Raciais e Estudos Organizacionais no Brasil. **RAC**, Rio de Janeiro, v. 18, n. 3, art. 1, pp. 240-260, Maio/Jun. 2014.

TEIXEIRA, J. C.; **As artes e práticas cotidianas de viver, cuidar, resistir e fazer das empregadas domésticas**. 2015. 412 f. Tese (Doutorado em Administração) – Faculdade de Ciências Econômicas, Universidade Federal de Minas Gerais, Belo Horizonte, 2015.

TEIXEIRA, J. C.; SARAIVA, L. A. S. ; CARRIERI, A. P. . Os Lugares das Empregadas Domésticas. **Organizações & Sociedade (Impresso)**, v. 22, p. 161-178, 2015.

TELLES, E. **Racismo à brasileira**. Rio de Janeiro: Ed. Relume-Dumará, 2003.

THEODORO, M. A formação do mercado de trabalho e a questão racial no Brasil In: THEODORO, M. (Org.). **As políticas públicas e a desigualdade racial no Brasil: 120 anos após a abolição**. Brasília: IPEA, 2008.

THIOLLENT, M. J. M. **Crítica Metodológica, Investigação Social e Enquete Operária**. São Paulo: Polis, 1982.

VENTURI, G.; PAULINO, M. F. Pesquisando preconceito racial. In: TURRA, C.; VETURI, G. (Orgs.). **Racismo Cordial: A mais completa análise sobre o preconceito de cor no Brasil**. São Paulo: Editora Ática, 1995, pp. 83-95.

VERGARA, S. C. CALDAS M. P. **Paradigma Interpretacionista: a Busca da Superação do Objetivismo Funcionalista nos Anos 1980 e 1990**. RAE-Revista de Administração de Empresas, [S.l], vol. 45, n. 4, out-dez 2005.

VOGEL, L. A. Quebec contribution to a debate which Europe's unions must enter. In: MESSING, K. (Org.). **Integrating gender in ergonomics analysis – strategies for transforming women's work**. Bruxelas: European Trade Union Technical Bureau for Health and Safety, 1999. p. 9-33.

## ANEXOS

### Anexo A – Termo de consentimento livre e esclarecido<sup>33</sup>

#### **“A CARNE MAIS BARATA DO MERCADO É A CARNE NEGRA”: Um estudo com histórias de vida de trabalhadores industriais negros**

##### **1) Introdução**

Você está sendo convidado(a) a participar da pesquisa “A CARNE MAIS BARATA DO MERCADO É A CARNE NEGRA”: Um estudo com histórias de vida de trabalhadores industriais negros. Se decidir participar dela, é importante que leia estas informações sobre o estudo e o seu papel nesta pesquisa. Você foi selecionado(a) em virtude de apresentar características de interesse para a composição da amostra da pesquisa. Sua participação não é obrigatória. A qualquer momento você pode desistir de participar e retirar seu consentimento. Sua recusa não trará nenhum prejuízo em sua relação com o pesquisador ou com a empresa. É preciso entender a natureza e os riscos da sua participação e dar o seu consentimento livre e esclarecido por escrito.

##### **2) Objetivo**

O objetivo deste estudo é compreender e analisar como as relações raciais se manifestam e são vivenciadas por trabalhadores industriais negros, a partir de suas histórias de vida.

##### **3) Procedimentos do estudo**

Se concordar em participar deste estudo, você será solicitado a responder questões e perguntas colocadas pelos pesquisadores. A entrevista será gravada e, posteriormente, transcrita. Posteriormente, as informações serão analisadas pelos pesquisadores. A identificação dos respondentes será sempre preservada.

##### **4) Riscos e desconfortos**

---

<sup>33</sup> Há **duas vias** deste termo: uma para o participante da pesquisa e outra para ser arquivada pelo Comitê de Ética em Pesquisa da UFMG.

Você poderá ter receio de que alguma informação fornecida aos pesquisadores seja negativamente interpretada e, que, por isso, sua posição seja ameaçada. De forma alguma os pesquisadores possibilitarão a identificação dos respondentes, nem repassarão informações obtidas durante a entrevista de forma aleatória. Nosso objetivo não é julgar você ou suas opiniões, mas tão somente analisar técnica e academicamente a dinâmica territorial da cozinha doméstica. Dificuldades são inerentes a esse processo e serão tratadas como tal, sempre com o objetivo de contribuir positivamente para seu aprimoramento.

### **5) Benefícios**

Sua participação na pesquisa é fundamental, dadas as suas características e conhecimento sobre o assunto. Ao responder às questões colocadas por esta pesquisa, você poderá aproveitar para refletir sobre esse processo, seu amadurecimento, as dificuldades já enfrentadas e superadas e aquelas que ainda constituem um desafio. Adicionalmente, você estará contribuindo para que a universidade avance a pesquisa nessa área, ainda tão incipiente no Brasil.

### **6) Custos/Reembolso**

Você não terá nenhum gasto com a sua participação no estudo, sendo sua contribuição fundamental ao andamento deste estudo.

### **7) Caráter confidencial dos registros**

Você não será identificado quando o material de seu registro for utilizado, seja para propósitos de publicação científica ou educativa. Ao assinar este consentimento informado, você autoriza a utilização das respostas do roteiro de entrevistas para a construção de uma análise global da dinâmica territorial da cozinha doméstica, sobre a qual você foi entrevistado (a). Após a transcrição das entrevistas, essas serão mantidas sob a guarda dos pesquisadores, que apenas autorizarão o uso e manuseio do material escrito, que não permitirão, em hipótese alguma, a identificação dos entrevistados. Em caso de transcrição de partes da fala do entrevistado, estes serão referidos por E1, E2... ou por uso de codificação semelhante para impedir sua identificação.

## 8) Participação

A coleta de dados desta pesquisa será sempre realizada pelos pesquisadores responsáveis, que solicitarão aos entrevistados um horário para realização da entrevista. Sua participação nesta pesquisa consistirá em responder as questões que lhe forem dirigidas, sendo-lhe totalmente facultado se recusar a responder aquelas que não desejar ou sobre as quais não dispuser de informações. É importante que você esteja consciente de que a participação neste estudo de pesquisa é completamente voluntária e de que você pode recusar-se a participar ou sair do estudo a qualquer momento sem quaisquer penalidades. Em caso de você decidir retirar-se do estudo, deverá notificar ao pesquisador que o esteja atendendo. A recusa em participar ou a saída do estudo não influenciarão suas relações particulares com nossa instituição.

## 9) Para obter informações adicionais

Você receberá uma cópia deste termo em que constam o telefone e o endereço do pesquisador principal<sup>34</sup>, podendo tirar suas dúvidas sobre o projeto e sua participação, agora ou a qualquer momento.

## 10) Declaração de consentimento

Li as informações contidas neste documento antes de assinar este termo de consentimento. Declaro que tive tempo suficiente para ler e entender as informações acima. Declaro também que toda linguagem técnica utilizada na descrição deste estudo de pesquisa foi satisfatoriamente explicada e que recebi respostas para todas as minhas dúvidas. Confirmando também que recebi uma cópia deste formulário de consentimento. Compreendo que sou livre para me retirar do estudo em qualquer momento, sem perda de benefícios ou qualquer outra penalidade. Dou meu consentimento de livre e espontânea vontade e sem reservas para participar como entrevistado deste estudo.

---

<sup>34</sup> **Coordenador da Pesquisa:** Prof. Luiz Alex Silva Saraiva, Dr. Universidade Federal de Minas Gerais, Faculdade de Ciências Econômicas, Departamento de Ciências Administrativas, Gabinete 4073, Campus Pampulha, Av. Antônio Carlos, 6627, Pampulha, Belo Horizonte – MG. CEP: 31270-901. Telefone: (31) 3409-7235. **Comitê de Ética em Pesquisa – COEP:** Unidade Administrativa II - 2º andar, Sala 2005, Campus Pampulha, Av. Antônio Carlos, 6627, Belo Horizonte – MG. CEP: 31270-901. Telefone: (31) 3409-4592.

---

Nome do(a) participante (em letra de forma)

---

Assinatura do participante

---

Data

Atesto que expliquei cuidadosamente a natureza e o objeto deste estudo, os possíveis riscos e benefícios da participação no mesmo, junto ao participante. Acredito que o participante recebeu todas as informações necessárias, que foram fornecidas em linguagem adequada e compreensível, e que ele entendeu essa explicação.

---

Assinatura do (a) pesquisador (a)

---

Data